UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO PROCESSUAL

RAFAELLA BOONE SCHIMIDT

UMA ANÁLISE FÁTICO-JURÍDICA DO DESASTRE DO RIO DOCE E DO TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

VITÓRIA
2019

RAFAELLA BOONE SCHIMIDT

UMA ANÁLISE FÁTICO-JURÍDICA DO DESASTRE DO RIO DOCE E DO TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Processual, área de concentração Justiça, Processo e Constituição, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Direito Processual.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jannotti da Rocha.
Coorientador: Prof. Dr. Hermes Zaneti Jr.

Linha de Pesquisa: Sistemas de Justiça, Constitucionalidade e Tutelas de Direitos Individuais e Coletivos.

VITÓRIA
2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

Schimidt, Rafaella Boone, 1988-
S335a Uma análise fático-jurídica do Desastre do Rio Doce e do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta / Rafaella Boone Schimidt. - 2019.
253 f. : il.

Orientador: Cláudio Jannotti da Rocha.
Coorientador: Hermes Zaneti Jr.
Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Desastres ambientais. 2. Desastre de Mariana. 3. Compromisso de ajustamento de conduta. 4. Direito processual coletivo. I. Rocha, Cláudio Jannotti da. II. Zaneti Jr, Hermes. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. IV. Título.

CDU: 340

RAFAELLA BOONE SCHIMIDT

UMA ANÁLISE FÁTICO-JURÍDICA DO DESASTRE DO RIO DOCE E DO TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Processual, área de concentração Justiça, Processo e Constituição, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Direito Processual.
Aprovada em: 27 de setembro de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA:

_____
Prof. Dr. Cláudio Jannotti da Rocha
Orientador
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

_____
Prof. Dr. Hermes Zaneti Jr
Coorientador
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

_____
Prof. Dr. Tiago Figueiredo Gonçalves
Membro Interno
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

_____
Prof. Dr. José Adércio Leite Sampaio
Membro Externo
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

Simplesmente a DEUS, meu mais fiel amigo.

AGRADECIMENTOS

A minha história com esse programa de pós-graduação *stricto sensu* não começou no ano de 2017, com o início do mestrado regular, mas desde o meu primeiro dia de aula da graduação, no Unesc, em Colatina, Estado do Espírito Santo.

No primeiro dia de aula, ao ser questionada pelo coordenador do curso de Direito, professor Alfredo, sobre minhas pretensões profissionais e acadêmicas, respondi: “após a graduação, pretendo fazer mestrado e doutorado”.

Sempre foquei a UFES, sempre pensei nela, era para a capital que eu iria...

Em 2015, começou a minha história. Iniciei as aulas particulares de inglês, no intuito de aprimorar meu conhecimento para a prova de língua estrangeira. Infelizmente, não obtive êxito na prova de aluno regular aplicada no fim do ano de 2015. Fiquei por 0,01 (um centésimo) na prova de conhecimentos jurídicos. No ano de 2016, obtive duas aprovações sequenciais para aluno especial. A partir de então, meu amor por tudo isso, isso que representa esse programa, foi completo. Dois semestres maravilhosos. Pensei: se amei uma disciplina de aluno especial, imagina o curso regular. No fim daquele ano, obtive a aprovação. Fiquei em 9.º lugar dentre tantos candidatos. Em 2017, iniciei dois anos de muito crescimento e aprendizado.

Após essa pequena retrospectiva, começo os meus agradecimentos.

Oh meu amado Deus, ao Senhor dedico esta dissertação. Cada letra deste trabalho foi o Senhor quem aqui colocou, pela luz do Teu Santo Espírito que me iluminou. Cada gota de lágrima derramada sobre o teclado do meu notebook foi secada pela Tua MISERICÓRDIA, que me fez VENCER. Assim como o Senhor me deu a aprovação nas fases da OAB, o Senhor me deu a conclusão e a graça da aprovação no mestrado. Fiz como me pediu, segui em frente.

Obrigada Jesus, por ser sempre a minha Força, a minha Luz e o meu Caminho.

Obrigada Maria, por ter passado à frente e conduzido tudo.

Mãe, obrigada por tudo! Por todo apoio moral e financeiro. Sem a sua ajuda, nada disso seria possível. Por todas as vezes que me deu dinheiro para a gasolina, para a passagem, para o lanche, para os livros, para a xerox. Quando pensei em desistir, a senhora me disse: “desiste não filha, você lutou tanto por isso”.

Pai, obrigada por todas aquelas vezes em que me levou para as aulas. Por abastecer o carro e não me pedir nada em troca. Por me esperar no estacionamento da Ufes, vendo filmes no celular.

Rodrigo, obrigada por me auxiliar tanto. Obrigada por me levar tantas e tantas vezes a Vitória, sem hora para ir e sem hora para voltar. Obrigada por me levar, mesmo chegando de uma escala puxada de serviço, mesmo sem dormir. Obrigada por me esperar tantas vezes no estacionamento. Obrigada por fazer o café, o almoço, o jantar e, até mesmo, os demais afazeres domésticos enquanto eu estava ocupada com as tarefas. Obrigada por me levar para todo canto. Obrigada por me ajudar em algumas tarefas acadêmicas. Obrigada por me incentivar, por orar tanto para que eu não desistisse. Se dediquei tanto tempo da minha vida ao mestrado, abrindo mão até mesmo da gente, foi unicamente pensando em nós, na nossa família, no nosso futuro.

A você, Sarah, meu anjinho de luz, se mamãe continuou a lutar, também foi por você, pelo seu futuro.

À querida professora Adriana, mulher guerreira e de fibra, minha mãe acadêmica, muito obrigada por tudo. Obrigada por comandar tão bem essa equipe maravilhosa, os professores e alunos. Este curso é sensacional!

Ao querido professor Hermes, pelo tanto de coisa que me ensinou, por toda a sua dedicação e compromisso para com tudo, meu pai acadêmico.

Saibam que o meu respeito por vocês é como o de filha por mãe e pai.

A você, Cláudio, que chegou como um presente de Deus, me auxiliando por demais. Obrigada por tudo, sempre com Deus...

A todos os queridos, qualificados e competentes professores do curso de Mestrado em Direito Processual da Universidade Federal do Espírito Santo.

Obrigada, Adriele, Fernando, Camila e a todos os servidores da secretaria mais competente do Brasil!

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) por todo o apoio financeiro, indispensável para conclusão do curso de mestrado. Obrigada por amparar o desenvolvimento da minha pesquisa e de tantas outras.

À querida professora Fernanda, que tanto me ajudou nas aulas de inglês, sendo imprescindível para minha aprovação na fase de língua estrangeira.

Obrigada vovó Erna, tia Graça, tia Adriana, tia Andressa, Lurdes Maria, Kelly, a todos aqueles que ficaram com minha filha para que pudesse redigir.

Até aqui me sustentou o Senhor e, sempre, sempre me sustentará.
Com a graça de Deus, doutorado, lá vou eu!

Eclesiástico 2, versículos 1-13

“1 Meu filho, se entrares para o serviço de Deus, permanece firme na justiça e no temor, e prepara a tua alma para a provação; 2 humilha teu coração, espera com paciência, dá ouvidos e acolhe as palavras de sabedoria; não te perturbes no tempo da infelicidade, 3 sofre as demoras de Deus; dedica-te a Deus, espera com paciência, a fim de que no derradeiro momento tua vida se enriqueça. 4 Aceita tudo o que te acontecer. Na dor, permanece firme; na humilhação, tem paciência. 5 Pois é pelo fogo que se experimentam o ouro e a prata, e os homens agradáveis a Deus, pelo cadinho da humilhação. 6 Põe tua confiança em Deus e ele te salvará; orienta bem o teu caminho e espera nele. Conserva o temor dele até na velhice. 7 Vós, que temeis o Senhor, esperai em sua misericórdia, não vos afasteis dele, para que não caiais; 8 vós, que temeis o Senhor, tende confiança nele, a fim de que não se desvaneça vossa recompensa. 9 Vós, que temeis o Senhor, esperai nele; sua misericórdia vos será fonte de alegria. 10 Vós, que temeis o Senhor, amai-o, e vossos corações se encherão de luz. 11 Considerai, meus filhos, as gerações humanas: sabei que nenhum daqueles que confiavam no Senhor foi confundido. 12 Pois quem foi abandonado após ter perseverado em seus mandamentos? Quem é aquele cuja oração foi desprezada? 13 Pois Deus é cheio de bondade e de misericórdia, ele perdoa os pecados no dia da aflição. Ele é o protetor de todos os que verdadeiramente o procuram”.

RESUMO

Esta dissertação explicou o rompimento da barragem Fundão, ocorrido em 5 de novembro de 2015, no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais. Apontou as localidades mineiras e capixabas atingidas pelos rejeitos de mineração de ferro. Descreveu os danos humanos, sociais, ambientais, econômicos, materiais, à saúde, psicológicos e espirituais causados. Adotou a expressão Desastre do Rio Doce para referir-se à ruptura de Fundão e às lesões causadas. Ressaltou que o Desastre do Rio Doce ainda se encontra em curso, visto que os danos ao Parque Nacional Marinho de Abrolhos somente foram confirmados em 2019. Apresentou as ações civis públicas ajuizadas pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e por órgãos governamentais e pelo Ministério Público Federal para contenção, mitigação, compensação e reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos provocados. Destacou a fixação da competência do Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais para processamento e julgamento dessas ações e de outras correlatas. Explanou as medidas liminares determinadas pelo referido Juízo para contenção e reparação dos danos, bem como os recursos de agravo de instrumento interpostos em face do deferimento. Explicou o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta e a audiência de conciliação realizada pelo Sistema de Conciliação do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região para a sua homologação judicial. Pontuou os problemas diagnosticados nos processos de negociação/celebração e homologação do Termo e as decisões do Superior Tribunal de Justiça e da 5.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região que declararam a nulidade da sentença homologatória. Analisou alguns problemas identificados no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta sob a óptica do Direito Processual Civil Coletivo brasileiro. O objetivo primário deste trabalho consistiu em analisar fática e juridicamente o Desastre do Rio Doce, bem como explicar no que consistiu o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta. Secundariamente, examinaram-se alguns dos problemas do ajustamento sob a perspectiva do Direito Processual Civil Coletivo brasileiro. A pesquisa realizou estudo de caso, ocasião em que descreveu e explicou o desastre, e ainda adotou o método de revisão bibliográfica. Ao final, apresentou apontamentos conclusivos. Em virtude de potencial conflito de interesses, a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e seus órgãos não poderiam ser considerados legitimados adequados

para tutelar os direitos coletivos *lato sensu* violados. Foram acertadas, portanto, as posturas dos Tribunais ao declararem a nulidade do ato homologatório do ajustamento. Conquanto a legitimação no Direito Processual Coletivo brasileiro decorra da lei, estando o legitimado ativo autorizado a conduzir autonomamente a tutela coletiva, os Tribunais já começam a dar ares de certa rigorosidade quanto à participação do grupo titular do direito coletivo *lato sensu*, tudo à vista de um adequado debate, além da via de consequência da construção democrática das soluções. O Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta é dotado de invalidade substancial em razão da não participação *in concreto* dos grupos titulares dos direitos coletivos *lato sensu* violados e dos Municípios atingidos pelo Desastre do Rio Doce.
Palavras-chave: Mariana. Desastre do Rio Doce. Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta. Análise fático-jurídica. Direito Processual Civil Coletivo.

ABSTRACT

This dissertation explained the rupture of the Fundão dam, which occurred on November 5th, 2015, in Mariana County, state of Minas Gerais. He pointed the mining and capixabas localities affected by the iron mining tailings. It described the human, social, environmental, economic, material, health, psychological and spiritual harm caused. Adopted the term Rio Doce Disaster to refer to Fundão rupture and the injuries caused. He pointed out that the Rio Doce Disaster is still ongoing, as the damage to the Abrolhos Marine National Park was only confirmed in 2019. It presented the public civil actions filed by the Public Attorney and the Federal Prosecutor for containment, mitigation, compensation and reparation of the socio-environmental and socioeconomic damages caused. He highlighted the establishment of the jurisdiction of the 12th Federal Court of the Judiciary Section of Minas Gerais for processing and judgment of these actions and other related. It explained the injunctions determined by said Court for the containment and repair of damages, as well as the interlocutory appeals filed in the face of the grant. He explained the Terms of Transaction and Adjustment of Conduct and the conciliation hearing held by the Conciliation System of the Federal Regional Court of the 1st Region for its judicial approval. He pointed out the problems diagnosed in the negotiation / conclusion and homologation processes of the Term and the decisions of the Superior Court of Justice and the 5th Panel of the Federal Regional Court of the 1st Region that declared the homologation sentence null and void. Analyzed some problems identified in the Terms of Transaction and Adjustment of Conduct from the perspective of the Brazilian Collective Civil Procedural Law. The primary objective of this paper was to analyze in fact and legally the Rio Doce Disaster, as well as to explain what the Transaction and Conduct Adjustment Term consisted of. Secondly, some of the problems of adjustment were examined from the perspective of Brazilian Collective Civil Procedural Law. The research conducted a case study, when it described and explained the disaster and still adopted the method of literature review. At the end, presented concluding notes. Due to a potential conflict of interest, the Union, the States of Minas Gerais and Espirito Santo and their organs could not be considered adequate to protect the lato sensu collective rights violated. Therefore, the positions of the Courts were correct in declaring the nullity of the homologation act of the adjustment. Although the legitimation in the Brazilian

Collective Procedural Law derives from the law, with the legitimate asset being authorized to conduct the collective protection autonomously, the Courts are already beginning to appear to have a certain rigor regarding the participation of the lato sensu collective right holder group, all in view of appropriate debate and the way forward for the democratic construction of solutions. The Terms of Transaction and Adjustment of Conduct have substantial invalidity due to the non-concrete participation of groups holding lato sensu collective rights violated and counties affected by the Rio Doce Disaster.
Keywords: Mariana. Rio Doce Disaster. Transaction Term and Conduct Adjustment. Fact-legal analysis. Collective Civil Procedural Law.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADIC	Associação de Defesa dos Interesses Coletivos
AGERH	Agência Estadual de Recursos Hídricos
ANA	Agência Nacional de Águas
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APA	Área de Proteção Ambiental
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CC/2002	Código Civil de 2002
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CFH	Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos
CGAUF	Coordenação Geral de Autorização de Uso da Flora e Floresta
CNDH	Conselho Nacional dos Direitos Humanos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNZU	Comitê Nacional de Zonas Úmidas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPC/1973	Código de Processo Civil de 1973
CPC/2015	Código de Processo Civil de 2015
CRFB/1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CSR	Centro de Sensoriamento Remoto
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DPES	Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo
DPMG	Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
DPU	Defensoria Pública da União
ES	Estado do Espírito Santo
ESMP	Escola Superior do Ministério Público
FEAM	Fundação Estadual de Meio Ambiente
FPCC	Fundamentos do Processo Civil Contemporâneo

FPPC	Fórum Permanente de Processualistas Civis
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IEPHA/MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão de Águas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRDR	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
LARAMG	Laboratório de Radioecologia e Mudanças Globais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MG	Estado de Minas Gerais
MPES	Ministério Público do Estado do Espírito Santo
MPF	Ministério Público Federal
MPMG	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
MPT	Ministério Público do Trabalho
NE	Região Nordeste
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rebio	Reserva Biológica
RVS	Refúgio de Vida Silvestre
S/A	Sociedade Anônima
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SisRGP	Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade

	Pesqueira
SistCon/TRF-1	Sistema de Conciliação do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TRF-1	Tribunal Regional Federal da 1.ª Região
TRF-3	Tribunal Regional Federal da 3.ª Região
TTAC	Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 21
2 O DESASTRE DO RIO DOCE: UMA ANÁLISE FÁTICO-JURÍDICA 34
2.1 DA ADOÇÃO DA EXPRESSÃO DESASTRE DO RIO DOCE COMO REFERÊNCIA AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS FUNDÃO, NO MUNICÍPIO DE MARIANA, ESTADO DE MINAS GERAIS 34
2.2 UMA ANÁLISE FÁTICA DO DESASTRE DO RIO DOCE 37
2.2.1 Do rompimento da barragem Fundão e das localidades atingidas 37
2.2.2 Dos danos verificados 41
2.2.2.1 Dos danos humanos, sociais e ambientais 41
2.2.2.2 Dos danos econômicos e materiais 53
2.2.2.3 Dos danos à saúde 63
2.2.2.4 Dos danos psicológicos e espirituais 69
2.3 UMA ANÁLISE JURÍDICA DO DESASTRE DO RIO DOCE 69
2.3.1 Das principais ações civis públicas verificadas no âmbito do processo civil coletivo 69
2.3.1.1 Da ação civil pública proposta pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e por órgãos governamentais 70
2.3.1.2 Da ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal 73
2.3.2 Das decisões relativas à fixação da competência 93
2.3.2.1 Da decisão de declínio da competência proferida pela Justiça Federal do Distrito Federal para julgamento da ação civil pública proposta pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais: o Juízo prevento da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais 93
2.3.2.2 Do Conflito de Competência n.º 144.922/Minas Gerais: a fixação da competência da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais 94
2.3.2.2.1 Breves notas introdutórias 94
2.3.2.2.2 Da decisão liminar do Superior Tribunal de Justiça que designou provisoriamente o Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais para decidir acerca de medidas urgentes 96
2.3.2.2.3 Da decisão da 1.ª Seção do Superior Tribunal de Justiça que determinou a competência definitiva do Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção

Judiciária de Minas Gerais 97
2.3.3 Da decisão liminar proferida pelo Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais: a determinação de medidas para contenção e reparação dos danos sociais, ambientais e econômicos 102
2.3.4 Dos recursos de agravo de instrumento interpostos pelas empresas responsáveis pelo Desastre do Rio Doce no Tribunal Regional Federal da 1.ª Região 107
3 O TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA: CELEBRAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL, DIAGNÓSTICO DOS PROBLEMAS E NULIDADE DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL 110
3.1 DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ENTRE A UNIÃO, OS ESTADOS DE MINAS GERAIS E DO ESPÍRITO SANTO, ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E AS EMPRESAS RESPONSÁVEIS PELO DESASTRE DO RIO DOCE 111
3.1.1 Breves notas introdutórias 111
3.1.2 A instituição da Fundação Renova e o seu sistema de governança 113
3.1.3 Os *Experts*, a constituição do Comitê Interfederativo e a contratação de auditoria externa independente 117
3.1.4 Os programas socioeconômicos 120
3.1.4.1 Do programa de ressarcimento e indenização dos impactados: o programa de indenização mediada 131
3.1.5 Os programas socioambientais 132
3.1.6 Do tratamento exaustivo do evento e seus efeitos: a extinção da ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400 e de outras demandas com objeto conexo 137
3.1.7 Do prazo de vigência e da submissão à homologação judicial 137
3.2 DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PELO SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO 138
3.3 DOS PROBLEMAS DIAGNOSTICADOS NOS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO, CELEBRAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA 141

3.3.1 Da interposição de Embargos de Declaração pelo Ministério Público Federal: os fundamentos para suspensão da eficácia da decisão que homologou o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta 141
3.3.1.1 Da falta de legitimidade adequada da Advocacia Pública para transacionar os direitos coletivos *lato sensu* dos atingidos pelo Desastre do Rio Doce 142
3.3.1.2 Da ausência de participação da população atingida pelo Desastre do Rio Doce e de intervenção do Ministério Público e da Defensoria Pública nos processos de negociação, celebração e homologação do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta 142
3.3.1.3 Da violação aos limites subjetivos da lide: o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta como instrumento de garantia mínima à mitigação, reparação e compensação dos danos decorrentes do Desastre do Rio Doce e não como mecanismo de transação exaustivo 145
3.3.1.4 Do descumprimento do princípio do poluidor-pagador: o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta não tutela suficiente e adequadamente os direitos coletivos *lato sensu* violados 147
3.3.1.4.1 Da limitação de aportes financeiros a serem realizados pelas empresas responsáveis pelo Desastre do Rio Doce para a adoção de medidas reparatórias e compensatórias dos danos verificados 148
3.3.1.4.2 Da vulneração da garantia de responsabilização solidária dos agentes poluidores diretos e indiretos em razão do tratamento diferenciado concedido às empresas Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. 151
3.3.1.4.3 Da desconsideração da responsabilidade solidária do Poder Público na reparação e compensação dos danos ocasionados: a prevenção de danos por meio do dever-poder de controle e fiscalização ambiental 152
3.3.1.4.4 Da indevida utilização da Fundação Renova como interposta pessoa: a burocratização do processo decisório e dificuldade na formulação de reivindicações pela população atingida e pela coletividade 154
3.3.1.5 Da insuficiência dos programas socioeconômicos e socioambientais definidos no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta: as severas inconsistências técnicas e a previsão de prazos injustificadamente dilatados 155
3.3.1.6 Da indevida transação quanto à indenização por dano extrapatrimonial

coletivo: a ausência de previsão no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta e o tratamento exaustivo das consequências socioambientais e socioeconômicas oriundas do Desastre do Rio Doce 156
3.3.1.7 Da inconstitucionalidade do Comitê Interfederativo: a violação aos princípios constitucionais da separação dos poderes e da reserva legal 157
3.3.1.8 Dos vícios verificados nas cláusulas 242, parágrafo 1.º e 258, do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta: a criação de obrigações para terceiros que não participaram do processo de elaboração do acordo e a atribuição de competência ao Sistema de Conciliação do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região para dirimir divergências na sua interpretação 157
3.3.1.9 Da inefetividade das cominações impostas em virtude do descumprimento das cláusulas previstas no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta 159
3.3.1.10 Da violação à decisão liminar do Superior Tribunal de Justiça que designou provisoriamente o Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais 160
3.3.1.11 Da incompetência do Sistema de Conciliação do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região para promover a conciliação e a homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta 161
3.3.1.12 Da ausência de intimação prévia do Ministério Público Federal com remessa dos autos para participar da audiência de conciliação 163
3.3.1.13 Da verificação de omissões e contradição entre o conteúdo dos atos que efetivamente dizem respeito à atuação do Ministério Público e os termos constantes na ata referente à audiência de conciliação 165
3.3.2 Dos requerimentos finais dos Embargos de Declaração 165
3.3.3 Outros documentos que tratam dos problemas verificados nos processos de elaboração e celebração do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta 166
3.3.3.1 Da manifestação escrita do Movimento dos Atingidos por Barragens 166
3.4 DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA 170
3.4.1 Da Reclamação n.º 31.935/Minas Gerais e a decisão de suspensão da homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de

Conduta pelo Superior Tribunal de Justiça 170
3.4.2 Da decisão da 5.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região que reconheceu e declarou a nulidade da homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta: causas determinantes 174
4 O TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E O DIREITO PROCESSUAL CIVIL COLETIVO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA 179
4.1 BREVES NOTAS SOBRE A AUTOCOMPOSIÇÃO POR NEGOCIAÇÃO NA TUTELA COLETIVA E O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA 181
4.2 DO DEVER DE CONTROLE *OPE JUDICIS* NA HOMOLOGAÇÃO DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA 190
4.3 SOB A ÓPTICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL COLETIVO BRASILEIRO: ANALISANDO O TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA 204
5 CONCLUSÃO 226
REFERÊNCIAS 234
APÊNDICE I – LINHA DO TEMPO CONFORME ANÁLISES FÁTICA E JURÍDICA 252

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de muitos recursos naturais. Água, solo, luz solar, oxigênio, vento, florestas, minérios, dentre outros. Diferentes atividades econômicas utilizam tais recursos como matéria-prima. Ao ramo da economia que cuida dessa exploração, denomina-se economia dos recursos naturais.

O Estado de Minas Gerais, particularmente, conta com um grande número de empresas exploradoras de recursos naturais que são os minérios.[1] Maria Márcia Magela Machado informou que a porção centro-sudoeste do Estado mineiro tornou-se "conhecida mundialmente como uma das maiores províncias minerais do planeta" e que, "em meados do século XX, [...] passou a ser designada Quadrilátero Ferrífero".[2]

O Quadrilátero Ferrífero abrange aproximadamente 7.000 km^2 do território mineiro, apresentando "significativos recursos minerais, em especial ouro e ferro". Essa designação "é função do arranjo geométrico de sua morfoestrutura e foi utilizada em 1933, pelo geólogo Luiz Flores de Moraes Rego, para definir a área onde estão concentradas 'as jazidas de ferro do centro de Minas Gerais' [...]".[3]

Vanessa Leite Rezende analisou a expansão da mineração no Estado de Minas Gerais, cuja atividade vem desde a colonização do Brasil. Ressaltou que "ainda hoje é o estado que mais possui reservas minerais, o que gera um embate entre produção mineral e conservação ambiental, uma vez que a extração do minério gera desmatamento e outros impactos ambientais".[4]

---

[1] O Anuário Mineral do Estado de Minas Gerais referente aos anos base de 2015 e 2016 elenca as principais empresas produtoras em ordem decrescente do valor da produção comercializada. Em ambos os anos, a empresa Vale S/A ocupou o primeiro lugar. Conforme: **Anuário mineral estadual Minas Gerais**: anos base 2015 e 2016. Brasília: Agência Nacional de Mineração, 2019. 48 p. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-estadual/minas-gerais/anuario-mineral-estadual-minas-gerais-anos-base-2015-2016>. Acesso em: jul. 2019. p. 22-24 e 46-48.
Até o mês de julho de 2019, a Agência Nacional de Mineração não havia disponibilizado os anuários concernentes aos anos de 2017 e 2018.

[2] MACHADO, Maria Márcia Magela. **Construindo a imagem geológica do Quadrilátero Ferrífero**: conceitos e representações. 2009. 238 p. Tese (Doutorado em Geologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-7TRFZC>. Acesso em: jul. 2019. p. 17.

[3] AZEVEDO, Úrsula Ruchkys de *et al*. **Geoparque Quadrilátero Ferrífero (MG)**: proposta. 38 p. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/17149/quadrilatero.pdf?sequence=1>. Acesso em: jul. 2019. p. 3 e 4.

[4] REZENDE, Vanessa Leite. A mineração em Minas Gerais: uma análise de sua expansão e os impactos ambientais e sociais causados por décadas de exploração. **Revista Sociedade &**

Ante a demanda, após a utilização do recurso mineral, as mineradoras, como são chamadas, constroem barragens de rejeitos, para onde são levados e armazenados os resíduos provenientes da atividade.

Foi devido a esse sistema de armazenamento que, em 5 de novembro de 2015, ocorreu o maior desastre socioambiental da história do Brasil no setor de mineração.

No subdistrito de Bento Rodrigues, Distrito de Santa Rita Durão, Município de Mariana, Estado de Minas Gerais, a barragem de rejeitos de mineração de ferro denominada Fundão, situada no Complexo Minerário de Germano, de responsabilidade da mineradora Samarco S/A, empresa controlada pela Vale S/A e pela BHP Billiton Brasil Ltda., rompeu-se e liberou imediatamente, no meio ambiente, 34 milhões de metros cúbicos de resíduos, enquanto 16 milhões ficaram acumulados nas suas proximidades.

Esse volume de rejeitos atingiu a barragem Santarém logo a jusante, o que causou seu galgamento e a formação de uma onda de lama que percorreu o Córrego Santarém, o Rio Gualaxo do Norte, por 55 km, desaguou no Rio do Carmo e, depois de deslocar-se por 22 km, alcançou o Rio Doce.

Em 21 de novembro de 2015, os resíduos de mineração chegaram à foz do Rio Doce, no oceano Atlântico, Distrito de Regência, Município de Linhares, Estado do Espírito Santo. Em 2019, a pluma de sedimentos atingiu o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, no Estado da Bahia.

O Desastre do Rio Doce, como será intitulado o rompimento da barragem Fundão e tudo mais dele decorrente, causou danos multidimensionais graves, individuais e coletivos, a saber, humanos, sociais, ambientais, econômicos, materiais, à saúde, psicológicos e espirituais, atingindo toda a sociedade local, parte da regional, no espectro dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, e até mesmo a nacional.

Em razão disso, visto a legitimidade conferida pelos artigos 5.º, incisos III e IV, da Lei n.º 7.347/1985 e 82, incisos II e III, do Código de Defesa do Consumidor, a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e demais órgãos governamentais federais, mineiros e capixabas ajuizaram, em 30 de novembro de 2015, ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, em face das empresas

---

Natureza, n. 28, Uberlândia, p. 375-384, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v28n3/1982-4513-sn-28-03-0375.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., uma vez os danos ambientais e socioeconômicos causados pelo Desastre do Rio Doce.

Contudo, no dia 2 de março de 2016, com fulcro no parágrafo 6.º, do artigo 5.º, da mesma Lei, a União e os autores da ação civil pública sobredita, juntamente com as empresas responsáveis pelo Desastre do Rio Doce celebraram acordo extrajudicial, nominado Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, no intuito de estabelecer e implementar programas socioeconômicos e socioambientais em virtude dos impactos causados pelo desastre, adotando, para tanto, diversas medidas de mitigação, compensação e indenização. Em 5 de maio de 2016, o ajuste firmado foi homologado judicialmente pelo Sistema de Conciliação do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

Ocorre que esse Termo, desde a sua concepção, foi duramente criticado pela população atingida, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, pela Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e, ainda, pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos e por muitas outras entidades da sociedade civil.

Isso se deu porque, no ajuste, foram diagnosticados diversos problemas, notadamente no que concerne à ausência de participação da população atingida pelo Desastre do Rio Doce e de intervenção do Ministério Público nos processos de negociação, celebração e homologação do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta. Esse cenário exigiu pronta atuação judicial, o que resultou na nulidade da sentença homologatória do acordo.

A doutrina, há tempos, vem preocupando-se com a formatação desses acordos, porquanto um compromisso de ajustamento de conduta deve ter por finalidade a “satisfação do direito transindividual ofendido”. Sendo assim, para garantir a adequada tutela desses direitos e visto que os legitimados à celebração do acordo, bem como ao ajuizamento da ação civil pública principal e cautelar não são titulares dos direitos sobre os quais assentou-se a autocomposição coletiva, faz-se necessário que o juiz, quando da homologação, controle o negócio jurídico firmado com o responsável pela ameaça ou pelo dano.[5]

Segundo Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr., a atuação jurisdicional na fase homologatória deverá recair sobre todo o conteúdo do compromisso de

[5] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 359-361 e 378.

ajustamento de conduta, seja ele extrajudicial ou judicial.[6] Entende-se assim, justamente, pois o ajuste celebrado entre as partes deve substancialmente tutelar o direito transindividual violado.

Ademais, os referidos autores advertem ser necessário um verdadeiro controle de mérito do acordo:

> A atividade do juiz [...] não será, contudo, meramente confirmatória do acordo, em juízo simplista de delibação, no qual se verificam apenas os aspectos formais de representação das partes. O juiz, nestas oportunidades, deverá proceder a um verdadeiro exame de mérito do compromisso [...].[7]

Em referência ao controle sobre o compromisso de ajustamento de conduta, Alexandre Amaral Gavronski disse:

> *Ofenderia os princípios mais básicos de interpretação jurídica entender que os legitimados coletivos podem compor com os responsáveis fora do processo judicial, sem qualquer fiscalização, e não podem fazê-lo no curso da ação civil pública*, em que a solução ficará sujeita à apreciação judicial, para homologação ou, no mínimo, análise da validade sob a perspectiva da perda do interesse processual na continuidade da ação [...].[8]

Desse modo, não somente a legitimação *in concreto*, mas outros critérios devem ser fundamentadamente analisados pelo juiz, a partir do conteúdo do ajuste, pois, para melhor conduzi-lo, o legitimado ativo tomador do compromisso deve reunir atributos capazes de propiciar a representação adequada dos titulares dos direitos coletivos *lato sensu*.[9]

No Anteprojeto Original do Código de Processo Civil Coletivo, Antonio Gidi esclareceu que, entre outros fatores, para examinar a adequação do representante do grupo, o juiz analisará a sua competência, honestidade, capacidade, prestígio e experiência; o seu histórico na proteção judicial e extrajudicial dos interesses do grupo; a sua conduta e participação no processo coletivo e em outros processos anteriores; a sua capacidade financeira para prosseguir na ação coletiva, bem como o seu tempo de instituição e o grau de representatividade perante o grupo.[10]

---

[6] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 220, 378-380.
[7] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 379 e 380.
[8] GAVRONSKI, Alexandre Amaral. Autocomposição no novo CPC e nas ações coletivas. *In*: DIDIER JR., Fredie (Coord. geral); ZANETI JR., Hermes (Coord.). **Coleção repercussões do novo CPC**: processo coletivo. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 8. p. 346 e 347. Destaque do autor.
[9] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 221 e 222.
[10] GIDI, Antonio. **Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo**: a codificação das ações coletivas no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2008. p. 74.

Nesse mesmo anteprojeto, o autor dedica o artigo 14 para o que denominou de *acordo coletivo adequado*. Abaixo, os principais trechos do referido artigo.

> **Artigo 14. Acordo Adequado**
> **14.** O representante do grupo poderá entrar em acordo com a parte contrária ao grupo. Se os termos do acordo forem adequados para tutelar os direitos e interesses do grupo e de seus membros, o juiz o homologará através de sentença motivada e o acordo vinculará a todos [...].
> [...].
> **14.3** O Ministério Público e os intervenientes têm o direito de participar em todas as fases da negociação do acordo coletivo.
> [...].
> **14.6** Se o juiz considerar a proposta de acordo satisfatória, notificará amplamente o grupo e seus membros sobre os seus termos e promoverá uma audiência pública de aprovação, onde o juiz ouvirá os interessados [...].
> [...].
> **14.8** Qualquer interessado poderá apresentar, independentemente de advogado, as razões contra ou a favor da proposta de acordo. O juiz poderá atribuir a um dos interessados ou a pessoa de sua confiança a apresentação de uma peça única, com o resumo de todos os argumentos levantados.
> [...].
> **14.10** O juiz avaliará cuidadosamente a proposta de acordo, levando em consideração fatores como:
> **14.10.1** os argumentos favoráveis e contrários à proposta de acordo;
> **14.10.2** as questões de fato e de direito envolvidas no litígio;
> **14.10.3** a probabilidade de procedência ou improcedência da pretensão coletiva;
> **14.10.4** os riscos envolvidos no litígio;
> **14.10.5** a complexidade, o custo e a duração do processo coletivo;
> **14.10.6** a suficiência das provas disponíveis e da fundamentação jurídica da pretensão do grupo no momento da realização do acordo e a possibilidade de que outras informações ou provas venham a ser descobertas durante o desenrolar do processo;
> **14.10.7** a comparação entre uma eventual sentença de procedência da pretensão coletiva e a proposta de acordo.[11]

Consoante o controle judicial da autocomposição coletiva, Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr. ressaltam:

> Primeiro, há necessidade de tutela do objeto litigioso do processo, presente o interesse público, por se tratar de direitos de natureza coletiva; segundo, há necessidade da participação dos grupos que serão afetados pela decisão e da participação dos colegitimados, pelo menos potencialmente, no âmbito do acordo a ser firmado (ou seja, é preciso garantir a adequada representação desses grupos); terceiro, há a intervenção obrigatória do Ministério Público em todos os processos que tratam dos direitos coletivos em sentido lato.[12]

Geisa de Assis Rodrigues, inclusive, observa quais fatores que o órgão jurisdicional deverá avaliar:

---

[11] GIDI, Antonio. **Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo**: a codificação das ações coletivas no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2008. p. 266 e 267.
[12] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 379.

> Havendo a proposta de acordo, cabe ao magistrado avaliar sua adequação, agindo como um guardião do direito transindividual. Vários são os fatores que o magistrado deve levar em conta na apreciação do acordo, dentre eles, podemos citar: a) a possibilidade de reparação integral do direito transindividual violado; b) não sendo possível a reparação integral, a adequação das medidas compensatórias, ou de ressarcimento, podendo, até se valer, para tanto, de perito judicial; c) a eventual existência de oposição aos termos do acordo por parte de outro colegitimado, ou pela sociedade em geral, e o Ministério Público deve ser necessariamente ouvido sobre a proposta de ajuste; d) as probabilidades de sucesso do processo judicial; e) a complexidade das questões de fato e de direito do caso; f) a economia de custos processuais se o litígio for abreviado; g) a viabilidade do acordo, para que não haja pendenga futura sobre a possibilidade de seu cumprimento; h) a adoção de procedimentos que garantam a publicidade do ajuste, em especial quando a questão em juízo tiver grande repercussão social.[13]

Após exame do acordo, o juiz poderá homologá-lo integral ou parcialmente, deixar de homologá-lo, bem como recomendar determinadas alterações às partes celebrantes.[14]

Esta pesquisa, ao analisar o Desastre do Rio Doce, buscará responder se o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta pode ser considerado válido, tendo em vista que os titulares dos direitos coletivos *lato sensu* violados não participaram do processo de elaboração do acordo.

Para tanto, tomamos como hipótese da pesquisa:

A participação informada, adequada e efetiva dos titulares dos direitos coletivos *lato sensu* violados no processo de elaboração do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta é condição determinante para a sua homologação judicial, sob pena de invalidade. Dessarte, o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta é dotado de invalidade substancial, uma vez a não participação *in concreto* dos grupos titulares dos direitos coletivos *lato sensu* violados e dos Municípios atingidos pelo Desastre do Rio Doce.

A participação é critério de validade *in concreto* para tutela dos direitos de grupo. A participação do grupo titular da situação jurídica coletiva é o caminho para a construção democrática das soluções. Sendo assim, seriam acertadas as posturas do Superior Tribunal de Justiça e da 5.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, ao declararem a nulidade da sentença homologatória do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta. Sua validade estaria condicionada à

---

[13] RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 218 e 219.

[14] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 378 e 380.

abertura de nova rodada deliberativa, na qual fosse garantida a informada, adequada e efetiva participação dos grupos titulares na discussão e formulação das cláusulas finais do ajuste. Ademais, impõe-se que a participação fosse averiguada pelo juiz, via controle *ope judicis*, no momento da homologação do ajustamento.

No que concerne aos objetivos gerais, este trabalho cuidará de explicar fática e juridicamente o Desastre do Rio Doce, bem como o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, a sua homologação judicial, os problemas nele diagnosticados e a nulidade da sentença que o homologou; e analisar alguns dos problemas diagnosticados nesse ajustamento sob a óptica do Direito Processual Civil Coletivo brasileiro.

Para alcance dos objetivos gerais apresentados acima, a dissertação, especificamente, apresentará os motivos que levaram à adoção da expressão Desastre do Rio Doce para se referir ao rompimento da barragem de rejeitos Fundão; descrever as localidades atingidas pelo Desastre do Rio Doce, assim como os danos verificados; explanar as ações civis públicas ajuizadas pela União, Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais e pelo Ministério Público Federal; expor a decisão de declínio da competência proferida pela Justiça Federal do Distrito Federal para julgamento da ação civil pública proposta pela União, Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais; explicar o Conflito de Competência n.º 144.922/Minas Gerais e as decisões que determinaram a competência do Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais; assinalar as medidas cautelares e de antecipação de tutela determinadas pelo Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais para contenção e reparação dos danos sociais, ambientais e econômicos; e demonstrar os recursos de agravo de instrumento interpostos pelas empresas responsáveis pelo Desastre do Rio Doce.

Para explicar a celebração do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, será destacada a instituição da Fundação Renova, o seu sistema de governança; os *Experts*, a constituição do Comitê Interfederativo e a contratação de auditoria externa independente; descrever-se-ão os programas socioeconômicos e socioambientais; demonstrar-se-á o tratamento exaustivo dado ao evento e seus efeitos; e se apontará o prazo de vigência e a previsão de submetê-lo à homologação judicial.

Além disso, será apresentada a audiência de conciliação realizada pelo Sistema de Conciliação do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, que resultou na homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta.

Outro aspecto a se apresentar serão os problemas diagnosticados nos processos de elaboração, celebração e homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, notadamente aqueles identificados pelo Ministério Público Federal quando da interposição de Embargos de Declaração em virtude da sentença homologatória do ajuste.

Por fim, se tratará da declaração de nulidade da homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, ocasião em que se destacará a Reclamação n.º 31.935/Minas Gerais e se explicarão as decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça e pela 5.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

Outrossim, elencam-se, a seguir, os objetivos específicos, indispensáveis para o alcance dos objetivos gerais: abordar a autocomposição por negociação na tutela coletiva; realizar breves apontamentos sobre o compromisso de ajustamento de conduta; tratar do dever de controle *ope judicis* no momento da homologação judicial do ajustamento; e analisar o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta sob a óptica do Direito Processual Civil Coletivo brasileiro.

A presente pesquisa é descritiva e explicativa, haja vista que os capítulos segundo e terceiro têm por objeto o estudo detalhado, apesar de não exaustivo, do Desastre do Rio Doce. Isso, no que tange aos planos fático e jurídico, este último, frisa-se, no que importava para este trabalho.

Para idoneidade desta dissertação, referentemente aos capítulos supramencionados, adotou-se o procedimento de análise de documentos, porquanto as informações foram retiradas do Glossário de Defesa Civil; de documentos oficiais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, da Agência Nacional de Águas, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente e do Município de Mariana; de notas técnicas; de artigos científicos; de ações e decisões judiciais; de recursos; do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta; de reportagens; e, de sites oficiais, por exemplo, do Ministério Público Federal.

Quanto ao quarto capítulo, a pesquisa, por meio do método de revisão bibliográfica, investigou, de forma teórica, publicações sobre o Direito Processual Civil Coletivo.

Não se pode esquecer que ainda foi adotado o método qualitativo de estudo de caso, uma vez que os processos em torno do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta foram analisados mais detidamente, mormente porque o Desastre do Rio Doce é fenômeno contemporâneo, amplo e complexo. No mais, no item 4.3 e no capítulo quinto, em sede de conclusão, registramos nossas considerações.

A pesquisa proposta por esta dissertação torna-se relevante, uma vez a magnitude dos danos causados pelo rompimento da barragem Fundão, que provocou sérias violações de direitos coletivos *lato sensu*, exigindo a pronta atuação dos legitimados coletivos *ope legis*. Ademais, em razão dessa magnitude, o Desastre do Rio Doce estampou as capas dos jornais nacionais e, inclusive, internacionais de renome.

O Desastre do Rio Doce insere-se no cenário da Lei n.º 12.334/2010, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens, tendo em vista que ocorreu em razão da ruptura de barragem de mineração. O rompimento de Fundão alertou o povo brasileiro, em especial as comunidades abrangidas pela zona de autossalvamento, para que se verificassem a estabilidade e a segurança das demais barragens existentes no Brasil.

O presente estudo, igualmente, é hodierno, porquanto a ausência de codificação adequada e efetiva somada ao pedido de socorro das populações atingidas levou à promulgação da Lei n.º 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que estabeleceu uma Política de Segurança de Barragens específica para o Estado de Minas Gerais. Em âmbito nacional, no dia 25 de junho de 2019, foi aprovado, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei n.º 2.788/2019, que buscou instituir a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, além de determinar regras para eventual responsabilidade do empreendedor.

No mais, este trabalho torna-se significativo, visto que, nos capítulos segundo e terceiro, procurou unificar as principais informações fáticas e jurídicas sobre o objeto estudado, de modo que o leitor, mediante único documento, possa compreender o Desastre do Rio Doce.

Esta dissertação oferece fecundas e pormenorizadas análises acerca do Desastre do Rio Doce, tendo em vista que a pesquisa realizada baseou-se em fontes teóricas confiáveis e em obras de respeitáveis juristas, como explicado acima.

Ademais, é nítida a contribuição empírica oferecida pelo estudo proposto, visto que trata de tema com tamanha importância social no cenário brasileiro, qual seja, os desastres provocados pelo rompimento de barragens de mineração.

No que tange a sua organização, esta dissertação foi estruturada em cinco capítulos, como disposto no sumário e explicado a seguir.

Primeiramente, se cuida da *Introdução*, cujo objetivo consiste em contextualizar o leitor no tema a ser doravante abordado, apresentar o problema de pesquisa e a hipótese, assim como os objetivos gerais e específicos, esses últimos de acordo com o objetivo geral respectivo e, ainda, a metodologia utilizada, a relevância temática, as contribuições teóricas e empíricas e, ao final, a estrutura textual.

O segundo e o terceiro capítulos situarão o leitor nas principais implicações fáticas e jurídicas do Desastre do Rio Doce.

Especificamente, o segundo – designado *O Desastre do Rio Doce: Uma Análise Fático-Jurídica* – tem por finalidade a reconstrução fático-jurídica do desastre socioambiental ocasionado pelo rompimento da barragem de rejeitos Fundão. Esse capítulo contará com três blocos de abordagens.

No primeiro bloco, serão explicados os motivos conceituais e fáticos que levaram à adoção da expressão *Desastre do Rio Doce* para expor a ruptura sobredita: conceituais, visto que têm base no Glossário de Defesa Civil; fáticos, uma vez que dois estados da federação foram gravemente atingidos pela pluma de sedimentos de mineração; além disso, em razão de não apenas a empresa Samarco Mineração S/A ser responsável pelas lesões provocadas.

O segundo bloco esclarecerá os fatos e as consequências do Desastre do Rio Doce. Para tanto, explanará o rompimento da barragem Fundão e as localidades mineiras e capixabas atingidas, bem como apontará pormenorizadamente os danos verificados.

Por sua vez, no terceiro bloco pretende-se realizar uma análise jurídica do Desastre do Rio Doce, porém naquilo que for mais relevante para o estudo do Direito Processual Civil Coletivo brasileiro. Esse terceiro bloco será dividido em quatro partes.

Na primeira, serão estudadas as principais demandas ajuizadas para contenção, mitigação, compensação e reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos oriundos do rompimento de Fundão. Mas, se registre, somente aquelas com implicações jurídicas para o presente trabalho. Ou seja, as ações civis públicas que foram propostas, em 30 de novembro de 2015, pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais e, em 28 de abril de 2016, pelo Ministério Público Federal.

Num segundo momento, esse bloco jurídico também cuidará de destacar três decisões relativas à fixação da competência adequada para processamento e julgamento de tais ações civis públicas e de outras atinentes ao Desastre do Rio Doce. Trata-se da decisão de declínio da competência, proferida pela Justiça Federal do Distrito Federal, assim como da decisão liminar do Superior Tribunal de Justiça, que designou provisoriamente o Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais para decidir acerca de medidas urgentes e aquela exarada pela 1.ª Seção do mesmo Tribunal, que determinou a competência definitiva do referido Juízo.

A terceira parte anotará as medidas liminares determinadas pelo Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais para contenção e reparação dos danos sociais, ambientais e econômicos. E, na quarta, serão examinados os recursos de agravo de instrumento interpostos pelas empresas responsáveis pelo Desastre do Rio Doce no Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

O terceiro capítulo, denominado *O Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta: Celebração, Homologação Judicial, Diagnóstico dos Problemas e Nulidade da Homologação Judicial*, tem por escopo o estudo do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, firmado em 2 de março de 2016, entre a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, órgãos governamentais e as empresas responsáveis pelo Desastre do Rio Doce, e será desmembrado em quatro blocos.

O primeiro abordará as principais decorrências do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, tais como a instituição da Fundação Renova e o seu sistema de governança; a constituição do Comitê Interfederativo; a contratação de *Experts* e de auditoria externa independente; a implementação de 42 programas reparatórios e compensatórios dos danos causados pelo rompimento da barragem Fundão, sendo 22 socioeconômicos e 20 socioambientais; o tratamento exaustivo

conferido ao Desastre do Rio Doce e seus efeitos; e, por fim, o prazo de vigência do acordo e a previsão de submetê-lo à homologação judicial.

No segundo bloco, será apresentada a audiência de conciliação realizada pelo Sistema de Conciliação do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, que resultou na homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta.

No terceiro, serão apontados os problemas diagnosticados nos processos de elaboração, celebração e homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, notadamente aqueles identificados pelo Ministério Público Federal quando da interposição de Embargos de Declaração em virtude da sentença homologatória do ajuste.

Ao final, o quarto bloco tratará da declaração de nulidade da homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, ocasião em que destacará a Reclamação n.º 31.935/Minas Gerais e explicará as decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça e pela 5.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

O quarto capítulo, chamado *O Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta e o Direito Processual Civil Coletivo Brasileiro: Uma Análise Necessária*, inaugurará outro ciclo desta dissertação, qual seja, teórico e crítico-argumentativo. Tal capítulo, igualmente, será desmembrado em quatro blocos.

O primeiro apresentará o objetivo do capítulo, isto é, analisar alguns dos problemas do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta sob a óptica do Direito Processual Civil Coletivo brasileiro. Contudo, apesar de realizar importantes considerações, a abordagem não terá o fito de exaurir todas as possibilidades de discussão, até porque esse não é o objetivo primário do trabalho.

O segundo bloco cuidará da autocomposição por negociação na tutela coletiva e do compromisso de ajustamento de conduta. Já o terceiro, tratará do dever de controle *ope judicis* no momento da homologação judicial do ajustamento. Por derradeiro, no quarto bloco, o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta será analisado sob a óptica do Direito Processual Civil Coletivo brasileiro.

Enfim, o quinto capítulo consiste na *Conclusão*, em que, a partir dos estudos feitos para a construção do capítulo quarto, serão apresentados os apontamentos conclusivos.

Em ordem cronológica foram tomadas por norte as seguintes obras: (1) Antonio Gidi, *Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo: a codificação das ações coletivas no Brasil*, 2008; (2) Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe e Nelson Nery Junior, *Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto*, 2011; (3) Geisa de Assis Rodrigues, *Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta: teoria e prática*, 2011; (4) Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr. (coordenadores), *Coleção repercussões do novo CPC: processo coletivo*, 2016, especificamente no que se refere ao texto de Alexandre Amaral Gavronski, *Autocomposição no novo CPC e nas ações coletivas*; e (5) Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr., *Curso de direito processual civil: processo coletivo*, 2019.

2 O DESASTRE DO RIO DOCE: UMA ANÁLISE FÁTICO-JURÍDICA

Este capítulo tem por finalidade a reconstrução fático-jurídica do desastre socioambiental ocasionado pelo rompimento da barragem de rejeitos Fundão, no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais (MG), no dia 5 de novembro de 2015. Registra-se que não há pretensão em demonstrar a integralidade de ações judiciais ajuizadas pelos órgãos legitimados, de decisões proferidas e de recursos interpostos, mas, sim, de realizar uma análise fático-jurídica do que for mais relevante para o estudo do Direito Processual Civil Coletivo brasileiro.

2.1 DA ADOÇÃO DA EXPRESSÃO DESASTRE DO RIO DOCE COMO REFERÊNCIA AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS FUNDÃO, NO MUNICÍPIO DE MARIANA, ESTADO DE MINAS GERAIS

Neste trabalho, será utilizada a expressão *Desastre do Rio Doce* para nos referirmos ao ocorrido no Município de Mariana/MG, em razão do rompimento da barragem Fundão, no dia 5 de novembro de 2015.

O significado de desastre é apontado pelo Glossário de Defesa Civil, que o define como:

> Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. Os desastres são quantificados, em função dos danos e prejuízos, em termos de intensidade, enquanto que os eventos adversos são quantificados em termos de magnitude. A intensidade de um desastre depende da interação entre a magnitude do evento adverso e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor afetado. Normalmente o fator preponderante para a intensificação de um desastre é o grau de vulnerabilidade do sistema receptor.[15]

O Desastre do Rio Doce foi imputado a pessoas jurídicas e físicas, conforme se depreende da denúncia oferecida, em 20 de outubro de 2016, pelo Ministério Público Federal (MPF), autuada sob o n.º 0002725-15.2016.4.01.3822.[16] Ademais,

---

[15] CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de (Coord.). **Glossário de defesa civil**: estudos de riscos e medicina de desastres. 2. ed. Brasília: Imprensa Nacional, 1998. p. 52. Disponível em: <http://www.defesacivil.mg.gov.br/images/documentos/Defesa%20Civil/manuais/GLOSSARIO-Dicionario-Defesa-Civil.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

[16] A denúncia oferecida pelo MPF, em tramitação perante a 1.ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ponte Nova/MG, encontra-se disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>. Para acesso ao andamento processual da denúncia, conferir: <https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=27251520164013822&secao=P

causou graves danos multidimensionais, tais como, humanos, sociais, ambientais, econômicos, materiais, à saúde, psicológicos, espirituais, jurídicos e políticos, atingindo toda a sociedade local, parte da regional, no espectro dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, e até mesmo a nacional.

Esse complexo holístico de atingidos direta ou indiretamente dar-se-á pelo desastre ter alcançado concomitantemente trabalhadores que se encontravam na empresa; pessoas que próximo a ela residiam ou estavam; ribeirinhos; flora e fauna, prejudicando todo o ecossistema do Rio Doce e dele dependente; comerciantes e demais empresas da Cidade de Mariana/MG e da região abrangida pelo Rio Doce e, corolário lógico, a economia; além disso, mesmo o próprio Estado, principalmente os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, que dependem economicamente do tributo e da geração de emprego (diretos e indiretos), advindos das empresas causadoras do desastre.

O Glossário de Defesa Civil classifica os desastres quanto à intensidade, evolução e origem. Um desastre, no que concerne à intensidade, é classificado em quatro níveis: no nível I, enquadram-se os desastres de pequena intensidade ou desastres; no nível II, desastres de média intensidade; no nível III, desastres de grande intensidade e, no nível IV, desastres de muito grande intensidade.[17] Em razão da gravidade dos danos causados, o Desastre do Rio Doce é classificado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) como desastre de nível IV.[18] Conforme classificação do referido Glossário, os desastres desse nível caracterizam-se:

> [...] quando os danos causados são muito importantes e os prejuízos muito vultosos e consideráveis. Nessas condições, esses desastres não são superáveis e suportáveis pelas comunidades, mesmo quando bem informadas, preparadas, participativas e facilmente mobilizáveis, a menos que recebam ajuda de fora da área afetada. Nessas condições, o restabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e da

---

NV&pg=1&trf1_captcha_id=560c5a9742d2ed06abec75f4454bcf99&trf1_captcha=vc7r&enviar=Pesquisar>. Acessos em: abr. 2019.

[17] O significado de cada nível de intensidade de um desastre pode ser verificado em: CASTRO, 1998, p. 52-53.

[18] OLIVEIRA, Cristiane de; CREPALDI, Daniel Vieira; PINTO SOBRINHO, Fábio Araújo; INOJOSA, Fernanda Cunha Pirillo; PAIVA, Flávia Alves de Lima; MASCARENHAS, Gutemberg Machado; JUCÁ, Henrique César Lemos; MORAIS, José Carlos Mendes de; MACHADO, Michel Lopes; KOSOSKI, Rafaela Mariana; CALIXTO, Robson José. **Laudo técnico preliminar**: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2015. p. 2. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_Ibama.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

> ação coordenada dos três níveis do Sistema Nacional de Defesa Civil — SINDEC e, em alguns casos, de ajuda internacional.[19]

Com respeito a sua evolução, um desastre é classificado em súbito ou de evolução aguda, gradual ou de evolução crônica, ou por somação de efeitos parciais.[20] O Ibama classifica o Desastre do Rio Doce como súbito ou de evolução aguda,[21] pois se enquadra nos desastres caracterizados "pela subitaneidade, pela velocidade com que o processo evolui e, normalmente, pela violência dos eventos adversos causadores dos mesmos".[22]

Quanto à origem ou causa primária do agente causador, um desastre classifica-se em natural, humano ou antropogênico, ou misto.[23] Diante da sua imputação a pessoas jurídicas e físicas, compreende-se que o Desastre do Rio Doce, no que concerne à sua origem, é humano ou antropogênico, haja vista que foi provocado "por ações ou omissões humanas". Tais desastres "relacionam-se com o próprio homem, enquanto agente e autor. [...] podem produzir situações capazes de gerar grandes danos à natureza, aos habitats humanos e ao próprio homem [...]".[24]

Há de se registrar ainda que a opção por adotar a expressão *Desastre do Rio Doce* dá-se em razão do rompimento da barragem Fundão ter atingido em grande proporção o território capixaba, segundo será demonstrado em momento oportuno, embora tenha ocorrido na localidade de Mariana/MG, assim como pelo fato de o rio Doce, gravemente vitimado pelos rejeitos de minério provenientes do rompimento, banhar os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo (ES).

Além disso, não é conveniente vincular apenas à empresa Samarco Mineração S/A os danos decorrentes do Desastre do Rio Doce, uma vez que outras pessoas jurídicas e físicas também foram responsabilizadas.

Por tais motivos, esta dissertação não se utiliza das expressões Desastre de Mariana, Desastre Ambiental da Samarco, Caso Rio Doce, Caso Mariana, Caso Samarco, entre outras, para referir-se ao rompimento da barragem Fundão.

A expressão *Desastre do Rio Doce* igualmente foi adotada no Painel III, Água e Mineração: Segurança de Barragens e Contaminação – O Caso "Mariana"

---

[19] CASTRO, 1998, p. 53.
[20] Para maior esclarecimento quanto à classificação evolutiva de um desastre, conferir: CASTRO, 1998, p. 53.
[21] OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 3.
[22] CASTRO, 1998, p. 53.
[23] Para classificação do desastre quanto à origem ou causa primária do agente causador, conferir: CASTRO, 1998, p. 53-54.
[24] CASTRO, 1998, p. 54.

(Desastre do Rio Doce), do IV Seminário Internacional Água, Vida e Direitos Humanos à luz dos Riscos Socioambientais, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em parceria com o MPF e a Escola Superior do Ministério Público (ESMP), nos dias 11 e 12 de dezembro de 2017, em Brasília.[25]

2.2 UMA ANÁLISE FÁTICA DO DESASTRE DO RIO DOCE

2.2.1 Do rompimento da barragem Fundão e das localidades atingidas

O dia 5 de novembro de 2015 marcou o maior desastre socioambiental da história do Brasil no setor de mineração.[26] No subdistrito de Bento Rodrigues,

[25] Segundo a nota de rodapé n.º 1, do Relatório sobre o Painel III: "A expressão que entendemos mais correta para descrever todas as implicações jurídicas do caso é 'Desastre do Rio Doce'. Algumas razões de ordem técnica indicam neste sentido: 1) desastre não se limita a questões de origem natural, incluindo as consequências provocadas por ações antrópicas, ações humanas, neste sentido: "Uma definição normativa de desastres (*lato sensu*) pode ser encontrada na própria legislação brasileira, segundo a qual esse consiste no 'resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais' (Art. 2.º, II, Decreto n.º 7.257/2010)''. (CARVALHO, Delton Winter de. **Desastres ambientais e sua regulação jurídica**: deveres de prevenção, resposta e compensação ambiental. São Paulo: RT, 2015, parte I; o Autor deixa claro que se trata de eventos que atingem comunidades e possuem uma dimensão social, para além da dimensão individual); 2) o Rio Doce é um *rio nacional* que se estende por dois estados da federação brasileira, Minas Gerais e Espírito Santo, sendo que o desastre atingiu de forma intensa ambos os Estados-membros. Muito embora a localidade inicial do impacto tenha sido a Cidade de Mariana e a comunidade de Bento Rodrigues, hoje, a extensão do dano já atingiu todos os integrantes da bacia hidrográfica e, em alguns casos, [...] pelas dimensões do impacto, pessoas e grupos de pessoas que estão inclusive fora da bacia hidrográfica do Rio Doce, visto que o dano atingiu o mar territorial brasileiro e ecossistemas que não obedecem a limites geográficos fixos; 3) o termo desastre inclui as três esferas de responsabilidade jurídica consequentes aos fatos, ou seja, a responsabilidade civil, a responsabilidade administrativa e a responsabilidade criminal, bem como os danos e ilícitos que atingem grupos ou indivíduos, individuais ou coletivo, ambientais, sociais, econômicos, entre outros. No mais, nas palavras de Leandro Scalabrin, advogado, integrante da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAAP) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): "O caso não é de Mariana, mas da Bacia do Rio Doce (Desastre do Rio Doce)". Para acessar essas informações, conferir: ZANETI JR., Hermes (Relator). **Relatório painel III**: água e mineração: segurança de barragens e contaminação. O caso "Mariana" (Desastre do Rio Doce). Brasília, 2017. p. 1, 2 e 13.

[26] Segundo informes do Ibama: **Rompimento da barragem de Fundão**: documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/informes/rompimento-da-barragem-de-fundao>. Acesso em: 5 fev. 2018.
De acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA): "No Brasil, há registros de alguns desastres envolvendo barragens ou pilhas de rejeitos de mineração, conforme dados do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad). Porém, *nenhum deles atingiu as proporções do evento ocorrido em Mariana*, o qual resultou em um *desastre ambiental* com grande repercussão nacional e internacional": **Encarte especial sobre a bacia do Rio Doce**: rompimento da barragem em Mariana/MG. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas: Brasília, 2016. p. 5. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/RioDoce/EncarteRioDoce_22_03_2016v2.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2018. Destaque nosso.

Distrito de Santa Rita Durão, Município de Mariana/MG, a barragem de rejeitos de mineração de ferro denominada Fundão, situada no Complexo Minerário de Germano, de responsabilidade da mineradora Samarco S/A, empresa controlada pela Vale S/A e pela BHP Billiton Brasil Ltda., rompeu-se e liberou imediatamente, no meio ambiente, 34[27] milhões de metros cúbicos de resíduos, enquanto 16 milhões acumularam-se nas proximidades do desastre. No instante do rompimento, a barragem Fundão armazenava o volume de 50[28] milhões de metros cúbicos de rejeitos.[29]

A Recomendação n.º 8/2017, do Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU), vinculado à Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente, que dispõe sobre os impactos ambientais causados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG, no dia 5 de novembro de 2015, afirma tratar-se do "[...] *maior desastre ambiental mundial do setor de mineração*, em termos de volume de rejeitos que vazou das estruturas de contenção de rejeitos, dimensão da área afetada e dimensão dos danos". Além disso, a referida Recomendação aponta "que o relatório independente apresentado no dia 29 de agosto de 2016 por uma empresa contratada pelas controladoras da mineradora, a Vale e BHP Billiton, reitera o fato de que o rompimento da barragem da Samarco em Mariana, em 5 de novembro de 2015, '[...] *foi provocado por falhas de drenagem e pela obra de recuo da face da represa feita pela mineradora* [...]'": **Recomendação CNZU n.º 08, de 12 de janeiro de 2017**: dispõe sobre os impactos ambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão (Mariana/MG), ocorrido no dia 05 de novembro de 2015. p. 1. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80049/Biodiversidade%20Aquatica/CNZU/Recomendacao%20CNZU%20n%208%20impactos%20ambientais%20da%20barragem%20de%20Fundao%20-%20Mariana-MG.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019. Destaque nosso.

[27] A quantidade de rejeitos de minério de ferro despejada no meio ambiente em razão do rompimento da barragem Fundão é divergente. Para exemplificar, cita-se: a empresa Samarco Mineração S/A aponta um total de 32,6 milhões de metros cúbicos, conforme informação disponível em: <http://www.samarco.com/rompimento-de-fundao/>; o MPF indica que mais de 40 milhões de metros cúbicos foram lançados na bacia do Rio Doce, segundo pode ser observado em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/apresentacao>; por sua vez, o jornal O GLOBO registra que 62 milhões de metros cúbicos foram despejados, de acordo com reportagem disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/maior-desastre-ambiental-do-brasil-tragedia-de-mariana-deixou-19-mortos-20208009>. Acessos em: 7 fev. 2018.
A presente pesquisa adota o quantitativo de 34 milhões de metros cúbicos de rejeitos minerais, segundo informado pela ANA: **Encarte especial sobre a bacia do Rio Doce**: rompimento da barragem em Mariana/MG. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas: Brasília, 2016. p. 23. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/RioDoce/EncarteRioDoce_22_03_2016v2.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2018; e pelo Ibama: OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 3, uma vez que se trata dos órgãos técnicos nacionais responsáveis, respectivamente, pela gestão e fiscalização do uso dos recursos hídricos e pela conservação e proteção do meio ambiente.

[28] De acordo com a empresa Samarco Mineração S/A, a barragem Fundão mantinha um volume de rejeitos de aproximadamente 55 milhões de metros cúbicos. Informação disponível em: <http://www.samarco.com/rompimento-de-fundao/>. Acesso em: 7 fev. 2018.

[29] **Encarte especial sobre a bacia do Rio Doce**: rompimento da barragem em Mariana/MG. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas: Brasília, 2016. p. 23. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/RioDoce/EncarteRioDoce_22_03_2016v2.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2018.
"*Em 27/01/2016, houve registro de novo deslizamento de rejeitos de mineração a partir de grande erosão no Dique Sela, estrutura que liga a barragem Germano a Fundão*. *Com esse novo evento, segundo quantitativo avaliado em relatório encaminhado pela Samarco, aproximadamente 960.000 metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro vazaram pelo vale* [...], podendo grande parcela desse volume atingir os cursos d'água à jusante, chegando à foz do Rio Doce e ao mar territorial": **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo**

Os rejeitos de minério de ferro lançados pela barragem Fundão atingiram a barragem Santarém logo a jusante, o que causou seu galgamento e a formação de uma onda de lama que percorreu o Córrego Santarém, o Rio Gualaxo do Norte por 55 quilômetros (Km), desaguou no Rio do Carmo e, depois de deslocar-se por 22 km, alcançou o Rio Doce. Após 16 dias do desastre, isto é, em 21 de novembro de 2015, mais precisamente às 15 horas, os resíduos de mineração chegaram à foz do Rio Doce, no oceano Atlântico, Distrito de Regência, Município de Linhares/ES.[30] A pluma de sedimentos também atingiu o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, no Estado da Bahia, localizado a aproximadamente 250 km da foz do Rio Doce.[31]

A onda de lama soterrou a maior parte do território do Subdistrito de Bento Rodrigues, situado a pouco mais de 5 km das barragens Fundão e Santarém, onde moravam em torno de 600 habitantes, causou a destruição de 207 dos 251 imóveis existentes naquela localidade,[32] arrastou automóveis, maquinários, semoventes e destruiu plantações e logradouros.[33]

No Estado de Minas Gerais, foram atingidas as localidades de Cláudio Manuel, Bento Rodrigues, Camargos, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Pedras,

---

Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG. p. 24 e 25. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018. Destaque nosso.

[30] **Encarte especial sobre a bacia do Rio Doce**: rompimento da barragem em Mariana/MG. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas: Brasília, 2016. p. 23. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/RioDoce/EncarteRioDoce_22_03_2016v2.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2018.
A passagem da massa de água com elevada turbidez foi acompanhada diariamente pelo CPRM – Serviço Geológico do Brasil. Para monitoramento detalhado com informações sobre período e dia, conferir: **Monitoramento especial da bacia do Rio Doce**: Relatório 01: acompanhamento da onda de cheia - primeira campanha de campo. Belo Horizonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2015. p. 10. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/hidrologia/eventos_criticos/riodoce_relatorio1.pdf>. Acesso em: mar. 2019.
Para imagem com demonstração da passagem da água com elevada turbidez, conferir: **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 23. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

[31] Segundo informações disponíveis em: <http://www.uerj.br/noticia/pesquisa-da-uerj-comprova-contaminacao-de-abrolhos-por-residuos-da-samarco/>. Acesso em: 11 mar. 2019.
A página do Facebook *Abrolhos Sky Watch* acompanha a dispersão da pluma de sedimentos no trecho entre a foz do Rio Doce e o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

[32] **Encarte especial sobre a bacia do Rio Doce**: rompimento da barragem em Mariana/MG. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas: Brasília, 2016. p. 23. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/RioDoce/EncarteRioDoce_22_03_2016v2.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2018.

[33] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 62. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: abr. 2019.

Gesteira, Borba Gato, Campinas, Ipiranga, Pedra Corrida, Baguari, Quatituba,[34] Acaiaca, Aimorés, Alpercata, Barra Longa, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Bugre, Caratinga, Conselheiro Pena, Córrego Novo, Dionísio, Fernandes Tourinho, Galiléia, Governador Valadares, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Itueta, Mariana, Marliéria, Naque, Periquito, Pingo D'água, Ponte Nova, Raul Soares, Resplendor, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem-Peixe, Sobrália, Timóteo, Tumiritinga, Rio Casca,[35] Águas Claras, Ponte do Gama[36] e Coronel Fabriciano[37].

Por sua vez, as regiões afetadas pelo Desastre do Rio Doce no território do Estado do Espírito Santo foram Baixo Guandu, Colatina, Itapina, Marilândia, Linhares, Ferrugem, Pontal do Ipiranga, Barra Seca, Povoação, Regência, São Mateus, Urussuquara, Campo Grande, Barra Nova Sul, Barra Nova Norte, Nativo, Fazenda Ponta, São Miguel, Gameleira, Aracruz, Portal de Santa Cruz, Itaparica, Santa Cruz, Mar Azul, Vila do Riacho, Barra do Sahy, Barra do Riacho, Serra e Nova Almeida.[38]

---

[34] Segundo informações contidas na figura *O Caminho dos Rejeitos*, que pode ser encontrada em: <https://www.samarco.com/rompimento-de-fundao/>. Acesso em: fev. 2018.

[35] Tais regiões foram apontadas pelo Ibama, conforme: OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 29-30.

[36] As localidades de Águas Claras e Ponte do Gama foram indicadas pelo MPF: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/o-desastre>. Acesso em: fev. 2018.

[37] O Município de Coronel Fabriciano/MG foi apontado pelo jornal Hoje em Dia: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/prefeituras-de-39-cidades-atingidas-pela-lama-se-re%C3%BAnem-em-mariana-1.345231>. Acesso em: fev. 2018.

[38] Informações disponibilizadas pelo MPF: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/o-desastre>; pela empresa Samarco Mineração S/A: <https://www.samarco.com/rompimento-de-fundao/> e pelo jornal Gazeta Online: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/03/19-areas-no-estado-entraram-na-lista-dos-atingidos-pela-samarco-1014040153.html>. Acessos em: fev. 2018.

A quantidade de localidades atingidas pelo Desastre do Rio Doce é dissonante. A empresa Samarco Mineração S/A informa que, "no total, 39 municípios foram impactados nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo": <https://www.samarco.com/rompimento-de-fundao/>; ao passo que o MPF registra que foram "41 cidades afetadas em Minas Gerais e no Espírito Santo": <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/o-desastre>. Entretanto, ambos não especificam pormenorizadamente todas as regiões atingidas. O Ibama também aponta que 41 Municípios foram afetados pelo Desastre do Rio Doce, a partir de Mariana/MG, até a foz do Rio Doce em Linhares/ES, apresentando uma tabela com tais localidades, conforme pode ser verificado em: OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 29-30. Contudo, segundo pode ser observado nas informações contidas nas notas de rodapé n.ºs 34, 35, 36, 37 e 38, deste trabalho, *foram atingidas pelo Desastre do Rio Doce, 53 localidades no Estado de Minas Gerais e 29 no Estado do Espírito Santo, totalizando 82 regiões impactadas*.

2.2.2 Dos danos verificados

O Desastre do Rio Doce impactou a vida de milhares de pessoas[39] e causou danos multidimensionais graves, individuais e coletivos, dentre eles, humanos, sociais, ambientais, econômicos, materiais, à saúde, psicológicos, espirituais, além dos impactos reflexos decorrentes da própria estratégia de reparação dos danos.

Em consequência da magnitude do Desastre do Rio Doce, este trabalho não tem por escopo o esgotamento dos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão, em Mariana/MG, em que pese apontar muitos dos prejuízos sofridos pelas pessoas e localidades atingidas. Até porque, se o objetivo fosse esse, não seria passível de realização, visto que ainda hoje são constatados impactos decorrentes da enxurrada de rejeitos de mineração, tal como ocorreu com o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, na Bahia, cujos danos somente foram confirmados no ano de 2019[40]. Destarte, uma vez que o processo de verificação dos danos está em andamento, o Desastre do Rio Doce ainda se encontra em curso.

2.2.2.1 Dos danos humanos, sociais e ambientais

[39] Segundo exposição de Leandro Scalabrin, advogado, integrante da RENAAP e do MAB, no Painel III, Água e Mineração: Segurança de Barragens e Contaminação – O Caso Mariana (Desastre do Rio Doce), do IV Seminário Internacional, Água, Vida e Direitos Humanos à luz dos Riscos Socioambientais, realizado pelo CNMP em parceria com o MPF e a ESMP, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2017, em Brasília: "mais de *311 mil pessoas* foram atingidas em escala microrregional e mais de *3 milhões de pessoas* em uma perspectiva mais ampla". Para acessar essa informação, conferir: ZANETI JR., Hermes (Relator). **Relatório painel III**: água e mineração: segurança de barragens e contaminação. O caso "Mariana" (Desastre do Rio Doce). Brasília, 2017. p. 13.
Além disso, de acordo com a ANA, *424 mil pessoas* de 12 Municípios que captam água diretamente no Rio Doce foram afetadas pela interrupção total ou parcial do abastecimento: **Encarte especial sobre a bacia do Rio Doce**: rompimento da barragem em Mariana/MG. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas: Brasília, 2016. p. 30. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/RioDoce/EncarteRioDoce_22_03_2016v2.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2018. Destaque nosso.
Conforme notícia do portal do Ministério da Saúde: "[...] *1,2 milhões de atingidos* ao longo da bacia do Rio Doce". Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/svs/42662-defesa-do-sus-pauta-debates-na-1-cnvs>. Acesso em: dez. 2018. Destaque nosso.
Por fim, um relatório elaborado pela Justiça Global, organização não governamental de direitos humanos, salienta que: "encontra-se em risco a dignidade humana de *3,2 milhões de pessoas*, que é o número estimado de habitantes da bacia do Rio Doce, principal afetada pelo desastre socioambiental": GLOBAL, Justiça. **Vale de lama**: relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão. p. 2. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Vale-de-Lama-Justi--a-Global.pdf>. Acesso em: jan. 2019. Destaque nosso.

[40] Conforme pode ser corroborado em: <http://www.uerj.br/noticia/pesquisa-da-uerj-comprova-contaminacao-de-abrolhos-por-residuos-da-samarco/>. Acesso em: abr. 2019.

Quanto a danos humanos, a força e o grande volume de rejeitos de mineração de ferro, provenientes do rompimento da barragem Fundão, causaram a morte de 19 pessoas, sendo 13 funcionários da Samarco Mineração S/A e de empresas por ela contratadas, 4 moradores e 1 visitante do Subdistrito de Bento Rodrigues e 1 indivíduo cujo corpo nunca foi encontrado.[41]

No âmbito social, a devastação ocorrida em virtude da passagem da onda de lama e o consequente desalojamento das comunidades ocasionaram a desagregação dos vínculos sociais. O Ibama aponta a perda de identidade e de referências culturais e de lugar das pessoas residentes nas localidades destruídas, uma vez a separação física dos vizinhos e grupos pertencentes à determinada comunidade, gerando danos insanáveis, visto que os laços sociais construídos ao longo do tempo não serão reconstruídos a partir de indenizações e/ou realojamento dos atingidos em casas alugadas.[42]

Segundo o MPF, as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem Fundão "perderam o estilo de vida pacífico de que desfrutavam em comunidade e a tranquilidade que o convívio diário nas comunidades atingidas lhes propiciava". O Desastre do Rio Doce causou a destruição da "história de vida de comunidades inteiras".[43]

Ademais, em decorrência da pluma de rejeitos de mineração, verificou-se a destruição de áreas de preservação permanente e de matas ciliares remanescentes (fragmentos/mosaicos); o soterramento da vegetação terrestre e aquática e de indivíduos de menor porte do sub-bosque; a supressão de indivíduos arbóreos; a mortandade da biodiversidade aquática e da fauna terrestre; a remoção da camada superficial do solo; o assoreamento de cursos d'água; a contaminação das faixas marginais dos rios atingidos e da água; a alteração do fluxo hídrico e dos padrões de qualidade da água doce[44], salobra e salgada; perda e fragmentação de habitats e

---

[41] **Rompimento de Fundão**: entenda o rompimento. Disponível em: <https://www.samarco.com/rompimento-de-fundao/>. Acesso em: fev. 2018.

[42] OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 4 e 28.

[43] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 62. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: abr. 2019.

[44] "A qualidade da água do Rio Doce estará sujeita a variações decorrentes da liberação da massa de rejeitos acumulada em sua calha quando da ocorrência de chuvas e consequente aumento da vazão, intervenções físicas abruptas no rio e outras ações antrópicas. Nesse contexto, poderão ocorrer novos picos de turbidez, queda de oxigênio dissolvido, aumento temporário da concentração de metais e prejuízos para os diversos usos de água da bacia, por períodos indeterminados e, ainda,

restrição ou enfraquecimento dos serviços ambientais dos ecossistemas. Foram impactados 663,2 km de cursos d'água.[45]

O ICMBio, por meio da nota técnica n.º 24/2015, apontou como consequências ambientais decorrentes da pluma de lama e mineração proveniente do rompimento da barragem Fundão:

> a) Destruição de habitat; b) Contaminação da água com lama de rejeitos; c) Assoreamento do leito dos rios; d) Soterramento das lagoas e nascentes adjacentes ao leito dos rios; e) Destruição da vegetação ripária e aquática; f) Interrupção da conexão com tributários e lagoas marginais; g) Alteração do fluxo hídrico; h) Impacto sobre estuários e manguezais na foz do Rio Doce; i) Destruição de áreas de reprodução de peixes; j) Destruição de áreas "berçários" de reposição da ictiofauna (áreas de alimentação de larvas e juvenis); k) Alteração e empobrecimento da cadeia trófica em toda a extensão do dano; l) Interrupção do fluxo gênico de espécies entre corpos d'água; m) Perda de espécies com especificidade de habitat (corredeiras, locas, poços, remansos, etc.); n) Mortandade de espécimes em toda a cadeia trófica; o) Piora no estado de conservação de espécies já listadas como ameaçadas e ingresso de novas espécies no rol de ameaçadas; p) Comprometimento da estrutura e função dos ecossistemas; q) Comprometimento do estoque pesqueiro - Impacto sobre a pesca.[46]

De acordo com a nota técnica n.º 02001.002155/2015-91, do Centro de Sensoriamento Remoto (CSR) do Ibama, cujo objetivo é calcular a área atingida pela pluma de rejeitos de mineração, no tocante às bacias dos Rios Gualaxo do Norte e do Carmo, em Minas Gerais, "o rompimento da barragem de Fundão causou a destruição de 1.469 hectares ao longo de 77 km de cursos d´água, incluindo áreas de preservação permanente".[47] Por sua vez, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) "concluiu que a área total impactada pelos rejeitos corresponde a 1.587,005

---

imprevisíveis. *A recuperação da qualidade das águas será, portanto, um processo longo e persistente*, que deverá ser acompanhado por monitoramento quali-quantitativo consistente e minuciosa investigação dos vários aspectos envolvidos": **Encarte especial sobre a bacia do Rio Doce**: rompimento da barragem em Mariana/MG. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas: Brasília, 2016. p. 49. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/RioDoce/EncarteRioDoce_22_03_2016v2.pdf>. Acesso em: mar. 2019. Destaque nosso.

No mais, a ANA elaborou relatório pormenorizado sobre os cursos de água doce, sobretudo, acerca da qualidade da água na bacia hidrográfica do Rio Doce. Para informações técnicas detalhadas, conferir as páginas 5, 31 e seguintes do referido encarte.

[45] OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 3, 4, 5, 10 e 11.

[46] SENHORINI, José Augusto; CECCARELLI, Paulo Sergio; PERES, Wellington Adriano Moreira. **Nota Técnica n.º 24/2015/CEPTA/DIBIO/ICMBIO**: consequências parciais na biodiversidade aquática da bacia do Rio Doce, provocadas pelo rompimento das barragens de rejeitos de mineração da Samarco Mineradora S.A, no município de Mariana, MG. Pirassununga: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2015. p. 4 e 5. Disponível em:<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/Documentos/nota_tecnica__24_2015_CEPTA_ICMBio.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

[47] Conforme OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 10. O inteiro teor da nota técnica n.º 02001.002155/2015-91, do CSR/IBAMA pode ser encontrado em: OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 39-55.

hectares. Desse total, a área de vegetação de Mata Atlântica afetada ou impactada equivale a 511,087 hectares".[48]

De acordo com o MPF, 240,88 hectares da Mata Atlântica e 45 hectares de Mata Atlântica com eucalipto foram devastados, sendo coletadas 29.300 carcaças de peixes ao longo dos Rios do Carmo e Doce, o que equivale a uma mortandade de 14 toneladas.[49] Segundo o Ibama, "[...] até o dia 26/12/2015, foram [...] retirados do Rio Doce mais de 28.000 exemplares de peixes mortos, pertencentes a dezenas de espécies que utilizam os mais diversos ambientes do ecossistema aquático".[50] Além disso, em todo o percurso entre o Município de Aimorés/MG e o Distrito de Regência, em Linhares/ES, foi constatada a morte de 7.410 peixes de 21 espécies, entre elas, curimbatás, mandis, tucunaré, dourado, traíra, tilápia, cascudo, piranha, peixe cachorro, pacu e lambari.[51]

O MPF salienta que, em visita realizada no dia 9 de novembro de 2015, foram encontrados peixes mortos às margens do Rio Doce, no Município de Ipatinga, em local conhecido como Ponte Metálica. Os impactos do rompimento da barragem Fundão também recaíram sobre a reprodução de animais aquáticos, visto que "diversos peixes e camarões de água doce estavam prontos para desova", o que foi confirmado através das "necropsias realizadas em espécies coletadas no Rio Doce".[52]

No que diz respeito aos impactos sobre a ictiofauna, o IEF destacou a "indução na migração de peixes para afluentes do Rio Doce com menos recursos

---

[48] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 36. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018. Não foi possível acesso ao relatório do IEF.

[49] De acordo com informações colhidas no site do MPF: **MPF denuncia 26 por tragédia em Mariana (MG)**: alguns números do desastre. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-denuncia-26-por-tragedia-em-mariana-mg>. Acesso em: 9 fev. 2018.

[50] **Nota Técnica n.º 02001.000088/2016-51 da Coordenação Geral de Autorização de Uso da Flora e Floresta (CGAUF) do IBAMA**: análise do plano apresentado pela empresa Samarco em atendimento à notificação 8261/E. p. 4. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/notastecnicas/2016-01-nota_tecnica_plano_recuperacao.pdf>. Acesso em: abr. 2019.
Ademais, a referida nota técnica, ainda na página 4, registra: "é muito provável que uma quantidade imensuravelmente maior de peixes morreu decorrente das alterações causadas nos cursos de água pela ruptura da barragem, mas não foi devidamente identificada e recolhida por questões de logística".

[51] SENHORINI *et al*, 2015, p. 5.

[52] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 46 e 50. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

em função da má qualidade das águas deste curso d'água, comprometendo sobremaneira a sua sobrevivência". Ademais, organismos aquáticos produtores, tais como, fitoplâncton, perifíton e macrófitas aquáticas submersas também foram afetados, já que o aumento dos níveis de turbidez dos cursos d'água inviabiliza o processo de fotossíntese devido ao bloqueio da entrada de luz solar.[53]

O morticínio de animais também foi verificado nos Parques Estaduais do Rio Doce e Sete Salões, uma vez que "exemplares da mastofauna, como lontra e capivara" foram encontrados mortos. Nesses parques, foi constatada a "impossibilidade de dessedentação e travessia de animais silvestres entre a unidade de conservação e os remanescentes florestais no seu entorno", bem como houve o "comprometimento da dinâmica de metapopulação de espécies, especialmente da fauna, que efetivamente cruza o Rio Doce para garantir a viabilidade de suas populações, comprometendo processos estruturantes de colonização e extinção", o que acarretou "graves distúrbios nessa dinâmica".[54]

No mais, o Município de Bom Jesus do Galho/MG constatou "a morte de bovinos que eram criados nas proximidades do Rio Doce, bem como a ocorrência de abortamento de várias vacas da raça nelore [...]". A onda de rejeitos de mineração ainda causou a morte de exemplares de répteis e anfíbios. Para esses animais, o principal impacto observado trata-se do "comprometimento do substrato dos cursos d'água atingidos e do seu ambiente bentônico, afetando a reprodução das espécies e mesmo a sobrevivência dos exemplares remanescentes".[55]

O Ibama ressalta que a pluma de lama e mineração proveniente do rompimento da barragem Fundão provocou "alterações físico-químicas", que impactaram "toda a cadeia trófica, que envolve desde a comunidade planctônica,

---

[53] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 48. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018. Não foi possível acesso ao relatório do IEF.

[54] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 43. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018. Não foi possível acesso ao relatório do IEF que analisou os impactos sofridos pela mastofauna na região dos Parques Estaduais do Rio Doce e Sete Salões.

[55] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 45. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

invertebrados aquáticos, peixes, anfíbios, répteis e mamíferos que dependem direta e indiretamente das águas do Rio Doce".[56]

Ademais, "a ruptura da barragem causou a criação de um novo canal para o córrego em elevação inferior àquele anterior ao desastre [...]". O Córrego Santarém, localizado nas proximidades da barragem Fundão, foi completamente devastado pela onda de rejeitos de mineração e pelo arraste de objetos diversos para sua calha. "Houve, ainda, assoreamento drástico dos Rios Gualaxo do Norte, Carmo e parte do Rio Doce até a barragem de Candonga, no primeiro momento de impacto da lama".[57]

A bacia hidrográfica do Rio Doce também foi gravemente afetada pela pluma de sedimentos de minério de ferro:

> Conforme o Relatório n.º RT_001-159-515-2282-02-J, elaborado pela Golder Associates, p. 02, "os impactos identificados incluíram mudanças em habitats físicos, em particular na parte mais a montante da bacia hidrográfica do Rio Doce, alterações na qualidade da água e em ambientes terrestres adjacentes ao sistema fluvial, e efeitos potenciais para organismos aquáticos de água doce e para espécies costeiras" [...].[58]

Ainda em decorrência da onda de lama, foram observadas alterações no aspecto de todo o curso do Rio Doce em virtude dos altos níveis de turbidez apresentados,[59] o que foi decisivo para ocorrência dos impactos verificados, "'[...] inclusive na mortandade de peixes, na operação de equipamentos hidromecânicos e

---

[56] OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 16.

[57] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 16. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

[58] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 17. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.
Vale observar que a empresa Golder Associates Brasil Consultoria e Projetos Ltda. foi contratada pela empresa Samarco Mineração S/A para atuar na recuperação ambiental com relação aos impactos sofridos pelo meio ambiente.

[59] OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 6.
"De acordo com o Relatório Técnico Análise Preliminar sobre a Qualidade d'água e seus Reflexos sobre os Usos da Água, produzido pela Agência Nacional de Águas – ANA, a turbidez da água atingiu valores acima de 100.000 NTU, chegando a ficar acima de 500.000 NTU em Belo Oriente, em 08/11/2015. Posteriormente à passagem da onda de lama, o valor de turbidez reduziu-se significativamente, mantendo-se, porém, em valores superiores a 5.000 NTU [...]". Contudo, em nota de rodapé, o MPF esclarece que, "de acordo com a Resolução CONAMA n.º 357/2005, o limite de turbidez de águas doces classe 2 é de até 100 NTU": **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 18. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018. Não foi possível acesso ao relatório técnico Análise Preliminar sobre a Qualidade D'água e seus Reflexos sobre os Usos da Água, elaborado pela Agência Nacional de Águas.

na viabilidade do tratamento da água bruta para abastecimento urbano [...]'". Ademais, "[...] o oxigênio presente nas águas do Rio Doce também foi diretamente afetado [...]. Em vários pontos monitorados, chegou-se a zero, o que impactou negativamente a ictiofauna".[60]

A unidade de conservação do Parque Estadual do Rio Doce foi gravemente atingida pela pluma de sedimentos de mineração provenientes do rompimento da barragem Fundão, tendo acontecido:

> i) invasão da lama de rejeitos de minério de ferro em *42,39 km, no Rio Doce, no interior do Parque Estadual do Rio Doce e em 16,78 km na sua zona de amortecimento*; ii) transbordamento da lama para o interior do *Ribeirão do Belém*, *afluente do rio Doce que passa pelo interior da UC*, em cerca de 30 metros, *contaminando este importante curso d'água* e *prejudicando a fauna do Parque Estadual do Rio Doce*; iii) *acentuação do processo de assoreamento do Rio Doce* e de *degradação de sua margem* que divisa com a UC, o que *compromete o substrato do rio e seu ambiente bentônico*, que, pela presença desta camada inerte, pode impedir o uso e reprodução da ictiofauna, anteriormente existente.[61]

O Rio Doce, no trecho que atravessa o Parque Estadual Sete Salões, também sofreu com os impactos oriundos da ruptura da barragem. A onda de lama acentuou o assoreamento do rio e, em decorrência disso, agravou a situação de enchentes e inundações na região; danificou a vegetação de preservação permanente e alterou as "condições estéticas do meio" e a "paisagem do Rio Doce que está diretamente ligada a identidade da unidade de conservação".[62]

Grandemente afetada pela pluma de minério de ferro, "a bacia aérea de Barra Longa também se tornou tóxica devido ao pó proveniente da lama seca, exacerbado pelas obras de reconstrução da cidade", de modo que "os níveis de particulados chegaram a atingir níveis de concentração altos, superiores aos

---

[60] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 18. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

[61] Segundo informações disponibilizadas na página 2, do Relatório n.º 4/2015, de autoria do Instituto Estadual de Florestas do Estado de Minas Gerais (IEF/MG) e referenciadas na **ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 19. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018. Destaque nosso. Não foi possível acesso ao relatório supramencionado.

[62] De acordo com o Relatório Técnico n.º 01/2015, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais, que foi citado na **ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 21 e 22. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018. Não foi possível acesso ao relatório referido.

encontrados nas grandes metrópoles brasileiras". Ademais, verificou-se que a onda de lama "causou o revolvimento e aumento da biodisponibilidade de uma série de componentes tóxicos - inclusive metais demonstrados por análises - em vários componentes naturais: água, solo e fauna (peixes e crustáceos)", em diferentes locais e períodos e "em níveis superiores aos preconizados para segurança segundo as leis brasileiras".[63]

Os impactos ambientais sofridos em virtude do rompimento de Fundão favoreceram o processo de erosão do solo, prejudicando a "regularidade dos fluxos hídricos" e aumentando o "assoreamento dos cursos de água, o que inevitavelmente afeta todo o ciclo da bacia hidrológica e a manutenção da biodiversidade local". Além disso, houve "o comprometimento da própria resiliência e dos processos de sucessão das matas de galeria, decorrente da supressão de indivíduos arbóreos e da sedimentação da lama sobre a serapilheira e seus bancos de sementes".[64]

Pesquisadores das Universidades Federais do Espírito Santo (Ufes) e do Rio Grande (FURG), bem como da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), em conjunto com o ICMBio, realizaram o monitoramento dos impactos ambientais causados pelos rejeitos de mineração provenientes do rompimento da barragem Fundão, na Área de Proteção Ambiental (APA) Costa das Algas, no Refúgio de Vida Silvestre (RVS) de Santa Cruz e na Reserva Biológica (Rebio) de Comboios, todos na região marinha da foz do Rio Doce, no Estado do Espírito Santo. Para tanto, foi realizada uma expedição com o navio de pesquisa Soloncy Moura, sendo coletadas amostras de água, sedimento e de organismos vivos, como peixes, camarões e zooplâncton.[65]

Amostras de água retiradas antes da chegada da onda de lama e durante a sua passagem pelo mar, constataram "um aumento na concentração de elementos como ferro, alumínio, chumbo, cromo, cádmio e manganês [...]". Também "foi

---

[63] VORMITTAG, Evangelina da Motta Pacheco Alves de Araujo; OLIVEIRA, Maria Aparecida de; GLERIANO, Josué Souza. Avaliação de saúde da população de Barra Longa afetada pelo desastre de Mariana, Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21, 2018. p. 12. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v21/pt_1809-4422-asoc-21-e01222.pdf>. Acesso: 21 mar. 2019.

[64] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 36 e 37. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

[65] **ICMBio conclui análise sobre contaminação no rio Doce**: três espécies de peixes e duas de camarão apresentaram níveis de metais acima do estabelecido pela legislação. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2016/05/icmbio-conclui-analise-sobre-contaminacao-no-rio-doce>. Acesso em: mar. 2019.

encontrado nitrato em níveis muito acima do estabelecido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), o que pode ocasionar mudanças graves no equilíbrio ecológico da região".[66]

O estudo ainda coletou e analisou espécies dos peixes roncador, linguado e peroá e dos camarões rosa e sete barbas, as quais, em grande parte, apresentaram "níveis de [...] chumbo, cádmio, manganês e arsênio acima do estabelecido pela legislação ambiental". Quanto a este último, "em 75% das amostras de camarão rosa e *em 100% das amostras analisadas de peroá foram constatados níveis elevados de arsênio*". Além disso, nas espécies analisadas, foi verificada "a existência de estresse fisiológico [...], indicativos de bioacumulação na cadeia trófica, impactos potenciais ao ambiente e riscos de eventual contaminação humana pelo consumo do pescado".[67]

Com base nos dados apontados pelos estudiosos, o ICMBio recomendou a proibição da atividade pesqueira desenvolvida no interior da APA Costa das Algas e do RVS de Santa Cruz, tendo em vista "[...] uma grande preocupação quanto ao risco de contaminação humana pelo consumo do pescado [...]".[68]

No mais, mediante a utilização de técnicas químicas e análises detalhadas, pesquisadores constataram a presença de zinco e cobre nos corais do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, na Bahia. O diagnóstico de metais pesados nessas estruturas marinhas "coincide exatamente com a cronologia da chegada da pluma de sedimentos da Samarco". Além do mais, trata-se de dano irreparável, em razão da extensão acometida. O estudo pretende ainda monitorar e avaliar os impactos sobre a área afetada.[69]

---

[66] **ICMBio conclui análise sobre contaminação no rio Doce**: três espécies de peixes e duas de camarão apresentaram níveis de metais acima do estabelecido pela legislação. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2016/05/icmbio-conclui-analise-sobre-contaminacao-no-rio-doce>. Acesso em: mar. 2019.

[67] **ICMBio conclui análise sobre contaminação no rio Doce**: três espécies de peixes e duas de camarão apresentaram níveis de metais acima do estabelecido pela legislação. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2016/05/icmbio-conclui-analise-sobre-contaminacao-no-rio-doce>. Acesso em: mar. 2019.

[68] COSER, Lígia Mara; PASSOS, Lieze Alves; BONACH, Kelly. **Nota Técnica n.º 02/2016 Conjunta – APA Costa das Algas / RVS de Santa Cruz**: relato das informações apresentadas pelos pesquisadores da Ufes e FURG quanto à contaminação de organismos marinhos na costa capixaba e suas implicações na proibição de pesca de camarão e demais recursos pesqueiros no interior da APA Costa das Algas e do RVS de Santa Cruz/ES. Vitória: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2016. p. 5-10. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Rio_Doce/dcom_nota_tecnica_02_2016_conjunta_apa_costadasalgas_rvs_desantacruz.pdf>. Acesso em: mar. 2019.

[69] Segundo informações disponíveis em: <http://www.uerj.br/noticia/pesquisa-da-uerj-comprova-contaminacao-de-abrolhos-por-residuos-da-samarco/>. Acesso em: 11 mar. 2019.

Um estudo desenvolvido por pesquisadores da Universidade Estadual de Feira de Santana, intitulado *Girinos como bioindicadores da qualidade da água do Rio Doce*, objetivou verificar se esses animais, presentes em determinadas regiões que foram afetadas pela lama proveniente do rompimento da barragem Fundão, bioacumularam metais pesados, causando danos à qualidade da água e da anurofauna local.[70]

Para tanto, nos meses de setembro, novembro e dezembro de 2016, foram coletadas amostras de água superficial, sedimentos e girinos em 25 pontos distribuídos ao longo do Rio Doce, nos Municípios de Baixo Guandu, Colatina e Linhares, no Estado do Espírito Santo, e dos Rios Gualaxo e Piracicaba, nas Cidades de Mariana e Aimorés, no Estado de Minas Gerais. Dentre esses locais,

---

Esta pesquisa foi conduzida pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), com colaboração da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), sob coordenação do professor Heitor Evangelista, do Laboratório de Radioecologia e Mudanças Globais (LARAMG). Além disso, conforme a reportagem, o presente estudo foi encaminhado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e integrará os autos da multa ambiental aplicada em desfavor da empresa Samarco Mineração S/A. Não foi possível acessar o inteiro teor do estudo desenvolvido.

[70] JUNCÁ, Flora Acuña; PAVAN, Dante; JESUS, Taíse Bomfim de; ETEROVICK, Paula. **Girinos como bioindicadores da qualidade da água do Rio Doce**. Bahia: Universidade Estadual de Feira de Santana, junho de 2017. p. 1 e 4. Disponível em: <http://www.greenpeace.org.br/hubfs/Campanhas/Agua_Para_Quem/documentos/GP_girinosbioindicadoresRioDoce.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

A pesquisa (pp. 3 e 4) esclarece o porquê da escolha de organismos dessa espécie: "metais ocorrem naturalmente no ambiente e alguns participam de funções fisiológicas em plantas, animais, microorganismos, sendo, portanto, essenciais, como cobre, ferro, zinco e cobalto, e são absorvidos diretamente, através da água, ou indiretamente, através da cadeia alimentar (Karan et al., 1998; Mcgeer et al., 2000). Entretanto, a contaminação ambiental com compostos contendo metais pesados é preocupante, pois não são biodegradáveis e, além da alta toxicidade, eles têm capacidade de bioacumulação e potencialidade de induzir danos ao material genético dos organismos (Baird, 2002). *A pele permeável de anfíbios (adultos e girinos) torna estes organismos sensíveis aos contaminantes químicos, incluindo metais* (Degarady & Halbrook, 2006). Embora estes contaminantes muitas vezes não tenham efeito letal imediato, podem bioacumular, interferindo de forma crônica nos aspectos fisiológicos e bioquímicos dos indivíduos (Lam & Gray, 2003). *Assim, os girinos das comunidades de anuros presentes ao longo da bacia do rio Doce podem ser excelentes bioindicadores da qualidade da sua água, pois sua condição efêmera (a fase de girinos, de modo geral, tem de um a poucos meses de duração antes da metamorfose) possibilita um monitoramento da qualidade da água*. Além disso, pode explicar possíveis flutuações da comunidade de anuros da região. Como o ciclo de vida dos anfíbios conecta as comunidades aquáticas e terrestres, o impacto sobre o mesmo, na fase aquática, reflete nas comunidades terrestres, sendo uma provável extensão dos impactos para os ambientes terrestres".

Vale registrar que uma pesquisa realizada por Evangelina da Motta Pacheco Alves de Araujo Vormittag, denominada *Município de Barra Longa-MG: resultados de exames toxicológicos 2018*, também aponta outro estudo intitulado *Bioacumulação de metais pesados em girinos de diferentes ecomorfotipos*. Trata-se de dissertação de mestrado, de autoria de J. C. Ramos, do Programa de Pós-graduação em Zoologia, da Universidade Estadual de Feira de Santana. Não foi possível o acesso ao conteúdo dessa dissertação. A pesquisa de VORMITTAG encontra-se disponível em: <https://www.saudeesustentabilidade.org.br/wp-content/uploads/2018/04/relatoRio_exames_toxicol%C3%B3gicos_1304_2.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

apenas em 14 foram recolhidos 1.500 girinos pertencentes a 24 espécies das famílias *Bufonidae*, *Hylidae*, *Leptodactylidae*, *Microhylidae* e adultos da *Pipidae*.[71]

Dentre esses 14 pontos amostrais, 7 tiveram contato direto com os rejeitos de minério de ferro oriundos do Desastre do Rio Doce. Em comparação com os demais pontos, observou-se "uma riqueza de espécies significativamente menor" naqueles que foram contaminados pela onda de lama. Dessa forma, "a poça que apresentou maior riqueza de espécies (7 [...]) não entrou em contato direto com rejeito. [...] por onde passou o rejeito [...], a maior riqueza [...] foi de cinco [...]".[72]

A pesquisa ainda demonstra que "todas as poças sem contato direto com o rejeito apresentaram girinos de *Elachistocleis cesarii*, indicando que o período de coleta foi mais ou menos coincidente com período reprodutivo da espécie", todavia, "nenhuma poça que teve contato direto com o rejeito [...] mostrou a presença de girinos desta espécie". A esse respeito, o estudo traz esclarecimentos:

> Provavelmente, as populações adultas que se encontravam no trajeto da lama foram prejudicadas, o que afetou a reprodução neste ano. Por outro lado, onde a lama não alcançou, as populações adultas se reproduziram. Este fato por si só já mostra o impacto que a lama pode ter causado em muitas espécies de hábitos similares.[73]

No que tange à concentração de metais na água superficial coletada, "[...] os metais Al, Cu e Fe apresentaram concentrações muito mais altas que os máximos permitidos". No mais, "a exceção do Zi, todos os pontos tiveram os metais em concentrações extremamente mais altas que o permitido pela resolução Conama". Com respeito ao Zi, apenas três pontos apresentaram valores maiores que o permitido. Interessante ressaltar a explicação apresentada pela pesquisa:

> Esse espalhamento do rejeito, enriquecido com ferro, possibilita o aumento na concentração, no ambiente, de outros elementos químicos, a saber: Mn, Ni, Pb, uma vez que esses elementos têm afinidade pelo ferro, sendo chamados de elementos siderófilos. Logo, mesmo que a toxicologia/toxicocinética do ferro não esteja muito bem descrita na literatura, a presença deste elemento em altas concentrações nos compartimentos ambientais atrai outros elementos com potenciais toxicológicos conhecidos.[74]

Quanto aos sedimentos coletados, em determinados pontos da bacia do Rio Doce também foram constatadas alterações na concentração de metais, tais como crômio, cobre, níquel, zinco e chumbo, com valores acima dos limites definidos pela

[71] JUNCÁ *et al*, 2017, p. 8, 9 e 15-17.
[72] JUNCÁ *et al*, 2017, p. 17 e 19.
[73] JUNCÁ *et al*, 2017, p. 19.
[74] JUNCÁ *et al*, 2017, p. 21.

Resolução n.º 454/2012, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). O estudo salienta que "os sedimentos se tornam um reservatório de metais para o meio aquático e para os organismos", o que pode justificar a maior concentração de metais nas amostras de sedimentos em três regiões da bacia do Rio Doce, ressalvada a realização de análises granulométricas para corroborar tal fato.[75]

Com relação aos girinos, "[...] as concentrações de metais [...] foram altas em todos os pontos. Esse resultado indica que os pontos por onde o rejeito não passou também apresentaram girinos contaminados", o que "[...] pode ser explicado pela contaminação através do lençol freático", ou seja, como a coleta das amostras foi realizada após um ano do rompimento da barragem Fundão, "[...] a contaminação pode ter expandido além dos limites da lama".[76]

A pesquisa registra ainda que o enriquecimento de metais "nos corpos d'água, sedimentos e, consequentemente, na biota, são claramente potencializados pelas atividades antrópicas, dentre elas, a mineração". Além disso, assenta que, "[...] quanto maior a concentração de metais na solução (água), maior a quantidade de metais bioconcentrados nos tecidos dos girinos". "Assim, a partir do fator bioconcentração encontrado, *comprova-se a relevância desta contaminação para estes organismos aquáticos*". Dessa forma, "o cálculo do fator de bioconcentração demonstrou o alto potencial bioacumulador dos girinos", de modo que "[...] os resultados [...] sugerem o *comprometimento de uma parcela significativa da comunidade faunística silvestre da região*", em razão da "importância desse grupo na cadeia alimentar".[77]

A Coordenadora da pesquisa supracitada, Dr.ª Flora Acuña Juncá, afirma que:

> "O ferro compõe as rochas e, para ficar disponível no meio ambiente, é necessário o processamento desse minério. A liberação de concentrações nessa magnitude só é possível em caso de contaminação pontual, proveniente de descarte do resíduo sem nenhum tratamento. Mesmo com o histórico de mineração na área e possíveis contaminações em menor escala no passado, o ferro não permaneceria disponível para contaminar os girinos da maneira registrada por nós [...]".[78]

---

[75] JUNCÁ *et al*, 2017, p. 23 e 25.
[76] JUNCÁ *et al*, 2017, p. 25.
[77] JUNCÁ *et al*, 2017, p. 25, 28 e 29. Destaque nosso.
[78] Conforme entrevista concedida ao jornal Folha Vitória. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/07/2017/estudo-encontra-metais-pesados-em-girinos-do-rio-doce>. Acesso em: 15 mar. 2019.
A reportagem afirma que "[...] não há dúvidas de que o ferro absorvido pelos girinos seja produto do desastre, ainda que o mineral seja abundante na região". Ademais, segundo a

Diferentes órgãos, em grande parte das análises realizadas em amostras de água, lama e sedimento, também constataram a presença de metais pesados em níveis acima do que determina a legislação brasileira:

> A maioria das análises da água do rio, lama e sedimento imediatos pós-desastre e após um período longo de um ano, realizadas por várias organizações (Ibama, 2015; CPRM, 2015; GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2015; GIAIA, 2016; Igam, 2016; ANA, 2016; Segura, 2016), observam presença de metais como arsênio, cádmio, manganês, chumbo e selênio em níveis acima dos preconizados pela legislação brasileira (BRASIL, 2005, 2011), excetuando-se a análise da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2015).[79]

2.2.2.2 Dos danos econômicos e materiais

A pluma de rejeitos proveniente do rompimento da barragem Fundão comprometeu total ou parcialmente o abastecimento de água em 12[80] municípios que realizam a captação direta no Rio Doce, uma vez a elevação da concentração de sedimentos e dos níveis de turbidez em toda essa bacia hidrográfica.[81] Os municípios de Governador Valadares/MG e Colatina/ES tiveram o abastecimento e a distribuição de água interrompidos por 8 e 6 dias, respectivamente.[82] O Desastre do Rio Doce também ocasionou prejuízos à produção de energia elétrica, se observada

---

matéria, a Coordenadora do estudo "[...] ressalta ainda que as amostras de sedimentos e de girinos provenientes de todos os pontos apresentaram altos níveis de vários metais, e não apenas para ferro", inclusive pontua os dizeres de Fabiana Alves, da campanha de água do *Greenpeace*: "'a pesquisa evidencia a extensão e a complexidade dos impactos do desastre causado pela Samarco, que afetam todo um ecossistema e aqueles que dependem dele. Esperamos que estudos como este aprofundem as discussões e auxiliem a aplicação de políticas públicas a favor da recuperação das áreas degradadas e da reparação aos atingidos'".

[79] VORMITTAG *et al*, 2018, p. 13.

[80] Apresentando quantitativo diverso, a empresa Samarco Mineração S/A informa que 9 Municípios que captam água diretamente no Rio Doce foram afetados temporariamente pela interrupção total ou parcial do abastecimento. Conforme: **Rompimento de Fundão**: entenda o rompimento. Disponível em: <https://www.samarco.com/rompimento-de-fundao/>. Acesso em: fev. 2018.

[81] OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 4; **Encarte especial sobre a bacia do Rio Doce**: rompimento da barragem em Mariana/MG. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas: Brasília, 2016. p. 5 e 30. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/RioDoce/EncarteRioDoce_22_03_2016v2.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2018.
No mais, segundo informações desse encarte especial, p. 30: "a passagem do pico da pluma de sedimentos durou aproximadamente 5 dias, mas o tempo durante o qual os níveis de turbidez ficaram acima de 1.000 Unidades Nefelométricas de Turbidez (UNT) em cada trecho do Rio Doce foi superior a 30 dias. O abastecimento público nas principais cidades, após adaptações nas estações de tratamento de água, foi retomado gradativamente".

[82] **Rompimento de Fundão**: entenda o rompimento. Disponível em: <https://www.samarco.com/rompimento-de-fundao/>. Acesso em: fev. 2018.

a interrupção da geração pelas usinas hidrelétricas Risoleta Neves[83], Eliezer Batista[84] e Mascarenhas[85].[86]

A atividade pesqueira foi afetada em toda a extensão do Rio Doce e na sua foz.[87] Conforme o Ibama, 1.249 pescadores artesanais profissionais com registro no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira (SisRGP), distribuídos por 41 localidades atingidas nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, foram impactados pelo Desastre do Rio Doce. No Estado de Minas Gerais foram impactados 617 pescadores artesanais profissionais, ao passo que no Estado do Espírito Santo, 632. O Ibama ainda traz a quantidade de pescadores artesanais profissionais com registro no SisRGP por localidades mineira e capixaba atingidas. Os municípios mineiros e capixabas que apresentam o maior número de atingidos são, respectivamente, Governador Valadares, com 172, e Linhares, com 268.[88]

O turismo foi comprometido, principalmente na região do estuário do Rio Doce.[89] Em virtude dos rejeitos, "várias praias próximas à foz do Rio Doce, como

---

[83] Anteriormente denominada de Candonga, está situada entre os Municípios mineiros de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, segundo: <http://www.candonga.com.br/a-usina/historico/>. Acesso em: fev. 2018.

[84] Também conhecida por Usina de Aimorés, está localizada na bacia do Rio Doce e abrange três municípios mineiros, Resplendor, Itueta e Aimorés, e a cidade capixaba de Baixo Guandu. Conforme informação disponível em: <http://aliancaenergia.com.br/br/nossas-usinas/usina-de-aimores/>. Acesso em: fev. 2018.

[85] Situada no Município de Baixo Guandu/ES, conforme: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=439008&view=detalhes>. Acesso em: fev. 2018.

[86] OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 4; **Encarte especial sobre a bacia do Rio Doce**: rompimento da barragem em Mariana/MG. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas: Brasília, 2016. p. 5 e 30. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/RioDoce/EncarteRioDoce_22_03_2016v2.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2018.

[87] **Encarte especial sobre a bacia do Rio Doce**: rompimento da barragem em Mariana/MG. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas: Brasília, 2016. p. 30. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/RioDoce/EncarteRioDoce_22_03_2016v2.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2018.
"Dois anos após a tragédia no Rio Doce, a pesca continua proibida na foz, na vila de Regência, em Linhares, no Norte do Espírito Santo". Conforme: BONELLA, Mário. **Dois anos após tragédia no Rio Doce, vila de Regência ainda sofre com os impactos**: no dia 5 de novembro de 2015, uma barragem da Samarco se rompeu e uma enxurrada de rejeitos de mineração desceu pelo Rio Doce. Vitória: TV Gazeta, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/espirito-santo/norte-noroeste-es/noticia/dois-anos-apos-tragedia-no-Rio-doce-vila-de-regencia-ainda-sofre-com-os-impactos.ghtml>. Acesso em: nov. 2018.

[88] OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 29-30.
No entanto, segundo estimativa do MAB, 2.000 pescadores foram prejudicados: GLOBAL, Justiça. **Vale de lama**: relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão. p. 16. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Vale-de-Lama-Justi--a-Global.pdf>. Acesso em: jan. 2019. A estimativa apresentada não esclarece se tais pescadores possuem ou não registro no SisRGP.

[89] **Encarte especial sobre a bacia do Rio Doce**: rompimento da barragem em Mariana/MG. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas: Brasília, 2016. p. 30. Disponível em:

Regência, Povoação, Comboios, Degredo, Pontal do Ipiranga e Barra Seca, foram preventivamente interditadas para atividades de recreação da população".[90] Ademais, estima-se que os municípios mineiros de Mariana, Barra Longa e Rio Doce sofreram prejuízos econômicos relacionados ao turismo na órbita de R$ 1.094.000,00 (um milhão e noventa e quatro mil reais).[91]

A ANA relata que, além da interrupção do abastecimento público de água, "[...] outros usos dos recursos hídricos na bacia foram afetados, como geração de energia elétrica, indústria, pesca e lazer", bem como "143 captações de água outorgadas pela ANA podem ter sido impactadas, sendo 88 para fins industriais, 46 para fins de irrigação, 3 para criação de animais, e 6 para outros usos".[92] Tais fatores contribuíram para a perda de receitas.[93]

<http://arquivos.ana.gov.br/RioDoce/EncarteRioDoce_22_03_2016v2.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2018; OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 4.

"*Após a chegada da lama de rejeitos oriunda da barragem de minério em Mariana, Minas Gerais, o setor de hotéis do Espírito Santo registrou cancelamento de 20% das reservas para o período de fim de ano, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH). O percentual de queda é o mesmo para a estimativa do setor em reservas de quartos*": **Após lama, hotéis do ES registram cancelamento de reservas**: queda nas reservas para o fim do ano foi de 20%, segundo ABIH. Situação é mais evidente em Colatina e Linhares. G1 ES com informações de A Gazeta, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/11/apos-lama-hoteis-do-es-registram-cancelamento-de-reservas.html>. Acesso em: nov. 2018. Destaque nosso.

Além disso, sobre a interrupção do turismo na vila de Regência em Linhares/ES e os consequentes prejuízos financeiros ao comércio e à economia local, conferir:

MARQUES, José. **Após lama da Samarco, litoral do ES não recupera turistas para réveillon**. Belo Horizonte: Folha de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/12/1845822-apos-lama-da-samarco-litoral-do-es-nao-recupera-turistas-para-reveillon.shtml>. Acesso em: nov. 2018;

RUI, Ariele. **Lama de rejeitos faz Regência, no ES, enfrentar 2.º verão sem turistas**: donos de pousadas, bares e casas de shows ameaçam fechar as portas. Prefeitura disse que não há proibição para banho de mar na localidade. Linhares: TV Gazeta, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/desastre-ambiental-no-Rio-doce/noticia/2017/01/lama-de-rejeitos-faz-regencia-no-es-enfrentar-2-verao-sem-turistas.html>. Acesso em: nov. 2018;

BONELLA, Mário. **Dois anos após tragédia no Rio Doce, vila de Regência ainda sofre com os impactos**: no dia 5 de novembro de 2015, uma barragem da Samarco se rompeu e uma enxurrada de rejeitos de mineração desceu pelo Rio Doce. Vitória: TV Gazeta, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/espirito-santo/norte-noroeste-es/noticia/dois-anos-apos-tragedia-no-Rio-doce-vila-de-regencia-ainda-sofre-com-os-impactos.ghtml>. Acesso em: nov. 2018.

[90] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 24. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

[91] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 56. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

[92] **Encarte especial sobre a bacia do Rio Doce**: rompimento da barragem em Mariana/MG. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas: Brasília, 2016. p. 5 e 30. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/RioDoce/EncarteRioDoce_22_03_2016v2.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2018.

[93] OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 4.

Os danos econômicos decorrentes do Desastre do Rio Doce chegam à ordem de milhões de reais. O MPF traz uma estimativa dos prejuízos privados ocasionados à economia regional. Para tanto, delimita “os municípios considerados como componentes da microrregião diretamente impactada pelos efeitos do rompimento da barragem de Fundão”, sendo eles: Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, todos no Estado de Minas Gerais.[94]

Mariana/MG, Município mais afetado pelo rompimento da barragem Fundão, visto que foi o primeiro a receber o fluxo de rejeitos de mineração de ferro, sofreu prejuízos na agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços valorados em R$ 223.051.550,50 (duzentos e vinte e três milhões, cinquenta e um mil, quinhentos e cinquenta reais e cinquenta centavos). Dentre esses, a indústria foi a atividade com maior perda econômica, “em razão da paralisação das atividades de mineração realizadas pela Samarco S.A”.[95]

O Município de Barra Longa/MG apresentou prejuízos na órbita de R$ 16.811.763,08 (dezesseis milhões, oitocentos e onze mil, setecentos e sessenta e três reais e oito centavos) e a pecuária foi o ramo mais prejudicado. Por sua vez, Rio Doce/MG experimentou danos estimados em R$ 12.503.704,84 (doze milhões, quinhentos e três mil, setecentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos) e a indústria foi a atividade com maior impacto econômico. Santa Cruz do Escalvado/MG

Segundo a ANA: “a insuficiência na oferta de água para os diversos usos ou a falta de água de boa qualidade gera efeitos diretos no dia-a-dia da população e na economia do País [...]”: **Encarte especial sobre a bacia do Rio Doce**: rompimento da barragem em Mariana/MG. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas: Brasília, 2016. p. 5. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/RioDoce/EncarteRioDoce_22_03_2016v2.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2018.

[94] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 55-60. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

Os dados atinentes aos prejuízos econômicos privados sofridos pelos municípios mineiros de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado foram retirados pelo MPF de formulários encaminhados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana de Minas Gerais (Sedru/MG), bem como conforme levantamentos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater/MG). O MPF esclarece que, na planilha de Prejuízo Econômico Privado, a agricultura está relacionada com “prejuízos relacionados à perda de plantação, máquinas e equipamentos (tratores, caminhões, entre outros)”; a pecuária com “prejuízos relacionados à morte de animais e perda de infraestrutura de apoio (curral, galinheiro, pastagens, entre outros)”; a indústria com “prejuízos relacionados ao faturamento da Samarco e da UHE Risoleta Neves”; o comércio com “prejuízos relacionados a pequenos comerciantes” e serviços com “prejuízos relacionados ao turismo (pousadas, hotéis, entre outros)”.

[95] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 55-56. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

também sofreu perdas econômicas, porém, menores, se comparadas com as das demais cidades mineiras suprarreferidas, apresentando prejuízos totais na importância de R$ 689.418,00 (seiscentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e dezoito reais), sendo que o comércio foi o campo mais afetado, principalmente "com a paralisação de extração de areia e ouro" e "na comercialização de peixes".[96]

Com base no relatório de perdas na área rural da Emater/MG, o MPF, aponta que, no setor agropecuário, 195 propriedades rurais foram destruídas. Além disso, 1.270,50 hectares de terras, 216 construções e 161.571 metros de cerca foram atingidos, acarretando perdas econômicas de R$ 15.576.089,58 (quinze milhões, quinhentos e setenta e seis mil, oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), R$ 5.234.810,00 (cinco milhões, duzentos e trinta e quatro mil e oitocentos e dez reais) e R$ 977.000,00 (novecentos e setenta e sete mil reais), respectivamente. A pluma de rejeitos de mineração ainda causou a destruição de 293 máquinas/equipamentos e a morte de 1.596 animais, causando prejuízos no valor de R$ 760.389,00 (setecentos e sessenta mil e trezentos e oitenta e nove reais) e de R$ 651.630,00 (seiscentos e cinquenta e um mil e seiscentos e trinta reais), respectivamente.[97]

Os municípios atingidos pela lama de rejeitos também sofreram prejuízos financeiros decorrentes da diminuição na arrecadação tributária, bem como em razão da perda de receita pela prestação de serviços, a saber, abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e produção de energia elétrica, inclusive com determinadas ações, que foram adotadas em caráter emergencial no intuito de mitigar os impactos causados pelo Desastre do Rio Doce.[98]

As despesas do Município de Mariana/MG com a adoção de serviços emergenciais em virtude dos danos causados pelo rompimento da barragem Fundão

---

[96] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 55-56. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.
O MPF traz planilha com análise pormenorizada dos prejuízos econômicos privados suportados pelos municípios mineiros de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado na agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços: conforme página 56, da ação supramencionada.

[97] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 57. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

[98] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 57 e 58. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

totalizaram R$ 1.210.850,22 (um milhão, duzentos e dez mil, oitocentos e cinquenta reais e vinte e dois centavos). Foram prestados serviços de atendimento médico de urgência, abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e de águas pluviais, ensino, limpeza urbana e recolhimento de lixo, transporte local, regional e de longo curso.[99]

No mais, em virtude do agravamento da situação econômica do Município de Mariana/MG, grandemente afetado pelo Desastre do Rio Doce, o prefeito Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, decretou, em 20 de março de 2019, estado de calamidade financeira no âmbito da administração pública municipal, diante da brusca diminuição da arrecadação tributária, uma vez que a empresa Vale S/A anunciou, por tempo indeterminado, a paralisação parcial de suas atividades de exploração mineral nas minas de Alegria e Timbopeba.[100]

Como 85% da receita do Munícipio de Mariana/MG advêm do setor de mineração, e em razão de tal suspensão, estimam-se perdas de R$ 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de reais) no ano de 2019. Ademais, com a paralisação das atividades desenvolvidas pela Vale S/A, o Município não arrecadará o tributo de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) que, no mês de março de 2019, seria de aproximadamente R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais).[101] “Mariana entrou em um caos financeiro e, hoje, não tem condições de se manter sem a mineração”.[102]

Esse quadro atinge a prestação de serviços essenciais, visto que foram efetuados cortes orçamentários na saúde, com a suspensão de exames e cirurgias

---

[99] De acordo com relatório elaborado pela SEDRU/MG e referenciado na **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 58. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

[100] Conforme informações constantes no Decreto n.º 9.670, de 20 de março de 2019, do Município de Mariana/MG. p. 1-3. Disponível em: <http://www.mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/diario_oficial_pmm/o_monumento_n_959_26-03-2019.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

[101] WERNECK, Gustavo. **Mariana decreta calamidade financeira e suspende serviços da saúde**: fechamento da Mina de Alegria, anunciado pela Vale diante de problemas estruturais, é golpe de misericórdia na economia de Mariana, diz prefeito, que decide suspender serviços, entre eles cirurgia e exames em um hospital. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/03/26/interna_gerais,1041049/mariana-decreta-calamidade-financeira-e-suspende-servicos-da-saude.shtml>. Acesso em: abr. 2019.

[102] LIMA, Déborah. **Prefeito de Mariana declara calamidade financeira e culpa a Vale**: de acordo com Duarte Junior (PPS), arrecadação do município foi prejudicada por causa da interrupção das atividades da mineradora. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/03/25/interna_gerais,1040890/prefeito-de-mariana-declara-calamidade-financeira-e-culpa-a-vale.shtml>. Acesso em: abr. 2019.

eletivas realizados no Hospital Monsenhor Horta e do transporte por micro-ônibus de 400 pessoas que fazem tratamento médico em Belo Horizonte/MG; na educação; no desenvolvimento social; e ainda na manutenção de estradas rurais, capina, poda e limpeza urbana, além do possível desligamento de cerca de 700 funcionários terceirizados.[103]

Ante os impactos causados pela onda de lama, o Município de Barra Longa/MG teve de prestar serviços de atendimento médico de urgência, abastecimento de água potável, distribuição de combustíveis, esgotamento sanitário e de águas pluviais, ensino, geração e distribuição de energia elétrica, limpeza urbana e recolhimento de lixo, transporte local, regional e de longo curso, telecomunicações, segurança pública e desinfecção do habitat. Os prejuízos financeiros totalizaram R$ 1.904.305,00 (um milhão, novecentos e quatro mil e trezentos e cinco reais).[104]

O Município de Rio Doce/MG também sofreu prejuízos financeiros no montante de R$ 855.770,89 (oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e setenta reais e oitenta e nove centavos) em razão da diminuição na arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), bem como de compensações financeiras advindas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFH), ambos cobrados em virtude da geração de energia na Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. O Município ainda teve de arcar com o transporte de atingidos pelo desastre, dispendendo, para tanto, o valor de R$ 14.126,40 (quatorze mil, cento e vinte e seis reais e quarenta centavos).[105]

O Município de Santa Cruz do Escalvado/MG igualmente deixou de arrecadar impostos e compensação financeira pela produção de energia na Usina

---

[103] WERNECK, Gustavo. **Mariana decreta calamidade financeira e suspende serviços da saúde**: fechamento da Mina de Alegria, anunciado pela Vale diante de problemas estruturais, é golpe de misericórdia na economia de Mariana, diz prefeito, que decide suspender serviços, entre eles cirurgia e exames em um hospital. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/03/26/interna_gerais,1041049/mariana-decreta-calamidade-financeira-e-suspende-servicos-da-saude.shtml>. Acesso em: abr. 2019.

[104] Informações obtidas em relatório elaborado pela SEDRU/MG e citadas na **ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 58-59. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

[105] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 59. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

Hidrelétrica Risoleta Neves, o que causou prejuízos de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). Ademais, também custeou serviços de abastecimento de água potável, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).[106]

Os danos econômicos ocasionados pelo Desastre do Rio Doce também foram avaliados em uma perspectiva macrorregional, isto é, para além das cidades mineiras de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, já que o rompimento da barragem Fundão atingiu toda a bacia do Rio Doce. Assim sendo, os municípios mineiros de Aimorés, Alpercata, Dionísio, Galileia, Governador Valadares, Periquito e Resplendor, contabilizaram prejuízos financeiros no montante de R$ 140.861.402,00 (cento e quarenta milhões, oitocentos e sessenta e um mil e quatrocentos e dois reais). Dentre esses, Governador Valadares foi o que apresentou a maior perda, estimada em 134.351.402,00 (cento e trinta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e um mil e quatrocentos e dois reais).[107]

Tais despesas decorreram da adoção de ações emergenciais para continuidade de prestação de serviços públicos, tais como atendimento médico de urgência, abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, desinfecção do habitat, geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, transporte local, regional e de longo curso, distribuição de combustíveis, segurança pública, ensino e outros custos. O abastecimento de água potável foi a ação emergencial adotada que exigiu maior investimento dos municípios mineiros supramencionados, ou seja, R$ 84.329.729,00 (oitenta e quatro milhões, trezentos e vinte e nove mil e setecentos e vinte e nove reais).[108]

Já quanto a prejuízos econômicos privados, os setores de agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços dos municípios mineiros de Aimorés, Alpercata, Belo Oriente, Bugre, Caratinga, Córrego Novo, Dionísio, Fernandes

---

[106] Informações disponibilizadas pela SEDRU/MG e referenciadas na **ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 59-60. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

[107] Informações da SEDRU/MG: **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 65 e 67. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.
A tabela contida na página 67 da referida ação pontua pormenorizadamente os prejuízos públicos causados aos municípios mineiros.

[108] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 67. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

Tourinho, Galileia, Governador Valadares, Ipatinga, Periquito, Resplendor, São José do Goiabal e Sem-Peixe somaram perdas de R$ 287.410.380,00 (duzentos e oitenta e sete milhões, quatrocentos e dez mil e trezentos e oitenta reais).[109]

Belo Oriente/MG foi o que mais auferiu prejuízos com o rompimento da barragem Fundão, estimando-se que R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) são provenientes de perdas com a indústria, “em decorrência da paralisação temporária da Cenibra Papel e Celulose, por impossibilidade de captação de água” e R$ 100.000,00 (cem mil reais) do comércio. Ademais, dentre os setores pesquisados, a atividade industrial foi a que mais sofreu impacto, totalizando prejuízos de R$ 208.290.000,00 (duzentos e oito milhões e duzentos e noventa mil reais).[110]

O Desastre do Rio Doce também causou prejuízos financeiros aos municípios de Baixo Guandu, Colatina, Linhares e Marilândia, no Estado do Espírito Santo. As perdas econômicas dessas localidades ocorreram em virtude do comprometimento da distribuição de água potável para seus munícipes, dessedentação de animais e irrigação de lavouras, assim como devido aos impactos sofridos pelas atividades pesqueira e de extração de areia, agricultura e pecuária.[111]

Baixo Guandu/ES teve despesas com o abastecimento e tratamento de água, dispendendo R$ 458.689,52 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), além de prejuízos com as atividades pesqueira e de extração de areia, estimados em R$ 3.540.000,00 (três milhões e quinhentos e quarenta mil reais) e com os setores da agricultura e da pecuária, no montante de R$ 8.616.810,00 (oito milhões, seiscentos e dezesseis mil e oitocentos e dez reais). Somadas, o Município amargou perdas no valor de R$

---

[109] Informações da SEDRU/MG: **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 67. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.
A tabela contida na página 67 da referida ação pontua pormenorizadamente os prejuízos privados causados aos municípios mineiros.

[110] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 66 e 67. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

[111] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 69. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

12.615.499,52 (doze milhões, seiscentos e quinze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos).[112]

O Ibama ainda informa que estruturas públicas e privadas, tais como edificações, ruas, pontes, áreas agrícolas e pastoris foram devastadas.[113] Em Mariana/MG, diversas estruturas foram destruídas, dentre elas: 349 unidades habitacionais, situadas principalmente nos subdistritos marianenses de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo; 8 pontes entre Mariana/MG e Rio Doce/MG, tais como ponte do trevo de Paracatu sentido Águas Claras, ponte do Bucão, ponte Campinas sentido Barreto, ponte do Gama sentido Mariana, ponte-estrada de acesso para Santa Rita, ponte-estrada de acesso para Mariana, ponte de Bicas, ponte-estrada de acesso para Camargos; 2 estabelecimentos de saúde e 4 de ensino; 11 instalações públicas de uso comum e 26 obras de infraestrutura pública. Toda essa devastação causou prejuízos avaliados em R$ 103.488.032,00 (cento e três milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil e trinta e dois reais).[114]

Já no Município de Barra Longa/MG, os prejuízos financeiros derivados da destruição de estruturas públicas e privadas chegaram a R$ 9.557.600,00 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil e seiscentos reais). Foram destruídas 133 unidades habitacionais; 3 estabelecimentos de ensino; 4 pontes, sendo elas ponte da Onça, ponte das Corvinas, ponte do Gesteira e ponte do Barreto; a estrada no trecho de Barra Longa/Gesteira/Barreto; além de 2 instalações públicas de uso comum e 6 obras de infraestrutura pública.

Por sua vez, em Rio Doce/MG, o Desastre do Rio Doce danificou a estrada de acesso à comunidade de Santana do Deserto, bem como causou o assoreamento do lago da Candonga, totalizando perdas estimadas em R$ 400.500.000,00 (quatrocentos milhões e quinhentos mil reais).[115]

---

[112] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 69. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

[113] OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 4.

[114] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 60. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.
O MPF, com base em relatório da Sedru/MG, aponta pormenorizadamente os prejuízos financeiros do Município de Mariana/MG.

[115] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo**

Em Santa Cruz do Escalvado/MG, os prejuízos financeiros totalizaram R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), tendo em vista os danos causados em uma unidade habitacional e a "estimativa de gastos com a realização de obras de infraestrutura públicas".[116]

Além disso, no Estado de Minas Gerais, 25 propriedades rurais foram inteiramente devastadas dentre as 195 alcançadas pela lama de rejeitos de minério de ferro.[117]

Outrossim, o rompimento da barragem Fundão também causou prejuízos ao patrimônio histórico-cultural da região impactada. A pluma de rejeitos de mineração e lama provocou danos às estruturas das Capelas de São Bento e de Santo Antônio, situadas, respectivamente, nos subdistritos de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo, ambos na Cidade de Mariana/MG e ainda à Capela de Nossa Senhora da Conceição, localizada no distrito de Gesteira, no Município de Barra Longa/MG.[118]

2.2.2.3 Dos danos à saúde

No que diz respeito aos danos à saúde, o Ministério da Saúde, logo após o desastre, expediu orientações gerais à população e aos serviços de saúde das localidades atingidas acerca da prejudicialidade dos rejeitos de minério de ferro provenientes do rompimento da barragem Fundão. Recomendou-se que fosse evitado o contato direto com a lama, notadamente por meio do consumo de alimentos e de águas afetados. Inclusive, neste último caso, para fins de recreação. Além disso, foi solicitado aos profissionais de saúde que observassem os sintomas

---

rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG. p. 61. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

[116] Informações da SEDRU/MG: **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 61. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

[117] Segundo informações colhidas no site do MPF: **MPF denuncia 26 por tragédia em Mariana (MG)**: alguns números do desastre. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-denuncia-26-por-tragedia-em-mariana-mg>. Acesso em: 9 fev. 2018.

[118] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 50-53. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

apresentados pelas pessoas atingidas, no intuito de garantir o atendimento médico adequado.[119]

O Instituto Saúde e Sustentabilidade[120] realizou dois estudos sobre os riscos em saúde da população do Município de Barra Longa/MG, grandemente afetado pelo Desastre do Rio Doce.[121] O primeiro deles, denominado *Avaliação dos riscos em saúde da população de Barra Longa/MG afetada pelo desastre*, realizado com apoio do *Greenpeace*, buscou identificar os efeitos do rompimento da barragem Fundão na saúde física e mental dos cidadãos residentes na área urbana e nas comunidades rurais de Gesteira e Barreto. Essa pesquisa foi aplicada a 507 indivíduos e concluiu que "os dados de saúde encontrados espelham o sofrimento da população a multivariadas queixas e doenças, e revelam que a sua saúde está comprometida e de diversas formas".[122]

---

[119] Essas informações encontram-se disponíveis em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/svs/20576-populacao-afetada-pelo-rompimento-de-barragem-em-mariana-mg-deve-ter-cuidados-com-a-saude>. Acesso em: dez. 2018.
Para acesso ao inteiro teor da recomendação sobre os cuidados com a saúde do Ministério da Saúde, conferir: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/novembro/09/Cuidados-com-a-sa--de---Rompimento-de-Barragem-Versao-Final--2-.pdf>. Acesso em: dez. 2018.
Segundo Letícia Oliveira Gomes de Faria, que afirma ter vivenciado o rompimento da barragem Fundão: "o acesso à saúde é a principal reivindicação dos 1,2 milhões de atingidos ao longo da bacia do Rio Doce". No mais, esclarece problemas enfrentados com a "proliferação de vetores como o que transmite a febre amarela": **Defesa do SUS pauta debates na 1.ª CNVS**: momento histórico que tem como objetivo apontar diretrizes para a elaboração de políticas nacionais de vigilância em saúde. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/svs/42662-defesa-do-sus-pauta-debates-na-1-cnvs>. Acesso em: dez. 2018.

[120] "O Instituto Saúde e Sustentabilidade, fundado em dezembro de 2008, é uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Seu principal objetivo é contribuir para o viver saudável em grandes cidades, a partir da preservação e promoção da saúde humana, por meio da realização de projetos que envolvam os mais diversos atores sociais, como órgãos do governo, organizações da sociedade civil, empresas, instituições de ensino, comunidades, entre outros": VORMITTAG, Evangelina da Motta Pacheco Alves de Araujo; OLIVEIRA, Maria Aparecida de; RODRIGUES, Cristina Guimarães; GLERIANO, Josué Souza. **Avaliação dos riscos em saúde da população de Barra Longa/MG afetada pelo desastre**. Março de 2017. p. 217. Disponível em: <https://www.saudeesustentabilidade.org.br/wp-content/uploads/2017/04/RELAT%C3%93RIO_GREENPEACE_18.04.17_FINAL.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

[121] Para acesso aos estudos realizados pelo Instituto Saúde e Sustentabilidade, conferir: <https://www.saudeesustentabilidade.org.br/instituto-publicacoes/>. Acesso em: dez. 2018.

[122] VORMITTAG *et al*, 2017, p. 1 e 5.
O primeiro estudo realizado pelo Instituto Saúde e Sustentabilidade também pode ser encontrado em: VORMITTAG, Evangelina da Motta Pacheco Alves de Araujo; OLIVEIRA, Maria Aparecida de; GLERIANO, Josué Souza. Avaliação de saúde da população de Barra Longa afetada pelo desastre de Mariana, Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21, 8 nov. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2018000100405&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: dez. 2018. A versão em PDF encontra-se disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v21/pt_1809-4422-asoc-21-e01222.pdf>.
Pesquisa como esta é por demais interessante, uma vez que demonstra o surgimento de sintomas físicos e/ou doenças como respostas da exposição das pessoas à degradação ambiental ocorrida: "Sabe-se que a resposta de adoecimento à degradação ambiental está intrinsecamente relacionada ao grau e tempo de exposição aos riscos existentes e a população de Barra Longa representa, dentre

Parte da população de Barra Longa/MG manteve contato direto com os rejeitos, bem como com águas contaminadas, principalmente através das plantações e da criação de animais, em razão de a agropecuária ser a principal atividade econômica local. O estudo demonstrou que 61% dos entrevistados foram expostos a alguma fonte de contaminação próxima a sua residência. No que se refere ao ar com muita poeira, 55% dos entrevistados confirmaram a exposição; à água contaminada ou poluída, 18% e ao solo contaminado, 25%.[123]

Dessarte, a pesquisa realizada constatou danos à saúde física e mental dos entrevistados, que relataram o acometimento de determinados problemas e sintomas:

> Entre os participantes, 37% deles referem sua saúde pior que antes do desastre. Dentre os problemas de saúde que relatam espontaneamente, 40% são respiratórios (para as crianças de 0 a 13 anos, o índice alcançou 60%); 15,8% são afecções de pele; 11% transtornos mentais e comportamentais; 6,8% doenças infecciosas; 6,3% doenças de olho; e 3,1% problemas gástricos e intestinais. Foram relatados 31 casos (6,6%) de dengue, apenas na área urbana e entre 2 a 6 meses - que, de fato, um surto ocorreu na cidade. [...]. Perguntados de forma direcionada a sintomas físicos desde o desastre, 77,9% da população do estudo (396) os apresentavam. Os três primeiros entre os 14 primeiros relatados (a dor de cabeça, tosse e dor nas pernas) ocorrem em 24 a 30% da população total do estudo. Seguidos a esses, ansiedade (20,9%), coceira (20,5%); alergia de pele (18,1%), abatimento (17,9%), febre (15,4%), alergia respiratória (15,4%), rinite (14,6%), cãibras (13,6%), falta de ar, falta de apetite, diarreia e emagrecimento. Deste conjunto, 72,3% dos sintomas se iniciaram após o desastre com pico entre 2 a 6 meses.[124]

---

todas das cidades atingidas pelo desastre, uma das maiores exposições à lama tóxica. O derramamento dos rejeitos causou o revolvimento e aumento da biodisponibilidade de uma série de componentes tóxicos - inclusive metais -, demonstrado por uma série de análises em vários componentes naturais; água, solo e fauna (peixes e crustáceos), em níveis superiores aos preconizados para segurança segundo as leis brasileiras; em mais de um local e em diferentes períodos": Conforme VORMITTAG *et al*, 2018, p. 12.

[123] VORMITTAG *et al*, 2017, p. 5 e 138.

[124] VORMITTAG *et al*, 2017, p. 5 e 6.

Segundo a mesma referência, p. 29: "Funcionários da Secretaria Municipal de Saúde de Barra Longa, por ocasião da primeira visita dos pesquisadores à Barra Longa, referiram ter ocorrido um surto de dengue na cidade, por volta de dois meses após o desastre - 'cerca de 300 casos' (dados não publicados), bem como a identificação de considerável aumento de atendimento de casos de afecções respiratórias - 'cerca de 300% mais casos que o atendimento prévio ao desastre' -, identificados por ocasião de uma pesquisa epidemiológica em saúde EPI INFO, realizada pelo Ministério da Saúde, em julho de 2016, em Barra Longa, e cujos resultados ainda não haviam sido divulgados até março de 2017". Vale observar que essa pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde não foi encontrada.

No mais, consoante reportagem da Globo *News*, "*o desastre causou um aumento de 3.000% nos casos de dengue, no município de Barra Longa (MG)* [...]": **Dengue em Barra Longa (MG) aumentou em 3.000% após desastre**: o Cidades e Soluções, da Globo News, mostra relatório do Ministério da Saúde e um estudo inédito do Instituto Saúde e Sustentabilidade. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2017/04/dengue-em-barra-longa-mg-aumentou-em-3000-apos-desastre.html>. Acesso em: 8 fev. 2018. Destaque nosso.

Quanto a transtornos mentais ou neurológicos, 23% dos entrevistados afirmam ter ansiedade, estresse e depressão[125] e 83,4% apresentam sintomas emocionais ou comportamentais, entre os quais a insônia, sendo o mais frequente, é constatada em 36,9%. Incluem-se, nesse percentual, crianças, adolescentes, adultos e idosos. Ademais, são relatados: preocupação ou tensão, em 21,7%; sentir-se triste, em 18,1%; assustar-se com facilidade, em 17,8%; alteração do humor, irritabilidade ou agressividade, em 15,6%; choro mais frequente, em 12,6%; dificuldade para tomar decisões, em 10,5%; apatia, em 10,1% e sonolência, em 9,5%.[126]

Notou-se, ainda, que os sintomas neurológicos prevaleceram em 45% da população do estudo, ao passo que os gastrintestinais em 37,3% e de pele em 33,9%. Ainda foi observado que "excluindo-se os sintomas cefaleia e ansiedade dentro do grupo neurológico, os sintomas principais passam a ser os respiratórios e de ordem geral igualmente".[127]

Ademais, doenças respiratórias foram diagnosticadas na população investigada, de modo que se encontraram "89 casos (17,8%) de gripe ou resfriado; 45 casos de rinite ou sinusite crônica (8,9%), que podem ser explicados pela poluição do ar"; 11 indivíduos relataram ocorrência de asma e 7 pessoas, episódios de enfisema, bronquite crônica ou outra doença pulmonar obstrutiva crônica.[128] No que concerne às doenças de pele, "as lesões mais comuns são maculo-eritematosas e pruriginosas, descamativas, mas podem se caracterizar pela presença de vesículas ou bolhas e com sensação de queimadura [...]".[129]

O estudo sugere que os moradores do bairro Volta da Capela, situado na área urbana de Barra Longa/MG, estão mais vulneráveis a manifestação de sintomas físicos decorrentes dos efeitos da contaminação ambiental, tais como doenças de pele, cãibras, dor nas pernas e nos ossos e vômitos. Essa maior vulnerabilidade decorre da transferência da lama depositada no Centro da Cidade

---

[125] VORMITTAG *et al*, 2017, p. 6.
[126] VORMITTAG *et al*, 2018, p. 11.
Ressalta-se que os 14 primeiros sintomas emocionais relatados pelos entrevistados foram: "insônia, tensão, tristeza, medo, irritabilidade, agressividade, choro, indecisão, falta de interesse, sonolência, dificuldades para trabalhar, perda da memória, perda de concentração e insatisfação": Conforme o quadro *Síntese dos resultados entregues à população*, que se encontra disponível em: <https://www.saudeesustentabilidade.org.br/publicacao/pesquisa-avaliacao-dos-riscos-em-saude-da-populacao-de-barra-longamg-afetada-pelo-desastre/>. Acesso em: dez. 2018.
[127] VORMITTAG *et al*, 2018, p. 9.
[128] VORMITTAG *et al*, 2018, p. 10.
[129] VORMITTAG *et al*, 2018, p. 9.

para o local onde fica o Centro de Exposições Municipal, que também foi tomado pelos rejeitos oriundos do rompimento da barragem Fundão, em razão da proximidade do leito do rio, “e apresenta um alto nível de poluição por particulados”.[130]

O segundo estudo, *Município de Barra Longa-MG: resultados de exames toxicológicos 2018*, coletou amostras de sangue de 11 moradores da área urbana de Barra Longa/MG, no intuito de diagnosticar a presença de 13 metais (alumínio, arsênio, bário, cádmio, chumbo, cobalto, cobre, ferro, manganês, níquel, selênio, urânio e zinco). A escolha dos participantes ocorreu em razão do relato comum de sintomas relacionados a lesões de pele, a doenças respiratórias, gastrintestinais, osteoarticulares, cardiovasculares, neurológicas, transtornos mentais e comportamentais, além de queixas como fadiga, mal estar e emagrecimento, os quais podem advir de enfermidades diversas, assim como da intoxicação por zinco, níquel e arsênio.[131]

Os resultados das amostragens sanguíneas demonstraram a diminuição de zinco em 10 moradores, ao passo que todos apresentaram aumento de níquel. Nesse ponto, o estudo ressalta a ocorrência do mesmo resultado para todos os participantes da coleta. Além disso, em 3 pessoas foi observado pequeno aumento de arsênio e, em 5, o nível de arsênio encontrava-se no limite superior da normalidade. A pesquisadora adverte que as alterações no sangue, oriundas de níquel ou arsênio, após a grave contaminação do meio ambiente pelos rejeitos de mineração de ferro provenientes do rompimento da barragem Fundão, são preocupantes.[132]

O estudo realizado reconhece a gravidade da exposição a metais pesados, notadamente tratando-se de níquel e arsênio:

> A exposição aos metais pesados, Ni e As, parece, de fato, ocorrer, e pode levar à contaminação dos seres humanos, com sérias consequências em saúde, prejuízo das funções neurológica, pulmonar, hepática, renal e do sistema imunológico e efeitos carcinogênicos, mutagênicos e teratogênicos, entre outros.[133]

---

[130] VORMITTAG *et al*, 2018, p. 9 e 10.
[131] VORMITTAG, Evangelina da Motta Pacheco Alves de Araujo. **Município de Barra Longa-MG**: resultados de exames toxicológicos 2018. p. 9-10. Disponível em: <https://www.saudeesustentabilidade.org.br/wp-content/uploads/2018/04/relatoRio_exames_toxicol%C3%B3gicos_1304_2.pdf>. Acesso em: dez. 2018.
[132] VORMITTAG, 2018, p. 10-11.
[133] VORMITTAG, 2018, p. 11.

Por tais motivos, a contaminação do meio ambiente pela onda de lama deve ser averiguada, bem como os resultados dos exames de sangue corroboram a necessidade de investigação clínica profunda, para posterior confirmação diagnóstica e tratamento de saúde adequado em favor de todos os participantes. A pesquisa ressalta, ainda, a impossibilidade de relacionar os resultados dos exames de sangue com o Desastre do Rio Doce, devendo ser realizados estudos de risco toxicológico e epidemiológico em uma quantidade maior de pessoas.[134]

O Ministério da Saúde também realizou um estudo intitulado *Dois anos pós-desastre da barragem do Fundão: perfil epidemiológico população de Barra Longa, MG, 2018*, com o objetivo de caracterizar a população barra-longuense dois anos após o Desastre do Rio Doce. A pesquisa foi desenvolvida entre os dias 22 de maio e 9 de julho de 2018, sendo entrevistadas 356 pessoas, residentes no Município de Barra Longa/MG há pelo menos um ano antes do rompimento da barragem Fundão.[135]

Tal pesquisa constatou que 89% da população foram expostos à poeira, 52%, à lama e 29,2%, à água contaminada com lama. Ademais, 11,5% apresentaram infecção de vias aéreas superiores, 10%, dermatite/dermatose, 9,6%, alergias, 8,3%, parasitoses. Além disso, 34,7% foram triados para depressão e 19,4%, para transtorno de estresse pós-traumático. Em razão da exposição aos rejeitos de minério de ferro, observou-se agravamento do quadro clínico prévio e acometimento de doenças respiratórias, alérgicas, dermatológicas, parasitárias, crônicas não transmissíveis e transtornos mentais. O estudo concluiu que a piora de enfermidades crônicas e o aparecimento de problemas psicossociais são implicações, a longo prazo, de um desastre. Sendo assim, recomendou o monitoramento contínuo de possíveis efeitos na saúde física e mental da população afetada.[136]

---

[134] VORMITTAG, 2018, p. 11-12.

[135] GUIMARÃES, Luciana Nogueira de Almeida *et al*. Dois anos pós-desastre da barragem do Fundão: perfil epidemiológico população de Barra Longa, MG, 2018. *In*: SAÚDE, Ministério da. **10.º encontro científico do programa de treinamento em epidemiologia aplicada aos serviços do Sistema Único de Saúde (EpiSUS)**: caderno de resumos. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. p. 62. Disponível em: <https://www.tephinet.org/sites/tephinet/files/content/attachment/2018-11-20/caderno_resumos_episus_20nov18_web.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

[136] GUIMARÃES *et al*, 2018, p. 62.

2.2.2.4 Dos danos psicológicos e espirituais

O Ibama menciona que, ao acompanhar a evolução do Desastre do Rio Doce, verificou a “sensação de perigo e desamparo na população”. No mais, registra que a “sensação de insegurança pós-rompimento afeta tanto as pessoas diretamente envolvidas como aquelas que permaneceram nas áreas adjacentes, que viverão sob a angústia ou o medo de novo rompimento”.[137]

O Desastre do Rio Doce impactou o modo de vida e os valores étnicos e culturais de populações ribeirinhas e estuarinas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais. As reservas Krenak, situada em Resplendor/MG, Tupiniquim e Guarani, localizadas no Município de Aracruz/ES foram atingidas pelos rejeitos de mineração provenientes do rompimento da barragem Fundão.[138] Para os índios Krenak, também conhecidos por *Borun do Watu*, o Rio Doce é uma entidade sagrada, *Watu*, e em razão do desastre encontram-se impossibilitados de realizar os rituais espirituais.[139]

2.3 UMA ANÁLISE JURÍDICA DO DESASTRE DO RIO DOCE

2.3.1 Das principais ações civis públicas verificadas no âmbito do processo civil coletivo

Em razão do Desastre do Rio Doce e com a finalidade de reparar os danos ocasionados, foram propostas diversas ações individuais e coletivas nas justiças federal e estadual dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e do Distrito

---

[137] OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 5, 28 e 29.

[138] Conforme pode ser verificado nas informações disponibilizadas em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/o-desastre>; <https://brasil.antropos.org.uk/ethnic-profiles/profiles-k/89-168-krenak.html>; <https://www.museuindiavanuire.org.br/india-vanuire/os-krenak>; <http://arquivonacional.gov.br/br/component/tags/tag/povo-krenak.html>; e <http://www.aracruz.es.gov.br/turismo/atracoes-turisticas/19/>. Acessos em: fev. e nov. 2018.

[139] *A situação para esses índios é mais grave*: Conforme explanação de Edmundo Antônio Dias Netto Júnior, Procurador da República no Estado de MG, no Painel III, Água e Mineração: Segurança de Barragens e Contaminação – O Caso Mariana (Desastre do Rio Doce), do IV Seminário Internacional, Água, Vida e Direitos Humanos à luz dos Riscos Socioambientais, realizado pelo CNMP em parceria com o MPF e a ESMP, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2017, em Brasília: ZANETI JR., Hermes (Relator). **Relatório painel III**: água e mineração: segurança de barragens e contaminação. O caso “Mariana” (Desastre do Rio Doce). Brasília, 2017. p. 5. Destaque nosso.

Federal.[140] Todavia, este trabalho abordará as principais ações civis públicas verificadas no âmbito do processo civil coletivo, quais sejam, a proposta pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais e a ajuizada pelo MPF.

2.3.1.1 Da ação civil pública proposta pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais

A União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e os órgãos governamentais federais, Ibama, ANA, ICMBio e Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); mineiros, IEF, Instituto Mineiro de Gestão de Águas (Igam) e Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) e capixabas, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) e Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH) propuseram, em 30 de novembro de 2015, ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, em face das empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., devido aos danos ambientais e socioeconômicos causados pelo Desastre do Rio Doce.[141]

Distribuída para o Juízo da 3.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal[142] e com fundamento nos artigos 225, parágrafos 2.º e 3.º, da Constituição

---

[140] A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) possui um Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais, denominado Organon, o qual é vinculado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, cujo "[...] tema central de trabalho é a ação coletiva desempenhada por movimentos sociais e organizações da sociedade civil com finalidades de mudança social, participação e contestação política. Fazem parte do Organon o GETPol - Grupo de Estudos em Teoria Política contemporânea, o Mapa das Mobilizações e o Observatório de Ações Judiciais de relevância às causas coletivas": Conforme <http://organon.ufes.br/nucleo/>.
Na página eletrônica do Organon, encontra-se disponível um observatório de ações judiciais relativas ao Desastre do Rio Doce, com informações sobre número do processo, nome da ação, proponente, réu, tipo de conflito, local, órgão/unidade jurisdicional, data inicial, última atualização, juiz/promotor envolvidos, empresa(s) envolvida(s), resumo detalhado do conflito, situação atual, decisão e documentos anexos. Também são disponibilizados os Termos firmados. Para acessar tais ações e termos, conferir: <http://organon.ufes.br/acoes-judiciais/>. Acessos em: jan. 2019.

[141] Também conhecida por ação civil pública proposta pelo Poder Público e órgãos governamentais e autuada sob o n.º 0069758-61.2015.4.01.3400, a petição inicial desta ação encontra-se disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/12/confira-documentos-sobre-o-acidente-do-Rio-doce/acao_inicial_agu_es_mg_samarco.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2018.

[142] O entendimento dos autores dá-se em virtude de o artigo 93, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor (CDC) também estabelecer a competência do Distrito Federal para processamento e julgamento de ação civil pública, nas hipóteses de danos ambientais de abrangência nacional, como no caso em tela, cujos danos verificados ultrapassaram o território dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e atingiram a costa marítima. Não obstante, informam não desconhecer a posição do Superior Tribunal de Justiça (STJ), isto é, que o dano de abrangência regional ou nacional não atrai a competência exclusiva do Distrito Federal: **Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela proposta em 30 de novembro de 2015 pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito**

da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) e 1.º, inciso I, 5.º, incisos III e IV e 12, da Lei n.º 7.347/1985, a ação ajuizada objetivava a adoção de medidas urgentes, pelas empresas rés, para contenção da onda de lama e para a redução dos impactos, decorrentes do rompimento da barragem Fundão, sobre os bens ambientais e a população atingida.[143]

Os autores pleitearam a reparação integral dos danos ambientais causados às atuais e futuras gerações, notadamente os que assolaram o leito, as margens, os fluentes e afluentes do Rio Doce até a sua foz no oceano Atlântico, assim como dos socioeconômicos sofridos pelos afetados, além da determinação de indenização em razão dos danos irreversíveis e imutáveis, excetuados aqueles ocasionados ao patrimônio minerário, histórico, cultural, artístico e a bens públicos.[144]

Em razão dos danos socioambientais causados, os autores requereram a elaboração e implementação, pelas empresas rés, de "plano global de recuperação socioambiental da bacia do Rio Doce e de toda a área degradada" pelo rompimento da barragem Fundão. De pronto, foram pedidos o estancamento dos rejeitos de minério de ferro; a retirada da lama das margens do Rio Doce; o fornecimento de água à população atingida com a interrupção do abastecimento, assim como para a dessedentação dos animais e a análise do pescado possivelmente contaminado.[145]

Quanto aos danos ambientais diretos pugnaram pela adoção de medidas de "dragagem, transporte, tratamento e disposição de sedimentos"; "implantação de barreiras de siltagem com tratamento químico"; "recuperação das áreas marginais, inclusive áreas de preservação permanente (APP) dos rios atingidos"; "[...]

Santo e demais órgãos governamentais em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG. p. 27-30. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/12/confira-documentos-sobre-o-desastre-do-Rio-doce/acao_inicial_agu_es_mg_samarco.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

[143] *Ibidem*, p. 1, 2 e 44.

Os autores assim classificaram as empresas rés: "A Samarco Mineração S/A é a operadora da barragem de Fundão e *poluidora direta*, o que atrai sua legitimidade como *principal responsável* pela reparação integral do dano ambiental causado pelo evento. A Vale S/A, igualmente, por despejar rejeitos de mineração na barragem de Fundão, também é *poluidora direta* e, por esta razão, responsável pela reparação do dano causado pelo evento. Por fim, tanto a Vale S/A quanto a BHP Billiton Brasil Ltda., na qualidade de controladoras da companhia Samarco Mineração S/A, são *poluidores indiretos*, figurando como *corresponsáveis solidários* pelo adimplemento da obrigação de integral reparação dos danos". Ademais, esclareceram que, "[...] consoante registrado no Relatório de Vistoria anexo do DNPM, a lama da VALE S/A referente ao Processo DNPM n.º 930.193/1982 também era lançada na barragem do Fundão, o que a qualifica, legalmente, também como poluidora direta": *Ibidem*, p. 35. Destaque nosso.

[144] *Ibidem*, p. 9, 44 e 47.

[145] *Ibidem*, p. 76-79.

conservação e reintrodução de espécies ameaçadas da ictiofauna e tartarugas marinhas".[146]

Além disso, outras ações de "aceleração da recuperação ambiental da bacia do Rio Doce" foram pleiteadas, a saber: "recuperação de áreas de preservação permanente (APP) da Bacia do Rio Doce"; "recuperação de nascentes"; "programa de fortalecimento e manutenção das estruturas de triagem e reintrodução da fauna silvestre"; "programa de melhoria da qualidade da água - coleta e tratamento de esgoto e de resíduos sólidos"; "programa de fortalecimento de abastecimento de água e redução de perdas"; "programa de apoio aos pescadores, povos indígenas, populações tradicionais e pequenos produtores rurais"; "programa de educação ambiental"; "programa de segurança ambiental das barragens de rejeitos".[147]

Ainda foi requerido que as empresas rés implementassem três medidas para restauração ambiental da bacia do Rio Doce. A primeira delas consistia na elaboração de "plano de recuperação e conservação do solo e da água, abrangendo a cadeia de recuperação florestal, bem como fiscalização de áreas de preservação permanente, recuperação de áreas degradadas e das nascentes"; a segunda, na de "plano de gerenciamento do material a ser removido na bacia do Rio Doce, que compreende também as etapas de transporte e disposição do material sedimentar" e, por fim, de "programa de monitoramento ambiental por toda a bacia do Rio Doce e área marítima afetada, visando a conhecer os impactos secundários e a efetividade das ações de recuperação a serem desenvolvidas [...]".[148]

No tocante a reparação dos danos socioeconômicos, os autores pediram a elaboração e a implementação, pelas empresas rés, de "plano global de recuperação socioeconômica para atendimento das populações atingidas pelo desastre", com prioridade para "limpeza e reconstrução dos povoamentos atingidos, com a devida realocação das populações atingidas"; "reconstrução de estradas, pontes, dutos, equipamentos de saneamento básico e linhas de transmissão elétrica, destruídos ou danificados" e "pagamento de indenização por danos materiais e morais às vítimas do desastre e suas famílias".[149]

Ademais, pugnaram pela "decretação da indisponibilidade das licenças e concessões para a exploração de lavras existentes" em nome das empresas rés,

---

[146] *Ibidem*, p. 61.
[147] *Ibidem*, p. 62-64.
[148] *Ibidem*, p. 25 e 26.
[149] *Ibidem*, p. 65 e 66.

inclusive todos “os direitos decorrentes dessas concessões”, “como medida assecuratória da tutela jurisdicional”, assim como pela “abertura de conta e criação de fundo socioambiental e socioeconômico para custear medidas emergenciais”. O pleito pela constituição desse fundo levou em consideração o montante necessário ao custeio integral das ações de reparação dos danos sociais, ambientais e econômicos causados pelo rompimento da barragem Fundão, isto é, R$ 20.204.968.949,00 (vinte bilhões, duzentos e quatro milhões, novecentos e sessenta e oito mil e novecentos e quarenta e nove reais).[150]

Para constituição desse fundo reparatório, os autores esclareceram que, entre 2015 e 2025, ou seja, em 10 anos, a empresa Samarco Mineração S/A deveria depositar, em cada exercício social, 20% do seu faturamento ou 50% do seu lucro líquido, o que fosse maior, devendo amortizar inicialmente o valor de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais). No mais, não sendo possível tal amortização, pugnaram que as empresas Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., na proporção de sua participação acionária, complementassem os depósitos sempre que o recolhimento de cada exercício fosse inferior a R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), uma vez que são corresponsáveis pela reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem Fundão.[151]

Por fim, requereu-se que as rés sejam compelidas a indenizar danos residuais, interinos, tais como a “perda ambiental havida entre a data do dano ambiental e a efetiva recuperação da área” e “extrapatrimoniais causados à coletividade, em valor a ser apurado na fase instrutória ou em regular liquidação de sentença”.[152]

2.3.1.2 Da ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal

O MPF propôs, em 28 de abril de 2016, ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars*, em face das empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., da União, dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, dos órgãos governamentais federais, ANA, Ibama, DNPM, ICMBio, Fundação Nacional do Índio (Funai), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Instituto

[150] *Ibidem*, p. 35, 66-73 e 79.
[151] *Ibidem*, p. 67 e 68.
[152] *Ibidem*, p. 44 e 91.

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); mineiros, IEF, Igam, Feam e Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG) e capixabas, Iema, AGERH e Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf).[153]

A ação foi distribuída, por prevenção, para o juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte, tendo por fundamento legal os artigos 127, 129 e 225, da CRFB/1988, 5.º e 6.º, da Lei n.º 7.347/1985, a Lei Complementar n.º 75/1993 e o Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015). De acordo com o autor, inexiste litispendência dessa demanda com outras ações judiciais propostas em razão do Desastre do Rio Doce, uma vez que não possuem a sua abrangência, já que esta tem por escopo a reparação total dos danos decorrentes do rompimento da barragem Fundão. Portanto, não se confundem.[154]

No que tange à competência da justiça federal para o processamento e julgamento da ação, o MPF apontou as seguintes razões: os termos do artigo 109,

---

[153] Também conhecida por *ação civil pública de 155 bilhões* e autuada sob o n.º 0023863-07.2016.4.01.3800, a petição inicial desta ação encontra-se disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: mai. 2019.

[154] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. p. 1 e 114. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: mai. 2019.

A distribuição, por prevenção, dessa ação deve-se ao fato de já tramitarem na 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte, outras duas ações referentes à reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem Fundão. São elas: a ação civil pública n.º 0060017-58.2015.4.01.3800, proposta pela Associação de Defesa dos Interesses Coletivos, e a ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400, ajuizada pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais.

No tocante à verificação de litispendência, o MPF especialmente refere-se à ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400 que, apesar de "parcial coincidência, não se trata [...] da mesma ação", porquanto a ação civil pública ajuizada pelo MPF também é ajuizada em face da União, dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e de órgãos governamentais. Por outro lado, admite ser possível conexão ou continência entre elas, nos termos dos artigos 55 a 57, do CPC/2015. Há comunidade parcial, mas não identidade, devendo ocorrer "a reunião das ações para decisão conjunta", conforme determina o parágrafo 1.º, do artigo 55 e a parte final, do artigo 57, ambos do CPC/2015: *Ibidem*, p. 114 e 115.

O órgão ministerial federal também ressalta que o ajuizamento dessa ação civil pública não induz litispendência para com as ações individuais porventura propostas, segundo convenciona o artigo 104, do CDC, o qual ainda diz que o resultado da demanda coletiva ajuizada não prejudicará as pretensões individuais, mas, pelo contrário, beneficiará os seus autores, desde que, ao tomarem ciência do ajuizamento da ação coletiva e dentro do prazo de 30 dias, peçam a suspensão da demanda individual e optem pela jurisdição coletiva: *Ibidem*, p. 156.

O artigo 104 do CDC informa: "Art. 104. *As ações coletivas*, previstas nos incisos I e II e do parágrafo único do art. 81, *não induzem litispendência para as ações individuais*, mas os efeitos da coisa julgada erga omnes ou ultra partes a que aludem os incisos II e III do artigo anterior *não beneficiarão os autores das ações individuais*, *se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias*, *a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva*". Conforme: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078compilado.htm>. Acesso em: mai. 2019. Grifo Nosso.

inciso I, da CRFB/1988; os rejeitos de mineração terem alcançado o Rio Doce, que é um rio federal, e também o Oceano Atlântico; ao menos dois Estados da federação terem sido atingidos pelos impactos ambientais; os danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão terem decorrido da exploração de atividade minerária, cuja competência para fiscalização é do DNPM, autarquia federal; e, ainda, por o Desastre do Rio Doce ter ocasionado "danos de ordem material, moral e espiritual aos povos indígenas Krenak, Tupiniquim e Guarani", cuja competência, nesses casos, igualmente é do Juízo federal, por força do disposto no artigo, 109, inciso XI, da CRFB.[155]

O MPF, enquanto legitimado ativo, mormente nos termos dos artigos 1.º, inciso I e 5.º, inciso I, da Lei n.º 7.347/1985, visa a tutelar os interesses das vítimas do Desastre do Rio Doce, as quais são qualificadas como indivíduos integrantes de "classe especial de vulneráveis", isto é, os atingidos, que estão unidos por um "liame coletivo" resultante dos danos provocados por evento comum, o rompimento da barragem Fundão, em Mariana/MG. De acordo com o autor, os atingidos são "sujeitos dos direitos transindividuais", "sujeitos titulares de direitos coletivos em sentido estrito e de direitos individuais tuteláveis coletivamente (individuais homogêneos)", ou seja, são "*todas as pessoas, físicas ou jurídicas, e coletividades que sofreram ou venham a sofrer quaisquer espécies de danos materiais ou imateriais*", em razão do desastre.[156]

---

[155] *Ibidem*, p. 95.
Segundo o artigo 109, inciso I, da CRFB/1988: "Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho". O inciso XI, do mesmo artigo, preconiza: "Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: XI - a disputa sobre direitos indígenas": Conforme: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acessos em: mai. 2019.
Vale destacar que, consoante apurado nas pesquisas desenvolvidas para confecção deste trabalho, o MPF foi o único a registrar que a competência da justiça federal também decorre do artigo 109, inciso XI, da CRFB/1988, já que atingiu povos indígenas.
Além disso, segundo foi informado no item *2.2.1 Do rompimento da barragem Fundão e das localidades atingidas*, a enxurrada de rejeitos de mineração provenientes do rompimento da barragem Fundão também atingiu o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, na Bahia. Desse modo, comprovado está que mais um Estado da federação foi impactado pelo Desastre do Rio Doce.
[156] *Ibidem*, p. 99 e 154.
Os artigos 1.º, inciso I e 5.º, inciso I, da Lei n.º 7.347/1985 enunciam: "Art. 1.º. Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: I - ao meio-ambiente. Art. 5.º. Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: I - o Ministério Público". Segundo: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347Compilada.htm>. Acessos em: mai. 2019.

Além disso, classificou os atingidos como consumidores por equiparação ou *bystander*, com fulcro nos artigos 12 e 17 do CDC. Ademais, frisou que a ação civil pública, tendo em vista os mais diversos impactos causados, pretendia, ainda, com amparo no artigo 95, do Código Consumerista, a prolação de sentença genérica, que reconhecesse o *an debeatur*, ou seja, a obrigação de custear a reparação dos danos materiais e morais causados; o *quid debeatur*, que se refere à natureza da obrigação devida, a saber, pagar, e o *quis debeat*, que busca identificar o sujeito passivo da obrigação, isto é, as empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda.[157]

Conforme o MPF, no conceito de atingidos devem ser incluídas as seguintes categorias: a) proprietário ou posseiro residente nos locais atingidos; b) proprietário ou posseiro não residente nos locais atingidos; c) morador, parceleiro ou meeiro, ocupante, inquilino, arrendatário, rendeiro, herdeiro, autônomo e trabalhador rural – não detentor da posse ou do domínio da terra, que morava e/ou produzia no imóvel, ou possuía benfeitorias, nos locais atingidos; d) morador possuidor de qualquer bem material destruído ou danificado pelos eventos narrados nestes autos, incluindo veículos, roupas, eletrodomésticos, dinheiro e outros, atingidos pela lama; e) visitantes que perderam seus bens em decorrência da avalanche de lama, nos locais atingidos; f) dependentes economicamente da terra e de recursos naturais, resultando na perda de acesso aos meios tradicionais de vida, incluindo a agricultura, a pesca, a pecuária, extração vegetal, dentre outros, nos locais atingidos pela lama; g) residentes, comerciantes, empreendedores locais, artistas, produtores rurais e comunidades tradicionais, residentes de terras atingidas pela lama de rejeitos da mineração; i) deslocados compulsoriamente (de proprietários, não proprietários, moradores, produtores, comerciantes, ambulantes, dentre outros); j) aqueles que tiveram restrição de acesso a recursos e serviços básicos necessários à sobrevivência, tais como acesso à água potável, saúde, educação, moradia e alimentação; k) aqueles que sofreram restrições de fontes de ocupação, renda ou meios de sustento; l) aqueles que perderam animais, m) aqueles que sofreram ruptura de circuitos econômicos, sociais, culturais e religiosos; n) quem perdeu, por óbito ou desaparecimento, cônjuge, companheiro, familiares, amigos, com ou sem dependência econômica; o) aqueles que sofreram danos à saúde física ou mental e seus familiares e amigos: *Ibidem*, p. 154 e 155.

[157] *Ibidem*, p. 155.

De acordo com os artigos 12, 17 e 95, do CDC: “Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos. § 1.°. O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - sua apresentação; II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi colocado em circulação. § 2.º. O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado. § 3.°. O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar: I - que não colocou o produto no mercado; II - que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste; III - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. Art. 17. Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento. Art. 95. Em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados”. Consoante <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078compilado.htm>. Acessos em: mai. 2019.

Além do *an debeatur*, do *quid debeatur* e do *quis debeat*, mais dois elementos são necessários, quais sejam, o *cui debeatur*, que se trata da identificação do titular do direito e o *quantum debeatur*, a quantia devida ao titular do direito. Todavia, esses elementos são apurados *a posteriori*, na fase de liquidação da sentença: *Ibidem*, p. 155 e 156.

De acordo com o MPF, a legitimidade passiva pelos danos sociais, ambientais e econômicos é dos responsáveis diretos e indiretos pelo Desastre do Rio Doce, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado. Dessa forma, as empresas Samarco Mineração S/A e Vale S/A são responsáveis diretos, porquanto a primeira operava a barragem Fundão, despejando nela os rejeitos de mineração provenientes da Mina de Germano, ao passo que a segunda utilizava-se da referida barragem para depósito daqueles oriundos da Mina de Alegria, conforme confessado por ela e vistoria realizada pelo DNPM.[158]

Já as empresas Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., na qualidade de sócias controladoras da empresa Samarco Mineração S/A, foram enquadradas como responsáveis indiretos pelos efeitos do desastre e, em razão dessa circunstância, igualmente figuram no polo passivo da demanda. A responsabilização de ambas as acionistas também decorre da desconsideração da personalidade jurídica da mineradora Samarco S/A, nos termos dos artigos 4.º, da Lei n.º 9.605/1998 e 133 a 137, do CPC/2015, visto que o seu patrimônio líquido de R$ 4 bilhões não é suficiente para arcar com os custos provenientes da composição dos danos causados, avaliados em mais de R$ 155 bilhões. Outrossim, na hipótese de as personalidades jurídicas das controladoras também constituírem obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos provocados, poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica das poluidoras indiretas, de modo a abarcar o patrimônio de seus sócios ou acionistas controladores.[159]

Ademais, a ação civil pública esclareceu que os entes federativos e as entidades da administração pública também são legitimados passivos, em virtude de serem responsáveis indiretos pelos impactos provocados, pois os órgãos competentes em matéria ambiental têm o dever legal de fiscalizar e, por conseguinte, evitar a degradação do meio ambiente (responsabilidade retrospectiva). Em contrapartida, caso esta degradação ocorra, devem adotar medidas que mitiguem, recuperem ou compensem os danos causados (responsabilidade prospectiva).[160]

---

[158] *Ibidem*, p. 107 e 108.
[159] *Ibidem*, p. 108, 109, 157 e 158.
[160] *Ibidem*, p. 109.

Segundo o MPF, “o STJ já assentou que a responsabilidade civil do Estado em matéria ambiental, por omissão, é solidária e de execução subsidiária”. Nesse diapasão, referencia Milaré (2011, p. 1.262), nos seguintes termos:

> O poder público poderá sempre figurar no polo passivo de qualquer demanda dirigida à reparação do meio ambiente: se ele não for responsável por ter ocasionado diretamente o dano, por intermédio de um de seus agentes, o será ao menos solidariamente, por omissão no dever de fiscalizar e impedir que tais danos aconteçam. A propósito, vale lembrar que a Constituição Federal impôs ao poder público o dever de preservar e defender o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.[161]

Neste caso, o Estado brasileiro permitiu que a atividade de exploração mineral ocorresse conforme parâmetros de segurança que não impediram o rompimento da barragem Fundão:

> O Estado brasileiro tinha o dever de evitar a ocorrência deste dano e sua omissão guarda inegável nexo de causalidade com o resultado danoso verificado. A omissão e ação estatais, consistentes na ausência de efetivo exercício do poder de polícia, bem como na emissão da licença ambiental que autorizou o exercício da operação da barragem, caracterizam sua responsabilidade indireta, de natureza também objetiva, com fundamento na circunstância de a Constituição Federal estabelecer como dever do Estado a defesa do meio ambiente e sua preservação para as presentes e futuras gerações.[162]

Assim sendo, concluiu o MPF que a União e o Estado de Minas Gerais, por meio dos órgãos federais, Ibama e DNPM, e mineiros, Semad (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), IEF, Igam e Feam foram omissos no exercício do seu poder de polícia, no tocante ao processo de licenciamento ambiental e à fiscalização de segurança da barragem Fundão. Também esclareceu que o Estado do Espírito Santo não exigiu da empresa Samarco Mineração S/A estudos técnicos acerca da viabilidade de contenção dos rejeitos de mineração antes de o território capixaba ser alcançado pela onda de lama.[163]

No que concerne à Anvisa, o MPF salientou que deveriam ser adotadas medidas preventivas com a finalidade de atenuar os danos à saúde dos indivíduos que porventura tenham consumido organismos contaminados pela onda de lama. À Funai caberia mitigar ou reparar os impactos causados ao modo de vida das comunidades indígenas atingidas pelo Desastre do Rio Doce, notadamente quanto aos Krenak, aos quais deveria ser garantido o direito de identificação e demarcação

---

[161] *Ibidem*, p. 109 e 110.
[162] *Ibidem*, p. 110 e 111.
[163] *Ibidem*, p. 111 e 113. Segundo o MPF, “a onda de rejeitos demorou cerca de 10 dias para adentrar na porção capixaba do rio Doce”: *Ibidem*, p. 113.

de seu território, que foi drasticamente reduzido em razão da invasão dos rejeitos de mineração. O Iphan e o Iepha deveriam concentrar-se na proteção e conservação do patrimônio histórico, cultural e artístico afetado. E o DNPM, na fiscalização de segurança das estruturas remanescentes da barragem Fundão.[164]

Dessa feita, o MPF destacou que se faz necessário o agir conjunto de todos os réus, uma vez a magnitude do evento causado e os impactos dele decorrentes. A União e os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, por meio de seus órgãos e entidades, são diretamente responsáveis, cada qual na sua área, pelo planejamento e execução das ações administrativas voltadas à total reparação dos danos sociais, ambientais e econômicos, de modo que o Poder Público também poderia ser cobrado, caso as empresas poluidoras não cumprissem as medidas requeridas no tempo determinado, tendo em vista a solidariedade existente entres eles. O órgão ministerial federal ressalvou que, embora a ANA, o Ibama, o DNPM, o ICMBio, a Funai, a Anvisa, o Iphan, o BNDES, o IEF, o Igam, a Feam, o Iepha, o Iema, a AGERH e o Idaf possuam personalidades jurídicas próprias, tal circunstância não os exime de garantir o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.[165]

A ação civil pública afirmou que os poluidores diretos e indiretos são responsáveis objetiva, solidária e integralmente pelos danos socioambientais provocados, nos termos dos artigos 896, 904, 927 e 1.518 do Código Civil de 2002 (CC/2002), parágrafo 3.º, inciso IV e 14, incisos I a IV e parágrafo 1.º, da Lei n.º 6.938/1981 e 3.º, da Lei n.º 9.605/1998. No mais, o autor salientou que, a responsabilidade pelos danos humanos e socioeconômicos causados também é objetiva e dos poluidores diretos e indiretos, já que os atingidos estão vinculados pelo rompimento da barragem Fundão.[166]

Portanto, para dar ensejo à reparação, mitigação, compensação e indenização do dano basta tão somente a sua comprovação e a verificação do liame entre os prejuízos ocasionados e a atividade desempenhada pelo poluidor, afastando-se discussões acerca de culpa, bem como a invocação de excludentes de responsabilidades: “ainda que se tomem todas as precauções para evitar o evento

[164] *Ibidem*, p. 111-113.
[165] *Ibidem*, p. 111-114.
[166] *Ibidem*, p. 144-146.

danoso ao meio ambiente, acaso este ocorra, pelo simples fato de exercer a atividade e esta ter gerado o dano (nexo de causalidade), há a responsabilidade".[167]

O órgão ministerial federal elencou pormenorizadamente os impactos provocados pelo rompimento da barragem Fundão. Foram relatados danos socioambientais aos patrimônios natural, histórico-cultural, paisagístico e arqueológico. No que tange ao patrimônio natural, muitos recursos hídricos foram atingidos pelos rejeitos de mineração, tais como o Córrego Santarém, os rios Gualaxo do Norte, do Carmo, Doce e seus afluentes, além de regiões estuarinas, costeira e marinha. A flora e a fauna, nessa última, a herpetofauna, a mastofauna, a avifauna e a ictiofauna.[168]

Por sua vez, os danos socioeconômicos foram apresentados conforme a região de impacto. A microrregião impactada é compreendida pelos municípios atingidos diretamente pelos efeitos do rompimento da barragem Fundão, sendo eles, Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, todos no Estado de Minas Gerais. Para essas Cidades, o MPF identificou prejuízos à economia regional e à infraestrutura, além de danos humanos. Contudo, os impactos econômicos também foram constatados sobre uma macrorregião, isto é, para além das Cidades mineiras citadas acima, já que a onda de lama atingiu toda a bacia do Rio Doce. Ademais, apontou os danos ocasionados aos povos indígenas Krenak, Tupiniquim e Guarani, assim como aos pescadores artesanais, quilombolas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais.[169]

---

[167] *Ibidem*, p. 146, 148 e 151.

[168] *Ibidem*, p. 3 e 15-54.

Registra-se que este trabalho não apresentará pormenorizadamente, neste item, os danos socioambientais elencados pelo MPF na ação por ele ajuizada, haja vista que essa análise foi realizada nos itens *2.2.2 Dos danos verificados*, *2.2.2.1 Dos danos humanos, sociais e ambientais*, e a ação civil pública proposta pelo órgão ministerial federal foi inteiramente consultada para as suas elaborações. Os danos ocasionados ao patrimônio histórico-cultural encontram-se descritos no item *2.2.2.2 Dos danos econômicos e materiais*, precisamente em seu último parágrafo.

Ademais, para melhor compreensão dos danos socioambientais causados ao patrimônio natural no âmbito da fauna, seguem as definições abaixo:

-Avifauna: "Espécies de pássaros". Conforme: <https://www.dicionarioinformal.com.br/avifauna/>.

-Herpetofauna: "Lugar onde habitam répteis e anfíbios". Conforme: <https://www.dicionarioinformal.com.br/herpetofauna/>.

-Ictiofauna: "Conjunto das espécies de peixes que existem numa determinada região biogeográfica". Conforme: <https://www.dicionarioinformal.com.br/ictiofauna/>.

-Mastofauna: "É o conjunto de mamíferos existentes em uma região. Não confundir com mastozoologia que é o ramo da zoologia que estuda os mamíferos". Conforme: <https://www.dicionarioinformal.com.br/mastofauna/>. Acessos em: mai. 2019.

[169] *Ibidem*, p. 3 e 55-94.

Esta dissertação não registrará pormenorizadamente, neste item, os danos socioeconômicos apontados pelo MPF na ação por ele ajuizada, uma vez que essa análise foi realizada nos itens *2.2.2*

Diante desse cenário de mais variados impactos, o MPF estimou que, para custeio dos danos ocasionados pelo desastre seriam necessários R$ 155.052.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco bilhões e cinquenta e dois milhões de reais). Para chegar a esse montante, tomaram-se por paradigma os valores dispendidos com reparações e verbas indenizatórias, em razão dos danos causados pela explosão da plataforma de petróleo semissubmersível *Deepwater Horizon*, no dia 20 de abril de 2010, no Golfo do México, os quais totalizaram US$ 43,8 bilhões. Dessa maneira, o órgão ministerial federal salienta que, embora "seja difícil comparar eventos danosos ao meio ambiente", o Desastre do Rio Doce provocou perdas mais expressivas em comparação com a explosão referida, que implicou a morte de 11 pessoas, além de danos sociais, ambientais e econômicos.[170]

Nesses moldes, os prejuízos oriundos do rompimento da barragem Fundão não poderiam ficar abaixo de US$ 43,8 bilhões, ou seja, R$ 155.052.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco bilhões e cinquenta e dois milhões de reais). Esse valor deveria ser o ponto de partida, de modo que "apenas um apuratório independente, dedicado, diacrônico e profundo, poderá infirmar essa presunção de quantidade, a indicar as peculiaridades do que o olho graúdo e sincrônico não enxerga", assim,

---

Dos danos verificados, *2.2.2.2 Dos danos econômicos e materiais* e *2.2.2.4 Dos danos psicológicos e espirituais*, e no mais, a ação civil pública proposta pelo órgão ministerial federal foi inteiramente consultada para as suas elaborações. Os danos humanos encontram-se descritos no item *2.2.2.1 Dos danos humanos, sociais e ambientais*.

[170] *Ibidem*, p. 265-267.

O MPF detalha o ocorrido: "no dia 20/04/2010, a plataforma de petróleo semissubmersível *Deepwater Horizon*, operada pela *British Petroleum* (BP), explodiu e afundou, depois de ficar em chamas por dois dias no Golfo do México. Calcula-se que tenham vazado cerca de 4,9 milhões de barris (780.000 m^3) de óleo, impactando diretamente 180.000 km^2 de águas marinhas, e atingindo parte da costa do Alabama, da Flórida, de Louisiana, do Mississippi e do Texas, invadindo, em alguns casos, águas interiores numa extensão aproximada de 1.728 km. Onze pessoas vieram a óbito em decorrência imediata do acontecido, tendo sido registrados diversos casos de intoxicação pelos produtos derramados e por aqueles usados para sua dispersão, notadamente em trabalhadores envolvidos na limpeza. O derrame de petróleo afetou o habitat de centenas de espécies da ictiofauna local, bem como de aves, moluscos, tartarugas e de outros animais marinhos. O evento trouxe ainda sérios prejuízos à indústria de pesca e ao turismo nas áreas afetadas. Em novembro de 2012, a BP se declarou culpada de 11 acusações de homicídio culposo, do crime de mentir ao Congresso, e de duas contravenções, tendo concordado com o monitoramento governamental sobre suas práticas éticas e de segurança por quatro anos. Por sua vez, a Agência de Proteção Ambiental – EPA suspendeu a realização de novos contratos da empresa com o governo dos Estados Unidos. No ano seguinte, reconheceu, perante o Departamento de Justiça daquele país, a dívida de U$ 4,5 bilhões em multas e outras despesas, direcionados a um fundo fiduciário. Em Julho de 2015, a BP concordou em pagar US$ 18,7 bilhões, a título de multas civis, com base no *Clean Water Act*, em virtude da depleção dos recursos naturais, e de outras modalidades reparatórias, à União, aos cinco Estados e mais de 400 governos locais. As estimativas de reparações e verbas indenizatórias totais apontam, todavia, para valores mais expressivos, entre US$ 43,8 bilhões, reconhecidos pela empresa, e US$ 90 bilhões, previstos pelo mercado". Conforme: *Ibidem*, p. 265 e 266.

então, aproximando-se “o valor para a expressão mais próxima da realidade, seja para mais, seja para menos”.[171]

A ação civil pública apresentada também pleiteou indenização em virtude de dano moral (extrapatrimonial) coletivo, visto que, além de danos materiais, o Desastre do Rio Doce causou danos imateriais, decorrentes do sofrimento, tristeza e angústia aos quais a coletividade fora exposta. O autor salientou que os danos morais coletivos decorreram do fato de toda a sociedade brasileira ter assistido “ao contínuo e grave despejamento de rejeitos” provenientes da barragem Fundão, os quais “deixaram um rastro de destruição, morte e poluição, conspurcando notáveis paisagens naturais e estruturas e funções ecológicas”.[172]

Tal pleito também se justificou em razão da interrupção temporária do abastecimento de água em algumas localidades mineiras e capixabas, cuja população ainda foi “obrigada a conviver diuturnamente com a angústia e insegurança causada pela dúvida sobre a qualidade da água”. No mais, o MPF reforçou que pescadores foram impedidos de exercer a pesca; turistas não puderam visitar pontos turísticos, o que acarretou prejuízos à economia; “centros urbanos foram destruídos”; “pessoas perderam suas casas”, bem como “a fauna perdeu seu habitat”. Tudo isso lesionou “a integridade psicológica coletiva, causando-lhe intensa dor íntima e sofrimento moral”.[173]

O órgão ministerial federal esclareceu que, “a coletividade, apesar de ente despersonalizado, possui valores morais e um patrimônio ideal que merece proteção”. A tutela ao patrimônio moral deriva dos artigos 5.º, inciso V, da CRFB/1988 e 186, do CC/2002, da súmula 37, do STJ e, sobretudo, dos artigos 1.º, inciso I, da Lei n.º 7.347/1985, o qual trata da possibilidade de ações judiciais para

---

[171] *Ibidem*, p. 265-267.
“Por mais que seja difícil comparar eventos danosos ao meio ambiente, parece a olhos vistos que os prejuízos sociais, econômicos e ambientais, causados pelo vazamento de óleo no Golfo do México, não apresentam a magnitude dos provocados pelo rompimento da Barragem de Fundão. Aqui se contabilizou o infortúnio de mais mortes e um estrago ecossistêmico também maior, como há pouco descrito, e que, a título de síntese, pode ser caracterizado pela morte de um dos maiores rios do país e o comprometimento de sua bacia e dos espaços estuarinos, dos fazeres e viveres das comunidades que ousaram ficar no caminho de milhões de metros cúbicos de lama, seguidos em ondas; a destruição de vilas e cidades, a afetação da economia, do acesso à água e do cotidiano de centenas de milhares de famílias. Um rio que de rico esplendor guardou apenas um leito mórbido de calda marrom e estéril, que avilta a memória e o espírito do povo que por ele cruzou e navegou, que nele e dele (sobre)viveu”. Segundo: *Ibidem*, p. 266 e 267.
[172] *Ibidem*, p. 134.
[173] *Ibidem*, p. 134 e 135.

reparação de danos morais derivados da degradação ao meio ambiente e 6.º, inciso VI, do CDC.[174]

Destacou ainda o MPF que a doutrina e a jurisprudência divergem a respeito de responsabilidade por dano moral coletivo, não obstante a corrente majoritária afirme ser possível a sua reparação. Além disso, pugnou-se que a indenização por dano extrapatrimonial coletivo não fosse inferior a 10% do valor da causa, devendo o magistrado levar em conta a magnitude dos danos ocasionados, bem como "o tempo decorrido entre o dano e a recuperação ou compensação ambiental" e o "caráter pedagógico da indenização". Tal montante deveria ser depositado em conta judicial vinculada a essa demanda, além de ser destinado à adoção de medidas que promovessem a "melhoria da qualidade socioeconômica e socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e da região estuarina, costeira e marinha impactada".[175]

---

[174] *Ibidem*, p. 135 e 136.
Segundo o artigo 5.º, inciso V, da CRFB/1988: "Art. 5.º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem". Conforme: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: mai. 2019.
O artigo 186, do CC/2002 preconiza: "Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". Conforme: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: mai. 2019.
De acordo com a súmula 37, do STJ: "São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato". Conforme: <http://www.conteudojuridico.com.br/sumula-organizada,stj-sumula-37,2268.html>. Acesso em: mai. 2019.
Segundo o artigo 1.º, inciso I, da Lei n.º 7.347/1985: "Art. 1.º. Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:". Conforme: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347Compilada.htm>. Acesso em: mai. 2019.
Art. 6.º, inciso VI, do CDC: "Art. 6.º. São direitos básicos do consumidor: VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos". Conforme: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078compilado.htm>. Acesso em: mai. 2019.
[175] *Ibidem*, p. 136 e 141.
Sobre essa divergência, pontua o MPF: "Hugo Nigro Mazzilli afirma que 'não se justifica o argumento de que não pode existir dano moral coletivo, já que o dano moral está vinculado à noção de dor ou sofrimento psíquico individual. Ora, os danos transindividuais nada mais são do que um feixe de lesões individuais'. Semelhantemente, Adriano Andrade, Cleber Masson e Landolfo Andrade explicam que: para os que se opõem à ideia da reparação do dano moral coletivo, argumenta-se, em síntese, que o dano moral envolve, necessariamente, dor, sentimento, lesão psíquica (atributos da personalidade). Em sendo assim, não se poderia imaginar, a rigor, um dano moral a interesses coletivos (cujos titulares podem ser indetermináveis, como no caso dos consumidores atingidos por uma publicidade abusiva). De outro lado, para os que defendem a possibilidade de reparação do dano moral coletivo, eis os principais argumentos: 1) **há expressa previsão legal para tal reparação, tanto no CDC (que adotou expressamente o princípio da reparação integral do dano em seu art. 6.º, VI e VII), como na Lei da Ação Civil Pública** (Lei 7.347/1985, art. 1.º); 2) os valores da coletividade não se confundem com os valores de cada um dos indivíduos que a compõem, admitindo-se, assim, que um determinado fato possa abalar a imagem e a moral coletivas, independentemente dos danos individualmente suportados; 3) o dano moral (lesão a direito personalíssimo) não se confunde com a dor, com o abalo psicológico, com o sofrimento da vítima,

O MPF requereu ainda que as indenizações decorrentes do Desastre do Rio Doce fossem valoradas pedagogicamente. Isso significa que, ao determinar a compensação dos danos, o Estado fará "recair sobre o poluidor o peso financeiro da indenização", de modo que o degradador "seja estimulado a aplicar mais de sua atenção e de seus esforços e investimentos em ações preventivas".[176]

Dessa maneira, essa função pedagógica da indenização deve ser aplicada no presente desastre, no intuito de ensinar, aos réus e às demais empresas que desempenham a mesma atividade econômica, que não compensa reduzir investimentos em prevenção de danos, tal como ocorreu ante o rompimento da barragem Fundão, uma vez que a mineradora Samarco S/A, quando não foi inerte, demorou em implementar o Plano de Ação Emergencial. O magistrado, ao determinar o *quantum* indenizatório, deve deixar claro "que não é lucrativa a lógica da privatização das riquezas produzidas pelo empreendimento e a socialização dos riscos e prejuízos dele decorrentes".[177]

---

sendo estes apenas os efeitos da ofensa. Por isso, é perfeitamente possível estender a proteção dos direitos da personalidade para os direitos difusos e coletivos, a exemplo do que já é feito em relação às pessoas jurídicas, passíveis de sofrerem dano moral. (…). Em conclusão, **há forte tendência no STJ em se admitir a responsabilização civil por dano moral coletivo**, condicionada à constatação da presença de dois requisitos básicos, quais sejam: 1) **razoável significância do fato transgressor**: a agressão deve ser grave o suficiente para produzir alterações relevantes na ordem extrapatrimonial coletiva; 2) **repulsa social: o fato que agride o patrimônio coletivo deve ser de tal intensidade e extensão que implique a sensação de repulsa coletiva a ato intolerável**. (grifos nossos) (ANDRADE; MASSON; ANDRADE, 2013, p. 445/447).": *Ibidem*, p. 136 e 137.

Ademais, o órgão ministerial federal pontua: "José Ricardo Alvarez Viana, por sua vez, assim expressou: Pois bem. Uma vez reconhecida, no plano normativo, de forma expressa, a viabilidade dos danos morais ao meio ambiente, como se identificar e se precisar a sua ocorrência diante de uma situação concreta? Com efeito, a manifestação dos danos morais ambientais vai se evidenciar da mesma maneira que os danos morais individuais, ou seja, com um sentimento de dor, constrangimento, desgosto, infelicidade, angústia, etc. A única diferença diz respeito ao titular desses sentimentos. Enquanto no dano moral individual o lesado será o sujeito unitário – individualizado -, no dano moral ambiental este sentimento negativista perpassará por todos os membros de uma comunidade, como decorrência de uma atividade lesiva ao meio ambiente. Tem-se, assim, aquilo que a doutrina vem denominando de dano moral coletivo. O dano moral ambiental, dessa forma, irá se contrapor ao dano ambiental material. Este afeta, por exemplo, a própria paisagem natural, ao passo que aquele se apresentará como um sentimento psicológico negativo junto à comunidade respectiva. Aliás, no caso de danos morais por afronta a direito difuso – como no presente caso, em que afetado o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado – Maria Celina Bodin de Morais aponta que a indenização adquire inclusive caráter punitivo: (...) é de se aceitar, ainda, um caráter punitivo na reparação de dano moral para situações potencialmente causadoras de lesões a um grande número de pessoas, como ocorre nos direitos difusos, tanto na relação de consumo quanto no Direito Ambiental. Aqui, a *ratio* será a função preventivo-precautória, que o caráter punitivo inegavelmente detém, em relação às dimensões do universo a ser protegido": *Ibidem*, p. 137 e 138.

O autor colaciona julgados do STJ e de Tribunais Regionais Federais acerca da possibilidade de responsabilização por dano moral coletivo. Nesse ponto, alguns deles salientam que não é necessário comprovar que a coletividade sentiu dor, repulsa, indignação, como um indivíduo considerado isoladamente: *Ibidem*, p. 138-141.

[176] *Ibidem*, p. 141 e 142.

[177] *Ibidem*, p. 141 e 142.

Nessa perspectiva, o MPF também esclareceu que, quando a indenização for devida por grandes conglomerados empresariais, como ocorre com a Samarco Mineração S/A, a Vale S/A e a BHP Billiton Brasil Ltda., "dentre as quais se encontram as duas maiores mineradoras do mundo e uma das maiores empresas exportadoras do Brasil", o efeito pedagógico só será vislumbrado "se houver uma proporção séria e apreciável entre o valor a ser pago e a capacidade de pagar".[178]

Outra reparação reclamada pelo MPF trata-se do lucro cessante ambiental ou dano ambiental intercorrente, isto é, da indenização derivada da "perda ou diminuição das funções ecológicas do ecossistema no período de ocorrência do dano até a sua efetiva recuperação". Segundo o autor, enquanto perdurar a recuperação da degradação ambiental ocasionada pelo rompimento da barragem Fundão, a sociedade não poderá usufruir o meio ambiente afetado que, outrora, se encontrava a sua disposição, fazendo jus a tal compensação.[179]

O MPF pugnou que o montante indenizatório arbitrado não fosse inferior à importância correspondente a 10% do valor da causa, bem como guardasse proporcionalidade com os impactos provocados pelo Desastre do Rio Doce e com o tempo que decorresse até a restauração ambiental. Essa indenização também deveria ser depositada em conta vinculada à ação civil pública em comento e utilizada para melhorar a qualidade socioambiental e socioeconômica da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e das regiões estuarina, costeira e marinha impactadas.[180]

---

[178] *Ibidem*, p. 142.
O órgão ministerial federal destacou que, o STJ já se manifestou quanto à função pedagógica da indenização. "A extensão do dano moral sofrido é que merece ser fixada, guardando proporcionalidade não apenas com o gravame propriamente dito, mas levando-se em consideração também suas consequências, em patamares comedidos, ou seja, não exibindo uma forma de enriquecimento para o ofendido, nem, tampouco, constituindo um valor ínfimo que nada indenize e que deixe de retratar uma reprovação à atitude imprópria do ofensor, considerada a sua capacidade econômico-financeira. Ressalte-se que a reparação desse tipo de dano tem tríplice caráter: punitivo, indenizatório e ***educativo***, ***como forma de desestimular a reiteração do ato danoso***". Grifo nosso: *Ibidem*, p. 142.

[179] *Ibidem*, p. 142-144.
Sobre isso, o MPF cita Francisco José Marques Sampaio: "Não é apenas, portanto, a agressão à natureza que deve ser objeto de reparação, mas, outrossim, a privação, imposta à coletividade, do equilíbrio ecológico, do bem estar e da qualidade de vida que aquele recurso ambiental proporciona, em conjunto com os demais. Desse modo, a reparação do dano ambiental deve compreender, também, o período em que a coletividade ficará privada daquele bem e dos efeitos benéficos que ele produzia, por si mesmo e em decorrência de sua interação com os demais (artigo 3.º, inciso I, da Lei 6.938/81). Se a recomposição integral do equilíbrio ecológico, com a reposição da situação anterior ao dano, depender, pelas leis da natureza, de lapso de tempo prolongado, a coletividade tem direito subjetivo a ser indenizada pelo período que mediar entre a ocorrência do dano e a integral reposição da situação anterior de equilíbrio ecológico e fruição do bem ambiental atingido". Conforme: *Ibidem*, p. 143.

[180] *Ibidem*, p. 144.

Por fim, o MPF requereu concessão liminar de tutela provisória, *inaudita altera pars*, a fim de que, solidariamente, as empresas rés depositassem o montante inicial de R$ 7.752.600.000,00 (sete bilhões, setecentos e cinquenta e dois milhões e seiscentos mil reais) em fundo privado próprio, para custear programas sociais, ambientais e econômicos iniciais e de emergência, bem como apresentassem garantias idôneas no valor de R$ 155.052.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco bilhões e cinquenta e dois milhões de reais).[181]

Pugnou, ainda, pela contratação, por no mínimo 20 anos, de pessoa jurídica especializada em auditoria e procedimentos de controle, devendo as rés optar por uma dessas empresas, quais sejam: Deloitte, Ernst & Young (EY), KPMG ou PricewaterhouseCoopers (PwC). Ademais, que, juntamente com o Poder Público, contratassem e custeassem perícias multidisciplinares independentes, no intuito de demonstrar a totalidade dos impactos causados, garantida a participação efetiva dos atingidos, bem como que arcassem com perícia do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (Gesta/UFMG) e do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Organon/Ufes), o que objetivava mapear as comunidades tradicionais atingidas, assim como avaliar os danos sociais e ambientais a elas provocados.[182]

O autor também postulou pela inversão do ônus da prova, cabendo, ao menos, às empresas rés comprovar que não deram causa aos danos sociais, ambientais e econômicos, bem como a inexistência de liame entre o Desastre do Rio Doce e os impactos causados, além da "exata extensão socioeconômica e socioambiental dos danos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão, com sua consequente valoração econômica".[183]

Para reparar os danos ocasionados, o órgão ministerial federal pleiteou que, no prazo máximo de 90 dias, as empresas rés, de forma solidária, e os órgãos

---

[181] *Ibidem*, p. 320.
Registra-se que este item não tem por pretensão elencar pormenorizadamente todos os pedidos realizados pelo MPF, registrando, contudo, os de conteúdo mais relevante, até porque os pleitos do autor abarcam 40 páginas da ação civil pública por ora estudada. Para acesso ao inteiro teor dos pedidos: *Ibidem*, p. 319-359.
Informa-se ainda que o autor, em virtude do caráter solidário dos danos provocados pelo Desastre do Rio Doce e na hipótese de as empresas rés não cumprirem com as determinações judiciais impostas, pleiteou que a responsabilidade recaia subsidiariamente sobre os entes públicos, devendo, todavia, ser ressarcidos dos gastos realizados.
[182] *Ibidem*, p. 322-324.
[183] *Ibidem*, p. 323.

públicos, em caráter subsidiário, apresentassem dois planos para recuperação, mitigação, compensação e indenização de todos os danos socioambientais e socioeconômicos causados pelo Desastre do Rio Doce, os quais também estabeleceriam as medidas emergenciais a serem adotadas. Os órgãos e entidades dos entes públicos deveriam analisar a adequação dos planos implementados, priorizando a participação popular, por exemplo, por meio de consultas e audiências públicas, além de submetê-los ao controle de auditoria ambiental e ao acompanhamento de organismos internacionais.[184]

Medidas socioambientais emergenciais também foram requeridas pelo MPF. A primeira delas se trata da proibição imediata da pesca de qualquer natureza, salvo para fins de pesquisa científica, conforme autorizado pelos artigos 6.º e 30, da Lei n.º 11.595/2009, "na região da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, compreendida pelos rios Doce, Santo Antônio, Piranga, Manhuaçu, Guandu, Piracicaba, Casca e demais tributários relacionados na Nota Técnica n.º 27/2015/CEPTA/DIBIO/ICMBIO". Essa medida buscava proteger a ictiofauna restante da bacia hidrográfica do Rio Doce e das regiões estuarina, costeira e marinha afetadas, uma vez a grande mortandade verificada, bem como os consumidores de pescado, já que a ingestão de animais contaminados poderia oferecer risco à saúde humana. Desse modo, a interdição deveria permanecer até que perícias atestassem ser seguro o consumo e a recuperação do meio ambiente degradado.[185]

Pugnou que a União, por intermédio dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Meio Ambiente (MMA), se manifestasse acerca de possível extensão da aérea de proibição transitória da atividade pesqueira, outrora determinada pela ação civil pública n.º 0002571-13.2016.4.02.5004, haja vista "os níveis de concentração de metais nas calhas dos rios impactados" e a "contaminação por metais pesados (na água, nos sedimentos e nos organismos) nas regiões de Barra Nova (São Mateus/ES); Banco de Abrolhos (ao norte) e Unidade de Conservação APA Costa das Algas e RVS de Santa Cruz (ao sul)". Dessa maneira, enquanto não houvesse manifestação desses ministérios, pleiteou que fosse determinada a "imediata proibição provisória da pesca na área marinha indicada na NOTA TÉCNICA n.º 006/2016 CONJUNTA – CENTRO TAMAR/APA COSTA DAS

[184] *Ibidem*, p. 324-326.
[185] *Ibidem*, p. 191-199 e 327.

ALGAS/REBIO DE COMBOIOS/RVS DE SANTA CRUZ", ou seja, na região marinha próxima à desembocadura do Rio Doce.[186]

Em razão da interdição da pesca, o MPF postulou que as empresas rés identificassem e cadastrassem os pescadores afetados, pagando, para tanto, "auxílio-subsistência, no montante de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por núcleo familiar, mais 30% por pessoa, a partir do terceiro integrante", além do mais, deveria "compor o auxílio o valor mensal correspondente a 1 (uma) cesta básica do Dieese, por pessoa adulta da família, acrescido de 50% para cada dependente menor de 18 anos". Esse pagamento deveria perdurar até a retomada da atividade laborativa outrora desenvolvida pelo atingido, ou até este encontrar nova ocupação.

---

[186] *Ibidem*, p. 327 e 328.
Para melhor elucidar os fatos atinentes à questão da proibição da pesca em razão de possível contaminação da ictiofauna pelos rejeitos de mineração oriundos do Desastre do Rio Doce, registra-se que a interdição de tal atividade já havia sido determinada pela Justiça Federal de Linhares/ES, segundo explica o MPF: "[...] em virtude das incertezas sobre o impacto da pesca na fauna estuarina e marinha, bem como sobre possível contaminação dos pescados, *logo após o término do período de defeso do camarão, instituído pela Instrução Normativa Ibama n.º 189/2008, houve proibição da pesca de qualquer natureza, ressalvada a destinada à pesquisa científica na área compreendida entre a região de Barra do Riacho, em Aracruz/ES, até Degredo/Ipiranguinha, em Linhares/ES, dentro dos 25 (vinte e cinco) metros de profundidade*. Tal interdição da atividade pesqueira nas proximidades da foz do Rio Doce, determinada para valer a partir de 22/02/2016, decorreu de medida liminar proferida na Ação Civil Pública n.º 0002571-13.2016.4.02.5004, proposta pelo MPF perante a Vara Federal da Subseção Judiciária de Linhares". Conforme: *Ibidem*, p. 25 e 198. Grifo Nosso.
Ocorre que, "conforme demonstrado pela NOTA TÉCNICA n.º 006/2016 CONJUNTA – CENTRO TAMAR/APA COSTA DAS ALGAS/REBIO DE COMBOIOS/RVS DE SANTA CRUZ [...], houve a identificação de organismos marinhos contaminados em área superior àquela constante da decisão judicial, indicando-se a necessidade de ampliação da proibição da pesca de forma a abranger as regiões de Barra Nova (São Mateus/ES); Banco de Abrolhos (ao norte) e Unidade de Conservação APA Costa das Algas e RVS de Santa Cruz (ao sul)": *Ibidem*, p. 198 e 199.
A decisão liminar referida acima se encontra disponível em: <http://www2.jfes.jus.br/jfes/portal/consulta/mostraarquivo.asp?MsgID=02E6AF0FAB9B409DBBDD91F2AB9B9AD1&timeIni=45858&P1=16873993&P2=72&P3=&NPI=1001&NPT=1001&TI=1&NV=172211&MAR=S>. Acesso em: mai. 2019. As páginas 9-12 e 18-20 tratam sobre a proibição da pesca.
Já a Nota Técnica n.º 006/2016 Conjunta – Centro Tamar/APA Costa das Algas/Rebio de Comboios/RVS de Santa Cruz pode ser encontrada em: SFORZA, Roberto; CHAGAS, Leandro Pereira; THOMÉ, João Carlos Alciati; PASSOS, Lieze Alves; COSER, Lígia Mara. **Nota técnica n.º 006/2016 Conjunta – Centro Tamar/APA Costa das Algas/Rebio de Comboios/RVS de Santa Cruz**: relato das informações apresentadas pelos pesquisadores da Ufes e FURG quanto à contaminação de organismos marinhos na costa capixaba e suas implicações na proibição de pesca de camarão e demais recursos pesqueiros na região marinha próxima à foz do rio Doce (Aracruz e Linhares/ES). Vitória: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2016. 8 p. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/notastecnicas/2016-03-nota_tecnica_006_2016_conjunta_contaminacao_metais_e_area_proibicao_da_pesca.pdf>. Acesso em: mai. 2019.
Sobre o assunto, cita-se ainda: COSER, Lígia Mara; PASSOS, Lieze Alves; BONACH, Kelly. **Nota Técnica n.º 02/2016 Conjunta – APA Costa das Algas / RVS de Santa Cruz**: relato das informações apresentadas pelos pesquisadores da Ufes e FURG quanto à contaminação de organismos marinhos na costa capixaba e suas implicações na proibição de pesca de camarão e demais recursos pesqueiros no interior da APA Costa das Algas e do RVS de Santa Cruz/ES. Vitória: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2016. 29 p. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Rio_Doce/dcom_nota_tecnica_02_2016_conjunta_apa_costadasalgas_rvs_desantacruz.pdf>. Acesso em: mar. 2019.

À Anvisa caberia controlar a comercialização de pescados e adotar “ações urgentes de coleta e análise de sanidade pesqueira das principais espécies de importância econômica oriundas das áreas identificadas nas NOTAS, repassando os custos para as empresas rés”.[187]

Outra medida emergencial requerida consistiu na interrupção em definitivo do carreamento dos rejeitos que se encontravam represados no Complexo Minerário de Germano ou acumulados nas margens dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce para seus corpos hídricos, sob pena de multa. Também se pediu que as empresas rés adotassem medidas garantidoras de estabilidade e segurança das estruturas remanescentes da barragem Fundão (Diques 2, Sela, Tulipa e Selinha), bem como das barragens Germano e Santarém.[188]

Ademais, as empresas deveriam apresentar plano com ações emergenciais a serem adotadas na hipótese de rompimento das estruturas de armazenamento de rejeitos suprarreferidas, de acordo com o especificado à época: “com estudo e mapa de cenários georrefenciados para toda área potencialmente afetada, que não deve ser inferior à Bacia Hidrográfica do Rio Doce e espaços estuarinos correspondentes”, além de manter a sua atualização, com respaldo em novos estudos. As rés deveriam ainda melhorar as vias utilizadas pela população como rota de fuga da enxurrada de rejeitos, inclusive, pavimentando, na ocasião determinada, a que liga os municípios mineiros de Barra Longa e Ponte Nova.[189]

O MPF também postulou o manejo emergencial dos rejeitos oriundos da barragem Fundão, bem como a construção de estruturas emergenciais de contenção. Salientou ainda o dever de os poluidores destinarem solução ambientalmente adequada aos resíduos de mineração. No mais, pugnou que as empresas rés elaborassem plano com ações emergenciais de revegetação, reflorestamento, recuperação de áreas de preservação permanente e de, ao menos, 10.000 nascentes ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.[190]

O autor requereu que a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, o ICMBio, o IEF e o Iema criassem novas unidades de conservação ambiental no território mineiro, notadamente para tutela dos vales dos Rios Gualaxo

---

[187] *Ibidem*, p. 328-330 e 345.
Dieese significa Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
[188] *Ibidem*, p. 330 e 331.
[189] *Ibidem*, p. 331.
[190] *Ibidem*, p. 331-335.

do Norte e do Carmo, bem como no capixaba, para proteção da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce. Além disso, demandou que adotassem ações emergenciais voltadas para a recuperação e conservação da biodiversidade aquática atingida pelos rejeitos de mineração. Pugnou também pelo aperfeiçoamento dos sistemas de abastecimento de água, mediante a construção de mecanismos para captação alternativa, tendo em vista os municípios que dependem exclusivamente do Rio Doce, de esgotamento sanitário das localidades impactadas, de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e de drenagem de águas pluviais urbanas.[191]

Outro ponto abarcado nos pedidos trata-se da implementação de medidas para o monitoramento permanente das águas e sedimentos da bacia do Rio Doce, assim como das áreas estuarina, costeira e marinha impactadas em razão de possíveis riscos toxicológicos, devendo ser dada publicidade aos laudos provenientes desse controle. Pleiteou-se ainda a execução de ações emergenciais para recuperação e preservação do patrimônio cultural afetado, especialmente de regiões de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira e Barra Longa, todos no Estado de Minas Gerais, bem como a criação de memorial no subdistrito de Bento Rodrigues.[192]

Medidas emergenciais socioeconômicas e humanitárias igualmente foram requeridas, devendo as empresas rés concluir o cadastramento dos atingidos, isto é, de “todas as pessoas, físicas ou jurídicas, e coletividades que tenham sofrido quaisquer espécies de danos materiais ou imateriais em decorrência do rompimento da barragem de Fundão”. Além do mais, se esclareceu que não deveriam exigir documentos que dificultassem a inscrição de pessoas, de modo que, para o cadastramento, bastava declaração escrita com a qualificação e endereço do afetado, além de informações acerca dos danos sofridos.[193]

O MPF também se preocupou em garantir direitos sociais básicos aos atingidos, de modo que as empresas rés deveriam promover ações para proteção social dessas pessoas em situação de vulnerabilidade; garantir acesso à água potável; à moradia temporária, em razão de possível deslocamento de suas residências; à saúde, principalmente no tocante ao controle da reprodução do

[191] *Ibidem*, p. 335-339.
[192] *Ibidem*, p. 339-341.
[193] *Ibidem*, p. 341 e 342.

mosquito *Aedes Aegypti*, inclusive das doenças dele oriundas; à educação e à atividades de lazer. No que tange à saúde, ainda deveriam prestar auxílio técnico e financeiro aos municípios impactados, no intuito de custearem despesas extraordinárias decorrentes do Desastre do Rio Doce.[194]

Ademais, deveriam prestar assistência técnica aos pescadores, aos agropecuários, aos micro e pequenos empresários, aos trabalhadores informais e aos empreendedores do setor de turismo, especialmente da região da foz do Rio Doce e de cidades históricas mineiras, afetados pelo rompimento da barragem Fundão, bem como às suas associações, mediante oferecimento de cursos de qualificação profissional em outros campos de trabalho, com a finalidade de viabilizar a retomada deles de envolvimento no ciclo econômico. O MPF ainda pediu auxílio financeiro emergencial até a normalização das atividades dos atingidos. Postulou o restabelecimento de fontes d´água para irrigação de lavouras e dessedentação animal, além de alimentação para estes últimos e, ainda, o fornecimento de equipamentos e a reconstrução dos estabelecimentos comerciais atingidos.[195]

Igualmente, o autor pleiteou que as empresas rés promovessem a recuperação e a reconstrução das localidades e infraestruturas públicas e privadas destruídas pela onda de lama. Além disso, o MPF também requereu que os réus realizassem audiências públicas, “com a efetiva participação das partes e dos atingidos”, mormente quando da elaboração dos planos de recuperação socioambiental e socioeconômica, informando-os ainda acerca das ações já executadas ou em andamento. No mais, deveriam disponibilizar endereço eletrônico para divulgação de informações e realização de cadastramento virtual, além de instalar postos de informações em todos os municípios atingidos e implementar central de ouvidoria.[196]

O órgão ministerial federal registrou, ainda, a sua preocupação com a proteção dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais, porquanto pugnou que as empresas rés mantivessem medidas de apoio emergencial aos Krenak, assim como aos Tupiniquim e Guarani, nas terras indígenas Comboios, Tupiniquim e Caieiras Velhas II, inclusive com auxílio financeiro, a fim de suprir as

[194] *Ibidem*, p. 343 e 344.
[195] *Ibidem*, p. 345, 346 e 348.
[196] *Ibidem*, p. 346-349.

suas necessidades. Tal assistência deveria ocorrer até o restabelecimento definitivo do modo de vida desses povos. Ademais, a União deveria consultar previamente os povos indígenas e comunidades tradicionais atingidos para, posteriormente, elaborar programas de compensação de danos.[197]

Em definitivo, o MPF reiterou todos os pedidos pleiteados em sede de liminar e requereu que os réus fossem condenados a reparar integralmente os danos socioambientais provocados pelo Desastre do Rio Doce, conforme programas e projetos anteriormente definidos no plano de recuperação socioambiental. Outrossim, pugnou a reparação total dos danos socioeconômicos e humanos, materiais e imateriais, causados a indivíduos e grupos que sofreram violação de direitos individuais homogêneos e coletivos *stricto sensu*, em razão do rompimento da barragem Fundão, por meio de sentença genérica afirmativa da obrigação das empresas rés de repararem os danos materiais e morais, e também que estas fossem identificadas como sujeito passivo da obrigação de pagar, viabilizando o posterior ingresso de ação de cumprimento pelos interessados.[198]

Também postulou que as rés, de maneira solidária, fossem condenadas a ressarcir os gastos dos órgãos públicos, mormente os da União, para concluir o "procedimento de Identificação e Delimitação da Terra Indígena de Sete Salões, ocupada imemorialmente pelo povo indígena Krenak, localizada no município de Resplendor/MG", assim como de demais entes públicos, que dispenderam recursos humanos, materiais, logísticos, entre outros, em virtude do Desastre do Rio Doce, em valor não inferior a R$ 27.463.793,00 (vinte e sete milhões, quatrocentos e sessenta e três mil e setecentos e noventa e três reais).[199]

Além disso, pediu que a União e os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo adotassem estratégias que estimulassem o desenvolvimento de outras atividades econômicas, a fim de diminuir a dependência da indústria minerária, de modo a possibilitar a diversificação econômica na região atingida. Pleiteou, ao final, a aplicação de multa diária, no valor mínimo de R$ 1.500.000,00 (um milhão e

---

[197] *Ibidem*, p. 349-351.
[198] *Ibidem*, p. 352-355.
Quanto aos requerimentos em definitivo, este trabalho abordou apenas alguns dos pedidos. Todavia, todos eles podem ser encontrados nas páginas 352-358.
[199] *Ibidem*, p. 356.

quinhentos mil reais), ante o descumprimento de qualquer das tutelas de urgência concedidas.[200]

2.3.2 Das decisões relativas à fixação da competência

2.3.2.1 Da decisão de declínio da competência proferida pela Justiça Federal do Distrito Federal para julgamento da ação civil pública proposta pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais: o Juízo prevento da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais

A juíza federal Kátia Balbino de Carvalho Ferreira, da 3.ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em 14 de dezembro de 2015, exarou decisão de declínio da competência para processamento e julgamento da ação civil pública proposta em 30 de novembro de 2015 pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais, em favor do Juízo prevento da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte, uma vez a conexão com a ação civil pública n.º 0060017-58.2015.4.01.3800, proposta nesse Juízo, pela Associação de Defesa dos Interesses Coletivos (Adic), em data anterior, qual seja, 16 de novembro de 2015.[201]

De acordo com a decisão proferida, o artigo 2.º, caput, da Lei Federal n.º 7.347/1985, conhecida por Lei da Ação Civil Pública, define que o Juízo do foro do local onde ocorrer o dano será competente para propositura de ação civil pública e que também terá competência funcional para o seu processamento e julgamento. Por outro lado, em razão de o artigo 21 da mesma Lei autorizar, para defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, a aplicação, no que for cabível, dos dispositivos legais previstos no Título III, da Lei Federal n.º 8.078/1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor (CDC), aplica-se o artigo 93, do Código Consumerista, que, em seu inciso II, estabelece a competência da justiça local do

---

[200] *Ibidem*, p. 357 e 358.

[201] Esta decisão encontra-se disponível em: <file:///C:/Users/Rafaella/Downloads/24e088edb118cc9e39ff634ae001d876.pdf>. Acesso em: fev. 2018.

foro da capital do Estado ou do Distrito Federal para os danos de âmbito regional ou nacional.[202]

A magistrada federal embasou-se no entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de que o dano de âmbito regional ou nacional não atrai a competência exclusiva da justiça federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, visto que será o autor quem optará pelo foro de ingresso da ação. Salientou ela que, com amparo no princípio da efetividade à tutela dos interesses transindividuais, o STJ entende que o Juízo do foro do local do dano é competente para processar e julgar ações civis públicas ambientais, já que está próximo fisicamente dos fatos, das provas e dos sujeitos processuais, tratando-se de "regra de eficiência, eficácia e comodidade da prestação jurisdicional, que visa a facilitar e otimizar o acesso à justiça [...]".[203]

A esse respeito, a decisão judicial transcreveu manifestação do MPF, nos seguintes termos:

> É irrecusável que a opção pelo foro do local do dano proporciona maior celeridade e economicidade no processamento, na instrução e, por conseguinte, no julgamento do feito, por possibilitar menor custo e maior eficiência à apuração do dano e suas provas no Juízo em que os fatos ocorreram. Esse critério confere efetividade à tutela dos interesses transindividuais, por facilitar a coleta de provas e aproximar do juiz os fatos. Além disso, deve-se considerar também o local do dano sob a perspectiva de cumprimento dos provimentos judiciais, isto é, onde os atos do processo e a própria decisão judicial podem ser cumpridos com maior eficiência e prontidão. Do contrário, a fixação de competência tende a acabar se tornando um obstáculo à obtenção da tutela jurisdicional justa e tempestiva.[204]

Ademais, registrou que, em virtude de a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais terem proposto ação civil pública posteriormente à ação civil pública n.º 0060017-58.2015.4.01.3800, e visto que ambas apresentam mesma causa de pedir, qual seja, a reparação dos danos socioambientais ocasionados pelo rompimento da barragem Fundão, fica evidenciada a conexão entre essas ações coletivas, por força do parágrafo único, do artigo 2.º, da Lei n.º 7.347/1985. Destarte, tais ações devem ser reunidas, em razão do fenômeno da prevenção na 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas

---

[202] **Decisão de declínio da competência proferida pela Justiça Federal do Distrito Federal para julgamento da ação civil pública proposta pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais**. p. 2 e 3. Disponível em: <file:///C:/Users/Rafaella/Downloads/24e088edb118cc9e39ff634ae001d876.pdf>. Acesso em: fev. 2018.
[203] *Ibidem*, p. 3-6.
[204] *Ibidem*, p. 5 e 6.

Gerais, Juízo a quem foi distribuída a primeira ação coletiva e, por conseguinte, julgadas simultaneamente, de modo a evitar decisões divergentes, bem como permitir que as empresas corresponsáveis pelos danos cumpram adequadamente as determinações judiciais.[205]

2.3.2.2 Do Conflito de Competência n.º 144.922/Minas Gerais: a fixação da competência da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais

2.3.2.2.1 Breves notas introdutórias

O Conflito de Competência n.º 144.922/MG foi suscitado pela empresa Samarco Mineração S/A, em face dos Juízos da 7.ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares/MG, onde tramitam a ação cautelar n.º 0395595-67.2015.8.13.0105 e a ação civil pública n.º 0426085-72.2015, e da 2.ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG, onde está em curso a ação civil pública n.º 9362-43.2015.4.01.3813. Ingressaram como interessados o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) e a Defensoria Pública da União (DPU).[206]

A mineradora Samarco S/A suscitou o presente Conflito de Competência, haja vista que, tanto o Juízo de direito da 7.ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares/MG, quanto o Juízo federal da 2.ª Vara da Subseção Judiciária do mesmo Município, declararam ser competentes para o julgamento da ação cautelar n.º 0395595-67.2015.8.13.0105. Dessa forma, em razão de dois Juízos declararem-se competentes para julgamento e processamento do feito, foi suscitado Conflito Positivo de Competência, conforme preconiza o artigo 66, inciso I, do CPC/2015.[207]

---

[205] *Ibidem*, p. 7-11. Segundo o parágrafo único, do artigo 2.º, da Lei n.º 7.347/1985, para a prevenção se firmar nas ações coletivas, faz-se necessária tão-somente a mesma causa de pedir ou o mesmo pedido para todas aquelas posteriormente intentadas. A Lei n.º 7.347/1985 encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7347Compilada.htm>. Acesso em: fev. 2018.

[206] Segundo informações obtidas em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=56626762&num_registro=201503278588&data=20160201&tipo=0&formato=PDF>. Acesso em: abr. 2019. Para visualizar a sua tramitação processual, acessar a página <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/> e inserir o número 2015/0327858-8 no campo *Número de Registro no STJ*. Este trabalho não encontrou a inicial do Conflito de Competência n.º 144.922/MG.

[207] De acordo com a tradução literal do dispositivo legal: “Art. 66. Há conflito de competência quando: I - 2 (dois) ou mais juízes se declaram competentes”. O CPC/2015 pode ser encontrado em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: abr. 2019.

Nesses moldes, o Juízo da 2.ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG, responsável pelo processamento e julgamento da ação civil pública n.º 9362-43.2015.4.01.3813, assim se manifestou:

> "[...] *Considerando a conexão existente entre a presente demanda e aquela que tramita perante a Sétima Vara Cível da Comarca de Governador Valadares, de autoria do Ministério Público Estadual (autos n.°: 0395595-67.2015.8.13.0105), e que a tutela jurisdicional pretendida relaciona-se diretamente à responsabilidade civil por danos ambientais ao Rio Doce, que constitui patrimônio da União (art. 20, III, da CRFB/88), determino que seja oficiado aquele Juízo, solicitando a remessa dos autos a este Juízo federal, tendo em vista o disposto no artigo 109 da CRFB/88*. [...]".[208]

Por sua vez, o Juízo de direito da 7.ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares/MG, contra-argumentou:

> "*A avocação de competência decidida pelo Juízo Federal em desfavor deste Juízo Estadual não será acolhida por este Juízo.*
> *A questão versada na Ação Civil Pública Cautelar ajuizada pelo MPE – Ministério Público Estadual em desfavor da SAMARCO MINERAÇÃO S/A, neste processo, não diz respeito à causa em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal são interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes.*
> *O Rio Doce, embora sendo um Rio Federal, ninguém discute isso, não é objeto de qualquer pedido de reparação ambiental na referida Ação.*
> *O que se estão discutindo nestes atos são apenas intercorrências sociais e administrativas que a tragédia ocorrida em Mariana/MG ocasionou à população residente no território desta Comarca, sem qualquer interesse da União, entidade autárquica ou empresa pública federal. Assim, não estariam presentes os pressupostos exigidos pelo art. 109, I, da Constituição Federal para o pretendido deslocamento de competência.*
> *[...]*
> *Ainda que assim não fosse, observa-se que, na data de ontem, este Juízo proferiu sentença julgando a Ação Cautelar, o que, s.m.j., torna insubsistente a alegação de conexão*".[209]

Ademais, tal Conflito foi suscitado pela empresa Samarco Mineração S/A, uma vez que os Juízos supramencionados prolataram decisões conflitantes, o que dificultava o cumprimento adequado das determinações judiciais. O Juízo federal da 2.ª Vara da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG, por meio da ação civil pública n.º 9362-43.2015.4.01.3813, determinou, liminarmente, que a suscitante fornecesse diariamente 553.990 litros de água mineral até a normalização do abastecimento de água do Município mineiro.[210]

---

[208] Conforme: **Decisão liminar do Superior Tribunal de Justiça que designou provisoriamente o Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais para decidir acerca de medidas urgentes**. p. 1. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=56626762&num_registro=201503278588&data=20160201&tipo=0&formato=PDF>. Acesso em: abr. 2019.
[209] *Ibidem*, p. 1 e 2.
[210] *Ibidem*, p. 2.

Em contrapartida, o Juízo de direito da 7.ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares/MG, nos autos da ação cautelar n.º 0395595-67.2015.8.13.0105, também em sede de liminar, ordenou que a suscitante distribuísse para estabelecimentos de saúde, escolas, abrigos, corpo de bombeiros e para reserva estratégica do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), 800.000 litros de água mineral, por dia. Todavia, em virtude de manifestação do MPMG foi determinado o fornecimento diário de 2 litros de água mineral para cada habitante da Cidade.[211]

Segundo a suscitante, a competência para processamento e julgamento das demandas é do Juízo da 2.ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG, visto que os recursos minerais, bem como o Rio Doce são bens da União e, assim sendo, todas as demandas relativas a eles devem ser processadas e julgadas na justiça federal.[212]

2.3.2.2.2 Da decisão liminar do Superior Tribunal de Justiça que designou provisoriamente o Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais para decidir acerca de medidas urgentes

A ministra Laurita Vaz, vice-presidente do STJ, no exercício da presidência, em 11 de janeiro de 2016, deferiu parcialmente a liminar requerida no âmbito do Conflito de Competência n.º 144.922/MG, para determinar a suspensão da ação cautelar n.º 0395595-67.2015.8.13.0105 e da ação civil pública n.º 0426085-72.2015, ambas com tramitação perante o Juízo da 7.ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares/MG, bem como da ação civil pública n.º 9362-43.2015.4.01.3813 em curso na 2.ª Vara Federal do mesmo Município, mantendo, nesse último caso, a eficácia das medidas judiciais até então tomadas. Além disso, designou provisoriamente o Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte, para decidir acerca de medidas urgentes porventura requeridas.[213]

---

[211] *Ibidem*, p. 2.
[212] *Ibidem*, p. 2 e 3.
[213] Esta decisão liminar encontra-se disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=56626762&num_registro=201503278588&data=20160201&tipo=0&formato=PDF>. Acesso em: fev. 2018.

Para determinar a competência da justiça federal no que tange a processamento e julgamento de tais ações, a ministra utilizou por fundamentos os artigos 20, inciso III e 109, inciso I, ambos da CRFB/1988, haja vista que o rompimento da barragem Fundão atingiu dois Estados da federação, isto é, Minas Gerais e Espírito Santo, bem como causou danos ao Rio Doce, que é um rio federal, pertencente à União, a qual apresentou interesse em integrar a lide.[214]

Contudo, embora tenha considerado competente o Juízo federal, a decisão não determinou a remessa das ações supramencionadas para a 2.ª Vara Federal de Governador Valadares/MG, porquanto levou em consideração a ação civil pública n.º 0060017-58.2015.4.01.3800 em curso perante a 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte, que possui mesma causa de pedir e objeto mais amplo do que aquela proposta no Juízo federal de Governador Valadares/MG.[215]

2.3.2.2.3 Da decisão da 1.ª Seção do Superior Tribunal de Justiça que determinou a competência definitiva do Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais

Em 22 de junho de 2016, ao julgar o Conflito de Competência n.º 144.922/MG, a 1.ª Seção do STJ, por maioria de votos, ratificou a liminar proferida pela ministra Laurita Vaz e determinou a competência definitiva do Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte, para apreciação das demandas objeto do Conflito, bem como de outras que porventura tratassem do rompimento da barragem Fundão, ressalvando, contudo, algumas situações. Dessa maneira, ordenou que a ação cautelar n.º 0395595-67.2015.8.13.0105 e a ação civil pública n.º 0426085-72.2015, que tramitavam perante a 7.ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares/MG e a ação civil pública n.º 9362-43.2015.4.01.3813, em curso na 2.ª Vara Federal da Subseção

[214] Conforme: **Decisão liminar do Superior Tribunal de Justiça que designou provisoriamente o Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais para decidir acerca de medidas urgentes**. p. 4 e 5. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=56626762&num_registro=201503278588&data=20160201&tipo=0&formato=PDF>. Acesso em: fev. 2018.
[215] *Ibidem*, p. 7 e 8.

Judiciária de Governador Valadares/MG, fossem remetidas ao Juízo competente, o qual convalidaria ou não os atos outrora praticados.[216]

Tal julgamento teve início em 25 de maio de 2016, sendo suspenso em razão do pedido de vista do ministro Benedito Gonçalves. A ministra relatora, Diva Malerbi, desembargadora convocada do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região (TRF-3), conheceu do Conflito e votou pela competência em definitivo da justiça federal de Belo Horizonte/MG. Acompanharam o voto da relatora os ministros Humberto Martins, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria. Em contrapartida, o ministro Napoleão Nunes Maia Filho votou pela competência do Juízo da 7.ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares/MG.[217]

Os ministros que acompanharam a relatoria vislumbraram situação de multiconflituosidade decorrente de impactos de abrangência regional e nacional, causados por um único evento, qual seja, o Desastre do Rio Doce. Apontaram a existência de conexão entre as ações objeto do Conflito, visto que tinham por pretensão o fornecimento de água potável à população valadarense e o monitoramento da água do Rio Doce na área do Município de Governador Valadares/MG, assim como dessas para com outras demandas que tramitavam na 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte.[218]

Desse modo, em razão de prevenção e da aplicação de regra contida no parágrafo único, do artigo 2.º, da Lei n.º 7.347/1985, tais ações deveriam ser reunidas para julgamento conjunto e uniforme, de forma a garantir coerência na prestação jurisdicional, já que os Juízos suscitados prolataram decisões conflitantes acerca da mesma causa de pedir e pedido. A decisão ressaltou que a problemática apresentada pelo Conflito de Competência deveria ser avaliada em conformidade com o microssistema do processo coletivo, especialmente quanto à tutela de interesses difusos e metaindividuais:

---

[216] O julgamento do Conflito de Competência n.º 144.922/MG encontra-se disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/documentos/competencia-da-12-vara-federal>. Acesso em: mai. 2019.
As ressalvas ditas no texto serão apontadas abaixo.

[217] **Julgamento do Conflito de Competência n.º 144.922/MG pela 1.ª Seção do Superior Tribunal de Justiça**. p. 42, 43 e 67. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/documentos/competencia-da-12-vara-federal>. Acesso em: mai. 2019.
Para histórico da problemática envolvendo o presente Conflito e para acesso ao voto da ministra relatora, conferir p. 6-36, do referido Julgamento.

[218] *Ibidem*, p. 1.

> 10. Nos termos do art. 2.º da Lei 7.347/85, o legislador atrelou dois critérios fixadores ou determinativos de competência, sendo o primeiro o local do fato - que conduz à chamada competência "relativa", prorrogável, porque fundada no critério território, estabelecida, geralmente, em função do interesse das partes; o outro - competência funcional - que leva à competência "absoluta", improrrogável e inderrogável, porque firmada em razões de ordem pública, em que se prioriza a higidez do próprio processo.[219]

Para determinar a competência da justiça federal, os ministros levaram em consideração que tudo que por ora fora reclamado nas demandas aludidas envolvia a degradação ambiental sofrida pelo Rio Doce, bem público pertencente à União, inclusive em virtude do Desastre do Rio Doce decorrer "da exploração de atividade minerária, cuja outorga cabe à União". Também destacaram que "a competência cível da Justiça Federal é definida ratione personae, sendo, pois, de caráter absoluto", bem como citaram a súmula n.º 150, do STJ, segundo a qual "'compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas'". Nesses moldes, a justiça federal foi considerada competente "para conhecer e julgar demandas relacionadas aos impactos ambientais ocorridos e aos que ainda venham a ocorrer sobre o ecossistema do Rio Doce, sua foz e sobre a área costeira".[220]

Todavia, restava decidir pelo foro federal competente. Sendo assim, os ministros notaram que, na 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte, tramitava previamente a ação civil pública n.º 0060017-58.2015.4.01.3800 com objeto mais amplo, ou seja, danos ambientais *stricto sensu*, pessoais e patrimoniais. Além disso, encontravam-se em curso, nesse mesmo Juízo, a ação popular n.º 0060441-03.2015.04.01.3800 e a ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400, sendo que esta também pleiteava o fornecimento de água potável à população dos municípios com abastecimento interrompido e para dessedentação dos animais situados nas localidades atingidas. Estava, pois, demonstrada a relação de pertinência entre as demandas ajuizadas nas justiças estadual e federal de Governador Valadares/MG e a ação civil pública n.º 0069758-61.2014.4.01.3400.[221]

---

[219] *Ibidem*, p. 1 e 2.
[220] *Ibidem*, p. 2.
[221] *Ibidem*, p. 3.
Segundo a p. 2, Belo Horizonte fica a aproximadamente 100 km do local em que se deu o rompimento da barragem Fundão.

A decisão ainda informou sobre a existência de Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, firmado entre a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais e as empresas responsáveis pelo rompimento da barragem Fundão que, expressamente, definiu o Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais para dirimir possíveis divergências de interpretação dos termos do acordo firmado.[222]

Destarte, a 1.ª Seção do STJ, por maioria de votos, concluiu que a 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte, apresentava melhores condições para resolver as controvérsias oriundas do Desastre do Rio Doce, porquanto era a capital do Estado de Minas Gerais, gravemente atingido pelo desastre, bem como responsável por processos diversos atinentes ao evento. Por tudo isso, tal Juízo teria visão macroscópica dos danos causados, bem como das determinações judiciais outrora impostas à empresa Samarco Mineração S/A, o que contribuiria para adoção de medidas mais efetivas, visto que não seriam prolatadas decisões dissonantes, além de se abranger maior número de atingidos.[223]

Entretanto, apesar dessa ser a regra geral aplicável aos danos decorrentes do rompimento da barragem Fundão, a decisão assinala exceções, nos termos abaixo:

> 18. Há que se ressalvar, no entanto, as situações que envolvam *aspectos estritamente humanos e econômicos da tragédia* (tais como o *ressarcimento patrimonial e moral de vítimas e familiares*, *combate a abuso de preços* etc.) ou mesmo *abastecimento de água potável que exija soluções peculiares ou locais*, as quais poderão ser objeto de ações individuais ou coletivas, intentadas cada qual no *foro de residência dos autores ou do dano*. Nesses casos, devem ser levadas em conta as *circunstâncias particulares e individualizadas*, decorrentes do acidente ambiental, sempre com base na *garantia de acesso facilitado ao Poder Judiciário e da tutela mais ampla e irrestrita possível*. Em tais situações, *o foro de Belo Horizonte não deverá prevalecer*, pois *significaria óbice à facilitação do acesso à justiça*, marco fundante do microssistema da ação civil pública.[224]

Por outro lado, o ministro Napoleão Nunes Maia Filho, que foi voto vencido, apresentou razões divergentes para que tais processos fossem processados e julgados pelo Juízo da 7.ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares/MG e não remetidos ao Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Isso porque o Juízo cível valadarense foi o escolhido pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) para ingressar com a ação

---

[222] *Ibidem*, p. 3.
[223] *Ibidem*, p. 3 e 4.
[224] *Ibidem*, p. 4.

civil pública cautelar n.º 0395595-67.2015.8.13.0105 em face das empresas Samarco Mineração S/A e Vale S/A, de modo que os danos arguidos na demanda ajuizada eram tão somente os que o órgão ministerial apontou no bojo da ação e, analisando-se os pedidos, percebeu-se que não fora pleiteada nenhuma intervenção no Rio Doce.[225]

O ministro esclareceu que, embora o Rio Doce seja um rio nacional, ou seja, transestadual, visto que banha dois Estados da federação, Minas Gerais e Espírito Santo, o pedido tratava de corpos hídricos cuja nascente e foz encontram-se dentro do território mineiro e o MPMG não poderia ser compelido "a ampliar o objeto da sua postulação para incluir coisas que deveria ter incluído e não incluiu". Ao MPMG, na concepção do ministro, é permitido pedir o que entender conveniente. Se pediu pouco, se trata de ponto de vista dele. Ademais, informou que o objeto da demanda era a interrupção do abastecimento de água ocorrida no Município de Governador Valadares/MG. A pretensão do MPMG em propor a ação concentrava-se em tutelar judicialmente interesses da referida Cidade, isto é, dos habitantes e o meio ambiente de Governador Valadares/MG.[226]

Assim sendo, pontuou que não compreende por que razão a competência seria de um Juízo federal e ainda em Belo Horizonte, porquanto o que foi requerido pelo MPMG não envolve a União, muito menos a capital mineira. O ministro foi enfático em dizer que Belo Horizonte não integra o conflito, haja vista que "está desenhado [...] exclusivamente entre a 7.ª Vara Cível de Valadares, da Justiça Estadual, e a 2.ª Vara Federal de Valadares". Por isso, a ação ajuizada deveria ser processada tal como o MPMG deu início, não devendo ser deslocada "para longe do lugar onde ocorreram os fatos", ou seja, para a 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte.[227]

Acrescentou que, embora não concordasse, até assimilaria se a ação fosse remetida ao Juízo federal de Governador Valadares/MG, mas não para o de Belo Horizonte, uma vez que este se situa longe do local dos fatos. *A contrario sensu* questiona: "por que razão a Vara Federal de Governador Valadares seria competente para processar uma ação do Ministério Público Estadual contra duas empresas privadas?". O ministro explicou que, na 2.ª Vara Federal da Subseção

[225] *Ibidem*, p. 37, 40 e 41.
[226] *Ibidem*, p. 37-39.
[227] *Ibidem*, p. 38 e 39.

Judiciária de Governador Valadares/MG, foi ajuizada apenas uma ação cautelar contra a União, que postulava força policial, a fim de que fosse assegurada a distribuição de alimentos e água, assim como fossem evitados possíveis saques. Conforme ele, “a variável mais importante [...] é esta: onde estão as provas dos fatos?”, dado que, diante de pluralidade de lugares para ingresso de uma demanda, deve ser escolhido “aquele onde a prova é mais fácil; mais fácil para o autor e mais fácil para o réu”.[228]

Portanto, concluiu como integrantes do Conflito os Juízos estadual e federal de Governador Valadares/MG, sendo o estadual competente para processamento e julgamento da ação que lhe fora proposta, uma vez que foi assim que o MPMG, autor da ação, escolheu. No entanto, o estadual foi considerado incompetente para processar outras ações, pois, caso fosse ajuizada alguma demanda em desfavor da União, este não seria o Juízo competente. Registrou o ministro que, “o Ministério Público é o dominus litis; ele que escolhe o que quer pedir e contra quem quer pedir”. Além do mais, o Município valadarense, por racionalidade e razoabilidade, seria o competente, porque é onde se encontram os fatos e as provas (perícias, testemunhas e inspeções locais) e, ainda, pela facilidade processual, tanto para o autor quanto para as rés. O interesse do MPMG é puramente local.[229]

2.3.3 Da decisão liminar proferida pelo Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais: a determinação de medidas para contenção e reparação dos danos sociais, ambientais e econômicos

Devido ao declínio da competência para processamento e julgamento da ação civil pública proposta pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais, a qual outrora tramitava perante a 3.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, o juiz Marcelo Aguiar Machado, em substituição na 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte, deferiu, no dia 18 de dezembro de 2015, alguns dos pedidos, dentre medidas cautelares e antecipação de tutela, constantes da ação suprarreferida, bem como estabeleceu a aplicação de multa diária em desfavor das empresas

[228] *Ibidem*, p. 38-40.
[229] *Ibidem*, p. 40 e 41.

responsáveis pelo Desastre do Rio Doce ante o descumprimento das determinações judiciais.[230]

O magistrado federal fundamentou a sua decisão na jurisprudência pacífica do STJ, bem como na doutrina majoritária. Primeiramente, salientou que, segundo entendimento já consolidado pelo referido Tribunal, a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, incidindo sobre ela a teoria do risco integral, conforme determinam os artigos 225, parágrafo 3.º, da CRFB/1988 e 14, parágrafo 1.º, da Lei n.º 6.938/1981. Isso significa que, para ensejar a responsabilização, basta a ocorrência de resultados, mesmo que involuntários, prejudiciais ao homem ou ao meio ambiente, por intermédio de uma ação ou omissão. Não se faz necessária a comprovação de culpa por parte do agente, o qual será responsável por todos os riscos inerentes à atividade desenvolvida, uma vez que se impõe ao empreendedor a obrigação de preveni-los, assim como repará-los, diante da ocorrência de danos, tal como determinam os princípios ambientais da prevenção e do poluidor-pagador (artigo 4.º, inciso VII, primeira parte, da Lei n.º 6.938/1981), respectivamente.[231]

Ademais, a obrigação primária de quem explora atividade econômica é garantir a preservação do meio ambiente, de modo que, caso dela decorram danos,

---

[230] Esta decisão encontra-se disponível em: <file:///C:/Users/Rafaella/Downloads/aedbd168839d82f9f4b771f8c1455a0b.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

[231] **Decisão liminar proferida pelo Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais: a determinação de medidas para contenção e reparação dos danos sociais, ambientais e econômicos**. p. 6-9. Disponível em: <file:///C:/Users/Rafaella/Downloads/aedbd168839d82f9f4b771f8c1455a0b.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

Segundo tradução literal do artigo 225, parágrafo 3.º, da CRFB/1988: “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 3.º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”. A CRFB/1988 pode ser encontrada em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: abr. 2019.

O artigo 14, parágrafo 1.º, da Lei n.º 6.938/1981, salienta: “Art. 14. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores: § 1.º. Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente”. Por sua vez, o artigo 4.º, inciso VII, primeira parte, da mesma Lei, aponta: “Art. 4.º. A Política Nacional do Meio Ambiente visará: VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, e ao usuário, de contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos”. A Lei n.º 6.938/1981 encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm>. Acesso em: abr. 2019.

não poderão ser invocadas excludentes com o fito de afastar eventuais responsabilidades. Investiga-se o nexo de causalidade entre a atividade desenvolvida e os danos ocorridos e não a conduta do agente poluidor, ou seja, não se indaga porque o dano ocorreu ou se foi causado por culpa exclusiva da vítima ou de terceiro ou ainda por motivos de força maior. Dessa forma, todos aqueles que concorreram para o dano ambiental devem ser prontamente responsabilizados, todavia, caso compreendam que não deram causa aos danos constatados, deverão, em momento posterior, ingressar regressivamente em face daqueles que entendam serem os verdadeiros responsáveis.[232]

A decisão pontuou, ainda, que os impactos ambientais oriundos do Desastre do Rio Doce, embora preliminares, foram devidamente comprovados pelos autores, havendo relação de causalidade entre a atividade econômica desenvolvida pelas empresas rés e os danos causados. Destarte, classificou as empresas Samarco Mineração S/A e Vale S/A como poluidoras diretas, visto que a primeira é responsável pela barragem Fundão, cujo rompimento deu causa aos danos ambientais, e a segunda tem a responsabilidade, visto que também depositava rejeitos de mineração na aludida barragem. Já as empresas Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., foram classificadas como poluidoras indiretas, porquanto na qualidade de controladoras da mineradora Samarco S/A são beneficiárias das atividades minerárias desenvolvidas, bem como corresponsáveis pelas decisões tomadas pela empresa controlada e, via de consequência, pelos danos constatados, segundo estabelecem os artigos 225, parágrafo 2.º, da CRFB/1988, 3.º, inciso IV, da Lei n.º 6.938/1981 e 116, da Lei n.º 6.404/1976.[233]

---

[232] *Ibidem*, p. 6-8.

[233] *Ibidem*, p. 9-11.
Segundo julgado citado na decisão do magistrado federal: "'*para o fim de apuração do nexo de causalidade no dano ambiental, equiparam-se: quem faz, quem não faz quando deveria fazer, quem deixa fazer, quem não se importa que façam, quem financia para que façam, e quem se beneficia quando outros fazem*'": *Ibidem*, p. 9 e 10.
De acordo com o artigo 225, parágrafo 2.º, da CRFB/1988: "Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 2.º. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei". A CRFB/1988 pode ser encontrada em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: abr. 2019.
O artigo 3.º, inciso IV, da Lei n.º 6.938/1981, preconiza: "Art. 3.º. Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental". A Lei n.º 6.938/1981 encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm>. Acesso em: abr. 2019.

Nesses moldes, o juiz federal constatou que o caso em tela trata-se de "responsabilidade civil objetiva e solidária entre os poluidores diretos e indiretos", sendo formado entre as rés litisconsórcio facultativo, de modo que a ação civil pública pela reparação total dos danos poderia ser proposta contra qualquer uma delas, isolada ou conjuntamente. Concluiu, portanto, que as empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. são solidariamente responsáveis pela reparação de todos os danos decorrentes do Desastre do Rio Doce. No entanto, caberia às poluidoras indiretas comprovar que a mineradora Samarco S/A consegue por si só arcar com a integralidade dos danos.[234]

O magistrado federal entendeu por não acolher os pedidos de implantação de barreiras de siltagem e fornecimento de água, visto que tais requerimentos foram atendidos em outras demandas. Por outro lado, decidiu conceder medida cautelar para que a empresa Samarco Mineração S/A, no prazo de 10 dias, impedisse o vazamento ou comprovasse o estancamento dos rejeitos que ainda se encontravam nas barragens Fundão e Santarém, devendo comprovar as medidas de segurança adotadas. Também determinou que as empresas rés, no prazo de 15 dias, elaborassem estudos e adotassem medidas para impedir que a pluma de lama atingisse as lagoas do Rio Doce, assim como fontes de água mineral.[235]

Além disso, concedeu medidas cautelares para contratação de empresas que imediatamente avaliassem possível contaminação do pescado e os riscos para o consumo humano, bem como que controlassem a proliferação de ratos, baratas, dentre outros. Igualmente, para que as rés, no prazo de 20 dias, mapeassem os diferentes potenciais de resiliência dos 1.469 hectares diretamente atingidos pela onda de sedimentos, devendo avaliar a espessura, a granulometria e o PH da lama e a existência de metais pesados e, ainda, providenciar a imediata retirada do material depositado nas margens do Rio Doce, seus afluentes e as adjacências de sua foz.[236]

Também decretou, com fulcro no artigo 7.º, da Lei n.º 8.429/1992, a indisponibilidade das licenças de concessões para exploração de lavra existentes

---

Já o artigo 116, da Lei n.º 6.404/1976, informa: "Art. 116. Entende-se por acionista controlador a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum [...]". A Lei n.º 6.404/1976 encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: abr. 2019.

[234] *Ibidem*, p. 11 e 12.

[235] *Ibidem*, p. 13, 14, 17 e 18.

[236] *Ibidem*, p. 14, 17 e 18.

em nome das empresas demandadas, inclusive os direitos delas decorrentes, a fim de garantir “a plena recuperação do dano ambiental”, assim como, por outro lado, permitir “a sobrevivência das [...] rés, ao preservar seu patrimônio líquido e suas atividades”.[237]

Para adequada recuperação da área degradada pelo Desastre do Rio Doce, o juiz federal ainda determinou, em sede de antecipação de tutela, que as empresas rés, no prazo máximo de 45 dias, apresentassem dois planos: um para a recuperação socioambiental da bacia do Rio Doce e de toda região afetada; e outro para a recuperação socioeconômica das áreas e populações atingidas, devendo ser atendidas as determinações dos órgãos competentes e também ser detalhadas as ações adotadas, inclusive com cronograma de execução e a forma pela qual se daria o desembolso dos recursos.[238]

No mais, a fim de resguardar a reparação integral dos danos sofridos pelas pessoas e localidades atingidas, concedeu medida cautelar para que a empresa Samarco Mineração S/A, em 30 dias, efetuasse depósito inicial de R$ 2.000.000,00 (dois bilhões de reais). No que tange aos requerimentos referentes à execução dos planos de recuperação socioambiental e socioeconômica e à constituição de fundo de capital para custear as ações neles previstas, o magistrado federal entendeu que, primeiramente, tais planos deveriam ser elaborados e aprovados e, posteriormente, deveriam ser analisadas as ações definidas, o cronograma e seus custos.[239]

No intuito de assegurar o integral ressarcimento do dano, foi decretada, ainda, a indisponibilidade dos bens das empresas rés, conforme permitido pelo artigo 7.º, da Lei n.º 8.429/1992. Nesse ponto, o magistrado registrou que, conforme entendimento do STJ, para determinação de tal medida, não é necessária comprovação de que os réus estejam dilapidando ou na iminência de dilapidar o patrimônio, uma vez que esta é aplicável em ação civil pública que pretenda o ressarcimento integral de danos ambientais com ampla e incerta extensão.[240]

---

[237] *Ibidem*, p. 16 e 18.
[238] *Ibidem*, p. 16 e 18.
[239] *Ibidem*, p. 15-18.
[240] *Ibidem*, p. 15 e 16.
Consoante o artigo 7.º, da Lei n.º 8.429/1992: “Art. 7.º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado. Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito”. A Lei n.º 8.429/1992 encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm>. Acesso em: abr. 2019.

O juiz, inclusive, impediu que a mineradora Samarco S/A, a partir de 5 de novembro de 2015, quando se deu o rompimento, distribuísse dividendos, juros de capital próprio, bonificação de ações ou outra forma qualquer de remuneração de seus sócios, dado que tais valores, por determinação legal, devem ser tão somente destinados à provisão do fundo de custeio dos planos de reparação dos danos ambientais e socioeconômicos causados.[241]

A decisão também registra que o ajuizamento de ação civil pública pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais, não os exime de fiscalizar e, sendo o caso, aplicar sanções administrativas, para tutela dos direitos violados, já que também possuem competência de poder de polícia nas áreas minerária e ambiental.[242]

Ao final, para garantir o cumprimento das obrigações outrora impostas fixou, sem prejuízos de outras sanções, multa diária no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), ressalvada a que determinou o depósito inicial de R$ 2.000.000,00 (dois bilhões de reais), cuja multa foi majorada para R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil) por dia de atraso.[243]

2.3.4 Dos recursos de agravo de instrumento interpostos pelas empresas responsáveis pelo Desastre do Rio Doce no Tribunal Regional Federal da 1.ª Região

Como visto, o Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte, nos autos da ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400, deferiu liminarmente medidas cautelares e de antecipação de tutela para contenção e reparação dos danos sociais, ambientais e econômicos causados pelo Desastre do Rio Doce. Todavia, em face dessa decisão liminar, as rés, Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. interpuseram, respectivamente, no Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF-1), os recursos

[241] *Ibidem*, p. 17.
[242] *Ibidem*, p. 14.
[243] *Ibidem*, p. 18 e 19.

de agravo de instrumento n.ºs 0002453-41.2016.4.01.0000, 0002627-50.2016.4.01.0000 e 0002170-18.2016.4.01.0000.[244]

No bojo de seu recurso, a agravante Vale S/A sustentou que a mineradora Samarco S/A já estava adotando diversas medidas para atendimento dos atingidos e mitigação dos impactos ambientais ocasionados e que os prazos para cumprimento das obrigações impostas pelo Juízo federal de Belo Horizonte/MG eram variados e exíguos. Frisou também que, "'a multiplicação de medidas constritivas do patrimônio da Samarco'" importaria no "'completo estrangulamento dessa empresa'".[245]

Essa argumentação se deu porque a mineradora Samarco já havia realizado o depósito de valores significativos, a saber, R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), em razão de obrigações assumidas num termo de compromisso firmado com o MPF e de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) por determinação do Juízo da 2.ª Vara Cível da Comarca de Mariana/MG, além de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), os quais em breve seriam depositados, tendo em vista a decisão do Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte/MG.[246]

A Vale S/A salientou ainda que não era poluidora direta, e no mais, a empresa Samarco Mineração S/A consistia numa "sociedade com gestão absolutamente independente da de suas acionistas, inclusive por questões regulatórias", de modo que não se justificava "'a absoluta desconsideração da separação jurídica entre as três, de forma abrupta e liminar, tal como fez a r. decisão agravada'".[247]

---

[244] As informações apresentadas encontram-se disponíveis em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/documentos/decisao-trf-1-anulacao-da-homologacao>. Acesso em: mai. 2019. p. 1 e 32.
Não foi possível acessar as petições dos recursos de agravo de instrumento mencionados acima, bem como as pesquisas realizadas no sítio eletrônico do TRF-1 <https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/numeroProcesso.php?secao=MG&enviar=ok>, no campo *consulta processual*, restaram infrutíferas.

[245] Apesar do que esclarece a nota de rodapé supra-aludida, foi possível obter sucintas informações sobre o agravo de instrumento interposto pela empresa Vale S/A, conforme: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/documentos/decisao-trf-1-anulacao-da-homologacao>. Acesso em: mai. 2019. p. 2.

[246] *Ibidem*, p. 2.

[247] *Ibidem*, p. 2.
Em virtude da carência de informações sobre os agravos de instrumentos supramencionados, notadamente no que se refere aos interpostos pelas empresas Samarco Mineração S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., cita-se o que se apresenta abaixo. Trata-se de breve manifestação do desembargador federal Néviton Guedes, do TRF-1, relator do recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa Vale S/A, segundo o qual: "Ao apreciar o pedido, proferi decisão na qual me reportei à decisão proferida nos autos do agravo de instrumento n.º 0002453-41.2016.4.01.0000, interposto pela empresa Samarco, no qual deferi parcialmente a antecipação da tutela recursal tão somente para por

Diante da pendência de julgamento dos recursos interpostos, a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais, autores da ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400, juntamente com as empresas rés responsáveis pelos danos decorrentes do rompimento da barragem Fundão firmaram acordo extrajudicial. Após a apresentação conjunta de contrarrazões pelos agravados, a empresa Vale S/A, ora agravante, assim como a União e o Ibama informaram, nos autos do agravo de instrumento n.º 0002627-50.2016.4.01.0000, a ocorrência do acordo e que, em razão disso, o recurso deveria ser extinto por "perda superveniente do objeto".[248] As empresas Samarco Mineração S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. também comunicaram essa situação nos autos dos recursos de agravo de instrumento respectivos.

Tal acordo foi levado ao Sistema de Conciliação do TRF-1 (SistCon/TRF-1), sendo realizada, em 5 de maio de 2016, audiência de conciliação, no âmbito dos agravos de instrumento n.ºs 0002453-41.2016.4.01.0000, 0002170-18.2016.4.01.0000 e 0002627-50.2016.4.01.0000. Nessa audiência, a desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, coordenadora geral do SistCon/TRF-1, homologou o acordo firmado, denominado de Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, bem como extinguiu os recursos suprarreferidos por perda de objeto.[249]

---

ora estender em 15 (quinze) dias o prazo para o cumprimento e comprovação da determinação do depósito do valor de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais); intimar a Samarco Mineração para que certifique nos autos a efetiva realização dos depósitos e garantias afirmados e determinar fosse oficiado ao Juízo a quo 'encarecendo os seus bons préstimos no sentido de prestar a este Tribunal as seguintes informações: (a) o atual estado das medidas liminares de contenção e reparação de danos impostas na decisão agravada, esclarecendo, se possível, sobre a real possibilidade de serem concluídas nos prazos conferidos às agravantes e (b) informar se foram certificados, na origem, os depósitos e valores supostamente acautelados em outros procedimentos (judiciais e não judiciais), que somariam mais de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), e se tais montantes têm a eficácia de atender as finalidades da presente ação civil pública (em observância do tópico iii da presente decisão)'": *Ibidem*, p. 2.

[248] *Ibidem*, p. 3.

[249] *Ibidem*, p. 3 e 33.

No capítulo a seguir, serão estudadas todas as nuances que envolvem o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta.

3 O TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA: CELEBRAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL, DIAGNÓSTICO DOS PROBLEMAS E NULIDADE DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL

Este capítulo tem por finalidade o estudo do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado em razão do Desastre do Rio Doce, especialmente no que concerne a sua celebração e homologação judicial, bem como aos problemas que dele decorreram e que, por conseguinte, resultaram na declaração de nulidade da decisão que o homologou. Ademais, registra-se que, devido aos danos decorrentes do rompimento da barragem Fundão, outros termos foram celebrados, todavia, este trabalho não tem por objetivo o estudo deles[250].

[250] O primeiro deles se trata do *Termo de Compromisso Socioambiental Preliminar*, celebrado em 15 de novembro de 2015 entre o MPF, o MPT (Ministério Público do Trabalho), o MPES (Ministério Público do Estado do Espírito Santo) e a empresa Samarco Mineração S/A, cujo objetivo primário era a adoção de medidas com o intuito de prevenir e minimizar os impactos ambientais e sociais decorrentes do rompimento da barragem Fundão sobre os municípios capixabas de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares. Este Termo encontra-se disponível em: <http://www.pres.mpf.mp.br/anexosNoticia/ID-002834__TERMO%20SAMARCO.pdf>. Acesso em: mai. 2019.
Em 19 de novembro de 2015, o MPF, o MPT, o MPES e a mineradora Samarco S/A firmaram o *Primeiro Aditivo ao Termo de Compromisso Socioambiental Preliminar*, "com objetivo de continuar com a adoção de medidas destinadas à minimização dos impactos ambientais e sociais provenientes do rompimento da barragem de Fundão e galgamento dos efluentes sobre a barragem de Santarém". No mais, o aditivo também teve por objeto a elaboração de plano de manutenção de renda, no intuito de amparar as pessoas que outrora exerciam atividades laborativas vinculadas ao Rio Doce, seus afluentes e respectivas margens, bem como lagos, lagoas e águas marinhas atingidas e que, em virtude do Desastre do Rio Doce, encontram-se impedidas de exercê-las. O primeiro aditivo encontra-se disponível em: <http://201.62.46.31/site/WebPage/pdf/Proj_Rio_Doce/002.pdf>. Informações acerca do primeiro aditivo podem ser verificadas em: <https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Modelos/Paginas/NoticiaComFoto.aspx?pagina=1142>. Acessos em: mai. 2019.
Já o MPF, o MPMG (Ministério Público do Estado de Minas Gerais) e a empresa Samarco Mineração S/A celebraram, em 16 de novembro de 2015, *Termo de Compromisso Preliminar*, ocasião em que foi estabelecida caução socioambiental no valor de R$ 1 bilhão, a fim de garantir o custeio de medidas preventivas emergenciais, mitigatórias, reparadoras ou compensatórias dos danos ambientais causados pelo Desastre do Rio Doce. Não foi possível acesso ao conteúdo deste Termo. Tais informações foram encontradas em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-e-mpf-assinam-termo-de-compromisso-preliminar-com-a-samarco-garantindo-montante-minimo-de-r-1-bilhao-para-tutela-ambiental-emergencial.htm#.V8mHyTWcekg>; <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/mp-e-mpf-firma-acordo-com-samarco-para-pagamento-de-r-1-bilhao.html>. Acessos em: mai. 2019.
Em 4 de dezembro de 2015, o MPT firmou o *Termo de Ajustamento de Conduta n.º 205/2015* com a empresa Samarco Mineração S/A, a fim de manter a subsistência de seus empregadores e trabalhadores terceirizados nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, preservando os contratos de trabalho outrora firmados, com a finalidade de evitar a demissão em massa. Para tanto, receberiam da Compromissária um salário mínimo mensal, acrescido de 20% por dependente, além de uma cesta básica. Não foi possível acesso ao conteúdo deste Termo. Informações retiradas de: <http://g1.globo.com/espirito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2015/12/samarco-tem-que-remunerar-10-mil-trabalhadores-do-es-e-de-mg.html>. Acesso em: mai. 2019.

3.1 DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ENTRE A UNIÃO, OS ESTADOS DE MINAS GERAIS E DO ESPÍRITO SANTO, ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E AS EMPRESAS RESPONSÁVEIS PELO DESASTRE DO RIO DOCE

Este item tem por propósito abordar as principais decorrências do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, tais como a instituição da Fundação Renova e o seu sistema de governança; a constituição do Comitê Interfederativo; a contratação de *Experts* e de auditoria externa independente; a implementação de 42 programas reparatórios e compensatórios dos danos causados pelo rompimento da barragem Fundão, sendo 22 socioeconômicos e 20 socioambientais; o Programa de Indenização Mediada; o tratamento exaustivo conferido ao Desastre do Rio Doce e seus efeitos; e, por fim, o prazo de vigência do acordo e a previsão de submetê-lo à homologação judicial.

3.1.1 Breves notas introdutórias

Diante do cenário que se instaurava, a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo; os órgãos públicos federais, Ibama, ICMBio, ANA, DNPM e Funai; mineiros, IEF, Igam e Feam; capixabas, Iema, Idaf e AGERH, denominados

---

No dia 18 de janeiro de 2017, também foi celebrado *Termo de Ajustamento Preliminar*, nos autos da ação civil pública n.º 0023863-07.2016.4.01.3800, entre o MPF e as empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., tendo como principal objetivo a contratação de corpo técnico pericial para subsidiar o órgão ministerial federal no diagnóstico dos danos socioambientais e socioeconômicos oriundos do Desastre do Rio Doce, assim como analisar as medidas já adotadas. Além disso, as empresas comprometeram-se a dar garantias ao Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte, no valor de R$ 2,2 bilhões, com a finalidade de financiar os programas de reparação socioambiental e socioeconômica dos impactos causados. Tal Termo encontra-se disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/acordo-samarco-mpf.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

O MPF, o MPMG e as empresas responsáveis pelo rompimento da barragem Fundão firmaram, em 16 de novembro de 2017, *Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar*, com o fito de disponibilizar assessorias técnicas aos atingidos de toda a bacia do Rio Doce e realizar diagnóstico dos danos socioeconômicos. Esse aditivo pode ser encontrado em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/aditivoTAP.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

Em 31 de maio de 2017, foi firmado *Termo de Acordo Judicial*, conhecido por Acordo Barra Longa, entre o MPF, o MPMG, a Samarco Mineração S/A, a Vale S/A, a BHP Billiton Brasil Ltda., a Associação Estadual de Defesa Ambiental (Aedas), a Fundação Renova e a Comissão de Atingidos do Município de Barra Longa, visando ao custeio, à disponibilização e à prestação de serviços por assessoria técnica independente às pessoas residentes no Município de Barra Longa/MG, atingidas pelo rompimento da barragem Fundão. O Termo pode ser encontrado em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acordo-barra-longa-1>. Acesso em: jun. 2019. Registra-se que o *Termo de Ajustamento de Conduta governança* (TAC governança), celebrado em 25 de junho de 2018, será abordado em item específico.

Compromitentes, juntamente com as empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., autores da ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400, celebraram, no dia 2 de março de 2016, em Brasília, Distrito Federal, acordo extrajudicial, doravante nominado Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), com o escopo de estabelecer e implementar programas socioeconômicos e socioambientais em virtude dos impactos causados pelo Desastre do Rio Doce, adotando, para tanto, diversas medidas de mitigação, compensação e indenização.[251]

As partes tratam o Desastre do Rio Doce como um *evento*, conceituando-o "rompimento da barragem de Fundão, pertencente à Samarco, localizada no complexo minerário de Germano, em Mariana-MG, ocorrido em 5 de novembro de 2015". Ademais, consideram *impactados diretos* "as pessoas físicas ou jurídicas, e respectivas comunidades, que tenham sido diretamente afetadas pelo EVENTO", de forma que atingido imediato seria a pessoa ou a comunidade que se enquadrasse nas situações elencadas abaixo:

> a) perda de cônjuge, companheiro, familiares até o segundo grau, por óbito ou por desaparecimento;
> b) perda, por óbito ou por desaparecimento, de familiares com graus de parentesco diversos ou de pessoas com as quais coabitavam e/ou mantinham relação de dependência econômica;
> c) perda comprovada pelo proprietário de bens móveis ou imóveis ou perda da posse de bem imóvel;
> d) perda da capacidade produtiva ou da viabilidade de uso de bem imóvel ou de parcela dele;
> e) perda comprovada de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros e extrativos, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;
> f) perda de fontes de renda, de trabalho ou de autossubsistência das quais dependam economicamente, em virtude da ruptura do vínculo com áreas atingidas;
> g) prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento ou das atividades econômicas;
> h) inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda e a subsistência e o modo de vida de populações;
> i) danos à saúde física ou mental; e

[251] **Termo de transação e de ajustamento de conduta**. 119 p. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: mai. 2019.
O TTAC foi estruturado em 7 capítulos. São eles: Capítulo Primeiro: Cláusulas Gerais; Capítulo Segundo: Programas Socioeconômicos; Capítulo Terceiro: Programas Socioambientais; Capítulo Quarto: Regras Gerais Aplicáveis aos Programas Socioambientais e Econômicos; Capítulo Quinto: Gestora e Executora dos Programas Socioeconômicos e Socioambientais; Capítulo Sexto: Penalidades e Capítulo Sétimo: Cláusulas Finais e Regras Transitórias.

> j) destruição ou interferência em modos de vida comunitários ou nas condições de reprodução dos processos socioculturais e cosmológicos de populações ribeirinhas, estuarinas, tradicionais e povos indígenas.[252]

Já os *indiretamente impactados* foram qualificados como "as pessoas físicas e jurídicas, presentes ou futuras, que não se enquadrem" nas hipóteses apontadas acima e "que residam ou venham a residir" em áreas abrangidas pelo desastre e "sofram limitação no exercício dos seus direitos fundamentais em decorrência das consequências econômicas ou ambientais, diretas ou indiretas, presentes ou futuras" decorrentes do rompimento. O Termo ressalta que os atingidos por via indireta seriam "contemplados com acesso à informação e à participação nas discussões comunitárias". Além disso, garante: "poderão ter acesso aos equipamentos públicos resultantes dos PROGRAMAS".[253]

3.1.2 A instituição da Fundação Renova e o seu sistema de governança

Às compromissárias, Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. caberia a instituição de uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura própria de governança, fiscalização e controle. Autônoma em relação

---

[252] *Ibidem*, p. 7 e 8.

[253] *Ibidem*, p. 8 e 9.
O TTAC classifica as áreas abrangidas pelo evento em perspectivas ambiental e econômica, na forma abaixo:
- "ÁREA AMBIENTAL 1: as áreas abrangidas pela deposição de rejeitos nas calhas e margens dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, considerando os respectivos trechos de seus formadores e tributários, bem como as regiões estuarinas, costeiras e marinha na porção impactada pelo EVENTO".
- "ÁREA AMBIENTAL 2: os municípios banhados pelo Rio Doce e pelos trechos impactados dos Rios Gualaxo do Norte e Carmo, a saber: Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Sem-Peixe, Rio Casca, São Pedro dos Ferros, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, Raul Soares, Dionísio, Córrego Novo, Pingo D'Água, Marliéria, Bom Jesus do Galho, Timóteo, Caratinga, Ipatinga, Santana do Paraíso, Ipaba, Belo Oriente, Bugre, Iapu, Naque, Periquito, Sobrália, Fernandes Tourinho, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta, Aimorés, Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares".
- "ÁREA DE ABRANGÊNCIA SOCIOECONÔMICA: localidades e comunidades adjacentes à Calha do Rio Doce, Rio do Carmo, Rio Gualaxo do Norte e Córrego Santarém e a áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas".
- "MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA SOCIOECONÔMICA: Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Rio Casca, Sem-Peixe, São Pedro dos Ferros, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, Raul Soares, Dionísio, Córrego Novo, Pingo-D'Água, Marliéria, Bom Jesus do Galho, Timóteo, Caratinga, Ipatinga, Santana do Paraíso, Ipaba, Belo Oriente, Bugre, Iapu, Naque, Periquito, Sobrália, Fernandes Tourinho, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés".
- "MUNICÍPIOS E LOCALIDADES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA SOCIOECONÔMICA: Baixo Guandu, Colatina, Barra do Riacho, em Aracruz, Marilândia e Linhares, além das áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas".
Conforme: *Ibidem*, p. 9 e 10.

às suas instituidoras, a fundação seria responsável pela elaboração, gestão e execução centralizada de todas as medidas previstas nos programas socioambientais e socioeconômicos do TTAC, inclusive pela promoção de assistência social aos afetados, no intuito de recuperar o meio ambiente degradado e as condições socioeconômicas da área de abrangência impactada pelo evento, restaurando a situação anterior e conferindo eficiência às ações de reparação e compensação. O custeio dos programas e a administração dos recursos aportados pelas compromissárias também caberia exclusivamente à fundação.[254]

A sua estrutura de governança interna seria composta por uma Diretoria Executiva, um Conselho de Curadores, um Conselho Consultivo e um Conselho Fiscal. Os membros da Diretoria Executiva deveriam ser "dotados de formação técnica e [...] notória experiência profissional no mercado, compatível com a complexidade da tarefa e volume de recursos a ser gerido", com competência para elaboração, proposição e execução dos programas e projetos aprovados, adoção de eventuais ações necessárias a sua consecução e demais atividades rotineiras da fundação.[255]

O Conselho de Curadores seria composto por 7 membros, assim como a Diretoria Executiva, "dotados de formação técnica e com notória experiência profissional no mercado, compatível com a complexidade da tarefa e volume de recursos a ser gerido", sendo 2 indicados por cada compromissária e 1 pelo Comitê Interfederativo (CIF). A ele competiria a aprovação dos programas e projetos socioambientais e socioeconômicos e a deliberação acerca dos planejamentos anual e plurianual, do orçamento e das contratações realizadas, de modo que, para a tomada de decisões seriam necessários ao menos 5 votos favoráveis. A eleição e a destituição dos membros da Diretoria Executiva também foram estabelecidas como competência do Conselho de Curadores.[256]

Por sua vez, o Conselho Consultivo seria composto por 17 membros: 5, indicados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-DOCE); 2, pela Comissão Interministerial para Recursos do Mar (CIRM); além de 5 representantes das comunidades impactadas pelo CIF, sendo 3 do Estado de Minas Gerais e 2 do Estado do Espírito Santo e 5 representantes de instituições de ensino e pesquisa ou

[254] *Ibidem*, p. 7, 12-14 e 96.
O TTAC, em seu capítulo quinto, trata especificamente da fundação: *Ibidem*, p. 96-112.
[255] *Ibidem*, p. 97-99.
[256] *Ibidem*, p. 97-99.

especialistas com notório conhecimento, a saber: 1 pelo MPF; 1 conjuntamente pelos MPMG e MPES; 2 pelo Conselho de Curadores e 1 pelo CIF. Esse Conselho, órgão de assessoramento da fundação, poderia opinar sobre os programas e projetos estabelecidos pelo TTAC, inclusive sobre possíveis soluções, tendo em vista a dinamicidade dos danos provocados pelo evento. O Conselho Consultivo poderia ainda ouvir associações legitimadas para a defesa dos direitos dos atingidos ou demais organizações interessadas nos assuntos debatidos, além de estabelecer canais de participação da sociedade civil e convocar reuniões específicas.[257]

Além do mais, independentemente de consulta ou provocação da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Curadores e Fiscal, o Conselho Consultivo poderia expedir recomendações e entendimentos de natureza não vinculativa, devendo o Conselho de Curadores, na hipótese de não adotá-los, fundamentar a sua discordância. O Conselho Consultivo também poderia propor a criação de comitês, subcomitês ou comissões temáticas pelo Conselho de Curadores. No ato de celebração do TTAC e objetivando a interlocução com as comunidades dos Municípios mineiros de Mariana e Barra Longa, inclusive de seus distritos, as partes criaram comissão temática formada por 6 representantes da população.[258]

O Conselho Fiscal igualmente seria composto por 7 membros: 1 indicado pelo Conselho de Curadores, 1 por cada uma das instituidoras, 1 pela União, 1 pelo Estado de Minas Gerais e 1 pelo Estado do Espírito Santo. A ele caberia a fiscalização contábil e financeira da gestão, das contas e da conformidade das ações executadas. Ademais, ficou definido que, para todos os programas previstos no TTAC e havendo necessidade, a fundação contrataria equipe coordenada por profissional de nível superior, a qual deveria ter experiência na gestão e implementação de projetos e qualificação compatível com o objeto do respectivo programa.[259]

As empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., além de instituidoras, são mantenedoras da fundação. Para formação do patrimônio fundacional, a mineradora Samarco deveria realizar aportes de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) no ano de 2016; de R$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) no exercício de 2017 e de R$ 1.200.000.000,00 (um

[257] *Ibidem*, p. 99 e 100.
[258] *Ibidem*, p. 99 e 100.
[259] *Ibidem*, p. 97 e 99.

bilhão e duzentos milhões de reais) no de 2018. Já para os exercícios de 2019, 2020 e 2021 os montantes aportados seriam definidos em importância suficiente para custear a execução dos projetos previstos, respeitado o valor mínimo de R$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) e máximo de R$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais).[260]

No que concerne à execução de projetos e medidas de natureza compensatória, a fundação destinaria, anualmente e, a partir do exercício de 2016, por um período de 15 anos, o valor exato de R$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), integralizando no total R$ 3.600.000.000,00 (três bilhões e seiscentos milhões de reais). Ademais, para custeio dos programas, a instituidora Samarco Mineração S/A deveria manter, na fundação, pelo prazo de 10 anos contados da sua constituição, capital de giro de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) e, após o cumprimento do período decenal, R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).[261]

No mais, na hipótese de a mineradora Samarco S/A não realizar os aportes na forma e prazos definidos, as empresas Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., na proporção de 50% cada uma, teriam a obrigação de repassar os valores acordados

---

[260] *Ibidem*, p. 101-103.
Os valores registrados abaixo foram considerados pelas partes acordantes como parte do aporte do exercício de 2016:
"I. R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), correspondentes aos R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) a serem depositados mensalmente pela Samarco como cumprimento das obrigações constantes no Termo Preliminar de Compromisso Socioambiental, celebrado com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público Federal, em 16 de novembro de 2015, desde que depositados no próprio exercício de 2016; II. valores mantidos em depósito judicial, no total de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), constituído na Ação Civil Pública 0043356-50.2015.8.13.0400, na Vara de Mariana/MG". E, "[...] o valor de R$ 158.523.361,96 (cento e cinquenta e oito milhões, quinhentos e vinte e três mil, trezentos e sessenta e um reais e noventa e seis centavos), conforme planilha ANEXA, correspondente aos valores já desembolsados pela Samarco para a execução de ações relacionadas ao EVENTO e pertinentes com o objeto do presente Acordo". Também foi considerado como parte do aporte do ano de 2016 o depósito inicial de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), realizado pela Samarco.
Já com respeito ao exercício de 2017, as partes consideraram como parcela do aporte "os valores referentes às parcelas do Termo Preliminar de Compromisso Socioambiental, celebrado com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público Federal, em 16 de novembro de 2015, depositados durante o exercício de 2017".
Todas essas informações foram retiradas de: *Ibidem*, p. 102 e 103.

[261] *Ibidem*, p. 104 e 106.
Em referência à execução de projetos e medidas de natureza compensatória, "serão considerados como parte do aporte anual 50% (cinquenta por cento) dos valores bloqueados ou depositados judicialmente, em numerário ou equivalente, de qualquer das instituidoras (Samarco, BHP ou VALE), em decorrência de decisões judiciais em ações coletivas que abranjam medidas ou ações objeto do presente Acordo". "Também poderão ser considerados, para efeito do caput, valores pagos por determinação judicial em ações individuais que busquem indenização por danos materiais decorrentes do EVENTO, ajuizadas pelos IMPACTADOS, que em caso de pessoas jurídicas apenas serão consideradas as micro e pequenas empresas": *Ibidem*, p. 104 e 105.

à Fundação. As partes acordantes ainda registraram que a Samarco Mineração S/A poderia executar ações no âmbito dos projetos e programas, deduzindo as despesas comprovadas dos respectivos aportes anuais.[262]

A fundação também deveria obedecer aos preceitos da transparência e eficiência, bem como elaborar "políticas e manuais de *compliance,* inclusive de anticorrupção, lavagem de dinheiro e antiterrorismo, sanções comerciais e direitos humanos, com base em padrões internacionais" e, após, aplicá-los a todas as suas ações, contratações, projetos e programas. Além disso, poderia ser auditada a qualquer tempo pelas empresas instituidoras, inclusive ser fiscalizada pelo Ministério Público.[263]

Por todo o exposto, em 28 de junho de 2016, foi estatuída fundação, denominada Fundação Renova, com sede em Belo Horizonte/MG, "dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira e operacional", cujo objetivo primário consistiu em "gerir e executar medidas previstas nos programas socioeconômicos e socioambientais, incluindo a promoção de assistência social aos impactados", em razão dos impactos provocados pelo rompimento da barragem Fundão, "observada a situação socioambiental e socioeconômica imediatamente anterior a 5 de Novembro de 2015, conforme detalhado no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta". A Renova iniciou as suas atividades em 2 de agosto de 2016.[264]

3.1.3 Os *Experts*, a constituição do Comitê Interfederativo e a contratação de auditoria externa independente

O TTAC também previu a possibilidade de contratação de *Experts* pela fundação para realização de estudos identificadores das medidas adequadas e necessárias para elaboração, implementação, gestão e execução de projetos e programas sociais, ambientais e econômicos reparatórios e/ou compensatórios do

---

[262] *Ibidem*, p. 106 e 107.
[263] *Ibidem*, p. 101.
[264] **Estatuto da Fundação Renova**. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/estatuto-registrado.pdf>. Acesso em: mai. 2019. p. 1, 2 e 20.
No endereço eletrônico https://www.fundacaorenova.org, é possível encontrar mais informações a seu respeito.
A data de início das atividades da Renova foi retirada de: **Atualização Samarco**: abril 2017. Disponível em: <http://www.vale.com/samarco/PT/Documents/comunicados/Update_Samarco.pdf>. Acesso em: jun. 2019. p. 6.

Desastre do Rio Doce. Ao *Expert*, pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas físicas ou jurídicas, caberia realizar estudo de avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos provocados pelo rompimento da barragem Fundão, o qual serviria de base para definição dos projetos e programas, a fim de que todas as ações e medidas neles previstas fossem proporcionais, eficientes, reparassem e/ou compensassem os danos causados e, quando possível, fossem fundamentadas cientificamente. Outrossim, a fundação poderia contratar instituições de ensino e pesquisa ou outras organizações sem fins lucrativos com reconhecida competência na abordagem temática de cada programa.[265]

Ademais, o Poder Público deveria constituir um Comitê Interfederativo (CIF) que funcionaria "como instância externa e independente" da fundação, ao qual competiria o exame, o acompanhamento e a validação dos programas e projetos apresentados pelo TTAC, podendo, ainda, definir prioridades para implementação deles e fiscalizar os seus resultados. O comitê também deveria atestar o cumprimento integral do programa, bem como manter interlocução permanente com as partes envolvidas, a fim de ser constatada eventual necessidade de readequações ou correções. Inclusive, poderia questionar as ações a serem desempenhadas.[266]

O CIF seria composto exclusivamente por representantes do Poder Público, na forma demonstrada a seguir:

> CLÁUSULA 244: O COMITÊ INTERFEDERATIVO será composto pelos seguintes membros:
> I - 2 (dois) representantes do Ministério do Meio Ambiente;
> II - 2 (dois) outros representantes do Governo Federal;
> III - 2 (dois) representantes do Estado de Minas Gerais;
> IV - 2 (dois) representantes do Estado do Espírito Santo;
> V - 2 (dois) representantes dos municípios de Minas Gerais afetados pelo Rompimento da Barragem;
> VI - 1 (um) representante dos municípios do Espírito Santo afetados pelo Rompimento da Barragem; e,

---

[265] *Ibidem*, p. 12 e 15-17.
Oportuno destacar que a elaboração dos projetos integrantes dos programas socioambientais e socioeconômicos perpassaria por etapas estabelecidas de acordo com o objeto, a natureza e a complexidade de cada projeto, sem prejuízo de outras fases porventura necessárias, consoante exposto abaixo:
"a) preliminarmente, avaliação inicial dos impactos, realizada a partir das informações conhecidas e de possível levantamento; b) estabelecimento de programas de monitoramento e definição da SITUAÇÃO ANTERIOR; c) avaliação dos impactos, observados riscos identificados deles derivados; d) estabelecimento de critérios para mensuração e avaliação de efetividade na implementação dos PROJETOS; e) definição de PROJETOS, ações e medidas de recuperação socioambiental e socioeconômica estabelecida a partir da identificação dos recursos ambientais impactados pelo EVENTO": *Ibidem*, p. 17.
[266] *Ibidem*, p. 20 e 21.

> VII - 1 (um) representante do CBH-Doce.
> PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os representantes previstos no inciso I serão indicados pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente e os representantes previstos no inciso II serão indicados pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.
> PARÁGRAFO SEGUNDO: Caberá aos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo a indicação de seus representantes, bem como dos representantes de seus respectivos municípios.
> PARÁGRAFO TERCEIRO: O CBH-Doce indicará o representante de que trata o inciso VIII dentre os seus membros representantes do Poder Público.
> [...].
> PARÁGRAFO SEXTO: O COMITÊ INTERFEDERATIVO será presidido por um dos representantes indicados pelo Ministério do Meio Ambiente, sendo o outro seu substituto em caso de eventual ausência ou impedimento.
> [...].
> PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Os representantes previstos no inciso II do caput deverão ser oriundos de áreas responsáveis pelo acompanhamento de temas relacionados aos PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS.
> PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Os representantes previstos no inciso III e IV do caput deverão ser oriundos de áreas responsáveis pelo acompanhamento de temas relacionados aos PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS e/ou SOCIOAMBIENTAIS.[267]

De regra, a deliberação do CIF ocorria "por maioria simples dos seus membros, observado o quórum mínimo de instalação de dois terços [...], cabendo ao Presidente o voto de qualidade para desempate". Ao CIF caberia:

> I. orientar a FUNDAÇÃO acerca das prioridades a serem atendidas tanto na fase de elaboração quanto na de execução dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e SOCIOECONÔMICOS;
> II. definir diretrizes para elaboração e execução dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e SOCIOECONÔMICOS pela FUNDAÇÃO;
> III. avaliar, acompanhar, monitorar e fiscalizar a elaboração e a execução dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e SOCIOECONÔMICOS, indicando a necessidade de correções nas ações desempenhadas pela FUNDAÇÃO;
> IV. acompanhar a execução do Acordo;
> V. auxiliar a FUNDAÇÃO na interlocução com autoridades públicas;
> VI. buscar o entendimento em caso de conflitos e inconsistências de demandas de diferentes agentes ou autoridades governamentais;
> VII. validar os planos, PROGRAMAS e PROJETOS apresentados pela FUNDAÇÃO, sem prejuízo da necessidade de obtenção das licenças ambientais junto ao órgão ambiental competente e da competência legalmente prevista dos órgãos licenciadores, bem como de outros órgãos públicos; e
> VIII. receber os relatórios periódicos da FUNDAÇÃO.[268]

O TTAC previu que as medidas compensatórias seriam determinadas "por meio de estudos realizados pelos EXPERTS contratados pela FUNDAÇÃO e aprovados pelo COMITÊ INTERFEDERATIVO, ouvidos os órgãos públicos competentes".[269]

---

[267] *Ibidem*, p. 108-111.
[268] *Ibidem*, p. 110 e 111.
[269] *Ibidem*, p. 18.

Em caso de divergência entre a fundação e o comitê interfederativo, a questão discutida seria submetida ao painel de especialistas, por qualquer das partes ou, por conseguinte, ao juízo competente. O Painel Consultivo de Especialistas funcionaria como "instância permanente e externa à FUNDAÇÃO para fornecer opiniões técnicas não-vinculantes para as partes" e seria "constituído por 3 (três) membros, sendo que um será indicado pela FUNDAÇÃO, um pelo COMITÊ INTERFEDERATIVO que, juntos, indicarão o terceiro membro". As consultas poderiam ser realizadas "a qualquer tempo e em qualquer circunstância", devendo o Painel "emitir um parecer técnico sobre as divergências e questionamentos a partir de boas práticas no âmbito da legislação brasileira aplicável".[270]

A fundação, conforme definido nas cláusulas 198 e seguintes, deveria contratar auditoria externa independente, com o fito de fiscalizar contábil e financeiramente e também de maneira finalística todas as atividades desenvolvidas pela Renova. Isto é, caberia à contratada o acompanhamento e a fiscalização qualitativa da execução dos programas, a avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas, o adimplemento das obrigações fixadas pelo TTAC e pelos planos previstos, assim como a conferência da adequação das medidas adotadas às necessidades socioambientais e socioeconômicas provocadas pelo evento.[271]

A consultoria ainda deveria ser prestada pelas empresas *Emest & Young* (EY), KPMG, *Deloitte* ou *Pricewaterhouse Coopers* (PwC), porquanto se trataria das quatro maiores auditoras mundiais com atuação perante o território brasileiro. Todavia, as partes acordaram que a contratação poderia recair sobre instituição diversa, desde que ficasse demonstrada a sua capacidade estrutural e expertise, inclusive sobre mais de uma empresa. No mais, a metodologia de trabalho da empresa auditora haveria de ser aprovada pelo CIF, além de ser mantida até a conclusão de todos os programas previstos.[272]

3.1.4 Os programas socioeconômicos

Segundo o TTAC, os programas socioeconômicos assegurariam aos impactados a reparação dos danos, a participação nos programas, projetos e ações,

[270] *Ibidem*, p. 21 e 112.
[271] *Ibidem*, p. 20 e 93.
[272] *Ibidem*, p. 92 e 93.

a informação e a restituição de bens públicos e comunitários. A reparação socioeconômica foi dividida em 7 modalidades, cuja aplicação seria negociada entre a Fundação Renova e o atingido, de modo a assegurar “uma negociação justa, rápida, simples e transparente”, que poderia ser acompanhada pelo Poder Público.[273]

A primeira delas se trata da *reposição, restituição e recomposição de bens*, que consiste na “reposição, reforma, reconstituição ou construção de novas estruturas, conforme padrão da política pública, quando o bem, benfeitoria, parte acessória ou estrutura tiver sido destruído ou danificado pelo EVENTO”. A segunda modalidade, *indenização pecuniária em prestação única*, é a “reparação em forma monetária, paga em parcela única, em caráter individual ou por unidade familiar, paga a pessoa física ou jurídica (neste último caso, apenas micro e pequenas empresas), sendo tal pagamento decorrente da indenização por danos”, segundo parâmetros definidos pelo programa de negociação coordenada.[274]

Já a *indenização pecuniária em prestação continuada enquanto identificada tecnicamente a necessidade*, terceira modalidade de compensação dos danos, equivale à “reparação em forma monetária, paga em parcelas periódicas, em caráter individual ou por unidade familiar, [...] a pessoa física ou jurídica ([...] micro e pequenas empresas)” em razão da “perda ou comprometimento parcial da atividade geradora de renda ou de subsistência”, em valor não inferior a 1 salário mínimo, “acrescido do pagamento de aluguel social em caso de perda ou indisponibilidade de imóvel” e conforme prazos definidos nos programas. Enfatize-se que a indenização referente a essa modalidade não poderia ser inferior a 1 salário mínimo por mês, acrescido de 20% por dependente.[275]

O *reassentamento padrão, rural ou urbano*, enquanto quarta modalidade, dá-se “quando a reparação ocorre por meio da entrega conjunta de terreno, moradia e infraestrutura”, conforme “parâmetros básicos de orientação, tais como escolha da terra e tamanho da moradia, sendo tal modalidade cabível quando a reposição, restituição ou recomposição do bem imóvel afetado não for tecnicamente viável”. Por sua vez, a quinta modalidade, *auto reassentamento assistido*, ocorre quando o beneficiário, ao receber condições financeiras, responsabiliza-se pelo seu

[273] *Ibidem*, p. 25-27.
[274] *Ibidem*, p. 26.
[275] *Ibidem*, p. 26 e 28.

remanejamento, e o montante oferecido contempla o correspondente ao valor do terreno e do imóvel e indenização pela destruição de mobiliário, bens e benfeitorias, excetuados os já fornecidos pelos custos da mudança; além da importância de um aluguel estimado entre as partes, referente ao período entre o evento e o pagamento da quantia indenizatória, deduzindo-se o que já fora pago pela Samarco Mineração S/A para essa finalidade.[276]

A sexta modalidade reparatória, *permuta*, consiste no oferecimento de "outro bem, ou a possibilidade de exercício de algum outro direito material ou imaterial como forma de reparação", segundo estabelecido nos programas socioambientais e socioeconômicos e desde que não se incorra em violação dos princípios fundamentais à dignidade da pessoa humana. A última modalidade, *assistência para remediação e mitigação dos efeitos do evento*, trata-se do "apoio e assistência aos IMPACTADOS pelo EVENTO, sob a forma de ações e serviços de remediação e mitigação de seus efeitos, voltados à recuperação da capacidade de sustento".[277]

Prosseguindo, o TTAC ainda tinha por escopo assegurar a participação dos afetados nos programas, projetos e ações, de forma a garantir a participação efetiva dos impactados, isto é, a sua oitiva e influência nas fases de planejamento e execução dos programas e ações previstas no acordo. Tal envolvimento deveria ser implementado em "caráter coletivo", bem como seguir metodologias que permitissem a "expressão e participação individual". Ademais, as partes acordantes registraram que a informação implicaria o acesso público a todos os programas do Termo, os quais deveriam ser "divulgados em linguagem acessível" aos atingidos e "apresentados de uma forma transparente, clara e, sempre que possível, objetiva". Já a restituição de bens públicos e comunitários importaria na adoção de "medidas reparatórias e compensatórias, de caráter coletivo, destinadas à restituição de bens e serviços públicos afetados pelo EVENTO", não podendo ser "objeto de qualquer negociação de caráter individual".[278]

Os programas socioeconômicos também foram agrupados no capítulo segundo do TTAC conforme os eixos temáticos de organização social; infraestrutura; educação, cultura e lazer; saúde; inovação; economia e gerenciamento do plano de ações. Para implementação do eixo de organização social, primeiramente, a

[276] *Ibidem*, p. 27.
[277] *Ibidem*, p. 27.
[278] *Ibidem*, p. 28.

Fundação Renova deveria realizar o cadastramento individualizado das pessoas físicas, micro e pequenas empresas, famílias e comunidades atingidas, consoante a área de abrangência socioeconômica. A fundação contrataria uma instituição independente, segundo orientações e validação do CIF, para identificar todas as áreas que sofreram impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais.[279]

O enquadramento como impactado decorreria da comprovação documental de dados pessoais, gênero, idade, ocupação, grau de escolaridade, local de residência original, número dos documentos de identidade e CPF, composição do núcleo familiar e renda familiar anterior ao rompimento da barragem Fundão. Já a pessoa jurídica, deveria fazer prova de razão social, nome fantasia, número de CNPJ, inscrição estadual, ramo de atividade, endereço da sede e filiais, composição do quadro societário, faturamento e lucro anual e enquadramento como micro e pequena empresa, cooperativa ou associação. Esse cadastro registraria ainda os danos informados pelos impactados, de forma que a Renova pudesse efetuar levantamento de perdas materiais. O TTAC ressalvava que, em casos excepcionais, os impactados poderiam comprovar as informações requeridas por meio de outros meios de prova ou através de declaração escrita. Após aprovação pela fundação, o cadastro do impactado seria submetido à validação do CIF. Além disso, as famílias seriam submetidas a um monitoramento socioeconômico.[280]

A Fundação Renova também deveria implementar programa de negociação coordenada, visando ao ressarcimento e à indenização dos impactados que comprovassem danos provocados pelo Desastre do Rio Doce ou demonstrassem a impossibilidade de fazê-lo. Esse programa, de adesão facultativa, tinha por escopo o pagamento de indenização pecuniária de prestação única em favor de pessoa física, unidade familiar ou micro e pequena empresa. A negociação priorizaria os impactados residentes nos municípios mineiros de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado e nos Distritos capixabas de Mascarenhas, Regência e Povoação e, depois de concluída, seria paga em até 3 meses.[281]

Caberia à Renova determinar o modo de elegibilidade dos impactados e os parâmetros indenizatórios aplicados, levando em consideração a sua condição

---

[279] *Ibidem*, p. 31 e 32.
Os programas socioeconômicos estão previstos entre as cláusulas 18 a 144: *Ibidem*, p. 31-69.
[280] *Ibidem*, p. 32-35.
[281] *Ibidem*, p. 26 e 35-37.
Trata-se do Programa de Indenização Mediada (PIM), que será tratado em item próprio.

socioeconômica anterior, os princípios gerais da lei brasileira e a jurisprudência nacional. Após o estudo, a fundação deveria submeter suas conclusões à validação do CIF.

Desse modo, o impactado devidamente cadastrado que se enquadrasse nos critérios de indenização e que fosse considerado elegível pela fundação, seria convidado a participar do programa. Cabe ressaltar que, no ato da negociação, deveria estar representado por advogado ou por assistência jurídica gratuita. Todavia, o aceite em participar da referida negociação não obstaria o impactado de requerer o montante indenizatório por vias próprias, caso não tivesse interesse nas condições propostas pela Fundação Renova, além de que ele não poderia ser excluído de outros programas socioeconômicos.[282]

A fundação, conjuntamente com os indígenas e mediante participação e validação da Funai e da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai), deveria criar programa voltado à proteção e recuperação da qualidade de vida dos povos indígenas das terras Krenak, Comboios, Tupiniquim e Caieiras Velhas. A medida implementada deveria respeitar as formas próprias de organização social, seus costumes e tradições das comunidades Krenak, Tupiniquim e Guarani.[283]

Com respeito ao povo Krenak, situado no Estado de Minas Gerais, deveria ser mantido o apoio emergencial concedido pela Vale S/A; realizado monitoramento contínuo da qualidade e do sistema de abastecimento de água, das atividades de bovinocultura, do apoio financeiro mensal às famílias, da saúde, atualizando as necessidades após diálogo com a comunidade. Ademais, deveria ser contratada consultoria independente para avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos e, após, elaboração de plano de ação.[284]

Já a Fundação Renova ou a Samarco Mineração S/A, quanto aos povos Tupiniquim e Guarani, localizados nos territórios indígenas de Comboios, Tupiniquim e Caieiras Velhas, deveria implementar medidas de apoio emergencial em acordo com as comunidades e com participação da Funai. Outrossim, deveria ser contratada consultoria independente para avaliação dos danos causados e, por

---

[282] *Ibidem*, p. 36 e 37.
Trata-se do Programa de Indenização Mediada (PIM), que será tratado em item próprio.
[283] *Ibidem*, p. 37 e 38.
[284] *Ibidem*, p. 38 e 39.

conseguinte, ser elaborado plano de ação. Diante de controvérsias, poderiam ser adotadas medidas judiciais e extrajudiciais.

A fundação também deveria elaborar e executar programa para proteção e recuperação da qualidade de vida de outros povos tradicionais que sofressem com os impactos do rompimento da barragem Fundão, tais como as Comunidades Remanescentes do Quilombo de Santa Efigênia, em Mariana/MG.[285]

O TTAC ainda deveria promover a proteção social dos indivíduos e das famílias atingidas, por meio de ações socioassistenciais e socioculturais e apoio psicossocial, inclusive dando continuidade a serviços públicos essenciais porventura prejudicados pelo Desastre do Rio Doce.

Ademais, a Renova deveria assegurar a participação de pessoas físicas e jurídicas, comunidades e movimentos sociais organizados nos processos de identificação, detalhamento e prestação de contas dos programas socioeconômicos. Para tanto, deveriam ser realizadas audiências públicas, com múltiplas formas de divulgação e efetiva participação social. Deveriam também ser realizados painéis temáticos periódicos e eventos anuais de prestação de contas, no intuito de garantir à população direta e indiretamente impactada "acesso à informação ampla, transparente, completa e pública, em linguagem acessível, adequada e compreensível a todos os interessados, como condição necessária à participação social esclarecida".[286]

Além do mais, deveria ser instituída mesa de diálogo, inclusive em espaços fixos e móveis, e negociação permanente com as comunidades; criado endereço eletrônico com informações acerca do evento e disponibilização de relatórios de acompanhamento dos programas socioeconômicos, bem como central 0800 e canal de ouvidoria para informações, comentários e reclamações.

A Renova, ainda, deveria instituir uma equipe de comunicação e participação social multidisciplinar, com profissionais e estrutura adequada, além de criar um

---

[285] *Ibidem*, p. 39-43.
De acordo com a cláusula 51, "compreende-se por Povos e Comunidades Tradicionais os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuam formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição": *Ibidem*, p. 42.
[286] *Ibidem*, p. 43-45.

manual com perguntas e respostas sobre os procedimentos de moradia temporária, auxilio financeiro, indenização, etc.[287]

A fundação deveria ainda implementar, nos Municípios de Mariana/MG e Barra Longa/MG, programa de assistência aos animais desalojados e extraviados, excetuados os aquáticos e silvestres. A Renova providenciaria o resgate dos animais atingidos pelo evento, com posterior encaminhamento aos CRAs (Centros de Recolhimento Animal); cadastraria todos eles, provendo assistência médica veterinária aos que foram resgatados e sofreram impactos diretos, além de alimentação aos que permaneceram nas suas propriedades de origem. Também deveria promover evento de adoção para os animais que não foram retirados pelos seus tutores, encaminhando os que não foram adotados para um Santuário.[288]

O segundo eixo dos programas socioeconômicos tratou de ações voltadas à infraestrutura. O primeiro programa a ser implementado consistia na realocação, reconstrução e recuperação das localidades mineiras de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira. O novo espaço territorial para reassentamento de tais comunidades seria definido em conjunto com a população interessada. A aquisição de nova área habitacional, a implantação de infraestrutura de saneamento, arruamento, pavimentação, drenagem, acessos, água e energia e a construção dos imóveis particulares e de unidades de saúde, escolas, praças, quadra coberta e templos religiosos seriam custeados pela Renova.[289]

Os impactados ainda poderiam optar por permuta e/ou indenização e a fundação deveria disponibilizar moradia temporária às pessoas desalojadas pelo prazo de até 3 meses após a solução definitiva de sua moradia. Ademais, deveriam ser adotadas ações para o desassoreamento do reservatório da UHE Risoleta Neves e reparadas as suas condições de operação. Outras comunidades e estruturas atingidas entre a barragem Fundão e a referida usina deveriam ser totalmente reconstruídas e, se necessário, seria providenciada a realocação temporárias das famílias afetadas.[290]

No eixo educação, cultura e lazer, a Fundação Renova deveria restaurar e/ou reconstruir unidades escolares impactadas da barragem Fundão até a UHE Risoleta Neves; providenciar a reintegração dos alunos e profissionais à rotina

[287] *Ibidem*, p. 45 e 46.
[288] *Ibidem*, p. 46 e 47.
[289] *Ibidem*, p. 47-48.
[290] *Ibidem*, p. 48-52.

escolar; oferecer apoio psicopedagógico e capacitação para situações de emergência e garantir estruturas temporárias, a fim de que o aprendizado não fosse interrompido.

Outro programa previsto era a recuperação e preservação do patrimônio histórico, arqueológico, cultural e artístico das localidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira. A fundação também deveria implementar centros de memória, utilizando e capacitando o pessoal local para execução das obras.

A Renova ainda diagnosticaria os impactos sofridos pelos setores de turismo, cultura, esporte e lazer nos municípios mineiros e capixabas integrantes da área de abrangência socioeconômica, adotando, por conseguinte, medidas reparatórias e compensatórias. Os espaços destinados a eventos de esporte, dança e música, capacitação para terceira idade e realização de atividades infantis deveriam ser revitalizados, inserindo a população atingida em novas atividades.[291]

O quarto eixo visava a implementar ações de apoio, monitoramento e mitigação dos danos causados à saúde física e mental da população impactada pelo evento, notadamente de Mariana/MG e Barra Longa/MG. Com a finalidade de diagnosticar riscos à saúde decorrentes do evento, a Fundação Renova ainda desenvolveria estudos epidemiológico e toxicológico, na forma de pesquisa de campo de natureza quali-quantitativa, exploratória e descritiva, com mapeamento do perfil sanitário passado, atual e futuro da população residente de Mariana até a foz do Rio Doce. Os resultados obtidos deveriam ser disponibilizados para consulta pública e encaminhados às Secretarias Estaduais de Saúde de Minas Gerais e do Espírito Santo. A área de abrangência do estudo poderia ser ampliada, no caso de serem constatados novos territórios com potencialidade de riscos à saúde.[292]

A fundação, no quinto eixo, deveria fomentar pesquisas tecnológicas socioeconômicas voltadas para minoração dos impactos provocados pelo evento, desenvolvendo ações para utilização econômica e disposição dos rejeitos de mineração e formações educacional e profissional relacionadas à recuperação das áreas afetadas.

O sexto eixo dos programas socioeconômicos preocupava-se com a economia. Sendo assim, a Renova deveria desenvolver ações visando a apoiar e

---

[291] *Ibidem*, p. 52-57.
As medidas reparatórias e compensatórias citadas acima se encontram descritas nas páginas 55-57.
[292] *Ibidem*, p. 57-59.

prestar assistência técnica aos pescadores impactados integrantes da área de abrangência, bem como às suas cooperativas e associações, de forma a recompor as regiões e condições produtivas e a infraestrutura necessária para conservação e comercialização do pescado.[293]

Os pescadores impactados receberiam ajuda financeira até que a atividade pesqueira fosse restabelecida. Contudo, não sendo possível a sua retomada, tendo em vista os impactos causados pelo evento, a fundação deveria ofertar cursos profissionalizantes em outros ramos, no intuito de realocar economicamente esses profissionais. Nesse caso, o auxílio continuaria a ser pago, sendo cessado apenas diante do estabelecimento das condições para realocação no mercado de trabalho. A Fundação Renova implementaria medidas emergenciais para a readequação das formas de trabalho e ainda plano de recuperação da pesca, no âmbito da área de abrangência, e, ante a constatação de danos, plano de recuperação das atividades de aquicultura impactadas. Essas ações também se aplicariam aos areeiros legalizados que tivessem sido prejudicados pelo rompimento da barragem Fundão.[294]

As atividades agropecuárias impactadas ao longo da calha do Rio Doce igualmente deveriam ser recuperadas. Aos produtores cujas terras tivessem sido permanentemente inviabilizadas, a fundação disponibilizaria novo território; e às passíveis de restauração, providenciaria a recomposição. A Renova deveria ajudar financeiramente os produtores atingidos até que a produção fosse retomada ou que as áreas fossem disponibilizadas. No caso de não ser possível o seu restabelecimento, a fundação deveria ofertar qualificação profissional para alocação em outras atividades econômicas, sem prejuízo do pagamento do auxílio financeiro. Já as pastagens impactadas, deveriam ser formadas em outras áreas da propriedade ou os animais alimentados por outros meios e as estruturas de captação de água para irrigação e dessedentação animal, restabelecidas.[295]

Também foi previsto um programa para o desenvolvimento de atividades econômicas variadas, inclusive industriais, na área de abrangência impactada, com o escopo de diminuir a dependência das atividades minerárias. Para tanto, a fundação avaliaria a potencialidade econômica da região e estabeleceria linhas de

[293] *Ibidem*, p. 59 e 60.
[294] *Ibidem*, p. 60 e 61.
[295] *Ibidem*, p. 61-63.

crédito produtivo. Os micro e pequenos negócios dos setores de comércio, serviços e produção localizados entre a barragem Fundão e UHE Risoleta Neves e nos distritos capixabas de Regência e Povoação, que tivessem sido diretamente impactados pelo evento, deveriam ser recuperados. O programa previa a reconstrução do estabelecimento impactado, a reposição dos insumos danificados ou perdidos, bem como ajuda financeira até a retomada da atividade primitiva ou a realocação em novo ramo econômico. No mais, para a implementação das ações previstas da barragem Fundão ao distrito de Regência, em Linhares/ES, a Renova deveria priorizar a mão de obra e fornecedores locais.[296]

Para finalizar o eixo da economia, foram previstos mais dois programas. O primeiro deles se tratava do pagamento mensal de auxílio financeiro emergencial aos atingidos cuja fonte de geração de renda tivesse sido comprovadamente interrompida pelo evento. Após realização do cadastro e verificada a dependência econômica do trabalho outrora desenvolvido, a Fundação Renova prestaria ao impactado um salário mínimo, acrescido de 20% por dependente, além de uma cesta básica, segundo valor estipulado pelo Dieese, sem prejuízo da indenização decorrente do programa de negociação coordenada.[297]

O auxílio seria pago até o retorno do atingido ao ciclo econômico produtivo, fosse através da atividade laborativa anterior ou de nova, observado o prazo máximo de 5 anos, contados da assinatura do TTAC. Permitiu-se ainda a prorrogação desse prazo por período adicional de 1 ano, desde que a necessidade fosse fundamentadamente justificada nos 3 meses anteriores ao encerramento do prazo original e, assim, sucessivamente, até completados 9 anos e não excedido o prazo de 10 anos.[298]

O segundo programa estabeleceu que a fundação também deveria ressarcir os compromitentes por despesas públicas extraordinárias, as quais foram valoradas em R$ 27.463.793,00 (vinte e sete milhões, quatrocentos e sessenta e três mil e setecentos e noventa e três reais), desde que devidamente comprovadas. O último

---

[296] *Ibidem*, p. 63-66.
"Para efeitos deste programa, entende-se como micro e pequenos negócios a micro e pequena empresa, a empresa de pequeno porte, o empreendedor individual, os trabalhadores que têm o próprio negócio, formalizado ou não, e os trabalhadores por conta própria sem vínculo de emprego formal ou informal": *Ibidem*, p. 64 e 65.
[297] *Ibidem*, p. 66 e 67.
[298] *Ibidem*, p. 67.

eixo estabeleceu que todos os programas socioeconômicos previstos deveriam ser dotados de procedimentos de gestão, monitoramento e avaliação.[299]

Portanto, conforme os eixos apresentados, foram estabelecidos pela Fundação Renova 22 programas socioeconômicos, a saber: 1. Cadastro dos Impactados: cuida do cadastramento e avaliação dos impactos de pessoas físicas e jurídicas; 2. Ressarcimento e Indenização dos Impactados: trata da execução do Programa de Indenização Mediada (PIM); 3. Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas: almeja a promoção do diálogo e manutenção dos atendimentos emergenciais aos povos indígenas atingidos; 4. Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais: visa ao restabelecimento do modo de vida da comunidade remanescente de Quilombo de Degredo; 5. Proteção Social: objetiva a execução de ações socioculturais e apoio psicossocial aos impactados pelo rompimento e 6. Diálogo Social: busca a criação de canais permanentes de comunicação e interação com a sociedade.[300]

Foram previstos ainda os seguintes programas: 7. Assistência aos Animais: cuida do desenvolvimento de programa para assistência aos animais extraviados e desalojados; 8. Reconstrução de Vilas: trata da construção de novas localidades que irão abrigar as comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; 9. Recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves: almeja o restabelecimento das condições de operação da Usina Hidrelétrica Risoleta Neve; 10. Recuperação das Comunidades e Infraestruturas Impactadas: visa à recuperação ou reconstrução de casas, pontes e demais infraestruturas danificadas; 11. Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar: objetiva a garantia da acessibilidade da comunidade a escolas temporárias durante a reconstrução e 12. Memória Histórica, Cultural e Artística: busca a recuperação de bens culturais, espaços de lazer e esporte e preservação do patrimônio histórico e cultural.[301]

---

[299] *Ibidem*, p. 67-69.
O anexo contendo as despesas dos órgãos públicos federais e estaduais no âmbito dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo encontra-se disponível em: *Ibidem*, p. 128-139.

[300] Os programas socioeconômicos n.ºs 1 ao 6 encontram-se individualizadamente definidos em: <https://www.fundacaorenova.org/socioeconomicos/>. Acesso em: jun. 2019.
Ademais, no endereço eletrônico apontado acima, ainda podem ser encontradas informações sobre o objetivo, as etapas, o andamento, os principais indicadores, além de perguntas frequentes e notícias de cada programa.
O programa 2 (Ressarcimento e Indenização dos Impactados: execução do Programa de Indenização Mediada) será tratado especificamente no item 3.1.4.1 deste trabalho.

[301] Os programas socioeconômicos n.ºs 7 ao 12 encontram-se individualizadamente definidos em: <https://www.fundacaorenova.org/socioeconomicos/>. Acesso em: jun. 2019.

Outros programas foram definidos pela Fundação Renova, quais sejam: 13. Turismo, Cultura, Esporte e Lazer: cuida do diagnóstico do impacto no turismo, cultura, esporte e lazer nos municípios impactados; 14. Saúde Física e Mental da População Impactada: trata da prestação de apoio técnico às prefeituras na execução dos planos de ação de saúde; 15. Promoção da Inovação: almeja financiar produção de conhecimento relacionado à recuperação das áreas impactadas; 16. Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras: visa ao Desenvolvimento e execução de programa para apoio aos aquicultores e pescadores e 17. Retomada das Atividades Agropecuárias: objetiva o desenvolvimento e execução de programa para o apoio aos agropecuários.[302]

Para concluir, ainda foram assentados os programas de: 18. Desenvolvimento e Diversificação Econômica: busca o desenvolvimento de outras atividades econômicas nas regiões impactadas; 19. Recuperação de Micro e Pequenos Negócios: cuida da execução de programa específico para a recuperação de micro e pequenos negócios; 20. Estímulo à Contratação Local: trata da execução de programa de contratação local de força de trabalho e de fornecedores; 21. Auxílio Financeiro Emergencial: almeja o desenvolvimento de programa de auxílio financeiro emergencial à população impactada e 22. Gerenciamento dos Programas Socioeconômicos: visa ao monitoramento dos programas socioeconômicos, por intermédio de sistemas de informação e banco de dados.[303]

Ademais, no endereço eletrônico apontado acima, ainda podem ser encontradas informações sobre o objetivo, as etapas, o andamento, os principais indicadores, além de perguntas frequentes e notícias de cada programa.

[302] Os programas socioeconômicos n.ºs 13 ao 17 encontram-se individualizadamente definidos em: <https://www.fundacaorenova.org/socioeconomicos/page/2/>. Acesso em: jun. 2019.

Ademais, no endereço eletrônico apontado acima, ainda podem ser encontradas informações sobre o objetivo, as etapas, o andamento, os principais indicadores, além de perguntas frequentes e notícias de cada programa.

[303] Os programas socioeconômicos n.ºs 18 ao 22 encontram-se individualizadamente definidos em: <https://www.fundacaorenova.org/socioeconomicos/page/2/>. Acesso em: jun. 2019.

Ademais, no endereço eletrônico apontado acima, ainda podem ser encontradas informações sobre o objetivo, as etapas, o andamento, os principais indicadores, além de perguntas frequentes e notícias de cada programa.

3.1.4.1 Do programa de ressarcimento e indenização dos impactados: o programa de indenização mediada[304]

O Programa de Indenização Mediada, conhecido popularmente por PIM, teria por objetivo o ressarcimento das “pessoas e micro e pequenas empresas que tenham sofrido danos materiais ou morais, bem como perdas referentes às suas atividades econômicas, em consequência direta” do Desastre do Rio Doce, “de forma rápida, sem a burocracia e os custos de uma ação judicial”.[305]

O PIM instituiu dois programas de indenizações. Um, em razão da interrupção no abastecimento e distribuição de água, e outro, por danos gerais. O montante seria pago em dinheiro e de forma extrajudicial e individual.[306]

As indenizações seriam acertadaspor meio de “sessões de mediação”, das quais participariam “um representante da Fundação Renova, a pessoa impactada, [...] assistida juridicamente por defensor público ou por seu advogado, se desejar, e um mediador neutro, imparcial e independente”. A Renova, ainda, instalaria “escritórios ao longo da região diretamente impactada pelo rompimento, chamados de Centros de Indenização Mediada”.[307]

3.1.5 Os programas socioambientais

O TTAC, em seu capítulo terceiro, previu programas socioambientais de natureza difusa, classificados em reparatórios e compensatórios e agrupados conforme os eixos temáticos de gestão dos rejeitos, recuperação e melhoria da qualidade da água; restauração florestal e produção de água; conservação da biodiversidade; segurança hídrica e qualidade da água; educação, comunicação e informação; preservação e segurança ambiental; gestão e uso sustentável da terra e gerenciamento do plano de ações.[308]

---

[304] Esta dissertação resolveu abordar o programa de ressarcimento e indenização dos impactados, no que concerne ao Programa de Indenização Mediada em item próprio, haja vista as particularidades de suas indenizações.

[305] Conforme informações obtidas em: <https://www.fundacaorenova.org/programa/ressarcimento-e-indenizacao-dos-impactados/>: Acesso em: jul. 2019.

[306] Não foi possível acessar a matriz final de danos.

[307] Segundo: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/programa-de-indenizacao-mediada/>. Acesso em: jul. 2019.

[308] *Ibidem*, p. 69.

Os programas socioambientais estão previstos entre as cláusulas 145 a 183: *Ibidem*, p. 69-86.

O eixo de gestão dos rejeitos, recuperação e melhoria da qualidade da água consiste em programa voltado para o manejo da pluma de sedimentos, nele incluídas estabilização *in situ*, escavação, dragagem, transporte, tratamento e destinação final ecologicamente adequada. Nesse ponto, a Fundação Renova deveria avaliar os efeitos do evento sobre a área ambiental 1, inclusive de caráter biogeoquímico, hidrodinâmico e hidrosedimentológico, além de adotar ações voltadas para a recuperação das áreas fluviais, estuarinas e costeiras. Outra medida consistia na implantação de estruturas emergenciais para contenção dos rejeitos que outrora avançavam sobre a área compreendida entre a barragem Fundão até a usina hidrelétrica Risoleta Neves (UHE Risoleta Neves), bem como o tratamento dos cursos d'água atingidos e a redução dos níveis de turbidez dos Rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, até a referida usina, para níveis máximos de 100 (cem) NTU na estação seca.[309]

O segundo eixo, restauração florestal e produção de água, busca a recuperação e a biorremediação da área ambiental 1, na região dos municípios mineiros de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, assim como a imediata revegetação por gramíneas e leguminosas, no intuito de conter processos erosivos, e a regularização das calhas e das margens dos Rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, no trecho a montante da UHE Risoleta Neves. Medidas compensatórias previstas para esse eixo são a recuperação das áreas de preservação permanente (APP) degradadas do Rio Doce e tributários, por meio de reflorestamento e regeneração natural, sendo destinado para essa ação o valor mínimo de R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), devendo a fundação restaurar ainda 10.000 nascentes.[310]

A Fundação Renova, no terceiro eixo, também deveria promover a recuperação da biodiversidade aquática na área ambiental 1, realizando, para tanto, estudo populacional da ictiofauna da calha e tributários do Rio Doce, bem como avaliação do estado de conservação das espécies de peixes nativas. No mais, deveria monitorar a fauna da foz do Rio Doce e demais ambientes estuarinos e marinhos impactados, inclusive o habitat do fundo do mar, como algas calcáreas, rodolitos e corais, e examinar a qualidade da água e a ecotoxicidade sobre os organismos aquáticos. A fundação ainda adotaria medidas para conservação da

[309] *Ibidem*, p. 29 e 70-72.
[310] *Ibidem*, p. 72-75.

fauna e flora terrestres, identificando, na área ambiental 1, os impactos causados sobre as espécies terrestres ameaçadas de extinção. Como ação compensatória, deveria construir, na área ambiental 2, dois Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (Cetas) totalmente equipados, sendo um no Estado de Minas Gerais e outro no do Espírito Santo.[311]

No quarto eixo, segurança hídrica e qualidade da água, a fundação, como medida compensatória, disponibilizaria a importância de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) aos municípios integrantes da área ambiental 2, indicados pelo CIF, para custearem programas de esgotamento sanitário e destinação adequada dos resíduos sólidos. Além disso, a Fundação Renova deveria construir meios alternativos de captação hídrica para as localidades dos municípios que captavam água diretamente do Rio Doce e tiveram o sistema público de abastecimento interrompido temporariamente em virtude do rompimento da barragem Fundão. Essa medida objetivava reduzir a dependência de única fonte de captação de água.[312]

A fundação, no quinto eixo, deveria implantar programas de educação ambiental, juntamente com as prefeituras dos municípios integrantes da área ambiental 1, além de preparar a população para possíveis emergências ambientais. Deveria ainda incrementar a estrutura de apoio aos sistemas de emergência e alerta nas cidades mineiras de Mariana e Barra Longa, avaliando a necessidade de inclusão de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce. Um centro de informações técnicas ambientais também deveria ser implantado na área ambiental 1 e duas bases físicas regionais no interior dessa área, sendo uma no Estado de Minas Gerais e outra no do Espírito Santo, a fim de fornecer informações ambientais.[313]

---

[311] *Ibidem*, p. 75-78.

[312] *Ibidem*, p. 78-81.

Nos termos da seção IV, subseção IV.2, cláusula 171, parágrafo segundo: "Considera-se que a operação do sistema de abastecimento público ficou inviabilizada temporariamente nas sedes dos seguintes municípios: (i) Alpercata; (ii) Gov. Valadares; (iii) Tumiritinga; (iv) Galiléia; (v) Resplendor; (vi) Itueta; (vii) Baixo Guandu; (viii) Colatina; e (ix) Linhares". Por sua vez, o parágrafo terceiro, da mesma cláusula, salienta: "Considera-se que a operação do sistema de abastecimento público ficou inviabilizada temporariamente nos seguintes Distritos: a) Em Mariana: (i) Camargos; (ii) Pedras; (iii) Paracatu de Baixo; b) Em Barra Longa: (i) Gesteira; (ii) Barreto; c) Em Santana do Paraíso: (i) Ipaba do Paraíso; d) Em Belo Oriente: (i) Cachoeira Escura; e) Em Periquito: (i) Pedra Corrida; f) Em Fernandes Tourinho: (i) Senhora da Penha; g) Em Governador Valadares: (i) São Vitor; h) Em Tumiritinga: (i) São Tomé do Rio Doce; i) Em Aimorés: (i) Santo Antônio do Rio Doce; j) Em Baixo Guandu: (i) Mascarenhas; k) Em Marilândia: (i) Boninsenha; I) Em Linhares: (i) Regência": *Ibidem*, p. 80.

[313] *Ibidem*, p. 81-83.

O sexto eixo cuida da segurança na área ambiental 1 da bacia do Rio Doce, ocasião em que a Fundação Renova identificaria possíveis riscos ambientais dos ativos da mineradora Samarco S/A diretamente atingidos pelo evento com poder de impacto sobre a bacia do Rio Doce, além de adotar ações preventivas e mitigatórias relativas a tais riscos. Também deveria implantar rede de monitoramento quali-quantitativo sistemático (PMQQS) da água, dos sedimentos e de riscos toxicológicos e ecotoxicológicos e eventuais impactos de intervenções estruturais implementadas na área ambiental 1.[314]

A Renova, no sétimo eixo, ainda custearia estudos avaliativos dos impactos sofridos pelas unidades de conservação ambiental do Parque Estadual do Rio Doce/MG, da Reserva Biológica de Comboios, da Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz, devendo implementar ações de reparação que porventura fossem necessárias. Ademais, deveria dar suporte técnico para cadastramento de propriedades rurais localizadas na área ambiental 1 no Cadastro Ambiental Rural (CAR), assim como fomentaria a implementação dos Programas de Regularização Ambiental (PRA). No último eixo, a fundação deveria adotar medidas voltadas ao gerenciamento dos programas de recuperação socioambiental da bacia do Rio Doce e das áreas estuarina, costeira e marinha afetadas.[315]

Consoante os eixos apresentados acima, foram firmados pela Fundação Renova 20 programas socioambientais. São eles: 23. Manejo de Rejeitos: cuida da avaliação de impacto dos rejeitos, recuperação das áreas e tratamento dos sedimentos; 24. Implantação de Sistemas de Contenção dos Rejeitos e de Tratamento nos Locais de Impacto nos Rios: trata da construção e operação de estruturas de contenção de sedimentos para armazenamento dos materiais retirados das calhas dos rios e seu entorno; 25. Revegetação, Enrocamentos e Outros Métodos: almeja a recuperação da vegetação e regularização de calhas e margens dos rios impactados; 26. Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP's): visa à recuperação de APP's degradadas do Rio Doce definidas como fontes de abastecimento; 27. Recuperação de Nascentes: objetiva a recuperação de cinco mil nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e 28. Conservação da

[314] *Ibidem*, p. 83 e 84.
[315] *Ibidem*, p. 85-87.

biodiversidade: busca a recuperação e conservação da fauna aquática impactada na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.[316]

Também foram previstos: 29. Recuperação da Fauna Silvestre: cuida da construção de Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres em Minas Gerais e no Espírito Santo; 30. Fauna e Flora Terrestre: trata da análise do impacto do rompimento da barragem nas espécies ameaçadas de extinção; 31. Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos: almeja a disponibilização de recursos para planos de saneamento básico, esgoto, lixões e aterros; 32. Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água: visa à construção de sistemas alternativos de captação e melhoria das estações de água; 33. Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce: o programa contempla a implementação de medidas de educação ambiental em parceria com as prefeituras dos municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão e 34. Preparação para Emergências Ambientais: objetiva a implantação de medidas de incremento e apoio de emergência e alerta.[317]

Ademais, para finalizar: 35. Informação para População: busca a criação e manutenção da operação dos centros de informações técnicas e bases físicas regionais nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; 36. Comunicação Nacional e Internacional: estabelece site, em no mínimo dois idiomas, para divulgar as ações e os programas desenvolvidos em função do TTAC e 37. Gestão de Riscos Ambientais: implementa estudo para identificar eventuais riscos ambientais e propor ações preventivas e mitigatórias. 38. Monitoramento da Bacia do Rio Doce: cuida do desenvolvimento de programa de monitoramento permanente de água e sedimentos; 39. Unidade de Conservação: visa a custear estudos e implementar ações de reparação nas Unidades de Conservação afetadas pelo rompimento; 40. CAR e PRAS: trata do suporte ao Cadastro Ambiental Rural e execução dos

---

[316] Os programas socioambientais n.ºs 23 ao 28 encontram-se individualizadamente definidos em: <https://www.fundacaorenova.org/socioambientais/>. Acesso em: jun. 2019.
Ademais, no endereço eletrônico apontado acima, ainda podem ser encontradas informações sobre o objetivo, as etapas, o andamento, os principais indicadores, além de perguntas frequentes e notícias de cada programa.
Ao todo o TTAC possui 42 programas, 22 socioeconômicos (1 ao 22) e 20 socioambientais (23 ao 42).

[317] Os programas socioambientais n.ºs 29 ao 34 encontram-se individualizadamente definidos em: <https://www.fundacaorenova.org/socioambientais/>. Acesso em: jun. 2019.
Ademais, no endereço eletrônico apontado acima, ainda podem ser encontradas informações sobre o objetivo, as etapas, o andamento, os principais indicadores, além de perguntas frequentes e notícias de cada programa.

Programas de Regularização Ambiental; 41. Gerenciamento dos Programas Socioambientais: objetiva o monitoramento dos programas socioambientais, incluindo sistemas de informação e banco de dados e 42. Ressarcimento dos Gastos Públicos Extraordinários: almeja ressarcir os compromitentes pelos gastos públicos extraordinários decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.[318]

3.1.6 Do tratamento exaustivo do evento e seus efeitos: a extinção da ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400 e de outras demandas com objeto conexo

O TTAC ainda foi celebrado pelos compromitentes e pelas compromissárias com o fito de tratar exaustivamente o Desastre do Rio Doce e os efeitos dele decorrentes. Destarte, acordaram pela extinção da ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400, outrora ajuizada pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais em face das empresas responsáveis pelo evento, assim como de outras demandas presentes ou futuras, propostas por quaisquer legitimados, com objeto conexo. O Termo "visa a por fim ao litígio por ato voluntário das partes", uma vez que "a autocomposição é a forma mais célere e efetiva para resolução da controvérsia, não implicando assunção de responsabilidade pelo EVENTO".[319]

De tal maneira, as partes esclarecem que o TTAC poderia ser "apresentado nos autos das ações judiciais que tenham por objeto qualquer obrigação decorrente do EVENTO e prevista neste Acordo, com a finalidade de buscar a resolução ou reunião de ações ajuizadas". Além disso, salientam que, "para fazer prevalecer as cláusulas e obrigações" previstas no acordo, os compromitentes deveriam manifestar-se nos autos das ações judiciais listadas no anexo colacionado ao final do TTAC e em demais demandas coletivas em curso, inclusive nas que fossem propostas posteriormente, relativas ao evento e com objeto abrangido pelo Termo,

---

[318] Os programas socioambientais n.ºs 35 ao 42 encontram-se individualizadamente definidos em: <https://www.fundacaorenova.org/socioambientais/page/2/>. Acesso em: jun. 2019.
Ademais, no endereço eletrônico apontado acima, ainda podem ser encontradas informações sobre o objetivo, as etapas, o andamento, os principais indicadores, além de perguntas frequentes e notícias de cada programa.

[319] *Ibidem*, p. 3 e 6.

ressalvada a ação civil pública n.º 0043356-50.2015.8.13.0400, em trâmite perante a 2.ª Vara Cível da Comarca de Mariana/MG. Em outra cláusula, os acordantes reconhecerm expressamente que, o TTAC abarca o objeto das ações judiciais referenciadas na listagem anexa, "razão pela qual buscarão sua extinção com resolução do mérito". [320]

3.1.7 Do prazo de vigência e da submissão à homologação judicial

As partes acordantes definiram cláusula de vigência do TTAC:

> **CLÁUSULA 260**: O presente Acordo permanecerá vigente pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo de um ano até a integral execução de todas as obrigações previstas neste Acordo.[321]

No mais, esclareceram que o TTAC seria submetido à homologação judicial para "conferir-lhe eficácia de título executivo", o que resultaria na extinção com resolução de mérito da ação civil pública n.º 0069758-61.2014.4.01.3400, em trâmite perante a 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais. Também previram que todas as divergências de interpretação do acordo seriam submetidas ao dito Juízo federal.[322]

3.2 DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PELO SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

Celebrado o acordo, os compromitentes e as empresas compromissárias, submeteram o TTAC ao Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região e, em 5 de maio de 2016, às 10 horas, no âmbito dos agravos de instrumento n.ºs 0002453-41.2016.4.01.0000, 0002170-18.2016.4.01.0000 e 0002627-50.2016.4.01.0000, que tramitavam perante o TRF-1, em referência à ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400, foi realizada audiência de conciliação entre as partes, presidida pela desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, "com o intuito de alcançar as melhores condições — de forma centralizada, articulada e

---

[320] *Ibidem*, p. 6, 12, 13 e 116.
O anexo referido encontra-se disponível em: *Ibidem*, p. 120-127.
[321] *Ibidem*, p. 117.
[322] *Ibidem*, p. 7, 115 e 116.

transparente — de reparar os danos ambientais e socioeconômicos", então causados pelo Desastre do Rio Doce.[323]

Segundo a coordenadora-geral do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região, por intermédio da audiência de conciliação, buscava-se a elaboração de "roteiro, centralizado e coordenado, para a reparação dos danos ambientais e socioeconômicos, garantindo-se, de outra parte, a gestão, a execução e o financiamento dos programas direcionados a essas reparações" e, no mais, era necessário o "esforço conjunto" e "ações concretas para a solução efetiva dos problemas, com suporte principal na recuperação do meio ambiente e no resgate da cidadania".[324]

Na ocasião, a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e demais órgãos governamentais, autores da ação civil pública acima mencionada, informaram ao Juízo conciliador que as empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. assumiram diversos compromissos voltados para a recuperação e compensação do meio ambiente degradado e restabelecimento das condições socioeconômicas, inclusive para a promoção de assistência social aos atingidos.[325]

Dessa maneira, esclareceram que, a partir de premissas fundamentais, firmaram, via acordo extrajudicial, 39 programas reparatórios e compensatórios dos danos causados pelo rompimento da barragem Fundão, sendo 17 socioambientais e 22 socioeconômicos, bem como definiram a forma pela qual seriam gerenciados, executados e financiados. Na audiência, as partes acordantes apresentaram

---

[323] **Ata da audiência de conciliação e homologação do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta**. 24 p. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/ata-audiencia-homologacao-acordo.pdf>. Acesso em: jun. 2019.
Essa audiência foi designada pela coordenadora-geral do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região, Maria do Carmo Cardoso, em razão de petição recebida em 30 de abril de 2016, na qual a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais, autores da ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400, informaram que, "não obstante tenham obtido o deferimento de medidas liminares na referida ação civil pública, celebraram com as empresas rés, no dia 02 de março de 2016, acordo extrajudicial (Termo de Transação e Ajustamento de Conduta), com o intuito de estabelecer a forma, a metodologia e o cronograma de execução das ações reparatórias, além de prever medidas adicionais compensatórias para a sociedade": *Ibidem*, p. 3.
Estiveram presentes na audiência, a União, o Ibama, o ICMbio, a ANA, o DNPM, a Funai, o Estado de Minas Gerais, o IEF, o Igam, a Feam, o Estado do Espírito Santo, o Iema, o Idaf, a AGERH, as empresas rés, Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., o MPF e o MPES: *Ibidem*, p. 1 e 2.
[324] *Ibidem*, p. 3.
[325] *Ibidem*, p. 3.

sinteticamente os termos do TTAC, todavia, em sede de negociações, promoveram 7 alterações no texto primário do acordo.[326]

[326] *Ibidem*, p. 3-12, 19 e 20.
Preferiu-se elencar as ditas mudanças em nota de rodapé, a fim de que conferir mais fluidez ao texto. São elas:
"a) Incluir a cláusula 170-A com o seguinte texto:
CLÁUSULA 170-A: Os recursos previstos nas Cláusulas 169 e 170 deverão ser depositados em fundo especial específico, constituído pela FUNDAÇÃO, que deverá ser permanentemente fiscalizado pelos Ministérios Públicos Federal e Estaduais, bem como pelos Órgãos de Controle Interno dos Estados.
b) Alterar a Seção IV, para constar o subtítulo: "REVISÃO DOS PROGRAMAS E DO LIMITE DE GASTOS GLOBAL".
c) Incluir texto na Cláusula 203, da seguinte forma:
CLÁUSULA 203: A cada 3 (três) anos da assinatura deste ACORDO, a FUNDAÇÃO fará a revisão de todos os PROGRAMAS e do LIMITE DE GASTOS GLOBAL, nos termos deste acordo, sem prejuízo das limitações estipuladas nas cláusulas 169, 170 e 232, de forma a buscar e mensurar a efetividade das atividades de reparação e compensação e submeterá ao COMITÊ INTERFEDERATIVO.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a FUNDAÇÃO, a AUDITORIA INDEPENDENTE ou o COMITÊ INTERFEDERATIVO, a qualquer tempo, verifiquem, com fundamentos em parâmetros técnicos, que os PROGRAMAS e o LIMITE DE GASTOS GLOBAL, nos termos deste acordo, são insuficientes para reparar, mitigar ou compensar os impactos decorrentes do EVENTO, a FUNDAÇÃO deverá revisar e readequar os termos, metas e indicadores destes PROGRAMAS, bem como realocar recursos entre os PROGRAMAS após aprovação pelo COMITÊ INTERFEDERATIVO, e/ou solicitar aporte suplementar de recursos, justificadamente, que, caso aprovado pelo Comitê Interfederativo, permitira a revisão do presente acordo.
d) **CLÁUSULA 226:** A SAMARCO MINERAÇÃO S/A, com responsabilidade subsidiária da VALE S/A e da BHP BILLITON BRASIL LTDA, deverá realizar aportes anuais no curso dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, nos montantes definidos abaixo, sempre em observância aos termos estabelecidos nos parágrafos desta cláusula e cláusulas seguintes:
I. Exercício de 2016: aporte de R$ 2.000,000.000,00 (dois bilhões de reais);
II. Exercício de 2017: aporte de R$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais);
III. Exercício de 2018: aporte de R$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais).
e) Dar nova redação ao parágrafo primeiro da cláusula 242, da seguinte forma:
PARÁGRAFO PRIMEIRO: O COMITÊ INTERFEDERATIVO será uma instância externa e independente da FUNDAÇÃO, formado exclusivamente por representantes do PODER PÚBLICO, entre os quais 01 (um) integrante do Tribunal de Contas da União e 01 (um) membro de cada um dos Tribunais de Contas dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.
f) Alterar a cláusula 253 e seu parágrafo único, para que conste o seguinte texto:
CLÁUSULA 253: Homologado o acordo, o Processo n.º 69758 61.2015.4.01.3400, em trâmite na 12.ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, será suspenso até a conclusão das obrigações acordadas.
PARÁGRAFO ÚNICO: A homologação do presente Acordo e o consequente cumprimento das obrigações nele estabelecidas resolverão e porão fim às disputas presentes ou futuras, entre as partes, atinentes ao objeto do processo n.º 69758- 61.2015.4.01.3400, em trâmite na 12.ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais.
g) Alterar a cláusula 258 para que conste o seguinte texto:
CLÁUSULA 258: Divergências de interpretação decorrentes desse Acordo serão submetidas ao Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região". Conforme: *Ibidem*, p. 19 e 20.
Vale registrar que o item 3.1, deste trabalho, apresentou a versão definitiva do TTAC, no bojo do qual foram firmados 42 programas reparatórios e compensatórios dos danos causados pelo rompimento da barragem Fundão, sendo 22 socioeconômicos e 20 socioambientais.
Ademais, se compararmos a alteração promovida pelos acordantes no parágrafo 1.º, da cláusula 242, conforme indicado na ata da audiência de conciliação e o mesmo parágrafo e cláusula na versão definitiva do TTAC, observa-se que os membros dos Tribunais de Contas da União e dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo não mais integram o Comitê Interfederativo. Senão, vejamos:
"e) Dar nova redação ao parágrafo primeiro da cláusula 242, da seguinte forma: **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O COMITÊ INTERFEDERATIVO será uma instância externa e independente da FUNDAÇÃO, formado exclusivamente por representantes do PODER PÚBLICO, *entre os quais 01*

Assim sendo, com fulcro no princípio da autonomia da vontade e na pacificação social, uma vez a conciliação das partes, nos termos do artigo 139, inciso V, do CPC/2015, a coordenadora-geral do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região homologou o TTAC na forma celebrada em audiência, suspendeu a ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400 até o cumprimento das obrigações acordadas, bem como declarou extintos, em virtude da perda do objeto, os recursos de agravo de instrumento n.ºs 0002453-41.2016.4.01.0000, 0002170-18.2016.4.01.0000 e 0002627-50.2016.4.01.0000.[327]

Ademais, determinou o encaminhamento de ofício aos presidentes dos Tribunais de Contas da União e dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, a fim de que indicassem membros para compor o Comitê Interfederativo e, a pedido do MPF e do MPES, deferiu o prazo de 60 dias para se manifestarem acerca dos termos do acordo, então homologado.[328]

(um) integrante do Tribunal de Contas da União e 01 (um) membro de cada um dos Tribunais de Contas dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo". Segundo: **Ata da audiência de conciliação e homologação do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/ata-audiencia-homologacao-acordo.pdf>. Acesso em: jun. 2019. p. 20.

"CLÁUSULA 242: Será constituído um COMITÊ INTERFEDERATIVO cujas atribuições estão definidas no presente Acordo. PARÁGRAFO PRIMEIRO: O COMITÊ INTERFEDERATIVO será uma instância externa e independente da FUNDAÇÃO, formado exclusivamente por representantes do PODER PÚBLICO": **Termo de transação e de ajustamento de conduta**. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: mai. 2019. p. 108.

Também interessante comparar a cláusula 258 nas duas versões apontadas acima:

"g) Alterar a cláusula 258 para que conste o seguinte texto: **CLÁUSULA 258:** Divergências de interpretação decorrentes desse Acordo serão submetidas ao *Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região*": **Ata da audiência de conciliação e homologação do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/ata-audiencia-homologacao-acordo.pdf>. Acesso em: jun. 2019. p. 20.

"CLÁUSULA 258: Divergências de interpretação decorrentes desse Acordo serão submetidas ao Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais": **Termo de transação e de ajustamento de conduta**. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: mai. 2019. p. 116.

[327] *Ibidem*, p. 20 e 21.

Conforme o artigo 139, inciso V, do CPC/2015: "Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: V - promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: jun. 2019.

[328] *Ibidem*, p. 21.

3.3 DOS PROBLEMAS DIAGNOSTICADOS NOS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO, CELEBRAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

3.3.1 Da interposição de Embargos de Declaração pelo Ministério Público Federal: os fundamentos para suspensão da eficácia da decisão que homologou o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta

Diante da decisão de homologação judicial do TTAC e da abertura do prazo de 60 dias pela coordenadora-geral do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da Primeira Região para manifestação ministerial, o MPF, com referência aos recursos de agravo de instrumento n.ºs 0002453-41.2016.4.01.0000, 0002627-50.2016.4.01.0000 e 0002170-18.2016.4.01.0000 e ao processo originário n.º 0069758-61.2015.4.01.3400 e tendo por fundamento legal os artigos 1.022, incisos I e II e 1.026, parágrafo primeiro, do CPC/2015, interpôs, em 16 de maio de 2016, Embargos de Declaração com efeitos infringentes, em face das embargadas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., porquanto embora apoiasse integralmente a solução consensual do conflito, existiam, no entendimento do MPF, 13 fundamentos para suspensão da eficácia da decisão homologatória.[329]

3.3.1.1 Da falta de legitimidade adequada da Advocacia Pública para transacionar os direitos coletivos *lato sensu* dos atingidos pelo Desastre do Rio Doce

Segundo o MPF, à Advocacia Pública cabe a realização de atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, de acordo com o que determinam os artigos 131 e 132, da CRFB/1988.[330]

Desse modo, ao ajuizar a ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400 em nome próprio ou na qualidade de representante do Poder Executivo, pleiteando em Juízo, direitos coletivos e individuais homogêneos das pessoas atingidas e, após, por intermédio da celebração do TTAC, nos autos da demanda ora referida,

---

[329] **Embargos de declaração proposto pelo MPF em razão da homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento Conduta**. 49 p. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/docs/embargos_declaracao_-no-2-2016-mariana-samarco.pdf>. Acesso em: jun. 2016.

[330] *Ibidem*, p. 14.

transacionar tais direitos sem ao menos ouvir as reivindicações da população impactada ou garantir por outros meios a sua participação na confecção do acordo, a Advocacia Pública careceu de pressuposto fundamental, qual seja, a legitimidade adequada.[331]

Assim sendo, tais motivos justificam tanto a nulidade do acordo firmado quanto da decisão judicial homologatória.[332]

3.3.1.2 Da ausência de participação da população atingida pelo Desastre do Rio Doce e de intervenção do Ministério Público e da Defensoria Pública nos processos de negociação, celebração e homologação do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta

Outro problema verificado no TTAC pelo MPF consistiu na ausência de participação dos milhares de cidadãos direta e indiretamente atingidos pelo Desastre do Rio Doce, assim como dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e de intervenção do Ministério Público e da Defensoria Pública, ambos colegitimados à propositura da ação civil pública, nos processos de negociação, celebração e homologação do acordo.[333]

Segundo o MPF, todas as negociações entre a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, órgãos governamentais e as empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. foram conduzidas em Brasília, "sem que fosse franqueada à sociedade, individualmente ou por meio de movimentos sociais organizados, a participação efetiva no processo".[334]

Ademais, a homologação do TTAC também ocorreu de maneira distante dos impactados, bem como limitou a participação dos outros legitimados ativos, os quais "manifestaram interesse em intervir na relação jurídico-processual originalmente em curso na 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais".[335]

O MPF informou que "não foi realizada qualquer audiência pública ou ato congênere visando a dialogar com os atingidos, ouvir suas necessidades e exigências", com o fito de firmar um acordo que atendesse tais pretensões. Diante

[331] *Ibidem*, p. 14 e 15.
[332] *Ibidem*, p. 15.
[333] *Ibidem*, p. 15 e 16.
[334] *Ibidem*, p. 15.
[335] *Ibidem*, p. 16.

disso, o órgão ministerial questionou os motivos que levaram o Poder Público a celebrar o TTAC, sem ao menos considerar as reivindicações da população impactada, visto que a sua efetiva participação e verdadeira influência são de suma importância no processo decisório coletivo ambiental. [336]

Situação grave foi a enfrentada pelos povos indígenas e comunidades tradicionais, uma vez que não foram respeitados em seu direito de consulta livre, prévia e informada, consoante determina o artigo 6.º, da Organização Internacional do Trabalho (OIT); pelo contrário, as partes acordantes negociaram questões de seu interesse direto.[337]

Desse modo, eivados de nulidade, os processos de negociação, celebração e homologação do TTAC deveriam ser revistos, porquanto violaram os Princípios Democrático, previsto no artigo 1.º, *caput*, da CRFB/1988 e do Devido Processo Legal, segundo o artigo 5.º, inciso LIV, da CRFB/1988, bem como os dispositivos 5.º e 22, da Lei n.º 9.985/2000, 31 a 34, da Lei n.º 9.784/1999 e 6.º, da Convenção n.º 169, da OIT, além do Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.[338]

---

[336] *Ibidem*, p. 15 e 16.
O órgão ministerial federal, na ocasião, ressalvou: "há notícia de que houve a realização de uma única reunião, na qual houve a participação de movimentos sociais e de todos os atores do Poder Público que estão efetivamente conduzindo as negociações. O encontro ocorreu no dia 29.02.2016, quando o acordo já estava concluído quase na integralidade, e logo após o Movimento dos Atingidos por Barragens ter realizado sonoro protesto diante da Justiça Federal de Belo Horizonte contra as negociações": *Ibidem*, p. 16 e 17.
[337] *Ibidem*, p. 17.
[338] *Ibidem*, p. 15 e 16.
Segundo os artigos 1.º, *caput* e 5.º, inciso LIV, ambos da CRFB/1988:
"Art. 1.º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos".
"Art. 5.º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal". Conforme: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: jun. 2019.
Já os dispositivos 5.º e 22, da Lei n.º 9.985/2000, salientam:
"Art. 5.º O SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) será regido por diretrizes que: II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação; III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação; IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação".
"Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público. § 2.º. A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento. § 3.º. No processo de consulta de que trata o § 2.º, o Poder Público é

3.3.1.3 Da violação aos limites subjetivos da lide: o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta como instrumento de garantia mínima à mitigação, reparação e compensação dos danos decorrentes do Desastre do Rio Doce e não como mecanismo de transação exaustivo

---

obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas. § 6.º. A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2.º deste artigo". Conforme: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: jun. 2019.

Preconizam os artigos 31 a 34, da Lei n.º 9.784/1999:

"Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada. § 1.º. A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas. § 2.º. O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais".

"Art. 32. Antes da tomada de decisão, a Juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo".

"Art. 33. Os órgãos e entidades administrativas, em matéria relevante, poderão estabelecer outros meios de participação de administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas".

"Art. 34. Os resultados da consulta e audiência pública e de outros meios de participação de administrados deverão ser apresentados com a indicação do procedimento adotado". Conforme: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm>. Acesso em: jun. 2019.

Diz o artigo 6.º da Convenção n.º 169, da OIT: "Artigo 6.º. 1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes; c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim. 2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas". Conforme: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: jun. 2019.

O Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento informa: **"**A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos". Conforme: **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_Rio_Meio_Ambiente_Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: jun. 2019. p. 2.

O MPF, ao analisar os termos do acordo, verificou que o TTAC foi concebido pelos compromitentes e pelas empresas compromissárias como mecanismo de transação exaustiva em relação ao evento e aos efeitos dele decorrentes, razão pela qual extinguiriam a ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400, ajuizada pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e demais órgãos governamentais e, ainda, outras demandas conexas, presentes ou futuras, propostas por quaisquer legitimados. Nessa linha, de antemão, listaram, ao final, as ações judiciais em que os compromitentes já deveriam manifestar-se, a fim de "fazer prevalecer as cláusulas e obrigações" previstas no acordo. Contudo, o TTAC poderia ser apresentado em qualquer processo que versasse sobre obrigação oriunda do evento.[339]

Destarte, o órgão ministerial federal concluiu que, na forma convencionada pelas partes, o TTAC "não se presta à tutela adequada dos direitos coletivos afetados pelo evento". Num primeiro momento, pois tem a pretensão de ser exaustivo com despeito a "um caso concreto cercado de complexidades e incertezas", visto não haver, na ocasião, diagnóstico preciso acerca dos diversos impactos provocados, e sim, tão somente, laudos preliminares, então elaborados pelo Poder Público e pelas empresas compromissárias, os quais afirmaram a necessidade de aprofundamento dos estudos. E, em segundo plano, devido à

---

[339] *Ibidem*, p. 17-20.
Essas questões foram devidamente tratadas no item 3.1.6 deste trabalho.
Abaixo seguem trechos do TTAC acerca dos fatos supra-apresentados:
"CONSIDERANDO que as partes, por meio de transação que será exaustiva em relação ao EVENTO e seus efeitos, pretendem colocar fim a esta ACP e a outras ações, com objeto contido ou conexo a esta ACP, em curso ou que venham a ser propostas por quaisquer agentes legitimados;
CONSIDERANDO que o presente Acordo poderá ser utilizado para os devidos fins de direito e ser apresentado nos autos das ações judiciais que tenham por objeto qualquer obrigação decorrente do EVENTO e prevista neste Acordo, com a finalidade de buscar a resolução ou reunião de ações ajuizadas;
CONSIDERANDO que os COMPROMITENTES manifestar-se-ão nos autos das ações judiciais listadas no ANEXO e demais ações coletivas que venham a ser propostas relativas ao EVENTO, desde que tenham objeto abrangido pelo presente ACORDO, para fazer prevalecer as cláusulas e obrigações presentes neste ACORDO;
CLÁUSULA 03: As partes reconhecem expressamente que o objeto das ações judiciais listadas no ANEXO, ajuizadas pelo PODER PÚBLICO, está abrangido pelo presente Acordo, razão pela qual buscarão sua extinção com resolução do mérito, nos termos da CLÁUSULA 254.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os COMPROMITENTES manifestar-se-ão nos autos das ações judiciais listadas no ANEXO e demais ações coletivas existentes, além das que venham a ser propostas relativas ao EVENTO, desde que tenha objeto abrangido pelo presente ACORDO, para fazer prevalecer as cláusulas e obrigações presentes neste ACORDO.
PARÁGRAFO SEGUNDO: Não se aplica o disposto no Parágrafo Primeiro à Ação Civil Pública 0043356-50.2015.8.13.0400, distribuída originalmente à 2.ª Vara Cível de Mariana/MG". Conforme: Termo de transação e de ajustamento de conduta. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: mai. 2019. p. 6, 12 e 13.

necessidade de estabelecer ambiente sinérgico entre os colegitimados coletivos, com o fito de maximizar a defesa judicial e extrajudicial dos atingidos e, não, dificultar o acesso à justiça.[340]

Diante disso, tendo em vista que o processo coletivo rege-se pela legitimação concorrente e disjuntiva, de modo que outros autores poderiam identificar necessidades diversas daquelas previstas no TTAC e, assim sendo, divergirem quanto à solução mais adequada, o MPF esclareceu que, para tutela efetiva dos direitos coletivos violados pelo Desastre do Rio Doce, o acordo outrora firmado somente seria válido, se tratado como instrumento de garantia mínima à mitigação, reparação e compensação dos danos causados, isto é, "um piso de garantias da execução de programas e de aporte de recursos financeiros", já que nesses moldes a atuação dos demais legitimados coletivos na defesa da população atingida não restaria prejudicada.[341]

---

[340] *Ibidem*, p. 17 e 19-21.
"Por ter acompanhado as negociações, é possível ao MPF identificar que a referida cláusula foi inserida no acordo a pedido das empresas, que pretendem, agora em comum acordo com o Poder Público, dificultar o acesso dos demais colegitimados junto ao Poder Judiciário, em demandas que tenham relação com o evento e seus efeitos, o que será viabilizado por meio da intervenção da União (ocasionando o deslocamento de competência para a Justiça Federal), com consequente requerimento de extinção dos feitos": *Ibidem*, p. 18 e 19.
"Na própria redação do acordo fica patenteada a incerteza que ainda paira sobre os efeitos do evento, como, por exemplo, nos *considerando* que se utilizam de expressões como "considerando os impactos que venham a ser identificados" em relação a pescadores, agricultores, areeiros, segmentos econômicos, comunidades indígenas e demais povos, comunidades e populações tradicionais, patrimônio histórico e cultural. Há, inclusive, cláusulas em que os compromitentes assumem obrigações condicionadas à realização de prévio diagnóstico e constatação de danos": *Ibidem*, p. 19 e 20.
Tal situação pode ser constatada na página 5, do TTAC. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: jun. 2019.
[341] *Ibidem*, p. 17, 20 e 21.
De acordo com o MPF: "A lógica é a de que tanto maior seria a proteção, quanto maior fosse a quantidade de instituições com legitimidade adequada": *Ibidem*, p. 20.
"A resposta já é de há muito tempo oferecida por MAZZILI, quando defende que os Termos de Compromisso devem ser interpretados como 'garantia mínima'. Citamos: Como o objeto do compromisso de ajustamento são interesses transindividuais, dos quais o órgão público que o toma não é titular, não podendo, pois, transigir sobre direitos que não lhe pertencem, sua natureza é de garantia mínima em favor do grupo lesado (não poderia constituir limitação máxima a direitos de terceiros). Nada impede que os indivíduos peçam em Juízo reparações mais amplas, ou até mesmo de outra natureza, do que aquelas ajustadas entre o órgão público (tomador) e o causador do dano (compromitente). Da mesma forma, nada impede que os colegitimados à ACP façam em Juízo pedido mais amplo ou diverso do que a solução já obtida por meio do compromisso já firmado [...]. Não feriria o princípio da segurança jurídica admitir que o compromisso de ajustamento de conduta não põe termo ao litígio? Essa questão seria mais própria se se tratasse de vera e própria transação do Direito Civil. Em se tratando de direitos que não pertencem ao órgão público lesado, ele não poderia deles abrir mão, e com isso vincular o grupo lesado, sob pena de flagrante inconstitucionalidade": *Ibidem*, p. 20 e 21.

3.3.1.4 Do descumprimento do princípio do poluidor-pagador: o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta não tutela suficiente e adequadamente os direitos coletivos *lato sensu* violados

De acordo com o MPF, o TTAC desrespeita o princípio do poluidor-pagador, fundamentado nos artigos 225, parágrafo 3.º, da CRFB/1988 e 14, parágrafo 1.º, da Lei n.º 6.938/1981 e no Princípio 16 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, já que não é suficiente e adequado à tutela integral dos direitos coletivos violados pelo Desastre do Rio Doce.[342]

Desse princípio, decorre a obrigação de o agente poluidor reparar integralmente os danos causados por sua atividade econômica, independentemente da comprovação de culpa e, ainda, internacionalizar os custos sociais negativos oriundos dela.[343]

Nos subitens a seguir, o órgão ministerial federal elencou tais contrariedades.

---

[342] *Ibidem*, p. 21.
Conforme os artigos 225, parágrafo 3.º, da CRFB/1988 e 14, parágrafo 1.º, da Lei n.º 6.938/1981:
"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. [...]. § 3.º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: jun. 2019.
"Art. 14. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores: [...]. § 1.º. Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm>. Acesso em: jun. 2019.
O Princípio 16 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento preconiza: "As autoridades nacionais devem procurar promover a internacionalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, tendo em vista a abordagem segundo a qual o poluidor deve, em princípio, arcar com o custo da poluição, com a devida atenção ao interesse público e sem provocar distorções no comércio e nos investimentos internacionais": **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_Rio_Meio_Ambiente_Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: jun. 2019. p. 3.
[343] *Ibidem*, p. 21.

3.3.1.4.1 Da limitação de aportes financeiros a serem realizados pelas empresas responsáveis pelo Desastre do Rio Doce para a adoção de medidas reparatórias e compensatórias dos danos verificados

O MPF questionou que as partes acordantes impuseram limites financeiros para reparação e compensação dos danos causados pelo Desastre do Rio Doce, o que o levou a demonstrar a sua discordância por diversas vezes:

> Em diversas ocasiões foi requerido que o Poder Público apresentasse a metodologia utilizada para se chegar ao valor inicialmente apurado de vinte bilhões de reais, contudo até o presente momento não houve resposta satisfatória. O acompanhamento das negociações deixou bem claro que a velocidade injustificável que ditou o ritmo dos trabalhos inviabilizou que a melhor técnica pudesse ser adotada, de forma a respeitar a cronologia lógica a ser observada em casos de danos ambientais, qual seja: num primeiro momento, realiza-se um diagnóstico preciso e completo sobre os efeitos danosos do evento; num segundo momento identifica-se o que é passível de reparação *in situ*; não sendo possível a reparação, valora-se economicamente o que não pode retornar ao estado anterior, a fim de que haja compensação ecológica por equivalente ou em pecúnia. Tudo isso sem prejuízo da quantificação de outras rubricas devidas pelos poluidores, como as decorrentes dos danos extrapatrimoniais coletivos e lucros cessantes ambientais. Ora, no caso concreto, não há nem mesmo um diagnóstico definitivo dos danos ambientais verificados. Não havendo diagnóstico, não é nem mesmo possível, no presente momento, identificar o que é passível de reparação e o que deve ser compensado. Não houve nem mesmo o controle, por parte das empesas, do carreamento de rejeitos do Complexo de Mariana para o Rio Gualaxo do Norte e sua consequente dispersão na calha do Rio Doce. E, mesmo assim, os compromitentes estabelecem limites de aportes para as empresas no patrimônio da Fundação idealizada para o planejamento e execução dos programas de recuperação socioeconômica e socioambiental. A inversão acima mencionada foi motivo de preocupação externada diversas vezes até mesmo pelos representantes das empresas, em reuniões com o MPF e com o Poder Público. Como negociar exaustivamente, com definição de limites de gastos e de aportes, quando não se sabe nem mesmo com precisão as características do dano?[344]

Num segundo momento, após analisar as cláusulas que tratam da formação do patrimônio da Fundação, o órgão ministerial federal identificou contrariedades, visto que as partes acordaram que, no ano de 2016, os aportes financeiros ajustados sofreriam abatimento do montante já dispendido pela mineradora Samarco S/A para custear medidas decorrentes dos acordos celebrados com o *Parquet*, bem como aquelas procedentes de determinação judicial.[345]

Sendo assim, no ano citado, foi aportado menos de um bilhão de reais, quando no bojo do TTAC foi previsto o depósito anual de quatro bilhões e

[344] *Ibidem*, p. 22 e 23.
[345] *Ibidem*, p. 23-26.

quatrocentos milhões de reais nos três primeiros anos de vigência do acordo. No mais, o MPF informou que, a partir do ano de 2019, os aportes não tinham valores fixos. Desse modo, questionou:

> Como assegurar que os aportes previstos serão suficientes para que haja a reparação integral dos danos socioeconômicos e socioambientais decorrentes do evento? Bastaria uma cláusula no acordo para resguardar essa hipótese, mas não houve sua inclusão. E, ainda que os valores sejam suficientes para que a reparação ocorra em 15 anos, por que protrair a reparação por tão longo tempo, limitando a eficácia dos programas e a velocidade das ações à limitação anual de aportes? Quais dados técnicos justificam essa decisão? Deve-se levar em conta que, a cada dia em que os danos continuam disseminados, sem que sejam adotadas medidas céleres e efetivas de reparação, a população permanece privada do acesso aos bens coletivos.[346]

De acordo com o *Parquet*, argumentos de natureza econômica, de forma alguma, podem obstar a obrigação de reparar integralmente os danos causados pelo Desastre do Rio Doce, porquanto o que deve sobrepor-se é o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado:

> [...] se o valor de aporte e de gastos negociado entre as partes levou em conta o histórico recente de lucro líquido da Samarco, não se pode perder de vista que os aportes previstos são irrisórios, se considerarmos a pujança financeira da VALE e da BHP, duas das maiores mineradoras do planeta. No caso do maior desastre ambiental do Brasil, qual lógica deverá animar os colegitimados para a tutela dos direitos coletivos: a lógica econômica de *blindagem* patrimonial da VALE e da BHP ou a lógica de maximização da tutela socioambiental?[347]

O MPF ainda questionou que, apesar de as empresas e de o Poder Público, por diversas vezes, terem afirmado que o TTAC não sofreria limitações financeiras no que tange aos gastos com medidas reparatórias, acabaram por incluir no ajuste cláusulas com previsão de “limites de gastos global”, violando, assim, o princípio do poluidor-pagador.[348]

No TTAC, também constam cláusulas que impõem limitação financeira para adoção de medidas compensatórias, a saber, a que estabeleceu teto de quatro bilhões e cem milhões de reais. Na ocasião, conforme informou, o Poder Público tinha a pretensão de implementar políticas públicas, tais como a construção de estações de tratamento de esgoto e centros de tratamento de resíduos sólidos. Todavia, concordou com a imposição de limites.[349]

---

[346] *Ibidem*, p. 26 e 27.
[347] *Ibidem*, p. 27.
[348] *Ibidem*, p. 28 e 29.
[349] *Ibidem*, p. 29 e 30.

Ademais, o órgão ministerial federal apontou a falta de clareza técnica do acordo, assim como de um diagnóstico conclusivo das lesões, tornando-se difícil até identificar “o que seriam medidas reparatórias e o que seriam compensatórias”:

> Como, por exemplo, considerar o *programa de recuperação de nascentes* compensatório, quando o aumento da vazão da calha principal do Rio Doce e dos Rios Gualaxo do Norte e Carmo, com água descontaminada de rejeitos, é medida imprescindível para restauração das propriedades ambientais do ecossistema impactado? Pela própria definição da CLÁUSULA 1, inc. XVIII, do ajustamento, considera-se medida reparatória qualquer ação que tem por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO. Como admitir que o *programa de investigação e monitoramento da Bacia do Rio Doce* tenha caráter compensatório? A necessidade de intensificação do monitoramento da Bacia passou a ser uma realidade em decorrência do dano provocado pela atividade econômica das empresas. Trata-se de consectário lógico da reparação, até que a Bacia recupere suas propriedades anteriores ao evento. [...]. Deve-se enfatizar que, além do limite global para medidas de compensação, os compromitentes aceitaram a limitação anual em valores de R$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) por ano, por um período de 15 (quinze) anos a partir de 2016.[350]

Portanto, finaliza o *Parquet* que as medidas reparatórias e compensatórias foram definidas sem amparo técnico, bem como a elas foram impostas limitações financeiras, não obedecendo à lógica da garantia mínima, e mormente ao princípio do poluidor-pagador.[351]

3.3.1.4.2 Da vulneração da garantia de responsabilização solidária dos agentes poluidores diretos e indiretos em razão do tratamento diferenciado concedido às empresas Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda.

O *Parquet* explicou que o TTAC concedeu tratamento diferenciado às empresas Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., haja vista que considerou serem responsáveis subsidiárias pela execução das obrigações impostas em desfavor da mineradora Samarco S/A.[352]

A própria cláusula 226, outrora acordada na audiência de conciliação, atribuiu às sócias controladoras a responsabilidade subsidiária no que diz respeito aos aportes financeiros anuais para a Fundação.[353]

---

[350] *Ibidem*, p. 30 e 31.
[351] *Ibidem*, p. 31.
[352] *Ibidem*, p. 32.
[353] *Ibidem*, p. 33.

Todavia, o Poder Público, no bojo da ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400, já havia reconhecido a empresa Vale S/A como poluidora direta, sendo, então, igualmente corresponsável pelos danos causados, de modo que apenas a responsabilidade da empresa BHP Billiton Brasil Ltda. decorreria do fato de ser sócia controladora da Samarco Mineração S/A.[354]

Todas elas, direta ou indiretamente responsáveis pelo Desastre do Rio Doce, são solidárias, porquanto a responsabilidade ambiental é objetiva e solidária:

> Em relação à Vale, poluidora direta no caso concreto, não há razão jurídica para que a mesma receba tratamento diferenciado da Samarco no acordo. A responsabilização solidária dos poluidores é garantia imprescindível para a tutela do meio ambiente, com previsão legal e amplo reconhecimento pelos tribunais superiores. Qual o fundamento para que o Poder Público, por meio de ajustamento de conduta que pretende tutelar o meio ambiente, fragilize uma das maiores garantias de reparação do dano? Ademais, mesmo em relação à BHP, cuja responsabilidade decorreria do fato de ser poluidora indireta ou da aplicação da desconsideração da personalidade jurídica da SAMARCO, na forma do art. 4.º da Lei n.º 9.605/1998, não haveria razão para o estabelecimento de qualquer espécie de subsidiariedade, uma vez que nosso ordenamento a ela estende a solidariedade da obrigação como mecanismo de garantia da reparação do meio ambiente.[355]

Ante o exposto, o tratamento diferenciado despendido às empresas Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. viola o princípio do poluidor-pagador.[356]

---

[354] *Ibidem*, p. 31 e 32.

[355] *Ibidem*, p. 32 e 33.

"AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO CAUSADO AO MEIO AMBIENTE. LEGITIMIDADE PASSIVA DO ENTE ESTATAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RESPONSÁVEL DIRETO E INDIRETO. SOLIDARIEDADE. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO. ART. 267, IV, DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 E 356 DO STF.

[...]. 5. Assim, independentemente da existência de culpa, o poluidor, ainda que indireto (Estado-recorrente) (art. 3.º da Lei n.º 6.938/81), é obrigado a indenizar e reparar o dano causado ao meio ambiente (responsabilidade objetiva). 6. Fixada a legitimidade passiva do ente recorrente, eis que preenchidos os requisitos para a configuração da responsabilidade civil (ação ou omissão, nexo de causalidade e dano), ressalta-se, também, que tal responsabilidade (objetiva) é solidária, o que legitima a inclusão das três esferas de poder no polo passivo na demanda, conforme realizado pelo Ministério Público (litisconsórcio facultativo). (STJ, REsp. 0195400-5. Rel. Min. Castro Meira, DJ. 22/08/2005).

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RESPONSÁVEL DIRETO E INDIRETO PELO DANO CAUSADO AO MEIO AMBIENTE. SOLIDARIEDADE. HIPÓTESE EM QUE SE CONFIGURA LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO E NÃO LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO.

I - a ação civil pública pode ser proposta contra o responsável direto, contra o responsável indireto ou contra ambos, pelos danos causados ao meio ambiente. Trata-se de caso de responsabilidade solidária, ensejadora do litisconsórcio facultativo (CPC, art. 46, I) e não do litisconsórcio necessário (CPC, art. 47). (STJ, REsp. 37.354-9/SP. Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, 30/08/1995)": *Ibidem*, p. 33.

[356] *Ibidem*, p. 33.

3.3.1.4.3 Da desconsideração da responsabilidade solidária do Poder Público na reparação e compensação dos danos ocasionados: a prevenção de danos por meio do dever-poder de controle e fiscalização ambiental

Conforme preconiza o *Parquet*, o Estado brasileiro concorreu juntamente com as empresas corresponsáveis pelo Desastre do Rio Doce para a ocorrência dos danos constatados. Isso se deu, pois, em razão de suas competências ambientais, tinha o dever-poder legal de evitar tais lesões, mediante o controle e fiscalização ambiental (artigos 23, incisos VI e VII, 170, inciso VI e 225, da CRFB/1988; artigos 2.º, incisos I e V e 6.º, da Lei n.º 6.938/1981 e da Lei n.º 9.605/1998).[357]

Contudo, não tendo sido possível ao Estado brasileiro evitá-las, deveria, então, ter adotado ações para pronta mitigação e/ou recuperação dos danos verificados. A esse respeito, continua o MPF:

> No caso do rompimento da barragem de Fundão, o que até agora foi apurado já demonstra que, para a ocorrência de um dano desta monta, concorreram falhas, não só do particular explorador da atividade, mas do Estado brasileiro, ao permitir que a atividade fosse desenvolvida dentro de parâmetros de segurança, tais que fossem incapazes de impedir a ocorrência do maior desastre ambiental do país. O Estado brasileiro tinha o dever de evitar a ocorrência do dano e sua omissão guarda inegável nexo de causalidade com o resultado danoso verificado.[358]

O órgão ministerial federal, na oportunidade, colaciona precedente do STJ que, em sede de recursos repetitivos, definiu "que a responsabilidade objetiva decorrente de danos ambientais opera-se na modalidade risco integral, não havendo que se cogitar de configuração de causas excludentes do dever de indenizar".[359]

---

[357] *Ibidem*, p. 34-36.
[358] *Ibidem*, p. 34.
[359] *Ibidem*, p. 34.
"RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. DANOS DECORRENTES DO ROMPIMENTO DE BARRAGEM. ACIDENTE AMBIENTAL OCORRIDO, EM JANEIRO DE 2007, NOS MUNICÍPIOS DE MIRAÍ E MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS. TEORIA DO RISCO INTEGRAL. NEXO DE CAUSALIDADE. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar; b) em decorrência do acidente, a empresa deve recompor os danos materiais e morais causados e c) na fixação da indenização por danos morais, recomendável que o arbitramento seja feito caso a caso e com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico do autor, e, ainda, ao porte da empresa, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, de modo que, de um lado, não haja enriquecimento sem causa de quem recebe a indenização e, de outro, haja efetiva compensação pelos danos morais experimentados por aquele que fora lesado. [...]. (REsp 1374284/MG, Rel.

Em virtude do conceito amplo de poluidor, nos termos do artigo 3.º, inciso IV, da Lei n.º 6.938/1981, é possível a responsabilização do Estado. Dessarte, salientou o órgão ministerial federal:

> O entendimento aqui construído é corroborado pela jurisprudência do STJ que, no julgamento do REsp 1.071.741, confirmou a responsabilização objetiva do Estado nos casos de danos ambientais nas seguintes hipóteses: (i) quando a responsabilização objetiva do ente público decorrer de expressa previsão legal, em microssistema especial, como na proteção do meio ambiente (Lei n.º 6.938/1981, art. 3.º, IV, c/c o art. 14, § 1.º); e (ii) quando as circunstâncias indicarem a presença de um *standard* ou dever de ação estatal mais rigoroso do que aquele que jorra, consoante a construção doutrinária e jurisprudencial, do texto constitucional.[360]

O MPF ressalvou que a responsabilidade do Estado brasileiro "é mitigada na jurisprudência pelo benefício da execução subsidiária". Ademais, pontuou: "trata-se de pertinente medida que objetiva não transferir para toda a coletividade, por meio do pagamento de tributos, o ônus financeiro decorrente da atividade poluidora de particulares".[361]

Entretanto, conquanto isso, no TTAC, o Poder Público não assumiu qualquer responsabilidade no que tange aos programas socioeconômicos e socioambientais, ocasião em que tais obrigações foram repassadas para a Fundação instituída.[362]

3.3.1.4.4 Da indevida utilização da Fundação Renova como interposta pessoa: a burocratização do processo decisório e dificuldade na formulação de reivindicações pela população atingida e pela coletividade

O MPF elencou três situações previstas no TTAC que acabam por não atender aos direitos dos impactados e à tutela integral do meio ambiente devastado. O primeiro deles se trata dos valores ínfimos dos aportes anuais mencionados no TTAC, se comparados com a capacidade econômica das empresas compromissárias responsáveis por seu recolhimento.[363]

Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/08/2014, DJe 05/09/2014)": *Ibidem*, p. 34 e 35.

[360] *Ibidem*, p. 35.

"Art. 3.º. Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: [...]. IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938compilada.htm>. Acesso em: jul. 2019.

[361] *Ibidem*, p. 36.

[362] *Ibidem*, p. 37.

[363] *Ibidem*, p. 37.

Num segundo momento, o acordo possibilitou que o diagnóstico dos danos, a proposição, o tempo para implementação e definição das prioridades, assim como a validação da adequação dos programas e projetos fossem realizados pelas próprias empresas instituidoras e mantenedoras da fundação, sem o suporte de perícias técnicas independentes.[364]

O terceiro motivo diz respeito ao acréscimo de mais "uma figura", a partir da celebração do TTAC, entre a população atingida e as empresas responsáveis pelo rompimento da barragem Fundão, qual seja, a Fundação Renova. Tal instituição, "estranha à lógica do Direito Ambiental", dificulta que as empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. sejam responsabilizadas diretamente pelo Desastre do Rio Doce.[365]

Desse modo, a sistemática criada pelo acordo, no que tange à elaboração, gestão, execução e financiamento dos programas socioeconômicos e socioambientais e à constituição da fundação "burocratiza o processo decisório e dificulta a formulação de reivindicações dos direitos dos atingidos e da coletividade, e, por óbvio, de seu pronto atendimento e satisfação", sendo totalmente incompatível com os princípios do poluidor-pagador, da reparação integral dos danos causados e da participação.[366]

3.3.1.5 Da insuficiência dos programas socioeconômicos e socioambientais definidos no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta: as severas inconsistências técnicas e a previsão de prazos injustificadamente dilatados

O órgão ministerial federal, ao analisar o TTAC, vislumbrou que os programas socioeconômicos e socioambientais não eram suficientes para reparação integral dos danos causados pelo Desastre do Rio Doce. Isso porque apresentavam "severas inconsistências técnicas no conteúdo", "falhas relacionadas à lógica financeira e de gestão", e, ainda, "prazos extremamente estendidos para sua implementação, sem [...] respaldo científico".[367]

O setor pericial do MPF observou que 10 propostas de programas socioambientais, dentre as 23 constantes no acordo, necessitavam de

[364] *Ibidem*, p. 37 e 38.
[365] *Ibidem*, p. 38.
[366] *Ibidem*, p. 37 e 38.
[367] *Ibidem*, p. 38.

esclarecimentos e/ou ajustes. O TTAC também foi analisado por movimentos sociais representativos dos atingidos, tais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).[368]

A partir de tais análises, foi constatado que o Termo não tratou da proibição da pesca e outras medidas de vigilância sanitária; não previu ações eficazes voltadas à interrupção do carreamento dos rejeitos e à conclusão do reforço das estruturas remanescentes da barragem Fundão; quanto à medida de manejo emergencial da pluma de sedimentos, apresentou insuficiência técnica e prazos injustificadamente dilatados; e não cuidou da destinação ambientalmente adequada dos resíduos de mineração.[369]

No mais, foram encontradas falhas nos programas de reflorestamento, revegetação, recuperação das áreas de preservação permanente degradadas ao longo das faixas marginais dos rios da bacia hidrográfica do Rio Doce, bem como nos de criação de unidades de conservação, recuperação da qualidade dos cursos d'águas por meio da proteção de nascentes, fontes alternativas de captação de água, monitoramento da bacia do Rio Doce, áreas estuarina, costeira e marinha atingidas, conservação da biodiversidade, universalização dos serviços de saneamento básico e preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico.[370]

Referentemente aos programas socioeconômicos, verificou-se restrição no conceito e cadastramento dos atingidos, assim como no pagamento do auxílio financeiro emergencial. As ações protetivas de acesso à água potável, saúde, assistência social, moradia, educação, cultura, lazer e aquelas concernentes à prestação de auxílios emergenciais e à retomada econômica, além de serem tecnicamente insuficientes, previram, sem justificativa, prazos demasiadamente ampliados. Ademais, foram identificadas falhas nos programas de proteção, comunicação, participação da população atingida, recuperação e reconstrução de regiões, infraestruturas públicas e privadas destruídas pela onda de lama e ainda nos de reativação do turismo.[371]

O MPF ainda salientou que a cláusula 130 do TTAC, a qual determina o estabelecimento pela Fundação Renova de "linhas de crédito produtivo mediante equalização e constituição de fundo garantidor", era insustentável tecnicamente.

---

[368] *Ibidem*, p. 38 e 39.
[369] *Ibidem*, p. 39.
[370] *Ibidem*, p. 39.
[371] *Ibidem*, p. 39 e 40.

Para tanto, levantou alguns questionamentos acerca de seus termos, a saber: a sua atuação como instituição financeira, sem autorização do Banco Central; a compatibilização da ação contida na cláusula com as atividades da Renova; e a transferência da função administrativa de fomento a uma fundação privada.[372]

3.3.1.6 Da indevida transação quanto à indenização por dano extrapatrimonial coletivo: a ausência de previsão no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta e o tratamento exaustivo das consequências socioambientais e socioeconômicas oriundas do Desastre do Rio Doce

Nesse ponto, o órgão ministerial federal esclareceu que a ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400, ajuizada pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais em face das empresas responsáveis pelo rompimento da barragem Fundão, reconheceu o direito da coletividade à indenização por dano extrapatrimonial coletivo.[373]

Por outro lado, embora a referida demanda seja objeto-base da autocomposição firmada, o TTAC não fez qualquer menção a respeito desse impacto na esfera moral coletiva, não obstante os Tribunais superiores corroborem-no e confiram autonomia a ele com respeito às outras rubricas indenizatórias.[374]

Portanto, ao conferir tratamento exaustivo ao Desastre do Rio Doce e aos efeitos sociais, econômicos e ambientais dele decorrentes e não responsabilizar as empresas rés pelo dano extrapatrimonial coletivo causado, as partes acordantes acabaram por não tutelar adequada e integralmente os direitos outrora violados, o que pode configurar desistência infundada ou abandono da ação, nos termos do artigo 5.º, parágrafo 3.º, da Lei n.º 7.347/1985.[375]

---

[372] *Ibidem*, p. 40.
Informa a cláusula 130, do TTAC: "Deverá a FUNDAÇÃO adotar as seguintes ações, nos limites da ÁREA DE ABRANGÊNCIA IMPACTADA: a) estabelecimento de linhas de crédito produtivo mediante equalização e constituição de fundo garantidor". Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: jun. 2019. p. 63.
[373] *Ibidem*, p. 47.
[374] *Ibidem*, p. 47.
[375] *Ibidem*, p. 47.

3.3.1.7 Da inconstitucionalidade do Comitê Interfederativo: a violação aos princípios constitucionais da separação dos poderes e da reserva legal

O MPF ainda pontuou, acerca da inconstitucionalidade do Comitê Interfederativo (CIF), então criado pelo TTAC, as cláusulas 242 a 245, haja vista que se trata de "figura estranha à organização administrativa brasileira, constituindo órgão público interfederativo 'disfarçado'".[376]

Diferentemente do CIF, salientou que, no Brasil, existem outros comitês, cuja criação partiu de lei anterior e respeitou os artigos 2.º e 48, inciso XI, da CRFB/1988, que tratam da separação dos poderes e da reserva legal, respectivamente. Por exemplo, o Comitê da Bacia Hidrográfica, constituído segundo os dispositivos 37 e seguintes da Lei n.º 9.433/1997 e os Conselhos Intergestores e Interfederativos, no âmbito do SUS (Serviço Único de Saúde), consoante artigos 14-A e 14-B, da Lei n.º 8.080/1990.[377]

3.3.1.8 Dos vícios verificados nas cláusulas 242, parágrafo 1.º, e 258 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta: a criação de obrigações para terceiros que não participaram do processo de elaboração do acordo e a atribuição de competência ao Sistema de Conciliação do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região para dirimir divergências na sua interpretação

Como visto, na audiência de conciliação, algumas cláusulas do TTAC sofreram modificações em sua redação. A esse respeito, o MPF salienta que as alterações promovidas nas cláusulas 242, parágrafo 1.º, e 258 seriam absolutamente nulas em razão de vícios.[378]

Isso porque a primeira criou, para os Tribunais de Contas, obrigações estranhas à sua missão constitucional, outrora definida nos artigos 70 e 71 da CRFB/1988. Além disso, esses tribunais não estiveram envolvidos no processo de negociação do acordo, nem concordaram com os termos da cláusula. Destarte, se as ações e medidas previstas no acordo firmado entre as partes não seriam custeadas a partir de recursos públicos, e sim, através de fontes particulares,

[376] *Ibidem*, p. 40.
[377] *Ibidem*, p. 41.
[378] *Ibidem*, p. 41 e 42.

provenientes das empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., a intervenção dos Tribunais de Contas, cuja atividade central consiste em fiscalizar o uso do dinheiro público, não se justificaria.[379]

Já a segunda cláusula informava que as divergências de interpretação decorrentes do TTAC seriam resolvidas pelo Sistema de Conciliação da Justiça Federal da Primeira Região. Tal previsão causou estranheza ao órgão ministerial

---

[379] *Ibidem*, p. 41 e 42.
Diz os artigos 70 e 71, da CRFB/1988:
"Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária".
"Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:
I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público; III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório; IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II; V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo; VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município; VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas; VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário; IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade; X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal; XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados. § 1.º. No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis. § 2.º. Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito. § 3.º. As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo. § 4.º. O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades".
Segundo: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: jun. 2019.
Essa previsão a respeito dos Tribunais de Contas não foi encontrada na cláusula 242 nem nas outras constantes na versão do TTAC estudada por esta dissertação, a qual se encontra disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: jun. 2019. p. 108.

federal, porquanto as partes transigiram sobre a competência absoluta da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais e ainda violaram o princípio do juiz natural.[380]

3.3.1.9 Da inefetividade das cominações impostas em virtude do descumprimento das cláusulas previstas no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta

Aqui o MPF constatou a inefetividade das cominações constantes no capítulo sexto do TTAC, que cuida das penalidades.

> [...] o *caput* da CLÁUSULA 247 e seus parágrafos primeiro ao quinto tornam a incidência das multas impraticável. Com efeito, a identificação de eventual descumprimento deveria ocorrer pelo Poder Público, que assumiria a obrigação de, por meio do Comitê Interfederativo, comunicar formalmente as partes inadimplentes o descumprimento, estabelecendo prazo para a devida adequação. A multa apenas incidiria se os compromitentes não cumprissem aquilo que fosse determinado pelo Comitê Interfederativo, e caso o mesmo não decidisse pela concessão de prazo adicional para o cumprimento (§§ 1.º e 2.º). Este seria o caminho para a incidência da multa em relação única e exclusivamente à Samarco (§§ 3.º e 4.º). Vale dizer, apenas se a Samarco fosse inadimplente seria possível exigir as multas da VALE e da BHP (§ 5.º).[381]

---

[380] *Ibidem*, p. 42.
A cláusula 258 passou a ter nova redação: "Divergências de interpretação decorrentes desse Acordo serão submetidas ao Juízo da 12.ª Vara Federal da Secção Judiciária de Minas Gerais". Conforme: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: jun. 2019. p. 116.

[381] *Ibidem*, p. 45.
"CLÁUSULA 247: Em caso de descumprimento por culpa exclusiva da FUNDAÇÃO, da SAMARCO ou de qualquer das- ACIONISTAS de suas respectivas obrigações assumidas em quaisquer das cláusulas constantes deste Acordo, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, o COMITÊ INTERFEDERATIVO comunicará formalmente à parte inadimplente descumprimento, com cópia para as demais empresas, para que estas tenham ciência e a inadimplente adote as medidas necessárias para cumprimento das obrigações ou justifique o seu não cumprimento, estabelecendo prazo compatível para a devida adequação.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: No prazo estabelecido nos termos do caput, a inadimplente poderá cumprir integralmente a obrigação indicada ou, desde que devidamente justificado ao COMITÊ INTERFEDERATIVO, solicitar a dilação do prazo conferido.
PARÁGRAFO SEGUNDO: Decorrido o prazo definido e permanecendo o descumprimento por parte da inadimplente, esta se sujeitará à fixação de multa punitiva por obrigação descumprida e multa diária enquanto persistir o descumprimento total da obrigação.
PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a inadimplente seja a FUNDAÇÃO, decorrido o prazo definido e permanecendo o descumprimento, a SAMARCO arcará com multa punitiva por obrigação descumprida e multa diária enquanto persistir o descumprimento total da obrigação.
PARÁGRAFO QUARTO: Caso a inadimplente seja a SAMARCO, decorrido o prazo definido e permanecendo o descumprimento, esta se sujeitará à fixação de multa punitiva por obrigação descumprida e multa diária enquanto persistir o descumprimento total da obrigação.
PARÁGRAFO QUINTO: Caso a SAMARCO não efetue o pagamento das multas previstas nos parágrafos terceiro e quarto, no prazo de 10 (dez) dias, a VALE e a BHP terão obrigação de realizar o respectivo pagamento, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma delas": **Termo de transação e de ajustamento de conduta**. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: jul. 2019. p. 112 e 113.

Conforme o *Parquet*, essas previsões transformam o TTAC "em verdadeira carta de boas intenções" e são dissonantes da exigência contida no parágrafo 6.º, do artigo 5.º, da Lei n.º 7.347/1985, pois esta estabele que a tomada do ajustamento de conduta pelos órgãos legitimados deverá ocorrer mediante a imposição de cominações.[382] Além disso, blindam as empresas Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. da imposição das multas, conquanto sejam responsáveis solidárias pelo Desastre do Rio Doce.[383] Portanto, tais cláusulas do TTAC acabam por "conferir às compromissárias garantias razoáveis", bem como violam "a lógica do razoável", condicionando "a incidência da multa a evento futuro e incerto (decisão do Comitê Interfederativo, cuja composição possui forte carga política)".[384]

3.3.1.10 Da violação à decisão liminar do Superior Tribunal de Justiça que designou provisoriamente o Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais

O MPF ainda informou que os acordantes, ao levarem o TTAC para homologação perante o Núcleo de Conciliação do TRF-1, contrariaram a decisão liminar proferida pelo STJ, em 11 de janeiro de 2016, no âmbito do Conflito de Competência n.º 144.922/MG, a qual designou provisoriamente o Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte, apenas para decidir a respeito das medidas urgentes então requeridas.[385]

Dessa maneira, o órgão ministerial federal entendeu que, em regra, por via de consequência, também deveriam ser suspensas automaticamente todas as demandas cíveis oriundas do rompimento da barragem Fundão e, por extensão, os recursos a elas vinculados, no bojo dos quais o acordo foi firmado.[386]

Os compromitentes e as compromissárias levaram o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da Primeira Região a erro, porquanto omitiram a determinação do STJ, quando da homologação do TTAC, o que impediu que a conciliação tivesse eficácia jurídica.[387]

---

[382] *Ibidem*, p. 42 e 46.
[383] *Ibidem*, p. 46.
[384] *Ibidem*, p. 46 e 47.
[385] *Ibidem*, p. 12.
[386] *Ibidem*, p. 12 e 13.
[387] *Ibidem*, p. 12.

3.3.1.11 Da incompetência do Sistema de Conciliação do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região para promover a conciliação e a homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta

Nesse item, o *Parquet* informou que tratativas de um possível acordo ocorriam no Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais:

> Os autos principais (ACP) estão em curso para a tentativa de conciliação. Com efeito, a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo peticionou requerendo seu ingresso no polo ativo da lide e a não homologação do acordo celebrado entre as partes, entre outros fatores, pela ausência de participação popular na sua formulação e pela falta de legitimidade dos entes federativos para dispor a respeito dos direitos das vítimas. Em primeira instância, ainda, foi levada à colação nota pública com a adesão de 96 associações, organizações e movimentos sociais, repudiando a proposta de acordo. A Defensoria Pública da União peticionou nos autos da ACP, informando que alguns tópicos do acordo precisam ser melhor elaborados para que não comprometam a defesa dos direitos e interesses das populações impactadas pelo desastre. Requereu sua admissão como litisconsorte ativa, recebendo o processo previamente à homologação do acordo e com abertura de vista para tomar conhecimento e se manifestar sobre seus termos. No dia 08/05/2016, houve a remessa dos autos principais ao MPF, para manifestação a respeito das cláusulas do possível acordo.[388]

O MPF esclareceu que a homologação do acordo perante a segunda instância da justiça federal "fere a competência do Juízo de primeiro grau", porquanto os autos principais encontravam-se em primeiro grau, "com pedido de homologação de acordo realizado pelas partes e abertura de vista para manifestação do MPF", de modo que não era admissível que as partes requeressem a homologação do ajuste perante o Juízo competente "e, enquanto esse procura ouvir todos os legitimamente envolvidos, essas mesmas partes formulem pedido idêntico em segunda instância", usurpando a competência do Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais.[389]

Pontuou ainda que a Resolução/PRESI/CENAG n.º 2, de 24 de março de 2011, instituiu o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região (SistCon). Ocorre que, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 1.º, o referido sistema desenvolve-se por intermédio dos núcleos de conciliação de cada seção ou subseção judiciária.[390] Sobre isso, disse o MPF:

---

[388] *Ibidem*, p. 7 e 8.
[389] *Ibidem*, p. 8.
[390] *Ibidem*, p. 9.
Não foi possível acessar o inteiro teor dessa Resolução.

> Percebe-se a preocupação na observância do princípio do juiz natural, devendo o SistCon ser implantado não apenas no Tribunal, mas em cada Seção e Subseção, onde serão realizadas as tentativas de resolução consensual dos feitos que tramitem perante aquela instância judiciária.[391]

Consoante os artigos 3.º, 5.º, 6.º e 7.º da dita Resolução, ao SistCon caberia "a resolução das demandas cuja competência seja do Tribunal", ao passo que aos Núcleos de Conciliação das seções judiciárias a "dos processos que tramitem perante a respectiva Seção".[392]

---

[391] *Ibidem*, p. 9.

[392] *Ibidem*, p. 9-11.

Segundo os artigos 3.º, 5.º, 6.º e 7.º, da Resolução/PRESI/CENAG n.º 2/2011:

"Art. 3.º. Para dar efetividade ao SistCon, ficam criados:

I – no âmbito do Tribunal, o Núcleo Central de Conciliação da 1.ª Região;

II – no âmbito das Seções Judiciárias da 1.ª Região, os respectivos núcleos de conciliação, os quais poderão funcionar de maneira itinerante na jurisdição correspondente.

§ 1.º. A estrutura para funcionamento do Núcleo Central de Conciliação da 1.ª Região será definida em ato próprio, emitido pelo Presidente do Tribunal.

§ 2.º. A efetivação ou implantação dos núcleos de conciliação em cada Seção ou Subseção Judiciária será feita por ato da Presidência deste Tribunal.

§ 3.º. As estruturas para funcionamento dos núcleos de conciliação das Seções Judiciárias serão definidas de comum acordo, entre a Presidência deste Tribunal e Diretorias de Foro.

§ 4.º. Implantado ou efetivado o núcleo de conciliação em uma unidade da federação, todos os magistrados das respectivas áreas envolvidas, no local de sua implantação, dela participarão, conforme a necessidade, podendo a atribuição de mediação e/ou conciliação recair sobre conciliadores voluntários, devidamente credenciados e treinados, nos termos desta Resolução.

[...].

Art. 5.º. O Núcleo Central de Conciliação da 1.ª Região funcionará na sede do Tribunal, e tem como atribuições:

I – buscar, por meio da mediação e/ou conciliação, solucionar as questões cíveis que versem sobre direitos patrimoniais disponíveis e/ou questões que, por sua natureza, a lei permita a transação, observadas as regras desta Resolução;

II – registrar as informações referentes aos processos conciliados e não conciliados, assim como as relativas ao quantitativo de audiências para posterior consolidação e análise;

III – centralizar as informações sobre a conciliação da 1.ª Região e fornecer relatório estatístico das informações relativas ao semestre anterior, por unidade e globalizado, até o quinto dia dos meses de fevereiro e setembro, ao titular do Núcleo;

IV – divulgar, organizar e arquivar os atos e normas referidos no art. 4.º, III e IV;

V – mapear as boas práticas e difundi-las aos núcleos seccionais;

VI – realizar estudos, com apoio da área técnica, para a inclusão de novas matérias no SistCon;

VII – remeter os processos aos gabinetes ou turmas, conforme o caso, quando frustrada a conciliação;

VIII – providenciar o expediente ordinário no tocante ao:

a) controle de frequência de servidores e de materiais de consumo e permanente e arquivos;

b) elaboração de ofícios, certidões;

c) execução de sistemas administrativos e, se for o caso, judiciais;

d) expedição e recebimento de documentos;

e) outras atividades necessárias ao funcionamento do núcleo.

Art. 6.º. Nas seções judiciárias, funcionarão os respectivos núcleos de conciliação, sob a denominação "Núcleo de Conciliação da Seção Judiciária de" adicionada do nome da unidade da federação correspondente.

Art. 7.º. São atribuições dos núcleos de conciliação das Seções Judiciárias:

I – desenvolver, no âmbito da seccional, as atividades previstas no art. 5.º, I, II e VIII, nos processos que lhe forem remetidos pelas unidades e órgãos competentes, nos termos regulamentares;

II – prestar as informações solicitadas pelo Juiz Coordenador local ou pelo Núcleo Central da Conciliação da 1.ª Região, relativas aos trabalhos realizados pelo núcleo;

Desse modo, com fulcro nos artigos 5.º, inciso LIII, da CRFB/1988 e 42, 43, 44, 64 e 139, inciso V, do CPC/2015, o órgão ministerial federal pugnou pelo reconhecimento da incompetência do Sistema de Conciliação do TRF-1, dado que a homologação judicial do TTAC versou sobre a integralidade de processo que tramita sob instância diversa, qual seja, a ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400, cabendo ao Juízo competente manifestar-se acerca de possível homologação do acordo.[393]

3.3.1.12 Da ausência de intimação prévia do Ministério Público Federal com remessa dos autos para participar da audiência de conciliação

Outra questão apontada pelo MPF tratou-se do fato de não ter sido intimado pessoal e previamente à audiência de conciliação, realizada no âmbito do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região com o escopo de homologar o TTAC, inclusive com a devida remessa dos autos, em clara violação aos artigos 180, *caput*, do CPC/2015 e 19, parágrafo 3.º, da Resolução PRESI/CENAG n.º 2/2011, que instituiu o referido Sistema.[394]

Ademais, pontuou, o Ministério Público "deve ser intimado para participar das audiências de conciliação que versem sobre questões de interesse público, em

---

III – registrar as boas práticas e remetê-las ao Núcleo Central da Conciliação da 1.ª Região para difusão e aproveitamento pelos demais núcleos;
IV – remeter ao Núcleo Central da Conciliação, até o dia dez dos meses de janeiro e agosto, as informações estatísticas relativas às atividades do núcleo no semestre anterior;
V – remeter os processos para as respectivas varas quando frustrada a conciliação": *Ibidem*, p. 10 e 11.

[393] *Ibidem*, p. 11 e 12.

[394] *Ibidem*, p. 13 e 14.
De acordo com o artigo 180, *caput*, do CPC/2015:
Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1.º.
Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1.º. A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. Conforme: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: jun. 2019.
O artigo 19, parágrafo 3.º, da Resolução PRESI/CENAG n.º 2/2011:
Art. 19. Estando o litígio ajuizado, do interesse de conciliação far-se-á a intimação das partes e respectivos procuradores, pela imprensa ou por via postal ou, ainda, por outro meio idôneo de comunicação, certificando-se a ocorrência pelo núcleo de conciliação. § 3.º. O Ministério Público Federal será intimado para acompanhar o ato conciliatório nas hipóteses em que sua intervenção seja obrigatória. Segundo: <http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/docs/embargos_declaracao_-no-2-2016-mariana-samarco.pdf>. Acesso em: jun. 2016. p. 13.

atenção à sua função constitucional", consoante preconizam os dispositivos 127 e 129, da CRFB/1988. [395]

Por não ter sido intimado a participar, o MPF acabou impedido da prestação de melhor serviço à sociedade, uma vez que, ao não se inteirar dos fatos com certa antecedência, deixou de invocar, em sua manifestação, fundamentos de fato e de direito desfavoráveis à celebração do acordo, o que por si só acarreta a nulidade da sua homologação judicial.[396]

3.3.1.13 Da verificação de omissões e contradição entre o conteúdo dos atos que efetivamente dizem respeito à atuação do Ministério Público e os termos constantes na ata referente à audiência de conciliação

Ao final, o MPF, apontou a existência de omissões, bem como contradição entre as interpelações ministeriais e as notas taquigráficas da ata de audiência de conciliação e homologação do TTAC.[397]

---

[395] *Ibidem*, p. 13.
Segundo os artigos 127 e 129, da CRFB/1988:
Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. [...].
Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição; V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva; VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior; VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas. § 1.º. A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei. § 2.º. As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição. § 3.º. O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação. § 4.º. Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93. § 5.º. A distribuição de processos no Ministério Público será imediata. Conforme: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: jun. 2019.
[396] *Ibidem*, p. 14.
[397] *Ibidem*, p. 48.

Nesse diapasão, registrou a omissão da decisão em consignar e apreciar as razões orais apresentadas pelo Ministério Público, o qual impugnou a celebração do acordo e objetou a sua homologação por Juízo diverso, ou seja, pelo Sistema de Conciliação da Justiça Federal da Primeira Região, uma vez que a ação civil pública n.º 0069758-61.2015.4.01.3400, proposta pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais em desfavor das empresas responsáveis pelos danos decorrentes do rompimento da barragem Fundão, tramita perante o Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte.[398]

Além do mais, informa que pugnou pela concessão de prazo para apresentar, após as partes, manifestação escrita sobre eventual homologação do Termo firmado. Entretanto, a ata da audiência de conciliação apenas consignou "'*foram deferidos os pedidos do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado do Espírito Santo o prazo de 60 dias para se manifestar sobre os termos do presente acordo, ora homologado*'". Por tais razões, requereu a juntada das notas taquigráficas da audiência aos autos.[399]

3.3.2 Dos requerimentos finais dos Embargos de Declaração

Nesses moldes, em sede de requerimentos, o órgão ministerial federal pleiteou o conhecimento do recurso interposto como agravo interno, nos termos do artigo 1.024, parágrafo 3.º, do CPC/2015, na hipótese da coordenadora-geral não entender pelo cabimento de Embargos de Declaração. Pugnou ainda pelo acolhimento dos Embargos e, com fulcro no artigo 1.026, parágrafo 1.º do CPC/2015, reiterou a necessidade de suspensão dos efeitos da decisão que homologou o TTAC, tendo em vista a probabilidade de provimento recursal e a relevância da fundamentação apresentada ante a ocorrência de dano grave e de difícil reparação, decorrente da privação dos impactados às medidas de mitigação, reparação e compensação dos danos causados.[400]

Postulou também o saneamento das contradições e omissões presentes na decisão de homologação da autocomposição, segundo preconiza o artigo 1.022,

---

[398] *Ibidem*, p. 48.
[399] *Ibidem*, p. 48.
[400] *Ibidem*, p. 1, 48 e 49.

incisos I e II do CPC/2015, todavia, não sendo possível tal correção, a nulidade do acordo firmado, visto os fundamentos ensejadores da reforma. Ademais, requereu a intimação das embargadas para manifestação, na forma do artigo 1.023, parágrafo 2.º, do CPC/2015, bem como a juntada das notas taquigráficas da audiência de conciliação outrora realizada pelo Sistema de Conciliação da Justiça Federal da Primeira Região, aos autos.[401]

3.3.3 Outros documentos que tratam dos problemas verificados nos processos de elaboração e celebração do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta

3.3.3.1 Da manifestação escrita do Movimento dos Atingidos por Barragens

O Movimento dos Atingidos por Barragens, também conhecido por MAB, consiste num "movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução". Trata-se de "movimento popular, reivindicatório e político", cuja militância "é orientada pela pedagogia do exemplo" e cuja luta "se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e à vida".[402]

No tocante ao Desastre do Rio Doce, o Coordenador Nacional do MAB, Joceli Jaison José Andrioli, apresentou manifestação escrita, ocasião em que pontuou as várias falhas identificadas no TTAC e reforçou a necessidade de participação direta e organizada dos atingidos nos processos decisórios. Ante o exposto, defendeu que o acordo, antes de homologado judicialmente, fosse reelaborado.[403] Assim sendo, apresentou as considerações iniciais abaixo:

---

[401] *Ibidem*, p. 49.

[402] Conforme informações obtidas em: <https://www.mabnacional.org.br/content/quem-somos>. Acesso em: jun. 2019.
Na página eletrônica do MAB, ainda podem ser encontradas demais informações a seu respeito, tais como contatos, organização e história, entre outras.

[403] ANDRIOLI, Joceli Jaison José (Coord. Nacional do Movimento de Atingidos por Barragens). **Considerações do MAB sobre acordo realizado entre governo federal, e estaduais do Espírito Santo e Minas Gerais com Samarco Mineração S.A, Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda**. Belo Horizonte: Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, 2016. 4 p. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/noticias/documentos_-_mab_sobre_acordo_mariana_divulgacao.pdf>. Acesso em: jun. 2019.
Esse item priorizou a transcrição dos principais trechos da manifestação escrita do MAB. A íntegra pode ser encontrada na página eletrônica relacionada acima.

> Um acordo que é feito sem ouvir o povo, sem a participação dos atingidos, só pode ser um mau acordo, por melhores que forem suas intenções. Nenhum governo, empresa, especialista ou pesquisador sabe melhor que o povo quais são suas necessidades e a melhor forma de atendê-las. Um acordo que começa com pouca participação, não garantirá a participação necessária na sua execução. As formas de participação previstas no acordo, através do "Conselho de Administração" da Fundação que será criada, no qual há 6 indicados pelas empresas e 1 pelo governo, nenhum atingido; bem como no "conselho consultivo" de 17 pessoas representantes, dos comitês de bacia, instituições de pesquisa, MPF, MPE, apenas 5 representante dos atingidos; comitê interfederativo 12 pessoas nenhum atingido, são insuficientes e injustas, repetindo fórmulas e experiências que não deram certo em outras experiências e grandes barragens.[404]

O MAB ainda critica o TTAC, uma vez que os acordantes ignoraram tanto a sua existência e experiência histórica na tratativa de problemáticas com grupos atingidos como o "conceito já socialmente construído e consolidado de atingido, substituindo-o pelo conceito de impactado". Na visão do MAB, o ônus probante do dano caberia às empresas responsáveis pelo Desastre do Rio Doce e não ao atingido, segundo informado pelo acordo.[405]

Outra crítica desferida consistiu na utilização da expressão *situação anterior* pelo TTAC, visto que tal conceito é incapaz de "captar a complexidade dos danos" e, assim sendo, acaba por reduzir direitos da população atingida, pois negligencia aspectos imateriais do dano, por exemplo, danos psicológicos, à saúde e ao projeto de vida, o direito à melhoria da qualidade de vida dos atingidos, além do período compreendido entre o desastre tecnológico e a reparação efetiva.[406]

O MAB também esclareceu que a fundação não poderia ser dirigida por representantes das empresas compromissárias, mas deveria permitir a participação organizada dos atingidos, até mesmo em grau decisório. Os processos de compensação e reparação deveriam ser conduzidos por órgãos públicos e a sua execução ocorreria por intermédio de mutirão, isto é, associações formadas pelos próprios atingidos, entidades sem fins lucrativos e instituições públicas e, não através da contratação de grandes empresas de auditoria.[407]

Observou ainda que à fundação não caberia estabelecer os critérios de reparação dos atingidos; a reparação e a compensação dos danos deveriam ser complementares; e a população atingida, além de controlar, teria uma equipe técnica

---

[404] *Ibidem*, p. 1.
[405] *Ibidem*, p. 2.
[406] *Ibidem*, p. 2.
[407] *Ibidem*, p. 1-3.

à disposição. No mais, as partes acordantes deveriam incluir o reassentamento dos pescadores como medida de reparação/compensação.[408]

Ao contrário do que foi estabelecido no acordo, o MAB pontuou que, para mitigação, compensação e reparação dos danos sociais e ambientais causados, era necessário o aporte anual de, no mínimo, R$ 4 bilhões (quatro bilhões de reais) durante os 3 anos iniciais do TTAC, tendo em vista que o montante total de R$ 4,4 bilhões (quatro bilhões e quatrocentos milhões de reais) para o primeiro triênio era insuficiente para garantir o custeio das reparações.[409]

Ademais, ressaltou que os programas socioeconômicos foram descritos genericamente e que, para implementá-los, não bastava observar as normas da política pública aplicável. Além disso, relatou a insuficiência do programa de assistência técnica aos pescadores, agricultores e areeiros, no que diz respeito ao prazo de 24 meses e ao padrão político do PNATER e, ainda, por não abarcar os areeiros não legalizados. No âmbito socioambiental, registrou que o TTAC não previu pagamento de indenização em virtude da degradação de áreas de preservação permanente e que os programas de educação ambiental deveriam ocorrer por meio de entidades comunitárias e associações populares.[410]

O MAB disse ainda que o acordou violou os termos da Convenção n.º 169, da OIT, porquanto não assegurou o direito à consulta prévia, livre e informada. Além disso, classificou o auxílio financeiro mensal de 1 salário mínimo acrescido de 20% por dependente como insuficiente, ocasião em que propôs o pagamento de indenização mínima no montante de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), além de 1 salário mínimo por mês a cada pessoa da família.[411]

Por outro lado, apesar de ser favorável ao reconhecimento dos direitos dos micro e pequenos empresários e dos empreendedores individuais, foi contrário a que o montante reservado para custeio das medidas de reparação e compensação dos danos também fosse utilizado para pagamento de indenização às pessoas jurídicas prejudicadas pela paralisação das usinas hidrelétricas Cenibra, Risoleta Neves e de Aimorés/MG, atingidas pelo Desastre do Rio Doce. Nesse caso, o MAB

---

[408] *Ibidem*, p. 2 e 3.
[409] *Ibidem*, p. 1 e 2.
[410] *Ibidem*, p. 1-3.
[411] *Ibidem*, p. 1-3.

defendeu que essa importância indenizatória fosse dispendida separadamente, a fim de não reduzir o valor aportado.[412]

O MAB ainda registrou que as medidas reparadoras dos danos causados aos órgãos públicos eram insuficientes, assim como o valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para custear ações de saneamento básico nos municípios atingidos. Segundo o movimento, inclusive, o valor não deveria estar previsto no montante estimativo inicial de R$ 20 bilhões (vinte bilhões de reais).[413]

Outrossim, manifestou-se pela insuficiência das ações de saúde previstas no acordo e pela inadequação do prazo de 36 meses. Nesse ponto, esclareceu que a fundação não poderia ser responsável pela realização dos estudos epidemiológicos e toxicológicos, mas, sim, organismos independentes, indicados pela população atingida e custeados pela fundação.[414]

O movimento assinalou ainda que as importâncias decorrentes das multas aplicadas em razão do descumprimento de alguma cláusula do TTAC deveriam ser revertidas para fundo específico, criado em favor dos atingidos, e não ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), como então determinado pelo acordo. O MAB também defendeu que as licenças e concessões outorgadas em favor das empresas responsáveis pelo rompimento da barragem Fundão para exploração de lavras deveriam ser utilizadas como garantia de todas as reparações, ficando suspensas até que estas fossem integralmente concluídas.[415]

Ainda ressaltou que, diante da celebração de novo acordo, as partes acordantes priorizassem a prévia realização de oficinas voltadas à compreensão e participação informada da população atingida, bem como promovessem a conciliação das ações de recuperação ambiental com atividades geradoras de renda em favor dos atingidos.[416]

3.4 DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

[412] *Ibidem*, p. 2 e 3.
[413] *Ibidem*, p. 2.
[414] *Ibidem*, p. 3.
[415] *Ibidem*, p. 2 e 3.
[416] *Ibidem*, p. 3.

3.4.1 Da Reclamação n.º 31.935/Minas Gerais e a decisão de suspensão da homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta pelo Superior Tribunal de Justiça

Em virtude da homologação judicial do TTAC, em 5 de maio de 2016, pela coordenação geral do Sistema de Conciliação do TRF-1, o MPF também propôs Reclamação perante o STJ, na forma do artigo 105, inciso I, alínea *f*, da CRFB/1988, que foi autuada sob o n.º 31.935/MG, tendo em vista a decisão liminar proferida, em 11 de janeiro de 2016, no Conflito de Competência n.º 144.922/MG, pela ministra Laurita Vaz, vice-presidente do STJ, no exercício da presidência, que determinou a suspensão de ações civis públicas conexas com os danos provocados pelo Desastre do Rio Doce, mantendo, entretanto, a eficácia das medidas judiciais até então tomadas, bem como designou o Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais para decidir acerca de medidas urgentes porventura requeridas, enquanto pendente o julgamento de mérito do referido conflito.[417]

Abaixo alguns dos fundamentos para o ajuizamento da Reclamação pelo MPF:

> [...] "o recurso usado pelas partes da ação, de simultaneamente ingressar em primeiro e em segundo grau com pedidos de homologação do mesmo acordo, beira a fraude processual, afronta a autoridade da decisão liminar proferida no Conflito de Competência n.º 144.922/MG pelo STJ e suprime o primeiro grau de jurisdição, ao desconsiderar o poder jurisdicional da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Belo Horizonte/MG". [...] "Qual a relevância jurídica e prática da homologação do acordo? Por que a União, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e as empresas poluidoras, todos réus, ao lado de diversos órgãos públicos, na ACP proposta pelo Ministério Público Federal, para a reparação integral dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, utilizaram-se do estratagema processual de retirar a questão do juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais e levá-la para o juízo do Núcleo Central de Conciliação do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, órgão patentemente destituído de poder propriamente jurisdicional, sob o argumento de prestígio à celeridade?". [...] "resposta não há senão a desesperada tentativa de criar embaraços para que os demais legitimados coletivos buscassem a tutela adequada e integral em decorrência dos danos

[417] Não foi possível acessar a petição inicial da Reclamação ajuizada pelo órgão ministerial federal. Tais informações foram retiradas do sítio eletrônico do MPF: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mariana-suspenso-acordo-da-samarco-com-orgaos-publicos-para-recuperacao-ambiental>; bem como da página 1, do relatório da decisão de suspensão do STJ: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=62655501&num_registro=201601677297&data=20160701&tipo=0&formato=PDF>. Acessos em: jul. 2019.
"Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: [...]. f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: jul. 2019.

> ambientais contra os poluidores responsáveis pelo desastre: o Poder Público e as empresas Samarco, Vale e BHP".[418]

Em sede de liminar, o *Parquet* federal pugnou pela suspensão do ato homologatório, bem como da ação civil pública n.º 0069758-61.2014.4.01.3400, em curso na 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, e dos recursos de agravo de instrumento n.ºs 0002453-41.2016.4.01.0000, 0002627-50.2016.4.01.0000 e 0002170-18.2016.4.01.0000, com tramitação perante a 5.ª Turma do TRF-1.[419] Para tanto, advertiu:

> [...] o perigo da demora e de danos irreparáveis se não houvesse a suspensão do acordo. [...] deve-se registrar que o ato de homologação do acordo dá ensejo à execução de uma série de medidas e de atos jurídicos que tendem materialmente a se consolidar e que poderão ser revistos ou declarados insubsistentes a depender da decisão do referido Conflito de Competência. [...] "esse quadro compromete gravemente a segurança jurídica e traz prejuízo adicional às vítimas da tragédia. Tampouco se devem minorar os reflexos processuais que a homologação pode trazer às demandas individuais e coletivas em curso ou em vias de serem intentadas com o objetivo de reparação dos danos provocados".[420]

Ao fim, o MPF pleiteou a anulação em definitivo da decisão de homologação do TTAC, determinando-se "a remessa das questões para o juízo considerado competente pelo STJ no Conflito de Competência n.º 144.922/MG", isto é, para a 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais [421]

Ante o exposto, em 30 de junho de 2016, a ministra relatora Diva Malerbi, desembargadora convocada do TRF-3, deferiu o pedido liminar do *Parquet*, ocasião em que determinou a suspensão da decisão homologatória do TTAC e manteve a eficácia dos provimentos de urgência então deferidos nos autos dos recursos de agravo de instrumento n.ºs 0002453-41.2016.4.01.0000, 0002627-50.2016.4.01.0000 e 0002170-18.2016.4.01.0000.[422]

---

[418] Conforme: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mariana-suspenso-acordo-da-samarco-com-orgaos-publicos-para-recuperacao-ambiental>. Acesso em: jul. 2019.

[419] Tais informações foram retiradas da página 1, do relatório da decisão de suspensão do STJ: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=62655501&num_registro=201601677297&data=20160701&tipo=0&formato=PDF>. Acesso em: jul. 2019.

[420] Conforme: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mariana-suspenso-acordo-da-samarco-com-orgaos-publicos-para-recuperacao-ambiental>. Acesso em: jul. 2019.

[421] Tais informações foram retiradas da página 2, do relatório da decisão de suspensão do STJ: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=62655501&num_registro=201601677297&data=20160701&tipo=0&formato=PDF>. Acesso em: jul. 2019.

[422] **Decisão de suspensão da homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta pelo Superior Tribunal de Justiça**. 7 p. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=62655501&num_registro=201601677297&data=20160701&tipo=0&formato=PDF>. Acesso em: jul. 2019.

Em juízo de cognição sumária, a relatora entendeu que a homologação judicial do TTAC pela coordenação geral do Sistema de Conciliação do TRF-1 desrespeitou tanto a decisão liminar exarada pela ministra Laurita Vaz, como o julgamento do mérito do Conflito de Competência n.º 144.922/MG, ocorrido em 22 de junho de 2016, os quais determinaram a competência do Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais.[423] Eis os fundamentos invocados:

> Em primeiro lugar, porque, na pendência da definição do conflito de competência, os processos foram suspensos, sendo autorizada apenas a implementação de medidas de caráter urgente, tendo-se definido a competência da 12.ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais para o exame dessas questões. Nesse contexto, ***ainda que a ação coletiva de n.º 69758-61.2015.4.01.3400 não estivesse especificamente indicada na liminar deferida no conflito, não se discute que se trata de ação de natureza conexa, a qual foi, inclusive, utilizada como premissa de julgamento para a reunião dos feitos no juízo da 12.ª Vara Federal, a fim de que houvesse a apreciação conjunta***. Logo, como a justificativa para a reunião dos processos é evitar a prolação de decisões conflitantes, ***não se recomenda a extinção do feito pela transação quanto a uma demanda sem se avaliarem os efeitos desse decisório sobre os processos que lhe são conexos, mormente quando a definição da competência para dirimir a controvérsia perpassa, necessariamente, pela análise dos elementos comuns entre as ações***. Por outro lado, merece destaque o fato de que, na espécie, a decisão proferida pela autoridade reclamada repercute diretamente sobre as ações em trâmite na 12.ª Vara Federal de Belo Horizonte, em especial as de n.ºs 60017-58.2015.4.01.3800, 9362-43.2015.4.01.3813, 0395595-67.2015.8.13.0105 e 0426085-72.2015, objeto do conflito de competência em debate, consoante se verifica da leitura das cláusulas 3.ª, parágrafo primeiro, (incluindo-se a lista anexa de ações judiciais juntadas às e-STJ, fls. 252/259), 253 e 254 pactuadas no referido acordo e acima transcritas. Há expressa previsão de que a transação homologada pela Coordenadora-Geral do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região será utilizada nas ações judiciais que tenham por objeto quaisquer das obrigações decorrentes do "EVENTO" ocorrido em Mariana. Mais ainda, existe disposição compelindo os compromitentes a manifestar-se nos autos das demais ações coletivas presentes e futuras, para fazer prevalecer as cominações contidas no referido pacto, o que evidencia, nesse primeiro exame, ***a ideia de que houve efetivo descumprimento da decisão proferida pelo STJ***.[424]

Além do mais, a ministra Diva Malerbi esclareceu que, conquanto o TTAC não limitasse o acesso à justiça dos indivíduos afetados pelo Desastre do Rio Doce, existiam ações coletivas cujos efeitos repercutiam sobre os direitos de entes federativos e entidades civis, os quais não haviam participado do processo de negociação do acordo, a saber, os "municípios atingidos e associações representantes dos interesses envolvidos na causa".[425]

---

[423] *Ibidem*, p. 4.
[424] *Ibidem*, p. 5. Destaque nosso.
[425] *Ibidem*, p. 5.

Na decisão, a relatora baseou o seu entendimento nas considerações do desembargador Afrânio Vilela, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG):

> "Nesse particular, trago as seguintes considerações do em. Desembargador Afrânio Vilela, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos autos do Agravo de Instrumento n.º 1.0000.16.031023-1/001: "Até porque, basta verificar que ***os municípios*** descritos no item V, ***não representados no ACORDO***, são: ***Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Sem-Peixe, Rio Casca, São Pedro dos Ferros, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, Raul Soares, Dionísio, Córrego Novo, Pingo D'água, Marliéria, Bom Jesus do Galho, Timóteo, Caratinga, Ipatinga, Santana do Paraíso, Ipaba, Belo Oriente, Bugre, Iapu, Naque, Periquito, Sobrália, Fernandes Tourinho, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta, Aimorés, Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares***. [...]. Ora, ***os mais atingidos, e que não estão no ACORDO (municípios e população), estão tendo seus direitos decididos por Terceiros, ao que parece, desautorizados para tanto***. [...]. Ora, ***o Ministério Público de Minas Gerais não foi ouvido***, as partes não foram ouvidas. ***Ferido***, portanto, ***o devido processo legal***".[426]

Ademais, pontuou que, no TTAC, há cláusulas que incumbem, por exemplo, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo de indicarem representantes de seus municípios para compor o Comitê Interfederativo. Todavia, nenhum Município atingido havia participado das tratativas do ajuste, "não obstante as obrigações que foram atribuídas a esses entes da federação no âmbito da referida avença".[427]

Também asseverou a ausência de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na elaboração do TTAC, "o que indica a ausência de adequado debate para o desenlace convencionado do litígio, justamente entre aqueles atores locais mais próximos e, portanto, mais sensíveis aos efeitos da referida tragédia".[428]

Dessarte, a ministra relatora concluiu que, ante a magnitude dos danos causados pelo Desastre do Rio Doce:

> [...] ***seria rigorosamente recomendável o mais amplo debate para a solução negociada da controvérsia, por meio da realização de audiências públicas, com a participação dos cidadãos, da sociedade civil organizada, da comunidade científica e dos representantes dos interesses locais envolvidos, a exemplo das autoridades municipais***.[429]

Para concessão do pleito liminar, acentuou que "o perigo na demora" consistia na extinção dos provimentos outrora deferidos pelo Juízo competente da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, assim como das tutelas de

---

[426] *Ibidem*, p. 5 e 6. Destaque nosso.
[427] *Ibidem*, p. 6.
[428] *Ibidem*, p. 6.
[429] *Ibidem*, p. 6.

urgência concedidas nos citados recursos de agravo de instrumento, ocasionando "prejuízos à população que anseia pelo pronto abastecimento regular de água potável" e "pela solução de diversas contingências de natureza inadiável".[430]

Ao final, a relatora ainda destacou que "não se deve olvidar os riscos de lesão aos interesses dos entes federativos e demais representantes dos direitos difusos e coletivos afligidos pelo malsinado 'EVENTO'", os quais "ficaram à margem de todo esse processo de negociação, a despeito de estarem diretamente sujeitos às cominações traçadas no aludido acordo".[431]

3.4.2 Da decisão da 5.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região que reconheceu e declarou a nulidade da homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta: causas determinantes

Com a suspensão da decisão homologatória do TTAC pelo STJ nos autos da Reclamação n.º 31.935/MG, e em razão da manutenção dos provimentos de urgência deferidos nos autos dos agravos de instrumentos interpostos pelas empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., a 5.ª Turma do TRF-1, onde tramitavam os referidos recursos que outrora foram extintos por perda do objeto pela coordenação geral do Sistema de Conciliação do TRF-1, deu sequência ao julgamento do que fora proposto pela empresa Vale S/A em face dos pedidos liminares concedidos pelo Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, qual seja, o de n.º 0002627-50.2016.4.01.0000.[432]

O desembargador relator Néviton Guedes entendeu "ser nula de pleno direito a homologação havida", registrando, inclusive, que a decisão de extinguir os agravos de instrumento caberia tão somente a ele ou ao órgão colegiado competente, no caso a 5.ª Turma do TRF-1. Ademais, explicou que o processo originário (ação civil pública n.º 0069758-61.2014.4.01.3400) sequer se encontrava no tribunal.[433]

> Não obstante se alegue que o acordo (homologado no dia 5/5/2016) teria sido realizado nos autos de origem, ***o fato verdadeiro é que esses autos***

---

[430] *Ibidem*, p. 6.
[431] *Ibidem*, p. 6.
[432] **Declaração de nulidade da homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta pela 5.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região**. 44 p. Disponível em: <file:///C:/Users/Rafaella/Downloads/TRF_1_Anulacao_Homologacao_00026275020164010000_2%20(2).pdf>. Acesso em: jul. 2019.
[433] *Ibidem*, p. 32 e 35.

> ***só foram remetidos pela vara em 3/6/2016 e recebidos no Núcleo em 20/6/2016, mais de mês de já homologado o acordo nesta instância***, conforme andamento processual anexo, sendo que estes autos de agravo é que foram solicitados pelo Núcleo de Conciliação antes da realização do acordo. Portanto, ao que tudo indica, a confiar na movimentação processual extraída do Juízo de origem, ***o acordo foi homologado quando os autos da ação originária, sem decisão definitiva, portanto com seu curso regular na primeira instância, sequer tinham chegado a este Tribunal***. Além disso, ***os agravos em curso nesta Corte foram encaminhados ao Núcleo Central de Conciliação, como apontado pelo parecer do Ministério Público Federal, sem qualquer despacho deste Relator***.[434]

Assim diz a manifestação do *Parquet* federal então citada pelo relator:

> *Porém, no caso específico, há pressupostos que não foram observados para o aperfeiçoamento do acordo. O primeiro deles diz respeito à competência para sua homologação. Esta, indubitavelmente, é do Juízo de primeiro grau, por duas razões:*
> *i) o envio dos autos à Coordenadoria-Geral do Sistema de Conciliação, sem despacho do relator, fere o princípio do juiz natural (CF, art. 5.º, XXXVII e LIII) e; ii) o Juízo de primeiro grau presidia as tratativas para um acordo, quando da homologação do acordo em segundo grau.*
> *As razões acima são extraídas das normas abaixo analisadas.*
> *A primeira delas é a Resolução/Presi n.º 31/2015-TRF1, a qual foi objeto do recente Despacho PRESI 1778 (de Sua Excelência, o presidente do TRF1), a saber:*
> *DESPACHO PRESI 1778*
> *Trata-se de ofício encaminhado a esta Presidência pelo Exmo. Sr. Desembargador Federal Souza Prudente (2250936), juntamente com as informações solicitadas ao SistCon (2270785), fornecidas pela eminente Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso, referentes à forma de envio de processos à unidade de conciliação desta Corte.*
> *Verifico que a Resolução/Presi n.º 31/2015-TRF1 (2277017) trata expressamente do tema: Art. 30. Nos processos em tramitação, caberá às varas federais, às coordenadorias processantes e aos gabinetes enviar à respectiva unidade de conciliação local, se houver, os processos que lhe sejam solicitados, bem como aqueles nos quais uma das partes haja manifestado expresso desejo de conciliar, bastando, para tanto, o lançamento da movimentação processual correspondente ao envio dos autos à unidade de conciliação.*
> *Da análise do referido artigo, entendo que é condição necessária para o envio dos autos às unidades de conciliação o prévio despacho do juiz ou do relator do processo, deferindo ou não as solicitações das unidades ou os pedidos das partes para conciliar, nos termos do citado artigo e ante o princípio do juiz natural, positivado no art. 5.º, XXXVII e LIII da Constituição da República.*[435]

O relator ainda pontuou que o TTAC "foi homologado à revelia do deferimento do pedido de vista do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Espírito Santo para se manifestarem precisamente sobre a avença". "Em outras palavras, concede-se prazo para o Ministério Público, mas ato contínuo homologa-se o acordo sem que o Ministério Público pudesse apresentar sua manifestação".[436]

---

[434] *Ibidem*, p. 35. Destaque nosso.
[435] *Ibidem*, p. 35 e 36.
[436] *Ibidem*, p. 36 e 37.

Ressaltou que, diante da interposição de embargos de declaração pelo MPF, encaminhou ofício à coordenação geral do Sistema de Conciliação do TRF-1, ocasião em que requereu o pronto retorno dos autos dos agravos de instrumento para o devido e regular processamento.[437]

E, além disso, as petições da União, do Ibama e da empresa Vale S/A, informando a celebração do ajustamento, evidenciaram que as tratativas estavam sendo conduzidas em primeira instância e que a conclusão e homologação judicial pelo Juízo competente da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais seriam devidamente comunicadas ao relator dos recursos. Contudo, "sem qualquer razão, de repente", os autores da ação civil pública originária encaminharam petição à coordenação geral do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região, noticiando que o acordo fora firmado.[438]

Esclareceu que, "no acordo homologado, impõe-se a presença de membro do Tribunal de Contas da União à revelia das competências constitucionais desse órgão, e mesmo na ausência de representante da Corte de Contas no referido ato".[439]

No mais, "o acordo também foi homologado sem a presença da Defensoria Pública da União, não obstante a indiscutível existência de danos às pessoas e mesmo populações hipossuficientes".[440]

Por fim, informou:

> Em resumo, como bem apontado pelo Ministério Público Federal, evidentemente, o Núcleo de Conciliação, no âmbito deste Tribunal, não poderia, ***em olímpica supressão de instância do Juízo competente e desconsideração da competência da 5.ª Turma deste Tribunal, celebrar e homologar acordo em processo ainda em curso no primeiro grau de jurisdição, especialmente, como tudo indica, à revelia do juízo de primeiro grau, que só encaminhou os autos do processo cerca de um mês após a celebração do acordo***. O CPC, em seu artigo 139, V estabelece que a conciliação cabe ao juízo competente para processar e julgar a causa (cito): "*Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: (...) V – promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais*".[441]

O desembargador Néviton Guedes ressaltou que, ainda que o Sistema de Conciliação do TRF-1 fosse competente para promoção do acordo, "procede a

---

[437] *Ibidem*, p. 36.
[438] *Ibidem*, p. 36 e 37.
[439] *Ibidem*, p. 37.
[440] *Ibidem*, p. 37.
[441] *Ibidem*, p. 37. Destaque nosso.

preliminar de nulidade do acordo por falta de intimação do *Parquet* com remessa dos autos", notadamente, pois "o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Espírito Santo requereram, expressamente, e tiveram deferido o prazo de sessenta dias para se manifestarem, conforme consignado em ata". Ademais: "a prerrogativa que detém o Ministério Público de ser intimado pessoalmente por carga ou remessa dos autos (CPC, art. 183, § 1.º), não foi atendida".[442]

Também destacou a procedência da "preliminar de nulidade do acordo por falta de legitimidade da advocacia pública para transacionar direitos dos atingidos", porquanto, deveras, "os procuradores da União e dos Estados não possuem legitimidade para transacionarem a respeito de direitos coletivos ou individuais homogêneos das pessoas atingidas pelo acidente".[443]

Portanto, com fulcro nos fundamentos expostos, concluiu pela "patente [...] incompetência do Núcleo Geral de Conciliação para promover acordo em processo que tramita perante a primeira instância", uma vez a "supressão das competências constitucionais e legais do juízo de primeira instância, deste Relator e da 5.ª Turma".[444] E reforçou:

> [...] não há qualquer dúvida de que a homologação do referido acordo foi levada adiante em desrespeito às regras constitucionais, legais e internas deste Tribunal, que disciplinam a competência e o procedimento como pressupostos inafastáveis para uma decisão legítima sobre a matéria, razão pela qual há que ser tida e declarada como absolutamente nula, não subsistindo, em consequência, a aludida extinção do presente agravo.[445]

Nesses termos, em 17 de agosto de 2016, a 5.ª Turma do TRF-1, por unanimidade, acompanhou as razões do voto do desembargador relator, ocasião em que reconheceu e declarou a nulidade da homologação judicial do TTAC e, ao dar prosseguimento ao julgamento do recurso de agravo de instrumento, negou-lhe provimento e, ainda julgou prejudicados os embargos de declaração interpostos pelo MPF.[446]

---

[442] *Ibidem*, p. 38.
[443] *Ibidem*, p. 38.
[444] *Ibidem*, p. 37.
[445] *Ibidem*, p. 38.
[446] *Ibidem*, p. 38 e 44.
Em acesso ao sistema de consulta processual do TRF-1, notou-se que não foi disponibilizada a íntegra do julgamento proferido pela 5.ª Turma. Porém, no andamento processual, referente ao dia 17 de agosto de 2016, foi possível extrair os fatos constantes no último parágrafo deste item.

4 O TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E O DIREITO PROCESSUAL CIVIL COLETIVO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA

O Direito Processual Civil Coletivo brasileiro[447], em que pese não possuir codificação própria[448], como outros ramos do Direito, norteia-se por um microssistema legal de proteção aos interesses ou direitos coletivos, de modo que toda situação jurídica de titularidade ativa ou passiva de um grupo de pessoas deve conduzir-se por seus princípios e normas.

O microssistema da tutela coletiva encontra-se previsto no direito positivo brasileiro, já que o seu núcleo é formado pelo CDC e pelas Leis n.ºs 7.347/1985, conhecida por Lei da Ação Civil Pública e 4.717/1965, denominada de Lei da Ação Popular. Em suas imediações, compõe-se das Leis n.ºs 8.429/1992, chamada de Lei

---

[447] O surgimento do Direito Processual Civil Coletivo brasileiro como novo ramo do Direito foi antevisto por Antonio Gidi desde 1993: "Em dissertação de mestrado, defendida em 1993 e publicada em 1995, fizemos duas previsões relevantes para o tema do presente livro. A primeira foi o surgimento de um novo ramo do direito, o Direito Processual Civil Coletivo. A segunda previsão foi a promulgação de um Código de Processo Civil Coletivo no Brasil. Após apenas uma década, já existem vários cursos e manuais didáticos sobre o tema e quatro anteprojetos de Código de Processo Civil Coletivo": GIDI, Antonio. **Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo**: a codificação das ações coletivas no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2008. p. 9 e 10.
Gregório Assagra de Almeida, no ano de 2000, quando defendeu a sua dissertação de mestrado e, em 2003, com a sua publicação, já no título da obra, também reconheceu expressamente o Direito Processual Coletivo brasileiro como novo ramo do Direito Processual. Consoante registra o autor, o advento da CRFB/1988, especialmente com o Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), Capítulo I (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), legitimou o surgimento desse novo ramo do Direito Processual. Nessa linha, "[...] é o ramo do direito processual que possui natureza de direito processual-constitucional-social, cujo conjunto de normas e princípios a ele pertinente visa a disciplinar a ação coletiva, o processo coletivo, a jurisdição coletiva, a defesa no processo coletivo e a coisa julgada coletiva, de forma a tutelar, no 'plano abstrato', a congruência do ordenamento jurídico em relação à Constituição e, no 'plano concreto', pretensões coletivas em sentido lato, decorrentes dos conflitos coletivos ocorridos no dia a dia da conflituosidade social". Conforme: ALMEIDA, Gregório Assagra de. **Direito processual coletivo brasileiro**: um novo ramo do direito processual. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 22.
Em 2011, reafirma a existência de um Direito Processual Coletivo brasileiro em artigo científico: ALMEIDA, Gregório Assagra de; MELLO NETO, Luiz Philippe Vieira de. Fundamentação constitucional do direito material coletivo e do direito processual coletivo: reflexões a partir da nova *summa divisio* adotada na CF/88 (Título II, Capítulo I). **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, n. 3, Brasília, v. 77, p. 77-97, jul./set. 2011. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/26900/004_almeida_mello_neto1.pdf?sequence=6&isAllowed=y>. Acesso em: jun. 2019. p. 85 e 86.

[448] Sobre isso, vale ressaltar que, o II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo, firmado em 2009, entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para a consecução dos objetivos acordados, elencou, em seu anexo, as matérias com prioridade de tramitação legislativa. O eixo 3, chamado "Acesso Universal à Justiça", no item 3.2, estabeleceu como tema legislativo prioritário em âmbito coletivo a "***revisão da Lei da Ação Civil Pública***, de forma a instituir um ***Sistema Único Coletivo*** que priorize e discipline a ação coletiva para tutela de interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, objetivando a racionalização do processo e julgamento dos conflitos de massa". Conforme: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Outros/IIpacto.htm>. Acesso em: jun. 2019. Destaque nosso.

de Improbidade Administrativa e 12.016/2009, intitulada Lei do Mandado de Segurança, dentre outras leis avulsas. Todo esse microssistema deve ser articulado, em um diálogo de fontes, com a CRFB/1988 e o CPC/2015.[449]

Por sua vez, o Compromisso de Ajustamento de Conduta, também conhecido por Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), na qualidade de instrumento de formalização da autocomposição coletiva, também deve orientar-se segundo as disposições de tal ramo do Direito, já que a sua previsão legal decorre da Lei n.º 7.347/1985, núcleo do dito microssistema que, nos termos do artigo 5.º, parágrafo 6.º, prescreve que "os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial".[450]

---

[449] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 70.
Os autores informam que a aplicação da teoria dos microssistemas aos processos coletivos é defendida pela doutrina nacional, assim como pelo STJ: *Ibidem*, p. 70-72.
Atualizando a jurisprudência desse tribunal, tem-se: "REsp 1447774/SP. Relator: Ministro Francisco Falcão. Órgão Julgador: 2.ª Turma. Data do Julgamento: 21/08/2018. Data da Publicação: 27/08/2018. ***Ementa***: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RECURSO DE APELAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. EXCEÇÃO. ***MICROSSISTEMA LEGAL DE PROTEÇÃO AOS INTERESSES OU DIREITOS COLETIVOS***. I - A principal questão aduzida diz respeito à ***omissão da Lei de Improbidade Administrativa*** no tocante aos efeitos atribuídos ao recurso de apelação e se devem ser atribuídos ambos os efeitos nos termos da regra geral **do** art. 520 **do** CPC de 1973, ou apenas o efeito devolutivo, de acordo com os preceitos da Lei n.º 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública), segundo os quais a concessão de efeito suspensivo é excepcional. ***II - Reconhecimento, pelo STJ, da existência do microssistema legal de proteção aos interesses ou direitos coletivos. Aplicação da Lei n.º 7.437/1985 (Ação Civil Pública) subsidiariamente à Lei n.º 8.429/1992 (Improbidade Administrativa)***, uma vez que esta, na defesa da moralidade administrativa, é modalidade daquela. III - Por se tratar de ação civil pública, não se aplica, portanto, a regra **do** art. 520 **do** CPC de 1973, devendo ser observada a norma especial prevista na Lei n.º 7.437/85. IV - Não ocorrência da excepcionalidade prevista no art. 14 da Lei da Ação Civil Pública, pois não demonstrada a possibilidade de dano irreparável aos réus. VI - Inobservância de obrigação formal nas alegações de dissídio jurisprudencial. VII - Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido". No endereço eletrônico a seguir, basta inserir o número do recurso citado acima e constatar o que fora dito: <https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp>. Acesso em: jun. 2019. Destaque nosso.
Imperioso registrar que tal julgado também se coaduna com o afirmado pelos autores, no que diz respeito à aplicabilidade e operalidade do microssistema: "Assim, pensando na aplicabilidade e operabilidade destas teorias e considerações, adota-se a seguinte diretriz: para solucionar um problema de processo coletivo o caminho deve ser mais ou menos o seguinte: *a)* buscar a solução no diploma específico (Ex.: sendo uma ação popular, na Lei n.º 4.717/1965). Não sendo localizada esta solução ou sendo ela insatisfatória: *b)* buscar a solução no núcleo do microssistema, soma da Lei da Ação Civil Pública com o Tít. III do CDC (Código Brasileiro de Processos Coletivos). Não existindo solução para o problema: *c)* buscar nos demais diplomas que tratam sobre processos coletivos a *ratio* do processo coletivo para mais bem resolver a questão, em *coordenação com as normas do CPC-2015 que não conflitarem com a lógica e as normas próprias do microssistema* e com a Constituição": *Ibidem*, p. 73.

[450] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347Compilada.htm>. Acesso em: jun. 2019.

Assim sendo, consoante demonstrado no capítulo anterior, muitos problemas foram diagnosticados nos processos de elaboração, celebração e homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta outrora firmado, uma vez os danos socioeconômicos e socioambientais causados pelo Desastre do Rio Doce, razão pela qual o STJ e o TRF-1 entenderam por bem anular a sua decisão homologatória.

Dessa forma, doravante, objetiva-se analisar alguns desses problemas sob a óptica do Direito Processual Civil Coletivo brasileiro. Desde já, registra-se que, apesar de realizar importantes considerações, a abordagem a seguir não tem o fito de exaurir todas as possibilidades de discussão[451], até porque esse não é o objetivo primário deste trabalho.

4.1 BREVES NOTAS SOBRE A AUTOCOMPOSIÇÃO POR NEGOCIAÇÃO NA TUTELA COLETIVA E O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

A concepção tradicional do processo civil, como sabido, não se coadunava com a necessidade emergente de proteção dos direitos difusos, já que o processo destinava-se tão somente a solucionar controvérsia estabelecida entre duas partes. Desse modo, Mauro Cappelletti, na década de 70, já se preocupava com a efetiva tutela dos chamados direitos e interesses de grupo, de modo que, ao conduzir o Projeto Florença, estabeleceu-a como segunda onda do movimento universal de acesso à Justiça. Ademais, ao constatar que os procedimentos ordinários eram inadequados para certas áreas, definiu, na terceira onda, os métodos alternativos de solução de conflitos.[452]

O CPC/2015, mormente em seu artigo 3.º, parágrafos 2.º e 3.º, ao prever que Estado, juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público deverão estimular a conciliação, a mediação e outros métodos consensuais de resolução do litígio, acabou por corroborar a autocomposição como norma

---

[451] Examinar todo o conteúdo do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, por exemplo.

[452] CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988. Disponível em: <http://irib.org.br/app/webroot/publicacoes/diversos003/pdf.PDF>. Acesso em: jun. 2019. p. 49-73. CAPPELLETTI, Mauro. Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à justiça. Trad. José Carlos Barbosa Moreira. **Revista de processo**, n. 74, p. 82-97, abr./jun. 1974. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3079670/mod_resource/content/1/2.1.%20Cappelletti%2C%20Os%20metodos%20alternativos.pdf>. Acesso em: jun. 2019. p. 84 e 85.

fundamental do processo civil brasileiro. Corroborar, pois, antes disso, o II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo, firmado em 2009; e as Resoluções n.º 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e n.º 118/2014, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que já incentivavam a adoção de mecanismos autocompositivos de conflitos. Esta última, nos termos do artigo 1.º, parágrafo único, ainda permite a promoção da negociação, do processo restaurativo e das convenções processuais.[453]

Nesses moldes, a "justiça estatal clássica, adjudicada pelo juiz" deixa de ser a única porta de acesso à justiça, ante o surgimento de outras portas de solução dos conflitos, o que se denomina Justiça Multiportas. Contudo, em vista da *multi-door justice* e sendo a finalidade do processo a "tutela das pessoas e dos direitos, adequada, tempestiva e efetiva, por meio de um processo justo", da alternatividade dos meios de resolução do litígio, passa-se à adequação dos métodos de solução dos conflitos, de modo que, para conferir legitimidade à composição de uma controvérsia, os interessados devem decidir-se pela via que for mais adequada para o tratamento do conflito.[454]

---

[453] O CPC/2015, em seu Capítulo I (Das Normas Fundamentais do Processo Civil), artigo 3.º, parágrafos 1.º, 2.º e 3.º, afirma: "Art. 3.º. Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito. § 1.º. É permitida a arbitragem, na forma da lei; § 2.º. O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos; § 3.º. A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial". Os artigos 139, inciso V e 932, inciso I, dessa Codificação, também salientam: "Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: V - promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais". "Art. 932. Incumbe ao relator: I - dirigir e ordenar o processo no tribunal, inclusive em relação à produção de prova, bem como, quando for o caso, homologar autocomposição das partes". Conforme: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: jun. 2019.
Por sua vez, no II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo, cujo objetivo, definido em seu inciso II, é o "aprimoramento da prestação jurisdicional, mormente pela efetividade do princípio constitucional da razoável duração do processo e pela prevenção de conflitos", os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário assumiram, dentre outros, os compromissos de "d) fortalecer a mediação e a conciliação, estimulando a resolução de conflitos por meios autocompositivos, voltados à maior pacificação social e menor judicialização" e, "e) ampliar a edição de súmulas administrativas e a constituição de Câmaras de Conciliação". Conforme: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Outros/IIpacto.htm>. Acesso em: jun. 2019.
Já a Resolução n.º 125/2010, do CNJ, dispôs sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário. Conforme: <http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_125_29112010_11032016162839.pdf>. Acesso em: jun. 2019.
Por fim, a Resolução n.º 118/2014, do CNMP, determinou a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público. Conforme: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Normas/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%BA_118_autocomposi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

[454] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 355-357.

Embora o arcabouço legal do microssistema processual coletivo brasileiro não contenha norma jurídica expressa acerca da possibilidade da autocomposição, não obstante o estímulo à composição consensual coletiva possa ser verificado nos dispositivos 107, do CDC e 611, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Lei n.º 12.529/2011 (Lei Antitruste), para o tratamento adequado dos conflitos coletivos, admite-se a adoção de métodos autocompositivos, tendo em vista a "realidade do século XXI e do novo paradigma jurídico em construção: mais informal, participativo e negocial, bem como das alterações legislativas subsequentes, notadamente de uma da relevância do novo CPC".[455]

O artigo 5.º da Lei n.º 7.347/1985, em seu parágrafo 6.º, admite que, em âmbito extrajudicial, os órgãos públicos, aqui se entendam aqueles dentre os legitimados apontados nos incisos do dispositivo legal, bem como nos do artigo 82 do CDC, formalizem um compromisso para ajustar a conduta do responsável pelos danos ou ameaça às disposições legais. "'Ajustamento' é, semanticamente, não apenas o 'ato ou efeito de ajustar-se, conformar-se', no caso à lei, como também sinônimo de 'acordo, trato, combinação, convenção, pacto; [...]'". Trata-se, então, de

---

O conceito posto no texto a respeito da finalidade do processo pode ser em parte retirado da página 334 da referência acima. Entretanto, a sua integralidade foi reiteradamente dita pelo professor Hermes Zaneti Jr. nas aulas ministradas às turmas de Teoria Geral do Processo (2.º Período) e Processo Coletivo e Procedimentos Especiais (8.º Período) da graduação em Direito e, de Constitucionalização do Processo e Processo Coletivo, do mestrado em direito processual, ambos da Ufes.

[455] GAVRONSKI, Alexandre Amaral. Autocomposição no novo CPC e nas ações coletivas. *In*: DIDIER JR., Fredie (Coord. geral); ZANETI JR., Hermes (Coord.). **Coleção repercussões do novo CPC**: processo coletivo. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 8. p. 344, 345 e 347.

O artigo 107, do CDC trata da Convenção Coletiva de Consumo: "Art. 107. As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo que tenham por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo. § 1.°. A convenção tornar-se-á obrigatória a partir do registro do instrumento no cartório de títulos e documentos; § 2.°. A convenção somente obrigará os filiados às entidades signatárias; § 3.°. Não se exime de cumprir a convenção o fornecedor que se desligar da entidade em data posterior ao registro do instrumento": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078compilado.htm>. Acesso em: jun. 2019.

O artigo 611 da CLT versa sobre a Convenção Coletiva de Trabalho: "Art. 611. Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho. § 1.º. É facultado aos Sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar Acordos Coletivos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das acordantes respectivas relações de trabalho; § 2.º. As Federações e, na falta destas, as Confederações representativas de categorias econômicas ou profissionais poderão celebrar convenções coletivas de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, inorganizadas em Sindicatos, no âmbito de suas representações": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm>. Acesso em: jun. 2019.

A Lei n.º 12.529/2011 cuida do compromisso de cessação de infração à ordem econômica: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/l12529.htm>. Acesso em: jun. 2019.

"instrumento extraprocessual de autocomposição por negociação". Dessa maneira, conclui-se que a Lei da Ação Civil Pública autoriza o método autocompositivo do conflito coletivo.[456]

Entretanto, o que problematiza a possibilidade de autocomposição por negociação nesse campo do Direito é o fato de a tutela coletiva, apesar de versar sobre violação de direitos pertencentes a um grupo, "titular da situação jurídica coletiva afirmada em um processo coletivo", não obedecer à legitimação ordinária, estabelecida no artigo 18, *caput*, do CPC/2015, segundo o qual caberia ao titular pleitear o seu direito em juízo, todavia, ser, de regra, conduzida por um dos legitimados extraordinários definidos nos incisos dos artigos 5.º, da Lei n.º 7.347/1985 e 82, do CDC, os quais, ao realizar o acordo, acabariam por dispor do direito coletivo envolvido. No mais, essa vedação decorreria da regra inserta no artigo 841, do Código Civil de 2002 (CC/2002), a saber, "só quanto a direitos patrimoniais de *caráter privado* se permite a transação".[457]

---

[456] GAVRONSKI, Alexandre Amaral. Autocomposição no novo CPC e nas ações coletivas. *In*: DIDIER JR., Fredie (Coord. geral); ZANETI JR., Hermes (Coord.). **Coleção repercussões do novo CPC**: processo coletivo. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 8. p. 345-347.
Segundo o artigo 5.º, incisos I a V e parágrafo 6.º, da Lei n.º 7.347/1985: "Art. 5.º. Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: I - o Ministério Público; II - a Defensoria Pública; III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; V - a associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. [...]. § 6.º. Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347Compilada.htm>. Acesso em: jun. 2019.
Diz o artigo 82 do CDC: "Art. 82. Para os fins do art. 81, parágrafo único, são legitimados concorrentemente: I - o Ministério Público; II - a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal; III - as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos por este código; IV - as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por este código, dispensada a autorização assemblear": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078compilado.htm>. Acesso em: jun. 2019.

[457] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 40, 41, 358 e 359.
GAVRONSKI, Alexandre Amaral. Autocomposição no novo CPC e nas ações coletivas. *In*: DIDIER JR., Fredie (Coord. geral); ZANETI JR., Hermes (Coord.). **Coleção repercussões do novo CPC**: processo coletivo. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 8. p. 348 e 350.
De acordo com o artigo 18, *caput*, do CPC/2015: "Art. 18. Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico. Parágrafo único. Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: jun. 2019.
Excepcionalmente, o processo coletivo brasileiro poderá ser conduzido pelo membro do grupo e pelo próprio grupo. A primeira situação é vislumbrada nos casos de ajuizamento de ação popular ou na condução de processo-piloto no julgamento de casos repetitivos, ocasião em que o membro do grupo "atua em nome próprio para defesa dos interesses do grupo, mesmo que também defenda interesses

A autocomposição por negociação é perfeitamente possível na seara coletiva, dado que os colegitimados não podem renunciar a direito de outrem, ou seja, dispor “sobre seu conteúdo normativo”, porquanto, embora sejam autorizados por lei a defendê-los, o direito coletivo *lato sensu* infringido não pertence a eles, mas sim ao seu titular. Essa problemática exsurge, dado que a negociação, por vezes, é confundida com a transação assentada no dispositivo 841 do CC/2002, na qual é permitida “concessões sobre o *conteúdo* dos direitos (renúncias)”. Portanto, a autocomposição por negociação no processo coletivo não admite disposições por seus legitimados com despeito aos direitos coletivos tutelados, tendo em vista que geralmente os seus titulares não participam dela, conquanto nada obste a sua participação pela via adequada, por exemplo, por intermédio de uma audiência pública.[458] Assim, temos que:

> *A negociação em tutela coletiva se volta, sempre, para a definição da interpretação do direito no caso concreto e das condições necessárias a sua efetividade, isto é, versará sobre a respectiva concretização* [...], e resultará, sempre, um *negócio jurídico sui generis*, marcado pela nota da indisponibilidade dos direitos pelos legitimados coletivos, e não uma transação.[459]

Em suma, a possibilidade de autocomposição por negociação, no que se refere aos direitos coletivos *lato sensu*, ainda que diante da sua indisponibilidade processual, decorre de quatro razões de ordem teórica e prática. A primeira delas consiste no fato de que o dispositivo civilista então referido trata de direito individual.

---

próprios”. A segunda hipótese ocorre com as comunidades indígenas, consoante o artigo 37, do Estatuto do Índio: “Art. 37. Os grupos tribais ou comunidades indígenas são partes legítimas para a defesa dos seus direitos em juízo, cabendo-lhes, no caso, a assistência do Ministério Público Federal ou do órgão de proteção ao índio”. Conforme: DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 41 e 218.

[458] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 358 e 366.
GAVRONSKI, Alexandre Amaral. Autocomposição no novo CPC e nas ações coletivas. *In*: DIDIER JR., Fredie (Coord. geral); ZANETI JR., Hermes (Coord.). **Coleção repercussões do novo CPC**: processo coletivo. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 8. p. 349-351.
O artigo 81 do CDC conceitua as três espécies de direitos coletivos *lato sensu*: “Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo. Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: I - *interesses ou direitos difusos*, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato; II - *interesses ou direitos coletivos*, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base; III - *interesses ou direitos individuais homogêneos*, assim entendidos os decorrentes de origem comum”: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078compilado.htm>. Acesso em: jun. 2019.

[459] GAVRONSKI, Alexandre Amaral. Autocomposição no novo CPC e nas ações coletivas. *In*: DIDIER JR., Fredie (Coord. geral); ZANETI JR., Hermes (Coord.). **Coleção repercussões do novo CPC**: processo coletivo. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 8. p. 351.

Já a segunda, advém da necessidade de flexibilização das normas jurídicas tradicionais com o escopo de atender aos "fins da justiça coexistencial", bem como conferir maior efetividade aos direitos coletivos *lato sensu*. Por sua vez, a terceira emerge da exigência de que as conciliações devem garantir a tutela integral dos direitos coletivos *lato sensu*. Para tanto, "devem se limitar aos casos e para os fins previstos na legislação". Ao fim, a quarta razão procede da não afetação da indisponibilidade, visto que a conciliação não pode ocorrer sobre "matéria de fundo", isto é, não pode exonerar os responsáveis pelos danos das obrigações impostas pela legislação.[460]

Reconhecida a sua possibilidade, a autocomposição nas ações coletivas pode ser formalizada por meio de três instrumentos, quais sejam, "acordo em audiência de conciliação"; "'termo de acordo' negociado pelas partes no contexto da ação, mas fora da audiência e necessariamente limitado ao objeto da demanda"; ou "compromisso de ajustamento de conduta, negociado pelas partes fora do processo, mas com objeto coincidente ou mais abrangente que o da causa".[461] Enfatizamos que, dentre os instrumentos supracitados, este trabalho preocupa-se com o compromisso de ajustamento de conduta, uma vez que também tem por estudo o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta firmado em razão dos danos socioeconômicos e socioambientais causados pelo Desastre do Rio Doce.

Sendo compreendido como o "principal instrumento extraprocessual de negociação", o Compromisso de Ajustamento de Conduta instituído pelo parágrafo 6.º, do artigo 5.º, da Lei n.º 7.347/1985 foi disciplinado, no âmbito do Ministério Público, pela Resolução n.º 179/2017, do CNMP. Nos termos do seu artigo 1.º, *caput*, consiste em instrumento de garantia dos direitos coletivos *lato sensu*, com natureza de negócio jurídico[462], cuja finalidade é a adequação da conduta do agente responsável às exigências legais e constitucionais, constituindo-se, a partir da celebração, em título executivo extrajudicial. O artigo 14 da Resolução n.º 23/2007,

---

[460] ZANETI JR., Hermes; GARCIA, Leonardo. **Direitos difusos e coletivos**. 9. ed. Salvador: JusPodivm, 2018. v. 28. p. 233.

[461] GAVRONSKI, Alexandre Amaral. Autocomposição no novo CPC e nas ações coletivas. *In*: DIDIER JR., Fredie (Coord. geral); ZANETI JR., Hermes (Coord.). **Coleção repercussões do novo CPC**: processo coletivo. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 8. p. 358.

[462] Este trabalho não tem por objetivo apontar as correntes doutrinárias a respeito da natureza jurídica do compromisso de ajustamento de conduta. Para tanto, pode o leitor conferir: PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. Compromisso de ajustamento de conduta: atualidades e perspectivas de acordo com o projeto do novo CPC. **Revista Eletrônica de Direito Processual**, v. VII, p. 73-114, 2011. p. 76-79.

do CNMP, ao facultar a celebração de compromisso de ajustamento de conduta pelo Ministério Público, esclarece que o acordo firmado também deverá obedecer às exigências normativas.[463]

Conforme explana Hugo Nigro Mazzilli, o compromisso de ajustamento de conduta trata de ato, mediante o qual:

> [...] um órgão público legitimado toma do causador do dano o compromisso de adequar sua conduta às exigências da lei. É, pois, [...] um ato administrativo negocial por meio do qual só o causador do dano se compromete; o órgão público que o toma, a nada se compromete, exceto, implicitamente, a não propor ação de conhecimento para pedir aquilo que já está reconhecido no título.[464]

Hugo Nigro Mazzilli, ademais, em artigo científico, esclarece o objeto do compromisso de ajustamento de conduta:

> O objeto do compromisso de ajustamento pode versar qualquer obrigação de fazer ou não fazer, no zelo de quaisquer interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, o que inclui, basicamente a proteção a danos efetivos ou potenciais aos seguintes interesses: *a)* meio ambiente; *b)* consumidor; *c)* ordem urbanística; *d)* patrimônio cultural (bens e valores artísticos, estéticos, turísticos, paisagísticos, arqueológicos, históricos); *e)* ordem econômica e a economia popular; *f)* crianças e adolescentes; *g)* idosos; *h)* pessoas portadoras de deficiência; *i)* investidores no mercado de valores mobiliários; *j)* quaisquer outros interesses transindividuais.[465]

Além disso, de acordo com o parágrafo 1.º, do artigo 1.º, da referida Resolução, haja vista que o Ministério Público não é o titular dos direitos coletivos *stricto sensu* concretizados no compromisso de ajustamento de conduta, não poderá fazer concessões que resultem na renúncia de tais direitos. Assim sendo, a negociação celebrada entre o órgão ministerial e o responsável pela ameaça ou lesão limita-se a interpretar o direito para o caso concreto que se apresenta; a

---

[463] GAVRONSKI, Alexandre Amaral. Autocomposição no novo CPC e nas ações coletivas. *In*: DIDIER JR., Fredie (Coord. geral); ZANETI JR., Hermes (Coord.). **Coleção repercussões do novo CPC**: processo coletivo. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 8. p. 351.
Resolução n.º 179, de 26 de Julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público: regulamenta o parágrafo 6.º, do artigo 5.º, da Lei n.º 7.347/1985, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-179.pdf>. Acesso em: jun. 2019. p. 2.
Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público: regulamenta os artigos 6.º, inciso VII, e 7.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/1993, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Normas/Resolucoes/Resoluao_23_alterada_143.1.pdf>. Acesso em: jun. 2019. p. 6 e 7.

[464] MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 358 e 359.

[465] MAZZILLI, Hugo Nigro. Compromisso de ajustamento de conduta: evolução e fragilidades e atuação do Ministério Público. **Revista de Direito Ambiental**, v. 41, p. 93-111, jan. 2006. p. 95.

especificar adequadamente as obrigações necessárias, notadamente aquelas atinentes ao modo, lugar e tempo de cumprimento e, a estabelecer as ações/medidas mitigatórias, compensatórias e indenizatórias dos danos irrecuperáveis.[466]

A Lei n.º 13.655/2018 incluiu no Decreto-Lei n.º 4.657/1942, intitulado Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), dispositivos legais sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do Direito Público. Dentre esses, merece atenção o artigo 26, recentemente regulamentado pelo Decreto n.º 9.830, de 10 de junho de 2019, porquanto possibilitou a celebração de compromisso por autoridade administrativa. Destarte, como preconiza o *caput* desse artigo, no intuito de "eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença", ouvido o "órgão jurídico" e, sendo o caso, realizar "consulta pública", "presentes razões de relevante interesse geral", a "autoridade administrativa" poderá "celebrar compromisso com os interessados", observando-se, para tanto, a "legislação aplicável", cujos efeitos somente serão produzidos a partir da "publicação oficial".[467]

Segundo Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr., o compromisso suprarreferido consiste em negócio de acertamento, que "é aquele por meio do qual as partes valoram os efeitos decorrentes de um determinado fato passado, fixam o conteúdo da situação jurídica primitiva, eliminando um estado de incerteza".

---

[466] **Resolução n.º 179, de 26 de Julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público**: regulamenta o parágrafo 6.º, do artigo 5.º, da Lei n.º 7.347/1985, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-179.pdf>. Acesso em: jun. 2019. p. 2.

[467] O artigo 26, *caput*, da LINDB diz: "Art. 26. Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm>. Acesso em: jun. 2019.
Conforme dito no texto, as disposições contidas no artigo 26, da LINDB foram recentemente regulamentadas pelo Decreto n.º 9.830, de 10 de junho de 2019 que, em seu capítulo III, disciplinou dois instrumentos, um denominado de "compromisso" e o outro de "termo de ajustamento de gestão". O artigo 10 desse Decreto melhor descreveu o *compromisso firmado pela autoridade administrativa*, inclusive, no que concerne ao seu procedimento instrutório, conferindo a tal negociação eficácia de título executivo extrajudicial. Já o artigo 11, ao tratar do que nominou *termo de ajustamento de gestão*, permitiu a sua celebração "entre os agentes públicos e os órgãos de controle interno da administração pública", com o escopo de "corrigir falhas apontadas em ações de controle, aprimorar procedimentos, assegurar a continuidade da execução do objeto, sempre que possível, e garantir o atendimento do interesse geral", todavia, impediu que fosse celebrado em situação de dano ao erário causado por dolo ou erro grosseiro de agente público: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9830.htm>. Acesso em: jun. 2019.

Esclarecem ainda que o termo órgão jurídico “deve ser compreendido como ‘procuradoria jurídica do ente público’ que pretende celebrar o compromisso”. No mais, pontuam que o dispositivo pretendeu estimular a realização de consultas públicas, a fim de auxiliar os agentes públicos na tomada de decisões. Os autores também explanam que a legitimação conferida pelo artigo 26 é mais ampla do que aquela informada pelo parágrafo 6.º, do artigo 5.º, da Lei n.º 7.347/1985, de modo que “qualquer ‘autoridade administrativa’ tem legitimidade para a celebração do negócio de acertamento previsto no art. 26 da LINDB, e não apenas aquelas que presidem órgãos legitimados ao ajuizamento de ação civil pública”.[468]

O parágrafo 1.º do artigo 26 prescreve que o compromisso deverá buscar “solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais” e “prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento”. Além disso, “não poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral”.[469]

Dito isso, os autores acima apontados assinalam que as diretrizes arroladas no texto do parágrafo 1.º são de aplicação geral. Assim sendo, orientam a celebração do compromisso ali inaugurado, bem como a de qualquer outro compromisso de ajustamento de conduta e, inclusive, “todas as demais práticas consensuais envolvendo o Poder Público”. Explicam que a aplicação de tais diretrizes gerais ao compromisso de ajustamento de conduta decorre da carência de regras legais na regulamentação desse instrumento e da generalidade e razoabilidade das exigências relacionadas.[470]

Por tais razões, concluem que “o art. 26 da LINDB insere-se no conjunto das fontes normativas que disciplinam o compromisso de ajustamento de conduta”. Portanto, diante dessa inclusão legislativa, pode-se dizer que o compromisso de ajustamento de conduta é disciplinado pelos artigos 5.º, parágrafo 6.º, da Lei n.º 7.347/1985 e 26, da LINDB, assim como pelas Resoluções n.ºs 23/2007, 118/2014 e 179/2017, todas do CNMP, as quais, embora disciplinem os compromissos firmados

---

[468] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 369.

[469] Conforme: **Decreto-Lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942**: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm>. Acesso em: jun. 2019.

[470] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 368 e 369.

pelo órgão ministerial, “podem servir como parâmetro normativo para os compromissos celebrados por outros legitimados”.[471]

4.2 DO DEVER DE CONTROLE *OPE JUDICIS* NA HOMOLOGAÇÃO DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

É indiscutível que um compromisso de ajustamento de conduta deve ter por finalidade a “satisfação do direito transindividual ofendido”. Sendo assim, para garantir a adequada tutela desses direitos e visto que os legitimados à celebração do acordo, bem como ao ajuizamento da ação civil pública principal e cautelar não são titulares dos direitos sobre os quais se assentou a autocomposição coletiva, faz-se necessário que o juiz, quando da homologação, controle o negócio jurídico firmado com o responsável pela ameaça ou pelo dano.[472]

O dever de controle está relacionado a outras noções prévias, tais como a legitimação coletiva e a adequada representação, já que o ajuste estabelecido entre as partes sujeita-se a essas mesmas regras do processo coletivo.[473]

Conforme previsão dos incisos I a V, do artigo 5.º, da Lei n.º 7.347/1985, podem propor a ação civil pública principal ou cautelar: o Ministério Público; a Defensoria Pública; a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; as autarquias, as empresas públicas, as fundações e as sociedades de economia mista; e, as associações civis voltadas para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, do consumidor, da ordem econômica, da livre concorrência, dos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos, assim como do patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, desde que constituídas há pelo menos um ano.

Outrossim, o artigo 82 do CDC, em seus incisos, legitima, para defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos: o Ministério Público; a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; as entidades e os órgãos da

---

[471] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 368.

[472] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 359-361 e 378.

[473] Sobre isso, Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr. ensinam: “É importante registrar que a legitimidade para a celebração do acordo (judicial ou extrajudicial) se submete às mesmas exigências de “representação adequada”, exigidas no enfrentamento da legitimidade *ad causam*”: *Ibidem*, p. 383. Na página 363, os autores complementam: “Além disto, está submetida ao mesmo controle judicial de adequação em razão do objeto [...]”.

Administração Pública, direta ou indireta, mesmo que sem personalidade jurídica, desde que voltados à proteção dos direitos previstos no CDC; bem como as associações, contanto que legalmente constituídas há pelo menos um ano e cujos fins institucionais também consistam na defesa dos direitos estabelecidos pelo CDC, dispensando-se autorização assemblear.

Nos termos dos dois dispositivos legais supramencionados, configura-se a legitimação *ope legis* nas ações coletivas brasileiras.

Um compromisso de ajustamento de conduta pode ser extrajudicial ou judicial. Ocorre que, "sendo o ajuste celebrado em juízo, a sua legitimidade ativa é mais ampla, abrangendo todas as instituições nominadas".[474] O extrajudicial, por sua vez, restringe-se aos órgãos públicos.[475]

Explica-se. Consoante o contido no parágrafo 6.º do mesmo dispositivo da Lei n.º 7.347/1985, apenas os órgãos públicos legitimados, isto é, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia Pública possuem legitimidade para celebrar o compromisso de ajustamento de conduta extrajudicial, entretanto, esses e todos os demais colegitimados a têm para firmar o negócio judicial.[476]

Em referência ao ajustamento de conduta extrajudicial, José Marcelo Menezes Vigliar também dispôs que a sua obtenção pode ocorrer por meio de "qualquer um dos colegitimados para o ajuizamento da ação civil pública, desde que ostente a qualidade de órgão público", o que demonstra "outra vantagem desse

---

[474] RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 214.
Diz a autora: "É cabível falar em ajuste de conduta judicial e extrajudicial, porque, mesmo se tratando de questão posta em juízo, não há a possibilidade de transigir sobre o objeto do direito, apenas de definir prazos, condições, lugar e forma de cumprimento, ainda que se utilize o termo transação": *Ibidem*, p. 214.
Embora o item 4.2 deste trabalho tenha cuidado de anotar observações acerca do compromisso de ajustamento de conduta, preferiu-se registrar as suas espécies neste item, pois é da homologação delas que decorrerá a atividade judicial de controle da autocomposição coletiva.

[475] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 362.
Consoante Hugo Nigro Mazzilli: "Só podem tomar o compromisso de ajustamento de conduta os órgãos públicos legitimados à ação civil pública ou coletiva. Isso significa que não são todos os legitimados à ação civil pública ou coletiva que podem tomar compromisso de ajustamento, *mas só aqueles que somam à sua condição de legitimados ativos a condição de órgãos públicos*": MAZZILLI, Hugo Nigro. Compromisso de ajustamento de conduta: evolução e fragilidades e atuação do Ministério Público. **Revista de Direito Ambiental**, v. 41, p. 93-111, jan. 2006. p. 103-104.

[476] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 364 e 365.

instituto, qual seja, a de solucionar o conflito, sem o ajuizamento de uma demanda coletiva".[477]

Geisa de Assis Rodrigues explicou essa ampliação da legitimação para o ajuste judicial: "além dos órgãos públicos legitimados à celebração do ajuste, outros legitimados podem propor a ação civil pública, como as associações, as sociedades de economia mista e as empresas públicas, agentes no domínio econômico".[478]

No entendimento da autora, a legitimidade ativa para tomada do compromisso de ajustamento de conduta extrajudicial limita-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à União, aos Estados, aos Municípios, ao Distrito Federal, às autarquias, às fundações públicas, às agências executivas e reguladoras. Concernentemente às sociedades de economia mista e às empresas públicas, alterou o seu entendimento, passando a permitir a tomada do ajustamento de conduta extrajudicial desde que sejam prestadoras de serviços públicos e não exploradoras de atividade econômica.[479]

O controle exercido pelo órgão julgador, também denominado de controle *ope judicis*, no que concerne ao ajuste celebrado pelas partes, decorre de duas situações. O órgão público legitimado e o responsável, ao celebrarem, na via extrajudicial, um compromisso de ajustamento de conduta, podem, se assim desejarem, na forma definida nos artigos 719 e seguintes, do CPC/2015, que cuidam dos procedimentos de jurisdição voluntária, submetê-lo à homologação judicial, conforme autorizado pelo artigo 725, inciso VIII, do mesmo Código. Dessarte, a princípio, o instrumento autocompositivo teria eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do parágrafo 6.º, do artigo 5.º, da Lei n.º 7.347/1985, todavia, ao ser homologado, torna-se título executivo judicial, consoante previsão do artigo 515, inciso III, do CPC/2015.[480]

---

[477] VIGLIAR, José Marcelo Menezes. **Tutela jurisdicional coletiva**. São Paulo: Atlas, 1998. p. 135 e 136.

[478] RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 214.

[479] RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 140-142.
Hermes Zaneti Jr. e Leonardo Garcia elaboraram quadro comparativo dos compromissos de ajustamento de conduta extrajudicial e judicial. Para conferir: ZANETI JR., Hermes; GARCIA, Leonardo. **Direitos difusos e coletivos**. 9. ed. Salvador: JusPodivm, 2018. v. 28. p. 243.

[480] "Art. 725. Processar-se-á na forma estabelecida nesta Seção o pedido de: [...]. VIII - homologação de autocomposição extrajudicial, de qualquer natureza ou valor".
"Art. 515. São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título: [...]. III - a decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer

Por outro lado, com fundamento no dispositivo legal que autoriza a celebração do acordo extrajudicial, as partes também podem firmar o compromisso de ajustamento de conduta no bojo de uma ação coletiva[481], ocasião em que, ao ser homologado, passa a ter eficácia de título executivo judicial, segundo dispõe o artigo 515, inciso II, do CPC/2015[482].

A atuação jurisdicional na fase homologatória deverá recair sobre todo o conteúdo do compromisso de ajustamento de conduta, seja ele extrajudicial ou judicial.[483] Entende-se assim, justamente, pois o ajuste celebrado entre as partes deve substancialmente tutelar o direito transindividual violado, até porque, como relatou Rodolfo de Camargo Mancuso, "o resultado prático alcançado com o cumprimento do ajustamento de conduta" deve coincidir ou ficar "o mais próximo possível daquele que seria obtido com a execução forçada do julgado".[484]

Nesse sentido, pontua Alexandre Amaral Gavronski:

> O objeto do TAC, instrumento previsto na lei da ação civil pública, é o mesmo desta ação e igualmente amplo, visto que se destina a dispensá-la: o cumprimento de obrigações de fazer e não fazer e a condenação em dinheiro (art. 3.º, LACP).[485]

Dessarte, o negócio jurídico avençado com o responsável deve reconhecer, em seu bojo, aquilo que porventura poderia vir a ser objeto de uma demanda coletiva, já que, com a celebração do compromisso de ajustamento de conduta extrajudicial, o legitimado ativo coletivo, implicitamente, deixa de ajuizar a ação de conhecimento, bem como, de outro modo, o que já estaria sendo postulado na via judicial, todavia, as partes resolveram firmar o ajuste. Ou seja, a tutela oferecida por um compromisso de ajustamento de conduta deve coadunar-se com a que seria alcançada com a tramitação regular de um processo coletivo.

---

natureza": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acessos em: jul. 2019.

[481] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 362.

[482] "Art. 515. São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título: [...]. II - a decisão homologatória de autocomposição judicial": http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: jul. 2019.

[483] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 220, 378-380.

[484] MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação civil pública**: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores. Lei n.º 7.347/1985 e legislação complementar. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 331.

[485] GAVRONSKI, Alexandre Amaral. Autocomposição no novo CPC e nas ações coletivas. *In*: DIDIER JR., Fredie (Coord. geral); ZANETI JR., Hermes (Coord.). **Coleção repercussões do novo CPC**: processo coletivo. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 8. p. 346.

Oras! Se pela ida de um compromisso de ajustamento de conduta não for possível garantir a tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, adequada e integralmente, se isso não for o objetivo precípuo do negócio jurídico, é preferível, então, propor a ação coletiva cabível.

Em referência ao controle sobre o compromisso de ajustamento de conduta, Alexandre Amaral Gavronski disse:

> *Ofenderia os princípios mais básicos de interpretação jurídica entender que os legitimados coletivos podem compor com os responsáveis fora do processo judicial, sem qualquer fiscalização, e não podem fazê-lo no curso da ação civil pública*, em que a solução ficará sujeita à apreciação judicial, para homologação ou, no mínimo, análise da validade sob a perspectiva da perda do interesse processual na continuidade da ação [...].[486]

Posto isso, ao receber o pedido de homologação do ajustamento de conduta, extrajudicial ou judicial, o órgão jurisdicional, de pronto, deve verificar se a parte compromitente possui autorização legal para conduzir a autocomposição direta, ou seja, se pode, nos termos dos incisos dos artigos 5.º, da Lei n.º 7.347/1985 e do 82, do CDC, na forma outrora explicada, substituir os titulares do direito coletivo *lato sensu* no negócio jurídico que lhe é apresentado. Assim procedendo, está feita a primeira fase do controle *ope judicis*.[487]

Por conseguinte, o juiz deve realizar o controle *in concreto* da legitimação coletiva *ope legis* segundo as suas características. Deve, pois, examinar, fundamentadamente, se o colegitimado que tomou o compromisso do responsável pela ameaça ou pelo dano mostrou ser o representante adequado dos direitos pertencentes àqueles a quem substituiu. Aqui se encontra a segunda fase do controle *ope judicis*.[488]

---

[486] GAVRONSKI, Alexandre Amaral. Autocomposição no novo CPC e nas ações coletivas. *In*: DIDIER JR., Fredie (Coord. geral); ZANETI JR., Hermes (Coord.). **Coleção repercussões do novo CPC**: processo coletivo. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 8. p. 346 e 347.

[487] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 222, 378 e 383.

[488] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 221 e 222.
Relativamente a essa segunda fase, Hermes Zaneti Jr. em outro texto dispôs: “Entendemos que, justamente neste segundo momento, deverá o juiz proceder à verificação da legitimação conglobante, isto é, se estão presentes os elementos indicativos de que haverá adequada representação pelo legitimado sem que este esteja contrariando o ordenamento jurídico e a finalidade da tutela coletiva”: ZANETI JR., Hermes. A legitimação conglobante nas ações coletivas: a substituição processual decorrente do ordenamento jurídico. Homenagem ao Prof. Dr. José Manuel de Arruda Alvim. **Revista Videre**, Dourados, MS, ano 2, n. 3, p. 101-116, jan./jun. 2010. p. 113 e 114.

A *adequacy of representation*, como é chamada a representação adequada pela doutrina nacional[489], decorre da *Federal Rules of Civil Procedure* de 1966, onde estão previstas as regras processuais civis para os tribunais distritais dos Estados Unidos da América. O Título IV, que cuida das Partes, precisamente a *Rule 23*, dispõe sobre as *class actions*. O regime das *class actions* do Direito norte-americano tem por pré-requisito que o representante do grupo defenda de maneira justa e adequada os interesses da classe[490].

Sabe-se, a esse respeito, que a representação adequada não foi expressamente prevista no ordenamento jurídico brasileiro[491] como o foi no sistema das ações de classe dos países de tradição *common law*. Todavia, conquanto isso se dê e no que diz respeito à tutela jurisdicional efetiva dos direitos coletivos *lato*

---

[489] Cita-se: GIDI, Antonio. **Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo**: a codificação das ações coletivas no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2008. p. 87; GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; NERY JUNIOR, Nelson. **Código brasileiro de defesa do consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto. Processo coletivo: arts. 81 a 104 e 109 a 119. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 2. p. 178; DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 225.

[490] O texto integral das *Federal Rules of Civil Procedure* de 1966 pode ser encontrado em: <https://www.law.cornell.edu/rules/frcp>. Acesso em: jun. 2019.
Já a *Rule 23* encontra-se disponível em: <https://www.law.cornell.edu/rules/frcp/rule_23>. Acesso em: jun. 2019.
Para exemplificar a aplicação da representação adequada na *Rule 23*, vale reproduzir:
"(a) *PREREQUISITES*. *One or more members of a class may sue or be sued as representative parties on behalf of all members only if*: [...]. (4) *the representative parties* ***will fairly and adequately protect*** *the interests of the class*".
"(d) *CONDUCTING THE ACTION*. (1) *In General. In conducting an action under this rule, the court may issue orders that*: [...]. (B) *require—to protect class members and fairly conduct the action—giving appropriate notice to some or all class members of*: [...]. (iii) ***the members' opportunity to signify whether they consider the representation fair and adequate****, to intervene and present claims or defenses, or to otherwise come into the action*".
"(2) *Approval of the Proposal. If the proposal would bind class members, the court may approve it only after a hearing and only on finding that it is fair, reasonable, and adequate after considering whether*: (A) ***the class representatives and class counsel have adequately represented the class***".
Para mais constatações semelhantes, basta acessar a *Rule 23* e pesquisar (Ctrl F) pelas expressões "adequately protect", "adequate", "adequately represented" e "adequate representation".
As *class actions* norte-americanas contam ainda com mais duas regras, a saber: *Rule 23.1. Derivative Actions* e *Rule 23.2. Actions Relating to Unincorporated Associations*, as quais podem ser verificadas, respectivamente, em: <https://www.law.cornell.edu/rules/frcp/rule_23.1> e <https://www.law.cornell.edu/rules/frcp/rule_23.2>. Acessos em: jun. 2019.

[491] "A proposta original da Lei da Ação Civil Pública brasileira, que não entrou em vigor, o chamado Projeto Bierrenbach, previa que o juiz deveria avaliar a adequação do representante caso a caso. Essa disciplina flexível oferecia uma solução superior àquela adotada pelo texto aprovado da lei. O fato de esse dispositivo não ter entrado em vigor na versão final da lei levou a que se considerasse que, no Brasil, o controle judicial da adequação do representante está proibido": GIDI, Antonio. A representação adequada nas ações coletivas brasileiras: uma proposta. **Revista de Processo**, n. 108, São Paulo, p. 61-70, out./dez. 2002. p. 69.

sensu, não se pode afirmar que o sistema nacional é contrário ao controle jurisdicional *in concreto*.[492]

Ademais, Antonio Gidi, ao propor a representação adequada para o direito brasileiro, esclareceu:

> Esta proposta, porém, não é *de lege ferenda*, mas *de lege lata*. Ou seja, é independente de reforma legislativa. Basta um juiz competente e interessado. Apesar de não estar expressamente previsto em lei, o juiz brasileiro não somente *pode*, como *tem o dever* de avaliar a adequada representação dos interesses do grupo em juízo.[493]

Ada Pellegrini Grinover assim asseverou: "quer-me parecer que o sistema brasileiro, embora não o afirme expressamente, não é avesso ao controle da 'representatividade adequada' pelo juiz, em cada caso concreto"[494]. Inclusive, em outro texto, registrando a mudança de posição, afirmou:

> Nas edições anteriores desta obra sustentamos que o sistema brasileiro não havia escolhido o caminho da "representatividade adequada", satisfazendo-se com o critério legal da legitimação. Contudo, voltando ao tema 10 anos depois, quer-nos parecer que a aferição, pelo juiz brasileiro, não é proibida, mas antes é recomendada pelo sistema, *de lege lata*.[495]

Dessarte, tal possibilidade sucederia do artigo 82, parágrafo 1.º, do CDC, uma vez que o juiz está autorizado a dispensar a associação do requisito de pré-constituição há pelo menos um ano, então estabelecido no inciso IV, do mesmo dispositivo legal, "quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido". Desse artigo de lei, a autora concluiu que a admissão do exame jurisdicional *in concreto*, para conferir legitimidade coletiva ativa à associação constituída a menos de um

---

[492] No âmbito do Direito do Trabalho, Cláudio Jannotti da Rocha, inclusive, admite o controle da dispensa coletiva pelo Poder Judiciário através dos mecanismos processuais tradicionais, a saber, da ação civil pública, da ação civil coletiva, da ação popular, do dissídio coletivo e da ação individual. Quanto a esta última, explica: "[...] por se tratar também de um direito individual homogêneo, tem-se a possibilidade de qualquer empregado dispensado ingressar com uma ação individual trabalhista para defender, privativamente, seus interesses". Conforme: ROCHA, Cláudio Jannotti da. **A tutela jurisdicional metaindividual trabalhista contra a dispensa coletiva no Brasil**. São Paulo: LTr, 2017. p. 144-168. A citação encontra-se precisamente na página 145.
Na obra, o autor ainda propõe um projeto de lei para dispensa coletiva brasileira, ocasião em que, no artigo 11, aponta os legitimados a questionar judicialmente a sua validade: *Ibidem*, p. 175-177.

[493] GIDI, Antonio. A representação adequada nas ações coletivas brasileiras: uma proposta. **Revista de Processo**, n. 108, São Paulo, p. 61-70, out./dez. 2002. p. 68.

[494] GRINOVER, Ada Pellegrini. Ações coletivas ibero-americanas: novas questões sobre a legitimação e a coisa julgada. **Revista Forense**, n. 361, v. 98, p. 3-12, mai./jun. 2002.

[495] GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; NERY JUNIOR, Nelson. **Código brasileiro de defesa do consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto. Processo coletivo: arts. 81 a 104 e 109 a 119. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 2. p. 178.
A autora, ao citar o seu entendimento anterior, referiu-se à obra: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al*. **Código brasileiro de defesa do consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. p. 802-806.

ano, desde que verificadas uma das situações supra-apontadas, aproxima-se "do exame da 'representatividade adequada', podendo-se afirmar que, *a contrario sensu*, *o juiz pode negar a referida legitimação, quando entender não presentes os requisitos da adequação*".[496]

Dessa maneira procedeu a 2.ª Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) que, por unanimidade, ao julgar o recurso de apelação n.º 173.221-4, interposto pela União de Bancos Brasileiros S/A (Unibanco) em face do Instituto Brasileiro de Defesa do Cidadão (IBDCI), exarou o acordão n.º 26042, reformando a sentença de piso, prolatada pela 10.ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para extinguir o feito, sem julgamento do mérito, em razão da ilegitimidade ativa *ad causam* do IBDCI para propositura da ação civil pública, já que, apesar de constituído há menos de um ano do seu registro, não preencheu as condições determinadas pelo parágrafo 1.º, do artigo 82, do CDC, quais sejam, manifesto interesse social ou relevância do bem jurídico defendido.[497]

---

[496] GRINOVER, Ada Pellegrini. Ações coletivas ibero-americanas: novas questões sobre a legitimação e a coisa julgada. **Revista Forense**, n. 361, v. 98, p. 3-12, mai./jun. 2002. Destaque nosso.

Diz o artigo 82, inciso IV e parágrafo 1.º: "Art. 82. Para os fins do art. 81, parágrafo único, são legitimados concorrentemente: [...]. IV - as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por este código, dispensada a autorização assemblear. § 1.º. O requisito da pré-constituição pode ser dispensado pelo juiz, nas ações previstas nos arts. 91 e seguintes, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078compilado.htm>. Acesso em: jun. 2019.

[497] Todas essas informações e as que seguem abaixo foram retiradas de: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/1459589/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-173221-4#integra_1459589>. Acesso em: jun. 2019.

A 10.ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba havia julgado procedente o pedido do IBDCI "'para reconhecer o direito dos titulares de cadernetas de poupança' às diferenças de correção mediante índices postulados na inicial".

Segue o inteiro teor da ementa: "APELAÇÃO CÍVEL. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**. **ASSOCIAÇÃO AUTORA**. CONSTITUIÇÃO. REGISTRO. **REQUISITO TEMPORAL (1 ANO) ART. 82 DO CDC**. **INOBSERVÂNCIA**. **EXTINÇÃO DO FEITO**. **EXCEÇÃO DO § 1.º**. **INAPLICABILIDADE**. **MANIFESTO INTERESSE SOCIAL OU RELEVÂNCIA DO BEM JURÍDICO**. **INEXISTÊNCIA**. **SENTENÇA REFORMADA**. **Inexistindo manifesto interesse social ou relevância do bem jurídico defendido na ação civil pública proposta por associação legalmente constituída há menos de um ano do ajuizamento, deve ser extinto o feito por ilegitimidade ativa**. **Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro** (art. 45, do CC/2002; art. 119, da LRP). O disposto nos artigos 18, da Lei n.º 8.347/85 e 87, do CDC não se aplica às partes não legitimadas para a ação, cabendo a condenação sucumbencial prevista no CPC, independentemente de má-fé" (TJPR – 2.ª Câmara Cível – Relator: Desembargador Péricles Bellusci de Batista Pereira – Julgamento: 14/02/2006).

A 2.ª Câmara Cível seguiu por unanimidade o voto do relator desembargador Péricles Bellusci de Batista Pereira, cujo inteiro teor também pode ser verificado em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/1459589/Acórdão-173221-4#integra_1459589>. Acesso em: jun. 2019.

Oportuno registrar ainda que, como visto no caso suprarrelacionado, o exame da legitimação *ad causam* foi realizado em segunda instância. No entanto, a 4.ª Turma do STJ, por unanimidade, no julgamento do Recurso Especial n.º 1.213.614/RJ, ao examinar ação coletiva voltada à defesa de interesses de consumidores, afastou, *in concreto*, a presunção de adequação da legitimidade ativa *ope legis* de associação e reconheceu ao magistrado a possibilidade de exercer, fundamentadamente, "mesmo que de ofício, o controle de idoneidade (adequação da representatividade) para aferir/afastar a legitimação *ad causam* de associação", tendo em vista que "é poder-dever do juiz, na direção do processo, prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça".[498]

Ada Pellegrini Grinover salientou que a possibilidade de análise da representatividade adequada também decorreria da mudança jurisprudencial ocorrida no sistema brasileiro que passou a admitir o ajuizamento de ação coletiva pelo Ministério Público para tutela de direitos individuais homogêneos "somente na hipótese de o juiz reconhecer a relevância social dos referidos interesses". Isso,

---

[498] Tais informações encontram-se disponíveis em: <https://ww2.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=53003452&tipo=41&nreg=201001693440&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20151026&formato=PDF&salvar=false> e <https://ww2.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=52513479&tipo=91&nreg=201001693440&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20151026&formato=PDF&salvar=false> (p. 1, 4, 5, 14 e 15). Acessos em: jun. 2019.
No último endereço eletrônico citado acima é possível encontrar o relatório, o voto do ministro relator Luis Felipe Salomão e a ementa do Recurso Especial n.º 1.213.614/RJ (2010/0169344-0), então julgado em 01/10/2015.
Segue breve histórico do caso: A Associação Brasileira do Consumidor (Abracon) propôs ação civil pública em face da Caixa Econômica Federal, uma vez que "entre os consumidores e a ré havia um contrato de depósito, existindo direito adquirido dos poupadores à correção monetária de suas cadernetas de poupança, com o pagamento dos expurgos inflacionários dos Planos Bresser e Verão". Contudo, o juízo de primeira instância (26.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro) "extinguiu o processo, sem resolução do mérito, perfilhando o entendimento de não haver 'utilidade da presente demanda, levando-se em conta o pouco proveito prático que poderia ser obtido pelos consumidores'". Diante disso, a Abracon interpôs recurso de apelação no Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, o qual "negou provimento ao recurso", com fulcros nos seguintes motivos: "1. É correta a sentença que indefere a inicial de ação coletiva, quando assinalada a falta de solidez de entidade montada para fins genéricos. Entidade vaga que se arvora em representante de toda a população de poupadores, sem que os interessados conheçam a entidade, saibam da questão, e sem que o próprio Judiciário, muitas vezes, se dê conta dos problemas gerados com tais pseudo ações coletivas [...]. 2. No caso, supostamente a associação é composta por muitas pessoas famosas, mas todas com endereço em um único local. Apenas isso já mostra indícios de algo que deve ser apurado. 3. Associação com finalidade muito genérica não preenche os requisitos do art. 5.º, II, da Lei n.º 7.347/1985. 4. Agravo interno não provido. Apelo desprovido". A Abracon, por sua vez, interpôs recurso especial no STJ "com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, sustentando divergência jurisprudencial, omissão e violação aos arts. 6.º, 81, 82, 83 e 87, do CDC; 1.º, 5.º e 18, da Lei n.º 7.347/1985 e 267 e 535, do CPC, defende também haver omissão e ter legitimidade e interesse de agir": <https://ww2.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=52513479&tipo=91&nreg=201001693440&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20151026&formato=PDF&salvar=false>. Acesso em: jun. 2019. p. 1 e 2.

pois, nos termos do artigo 127, *caput*, da CRFB/1988, o *Parquet* tem por função institucional a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e *individuais indisponíveis* e os direitos individuais homogêneos consistiriam em direitos *individuais disponíveis*. Assim sendo, preconizou a autora que o exame da legitimidade ativa do Ministério Público para defesa de direitos individuais homogêneos, realizado "caso a caso" pelo órgão jurisdicional, à vista de reconhecer ou não o relevante interesse social, "implica a análise de algo muito próximo à representatividade adequada, dependendo do objeto da demanda ou da quantidade de pessoas envolvidas na causa".[499]

A esse respeito, o STF, inclusive, ante o reconhecimento de repercussão geral da matéria inserta no Tema 471, acerca da legitimidade do *Parquet* para propor ação civil pública em defesa de interesses de beneficiários do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (Seguro DPVAT), julgou o mérito do Recurso Extraordinário n.º 631.111/GO, interposto pelo MPF em face de Marítima Seguros S/A e, por unanimidade, deu provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, ministro Teori Zavascki, fixando tese, com o seguinte teor:

> Com fundamento no art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público está legitimado a promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo de natureza disponível, quando a lesão a tais direitos, visualizada em seu conjunto, em forma coletiva e impessoal, transcender a esfera de interesses puramente particulares, passando a comprometer relevantes interesses sociais.[500]

Ocorre que, nesse mesmo precedente, o STF também decidiu que, num primeiro momento, cabe ao Ministério Público a identificação de situações ofensivas a direitos individuais homogêneos capazes de comprometer interesses sociais qualificados e, por conseguinte, a promoção da tutela jurisdicional cabível; contudo, num segundo, sobrevém o controle do órgão judicial: "*cabe ao Judiciário, com efeito, a palavra final sobre a adequada legitimação para a causa, sendo que, por se tratar de matéria de ordem pública, dela pode o juiz conhecer até mesmo de ofício*", com fulcro nos artigos 267, inciso VI e parágrafo 3.º e 301, inciso VIII e parágrafo 4.º,

---

[499] GRINOVER, Ada Pellegrini. Ações coletivas ibero-americanas: novas questões sobre a legitimação e a coisa julgada. **Revista Forense**, n. 361, v. 98, p. 3-12, mai./jun. 2002.

[500] Conforme informações disponíveis em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28N%DACLEO+DE+HOMOGENEIDADE%29&base=baseAcordaos&url=Error>. Acesso em: jun. 2019.

ambos do CPC/1973 (respectivamente, artigos 485, inciso VI, parágrafo 3.º e 337, inciso IX, parágrafo 5.º, do CPC/2015).[501]

Recentemente, em 4 de junho de 2019, a 2.ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), ao julgar a Apelação n.º 1008272-27.2014.8.26.0405, aferiu *in concreto* a representação adequada da Associação Paulista de Consumidores "para ajuizar e conduzir ação civil pública em prol de consumidores, que figuravam como promitentes compradores de unidade condominial":

> "Não obstante no sistema 'ope legis' adotado no Brasil haja presunção absoluta de representatividade adequada, caso tenham sido preenchidos os requisitos legais da pré-constituição e pertinência temática, a 4.ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, em precedente inovador e aproximando-se do modelo norte-americano das 'class actions', considerou que tal presunção é apenas relativa, cabendo ao órgão julgador verificar, no caso concreto, a adequada representatividade da associação [...]. Esta nova perspectiva, além de inovadora, tem sido fundamental para coibir abusos praticados por determinadas entidades civis, as quais, não obstante preencham, de forma objetiva, os requisitos do artigo 5.º, inciso V, alíneas 'a' e 'b' da Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/1985), valem-se dos benefícios do artigo 18 da referida lei para litigar em demandas de valor da causa de elevada monta, sem a necessidade do adiantamento das custas e despesas processuais, e sem o risco da sucumbência, apenas visando ao recebimento de honorários". [...] "tem manejado uma série de ações civis públicas perante este TJ-SP visando a discutir a nulidade de cláusulas inseridas em contratos de adesão relativos a empreendimentos no ramo da construção civil e também do turismo. Tem-se constatado, todavia, fortes indícios de atuação fraudulenta na referida associação, com desvirtuamento de suas finalidades, uma vez que se volta a propor demandas coletivas, cujos objetivos imediatos se voltam a beneficiar os advogados que a compõem e não os consumidores propriamente ditos, uma vez que tem se verificado que nos casos em que ela se sagra vitoriosa, são poucos os consumidores que se habilitam [...]".[502]

---

[501] Segundo: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7100794>. Acesso em: jun. 2019. p. 3 e 32.
Dizem os artigos 485, inciso VI, parágrafo 3.º e 337, inciso IX, parágrafo 5.º, do CPC/2015: "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: [...]. VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual. [...]. § 3.º. O juiz conhecerá de ofício da matéria constante dos incisos IV, V, VI e IX, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado". E, "Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: [...]. IX - incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização. [...]. § 5.º. Excetuadas a convenção de arbitragem e a incompetência relativa, o juiz conhecerá de ofício das matérias enumeradas neste artigo": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acessos em: jun. 2019.
Em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7100794> é possível encontrar o relatório, o voto do ministro relator Teori Zavascki e o acompanhamento dos demais ministros, assim como a ementa do Recurso Extraordinário n.º 631.111/GO, julgado em 07/08/2014.
Por fim, vale ressaltar a importância desse julgamento para o processo coletivo brasileiro, tendo em vista ser nele firmados os conceitos de "núcleo de homogeneidade" e "margem de heterogeneidade" dos direitos individuais homogêneos. Vide páginas 10-14 do documento contido no endereço eletrônico acima apontado.

[502] Tais informações foram retiradas de uma coluna do *Conjur*, de autoria de José Rogério Cruz e Tucci, pois na consulta processual realizada no endereço eletrônico do TJSP não foi possível acessar o inteiro teor do acórdão, já que o processo encontra-se em segredo de justiça: CRUZ E TUCCI, José Rogério. O tema das ações coletivas num acórdão que enaltece o TJ-SP. **Revista Consultor**

Além do mais, especificamente no que concerne à autocomposição, impende observar certo dispositivo do CPC/2015. Segundo o artigo 725, inciso VIII, dessa Codificação, o pedido de homologação judicial de autocomposição extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, será processado na forma então estabelecida para os procedimentos de jurisdição voluntária. Dessa maneira, dentre os dispositivos processuais que regulam a tramitação de tal procedimento, insere-se o artigo 723, do CPC/2015. O seu parágrafo único, em especial, merece toda a atenção, uma vez que, consoante previsto, "o juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna".[503]

Ao comentar o artigo 723, Daniel Amorim Assumpção Neves explicou que o seu parágrafo expressamente previu o *juízo de equidade*, então referido no artigo 140, parágrafo único, do CPC/2015. Esclareceu o entendimento da doutrina no sentido de que "tal dispositivo consagra a possibilidade de o juiz se valer de um juízo de equidade na solução das demandas de jurisdição voluntária, reconhecendo-se a presença de certa discricionariedade do juiz". O autor, ao seguir, pelo menos em parte, a corrente doutrinária majoritária, salientou que o artigo 723, em seu parágrafo único, ao afastar o juízo de legalidade estrita, confere ao órgão jurisdicional "discricionariedade para resolver a demanda da forma mais oportuna e conveniente, ainda que contrariamente à lei, sempre observando o que será melhor para as partes e para o bem comum".[504]

Não obstante o artigo 1.109 do CPC/1973 apresentasse redação similar à contida no artigo 723, parágrafo único, do CPC/2015, admitindo, assim, o juízo de equidade já na codificação anterior, o pedido de homologação de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza ou valor, atualmente previsto no inciso VIII, do

---

Jurídico, jul. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-02/paradoxo-corte-tema-acoes-coletivas-num-acordao-enaltece-tj-sp>. Acesso em: jul. 2019.
O "precedente inovador" da 4.ª Turma do STJ, então citado pela desembargadora relatora, foi apresentado no corpo deste texto quando se fez referência ao julgamento do Recurso Especial n.º 1.213.614/RJ pela dita turma.

[503] "Art. 723. O juiz decidirá o pedido no prazo de 10 (dez) dias. Parágrafo único. O juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: jul. 2019.

[504] NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Novo Código de Processo Civil comentado**: artigo por artigo. Salvador: JusPodivm, 2016. p. 1.141 e 1.142.
"Art. 140. O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico. Parágrafo único. O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: jul. 2019.

artigo 725, do CPC/2015 não se encontrava no rol do artigo 1.112, do CPC/1973, que também cuidava do processamento de pedidos sujeitos ao procedimento de jurisdição voluntária.[505] É nítida a mudança de pensamento do legislador processual. Veja-se que o juiz deixa de ser coadjuvante, como o era, em regra, ao chancelar acordos, notadamente no campo privado e, passa a ser ator principal.

Assim, sendo certo que, articuladamente com o microssistema legal de proteção aos direitos transindividuais, o CPC/2015, por diálogo de fontes, aplica-se ao Direito Processual Coletivo brasileiro, e à vista de os pedidos de homologação de autocomposição extrajudicial, frisa-se, de *qualquer natureza*, sujeitarem-se ao juízo de equidade, do parágrafo único, do artigo 723, arrisca-se dizer que o juiz não é de todo vinculado à legitimação coletiva ativa definida nos incisos dos artigos 5.º, da Lei da Ação Civil Pública e 82, do CDC, podendo, justificadamente e de modo a não ferir o princípio da imparcialidade que lhe é inerente, invocar o juízo de equidade para, em cada requerimento de homologação do ajuste extrajudicial firmado entre as partes, adotar, *in concreto*, a solução que for mais conveniente e oportuna à tutela adequada e integral dos direitos coletivos *lato sensu* discutidos.[506]

Entende-se ainda que o rol de incisos do artigo 725 do CPC/2015 não se ocupou da autocomposição firmada no bojo de um processo judicial, pois dele se presume que o órgão jurisdicional esteve mais próximo.

A respeito da atividade do juiz, avaliam e complementam Didier Jr. e Zaneti Jr.:

> A atividade do juiz [...] não será, contudo, meramente confirmatória do acordo, em juízo simplista de delibação, no qual se verificam apenas os aspectos formais de representação das partes. O juiz, nestas oportunidades, deverá proceder a um verdadeiro exame de mérito do compromisso [...].[507]

Desse modo, não somente a legitimação *in concreto*, mas outros critérios devem ser fundamentadamente analisados pelo juiz, a partir do conteúdo do ajuste,

---

[505] Vale apontar:
"Art. 1.109. O juiz decidirá o pedido no prazo de 10 (dez) dias; não é, porém, obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que reputar mais conveniente ou oportuna". E, "Art. 1.112. Processar-se-á na forma estabelecida neste Capítulo o pedido de: I - emancipação; II - sub-rogação; III - alienação, arrendamento ou oneração de bens dotais, de menores, de órfãos e de interditos; IV - alienação, locação e administração da coisa comum; V - alienação de quinhão em coisa comum; Vl - extinção de usufruto e de fideicomisso": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869impressao.htm>. Acessos em: jul. 2019.

[506] Deseja-se registrar que o raciocínio contido nesse parágrafo consiste em ideias iniciais, desenvolvidas no transcorrer do estudo para a elaboração desta dissertação.

[507] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 379 e 380.

pois, para melhor conduzi-lo, o legitimado ativo tomador do compromisso deve reunir atributos capazes de propiciar a representação adequada dos titulares dos direitos coletivos *lato sensu*.[508]

No Anteprojeto Original do Código de Processo Civil Coletivo, Antonio Gidi esclareceu que, entre outros fatores, para examinar a adequação do representante do grupo, o juiz analisará a sua competência, honestidade, capacidade, prestígio e experiência; o seu histórico na proteção judicial e extrajudicial dos interesses do grupo; a sua conduta e participação no processo coletivo e em outros processos anteriores; a sua capacidade financeira para prosseguir na ação coletiva, bem como o seu tempo de instituição e o grau de representatividade perante o grupo.[509]

Nesse mesmo anteprojeto, o autor dedica o artigo 14 para o que denominou de *acordo coletivo adequado*. Abaixo, os principais trechos do referido artigo.

> **Artigo 14. Acordo Adequado**
> **14.** O representante do grupo poderá entrar em acordo com a parte contrária ao grupo. Se os termos do acordo forem adequados para tutelar os direitos e interesses do grupo e de seus membros, o juiz o homologará através de sentença motivada e o acordo vinculará a todos [...].
> [...].
> **14.3** O Ministério Público e os intervenientes têm o direito de participar em todas as fases da negociação do acordo coletivo.
> [...].
> **14.6** Se o juiz considerar a proposta de acordo satisfatória, notificará amplamente o grupo e seus membros sobre os seus termos e promoverá uma audiência pública de aprovação, onde o juiz ouvirá os interessados [...].
> [...].
> **14.8** Qualquer interessado poderá apresentar, independentemente de advogado, as razões contra ou a favor da proposta de acordo. O juiz poderá atribuir a um dos interessados ou a pessoa de sua confiança a apresentação de uma peça única, com o resumo de todos os argumentos levantados.
> [...].
> **14.10** O juiz avaliará cuidadosamente a proposta de acordo, levando em consideração fatores como:
> **14.10.1** os argumentos favoráveis e contrários à proposta de acordo;
> **14.10.2** as questões de fato e de direito envolvidas no litígio;
> **14.10.3** a probabilidade de procedência ou improcedência da pretensão coletiva;
> **14.10.4** os riscos envolvidos no litígio;
> **14.10.5** a complexidade, o custo e a duração do processo coletivo;
> **14.10.6** a suficiência das provas disponíveis e da fundamentação jurídica da pretensão do grupo no momento da realização do acordo e a possibilidade de que outras informações ou provas venham a ser descobertas durante o desenrolar do processo;

[508] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 221 e 222.
[509] GIDI, Antonio. **Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo**: a codificação das ações coletivas no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2008. p. 74.

> **14.10.7** a comparação entre uma eventual sentença de procedência da pretensão coletiva e a proposta de acordo.[510]

Consoante o controle judicial da autocomposição coletiva, Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr. ressaltam:

> Primeiro, há necessidade de tutela do objeto litigioso do processo, presente o interesse público, por se tratar de direitos de natureza coletiva; segundo, há necessidade da participação dos grupos que serão afetados pela decisão e da participação dos colegitimados, pelo menos potencialmente, no âmbito do acordo a ser firmado (ou seja, é preciso garantir a adequada representação desses grupos); terceiro, há a intervenção obrigatória do Ministério Público em todos os processos que tratam dos direitos coletivos em sentido lato.[511]

Geisa de Assis Rodrigues, inclusive, observa quais fatores que o órgão jurisdicional deverá avaliar:

> Havendo a proposta de acordo, cabe ao magistrado avaliar sua adequação, agindo como um guardião do direito transindividual. Vários são os fatores que o magistrado deve levar em conta na apreciação do acordo, dentre eles, podemos citar: ***a) a possibilidade de reparação integral do direito transindividual violado***; b) não sendo possível a reparação integral a adequação das medidas compensatórias, ou de ressarcimento, podendo até se valer, para tanto, de perito judicial; ***c) a eventual existência de oposição aos termos do acordo por parte de outro colegitimado, ou pela sociedade em geral, e o Ministério Público deve ser necessariamente ouvido sobre a proposta de ajuste***; d) as probabilidades de sucesso do processo judicial; ***e) a complexidade das questões de fato e de direito do caso***; f) a economia de custos processuais se o litígio for abreviado; g) a viabilidade do acordo, para que não haja pendenga futura sobre a possibilidade de seu cumprimento; h) a adoção de procedimentos que garantam a publicidade do ajuste, em especial quando a questão em juízo tiver grande repercussão social.[512]

Após exame do acordo, o juiz poderá homologá-lo integral ou parcialmente, deixar de homologá-lo, bem como recomendar determinadas alterações às partes celebrantes.[513]

4.3 SOB A ÓPTICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL COLETIVO BRASILEIRO: ANALISANDO O TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

---

[510] GIDI, Antonio. **Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo**: a codificação das ações coletivas no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2008. p. 266 e 267.

[511] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 379.

[512] RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 218 e 219. Destaque nosso.

[513] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 378 e 380.

As consequências da homologação judicial do TTAC e as vias de impugnação serão apresentadas ao final do próximo item.

Como visto, a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais federais, mineiros e capixabas, no caso autarquias federais e estaduais e uma fundação de direito público, propuseram, em 30 de novembro de 2015, ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, em face das empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. à vista dos danos ambientais e socioeconômicos causados pelo rompimento da barragem Fundão, em Mariana/MG.

Em 2 de março de 2016, as partes firmaram, extrajudicialmente, Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) que, por sua vez, em 5 de maio de 2016, foi levado ao Sistema de Conciliação do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (SistCon/TRF-1) para homologação judicial.

Ocorre que, ao analisar a ata da audiência realizada em âmbito do SistCon/TRF-1, nota-se que, não foi efetivado o devido controle *ope judicis* quando da homologação do TTAC.

Para tanto, de pronto, era de fundamental importância que, ao receber, em 30 de abril de 2016, a petição dirigida pelos legitimados informando a celebração do TTAC e requerendo a sua homologação, a coordenação-geral do SistCon/TRF-1 houvesse formulado pedido de cooperação jurisdicional na forma de prestação de informações (artigo 69, inciso III, do CPC/2015) ao Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais para que, a partir das informações obtidas, exercesse o controle de legalidade do acordo extrajudicial firmado, bem como, sendo o caso, aferisse a representação adequada da União, dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e de seus órgãos.

Por meio da formulação do pedido de cooperação jurisdicional, a coordenação geral do SistCon/TRF-1, por exemplo, tomaria conhecimento da decisão liminar deferida em 11 de janeiro de 2016 pela ministra Laurita Vaz, vice-presidente do STJ, no exercício da presidência, no âmbito do Conflito de Competência n.º 144.922/MG que designou a competência, mesmo que provisória, do Juízo *a quo*. Vale lembrar que, na ocasião, a 1.ª Seção do STJ ainda não havia determinado a competência definitiva do Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, o que só foi ocorrer em 22 de junho de 2016.

No mais, o Juízo postulante poderia informar-se acerca do estado do processo, notadamente no que se refere ao cumprimento pelas empresas rés das medidas cautelares e de antecipação de tutela, concedidas liminarmente no bojo da

ação civil pública proposta pela União e pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e demais órgãos para contenção e reparação dos danos sociais, ambientais e econômicos causados pelo Desastre do Rio Doce, já que, entre o deferimento ocorrido em 18 de dezembro de 2015 e a celebração do TTAC, em 2 de março de 2016, passaram-se 75 dias.

Também era de extrema importância saber se as partes acordantes iniciaram alguma autocomposição no Juízo federal de primeiro grau ou se algum acordo estava pendente de homologação. Certo é que, nos autos dessa ação civil pública, o MPF já havia se manifestado quanto aos "vícios" constatados no ajuste[514]. Enfim, era legítimo à coordenação geral do SistCon/TRF-1 pleitear outras informações que entendesse serem necessárias ao tratamento adequado do TTAC. De certo modo, talvez tivesse sido possível resguardar os titulares de toda uma delonga processual na tutela dos direitos coletivos *lato sensu* violados.

Ademais, tratando-se *a priori* de título executivo extrajudicial e *a posteriori* de titulo executivo judicial, em virtude da sua homologação, o órgão jurisdicional, em primeira fase de controle, deveria ter verificado se as partes compromitentes possuíam autorização legal para conduzir a autocomposição direta e celebrar o ajustamento de conduta.

Bastava consignar que, nos termos dos artigos 5.º, incisos III e IV, da Lei n.º 7.347/1985 e 82, incisos II e III, do CDC, a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e seus órgãos são legitimados ativos *ope legis* para substituir os titulares dos direitos coletivos *lato sensu* violados. Da mesma forma, sendo órgãos públicos legitimados, com fulcro no parágrafo 6.º, do artigo 5.º, da Lei n.º 7.347/1985, podem tomar, do responsável pelo dano, o compromisso de ajustamento de conduta extrajudicial.

Num segundo momento, o controle judicial deveria voltar-se a analisar *in concreto* a adequação dessa legitimação coletiva *ope legis*.

O Desastre do Rio Doce insere-se no cenário da Lei n.º 12.334/2010, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), tendo em vista que ocorreu em razão do rompimento de barragem de mineração.[515]

---

[514] **Embargos de declaração proposto pelo MPF em razão da homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento Conduta**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/docs/embargos_declaracao_-no-2-2016-mariana-samarco.pdf>. Acesso em: jun. 2016. p. 6.

[515] A Lei n.º 12.334/2010 pode ser encontrada em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12334.htm>. Acesso em: jul. 2019.

O artigo 2.º, inciso V, dessa Lei, definiu órgão fiscalizador como a "autoridade do poder público responsável pelas ações de fiscalização da segurança da barragem de sua competência". No artigo 3.º, elencou, em sete incisos, os objetivos da PNSB, dentre os quais merecem destaque os incisos IV, V e VI, que cuidam do controle das barragens pelo Poder Público.[516]

Já o artigo 5.º, esclareceu que a segurança das barragens será fiscalizada pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), inclusive pela "entidade outorgante de direitos minerários, para fins de disposição final ou temporária de rejeitos".[517]

No Brasil, a outorga de concessão de lavra para exploração de minerais cabe ao DNPM, autarquia vinculada à União que, inclusive, tem um setor específico para fiscalização da atividade minerária, denominado de Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária (Difis).

O MPF, ao ajuizar a ação civil pública comentada no item 2.3.1.2 deste trabalho, deixou clara a responsabilidade indireta e solidária dos entes federativos e das entidades da administração pública pelos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão:

> [...] para a ocorrência de um dano desta monta, concorreram falhas não só do particular explorador da atividade, mas do Estado brasileiro, em permitir que a atividade fosse desenvolvida dentro de parâmetros de segurança tais

---

No âmbito do Estado de Minas Gerais, onde ocorreram o Desastre do Rio Doce (em 5 de novembro de 2015) e o Acidente de Brumadinho (em 25 de janeiro de 2019), foi recentemente instituída uma Política Estadual de Segurança de Barragens com a promulgação da Lei n.º 23.291, de 25 de fevereiro de 2019. Essa legislação encontra-se disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23291&comp=&ano=2019&aba=js_textoOriginal#texto>. Acesso em: jul. 2019.
Sobre o Acidente de Brumadinho e para melhor entender o processo de promulgação da Política de Segurança de Barragens do Estado de Minas Gerais, recomenda-se assistir à matéria disponibilizada no endereço eletrônico a seguir, realizada pelo programa Profissão Repórter, da Rede Globo: <https://www.youtube.com/watch?v=9G9yeRE8y74>. Acesso em: jul. 2019.

[516] "Art. 3.º. São objetivos da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB): [...]. IV - criar condições para que se amplie o universo de controle de barragens pelo poder público, com base na fiscalização, orientação e correção das ações de segurança; V - coligir informações que subsidiem o gerenciamento da segurança de barragens pelos governos; VI - estabelecer conformidades de natureza técnica que permitam a avaliação da adequação aos parâmetros estabelecidos pelo poder público": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12334.htm>. Acesso em: jul. 2019.

[517] "Art. 5.º A fiscalização da segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações fiscalizatórias dos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama): I - à entidade que outorgou o direito de uso dos recursos hídricos, observado o domínio do corpo hídrico, quando o objeto for de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico; II - à entidade que concedeu ou autorizou o uso do potencial hidráulico, quando se tratar de uso preponderante para fins de geração hidrelétrica; III - à entidade outorgante de direitos minerários para fins de disposição final ou temporária de rejeitos; IV - à entidade que forneceu a licença ambiental de instalação e operação para fins de disposição de resíduos industriais": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12334.htm>. Acesso em: jul. 2019.

> que fossem incapazes de impedir a ocorrência do maior desastre ambiental do país. O Estado brasileiro tinha o dever de evitar a ocorrência deste dano e sua omissão guarda inegável nexo de causalidade com o resultado danoso verificado. A omissão e ação estatais, consistentes na ausência de efetivo exercício do poder de polícia, bem como na emissão da licença ambiental que autorizou o exercício da operação da barragem, caracterizam sua responsabilidade indireta, de natureza também objetiva, com fundamento na circunstância de a Constituição Federal estabelecer como dever do Estado a defesa do meio ambiente e sua preservação para as presentes e futuras gerações. No caso em tela, é patente a omissão da União e do Estado de Minas Gerais, por meio de seus órgãos e entidades ambientais e minerário, como Ibama, DNPM, Semad, IEF, Igam e Feam em exercer a contento seu poder de polícia, quer seja ao longo do processo de licenciamento, quer seja na fase de fiscalização da segurança da barragem de rejeitos de Fundão e da observância das condicionantes impostas. [...]. Não se pode perder de vista que o Estado de Minas Gerais, por meio dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, participou diretamente de todo o processo de licenciamento e fiscalização deficiente que culminou com o rompimento da barragem e causação do desastre ambiental.[518]

A Câmara dos Deputados também tratou do assunto, num Bloco 4, intitulado de Omissões e Falhas na Fiscalização. Na ocasião, manifestou-se o promotor de justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto, coordenador de Meio Ambiente do MPMG:

> Por mais incrível que pareça, não há, no processo de licenciamento inteiro da barragem, a apresentação do projeto executivo da barragem de Fundão. Não existe. Quando se chegou à fase de instalação do empreendimento, houve uma justificativa da empresa: olha, não há tempo hábil, eu estou apresentando alguns estudos básicos conceituais aqui. E o órgão ambiental aceitou e concedeu a licença de instalação sem que tivesse conhecimento do projeto executivo da barragem.[519]

O Movimento dos Atingidos por Barragens do Município de Mariana/MG também pontuou a responsabilidade do Estado no que concerne ao rompimento da barragem Fundão:

> A gente não pode, aqui, tirar a culpa do Estado, porque ele é quase que um parceiro nessa situação, porque, na minha opinião, ele foi omisso. Tanto na liberação quanto na fiscalização das licenças das barragens. O governo é que dava essas licenças. É o Estado que fiscalizava. Então, ele também é coautor desse crime, na minha opinião.[520]

---

[518] **Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: jul. 2019. p. 110, 111 e 113.
Os itens III.3.3 (páginas 109-114) e III.15 (páginas 158-186), da ação dita acima, tratam profundamente de tal responsabilidade.

[519] Informações retiradas de: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/520901-TRAGEDIA-EM-MARIANA-OMISSOES-E-FALHAS-NA-FISCALIZACAO-BLOCO-4.html>. Acesso em: jul. 2019.

[520] Conforme dizeres de Antonio Geraldo dos Santos, do Movimento dos Atingidos por Barragens de Mariana/MG: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/520901-TRAGEDIA-EM-MARIANA-OMISSOES-E-FALHAS-NA-FISCALIZACAO-BLOCO-4.html>. Acesso em: jul. 2019.

Ao tratarem do controle judicial no momento da homologação da autocomposição coletiva, Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr. explicaram:

> Por exemplo, se o acordo versar sobre danos ambientais nos quais se discuta, para além da responsabilidade da empresa, a responsabilidade do Estado e dos órgãos de fiscalização por omissão ou comissão, a representação adequada por parte do Estado pode estar prejudicada, havendo conflito de interesses, pois o acordo pode ser indevidamente antecipado para fins de salvaguardar a responsabilidade do próprio Estado em ações de futuras responsabilidades.[521]

Teori Albino Zavascki esclareceu que a legitimidade ativa das pessoas jurídicas de direito público interno (União, Estados e Municípios), por ora decorrente dos artigos 5.º, inciso III, da Lei da Ação Civil Pública e 82, inciso II, do CDC, não é tão ampla e incondicionada. Por exemplo, se comparada com a do Ministério Público, cujo interesse na defesa dos direitos difusos e coletivos configura-se pelo simples fato de ser essa a sua função institucional. "É diferente, entretanto, com os demais legitimados, cujas funções primordiais são outras e para as quais a atuação em defesa de direitos transindividuais se constitui atividade acessória e eventual".[522]

Dessa maneira, para os entes políticos, "a legitimação ativa deve ser associada, necessariamente, ao interesse de agir". Há, portanto, uma "condição de legitimação implícita", já que não prevista expressamente no texto normativo, isto é, não poderão ajuizar qualquer ação civil pública, todavia, tão somente, as voltadas para a tutela de direitos transindividuais relacionados às suas atividades, competências, patrimônio ou serviços. Deve, então, ser possível "identificar relação de pertinência entre o pedido formulado pela entidade autora da ação civil pública e seus próprios interesses e objetivos como instituição".[523]

Por todo o exposto, conquanto o artigo 225, *caput*, da CRFB/1988 também imponha ao Poder Público o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, *in concreto*, consoante as suas características, torna-

---

[521] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 381.

[522] ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo coletivo**: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. 2005. 290 p. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://www.lume.FURGs.br/bitstream/handle/10183/4574/000502398.pdf>. Acesso em: jul. 2019. p. 60.

A Defensoria Pública só passou a ter legitimidade para propositura da ação civil pública em 2007, com o advento da Lei n.º 11.448.

[523] ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo coletivo**: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. 2005. 290 p. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://www.lume.FURGs.br/bitstream/handle/10183/4574/000502398.pdf>. Acesso em: jul. 2019. p. 60.

se frágil a legitimidade coletiva ativa *ope legis* da União, dos Estados mineiro e capixaba e seus órgãos para firmar o TTAC. Desse modo, notadamente, a União, o Estado de Minas Gerais e seus órgãos não poderiam ser considerados legitimados adequados para tutelar os direitos coletivos *lato sensu* violados, porquanto entre eles e os grupos titulares haveria uma tendente capacidade de conflito de interesses, já que àqueles caberia a concessão de todas as licenças necessárias, bem como a efetiva fiscalização da atividade econômica desenvolvida pela empresa Samarco Mineração S/A.

No mais, era necessário que o órgão judicial examinasse, reforça-se, fundamentadamente, não somente a legitimação *in concreto* da União, dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e seus órgãos, como também outros fatores, a partir do conteúdo do acordo.

Embora a tutela coletiva seja exercida por um legitimado previamente escolhido pela lei e não pelos titulares dos direitos violados, como afirmou Antonio Gidi, “é preciso assegurar, tanto quanto possível, que o resultado obtido com a demanda coletiva não seja substancialmente diverso daquele que seria obtido, se os membros do grupo pudessem defender pessoalmente os seus direitos em juízo”.[524]

Daí exsurge que, para a adequada representação dos *absents groups* e com o fito de preservar tal resultado, é crucial que os processos de elaboração e celebração do acordo revistam-se de mecanismos capazes de garantir a participação informada, adequada e efetiva dos afetados pela homologação do ajustamento.

O Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento preconiza:

> A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos.[525]

---

[524] GIDI, Antonio. **Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo**: a codificação das ações coletivas no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2008. p. 79.

[525] **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_Rio_Meio_Ambiente_Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: jun. 2019. p. 2.

A necessidade de a participação ser informada deve-se justamente à desigualdade em regra existente entre os titulares dos direitos coletivos *lato sensu* e a outra parte envolvida. O que não pode acontecer é o grupo ser "massa de manobra" da parte *ex adversa*.

Nesse ponto, Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr. ressaltam que, na autocomposição, o juiz também deve atentar-se a fiscalizar o desequilíbrio de recursos econômicos infundido entre os acordantes, bem como o contexto de informações fornecidas.[526]

Como pontuado no item 3.3 desta dissertação, diversos problemas foram diagnosticados no TTAC. Um deles consistiu na ausência de participação informada, adequada e efetiva dos atingidos nos processos de elaboração e celebração do ajuste.[527]

É indiscutível a magnitude econômica das empresas responsáveis pelo Desastre do Rio Doce. Por isso, era de extrema necessidade que a União, os Estados mineiro e capixaba e seus órgãos defendessem com vigor os interesses dos grupos ausentes.

Com o rompimento da barragem Fundão, era imprescindível que, ao menos, a legitimada ativa *ope legis*, alicerçada no princípio da primazia do atingido[528], houvesse considerado a pauta de reivindicações apresentada pelas comunidades atingidas, assim como assegurado a sua participação efetiva na elaboração do TTAC[529].

---

[526] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 384 e 385.

[527] Com respeito ao Programa de Indenização Mediada firmado em decorrência do TTAC, Thaís Henriques Dias também constatou "falhas em pontos significativos ao êxito do programa", por exemplo, a falta de "participação popular na elaboração das diretrizes". A autora continuou: "De uma forma geral, foi possível observar também a ausência de poder deliberativo das comunidades quanto aos rumos do programa, o que demonstra a desigualdade de poder existente entre as empresas e as pessoas afetadas pelo desastre nos processos de tutela dos direitos coletivos": DIAS, Thaís Henriques. Análise da pré-execução do programa de indenização mediada e a tutela adequada dos direitos coletivos *lato sensu*. **Anais do II Congresso de Processo Civil Internacional**, Vitória, p. 556-570, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/processocivilinternacional/article/view/19865/13284>. Acesso em: jul. 2019.

[528] O princípio da primazia do atingido foi abordado por Hermes Zaneti Jr. num evento realizado na Ufes, no dia 1 de abril de 2019, cujo tema central da Mesa I, da qual participou como palestrante, era *O Direito e as Barragens*.

[529] Quanto aos atingidos pelo Desastre do Rio Doce, no item 3.3.3.1, foi apresentada a manifestação do Movimento dos Atingidos por Barragens, que pontuou as várias falhas identificadas no TTAC e reforçou a necessidade de participação direta e organizada dos atingidos nos processos decisórios.
O Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce, criado no mês de novembro de 2015, composto por mais de 50 *entidades* (http://wikiriodoce.org/F%C3%B3rum_Capixaba_em_Defesa_do_Rio_Doce), em 4 de fevereiro de 2016, publicou nota pública em prol da participação dos atingidos. A referida nota

Geisa de Assis Rodrigues advertiu que, para apreciação do ajuste, o magistrado deve avaliar “eventual existência de oposição aos termos do acordo por parte de outro colegitimado, ou pela sociedade em geral”.[530]

Dessarte, por exemplo, a realização de audiências públicas e de reuniões locais era de fundamental importância para melhor condução da tutela coletiva, porquanto, ao ouvir as inquietudes das comunidades atingidas, os legitimados estariam certos do(s) procedimento(s) jurídico(s) a ser(em) tomado(s), seja por intermédio da celebração de ajustamento de conduta, ou até mesmo do ajuizamento de ação civil pública. Certo é que a participação efetiva do grupo titular da situação jurídica coletiva é o caminho para construção democrática das soluções.

Vale reconhecer que assegurar a participação efetiva dos diversos grupos ausentes no processo de elaboração do TTAC não era e nem é tarefa fácil, até porque basta olhar a conflituosidade e a complexidade que permeiam o Desastre do Rio Doce. Todavia, esse quadro não justifica a conduta da União, dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e de seus órgãos, enquanto garantidores da tutela dos interesses de grupo. A esse respeito, disse Edilson Vitorelli:

> [...] uma teoria geral dos processos representativos considera compatível com a Constituição um processo em que a representação não seja um mecanismo de exclusão dos representados, mas proporcione a obtenção de

---

pode ser encontrada em: <http://www.cress-es.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=1154:confira-a-nota-publica-do-forum-capixaba-de-entidades-em-defesa-da-bacia-do-rio-doce&catid=40:noticias&Itemid=89>. Acesso em: jul. 2019.

Em 6 de maio de 2016, diversas entidades da sociedade civil assinaram nota pública em completo desfavor do TTAC: <https://ibase.br/pt/noticias/entidades-lancam-nota-contra-o-acordo-do-governo-com-a-samarco/>. Acesso em: jul. 2019.

As reivindicações da sociedade civil organizada também foram encaminhadas, no dia 27 de maio de 2016, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com sede em *Washington*, nos EUA, ocasião em que foi solicitada a realização de audiência temática em razão de afetações aos direitos humanos no que diz respeito ao setor de mineração brasileiro. Foram postuladas a expedição de recomendações concernentes: “a. A tributação mais efetiva das empresas mineradoras; b. A não aprovação do PLS 654/2015 e da PEC 65/2012, pelos retrocessos que esses diplomas representam para a proteção dos direitos de populações atingidas e do meio ambiente; c. A destinação de mais recursos e valorização dos órgãos de licenciamento e fiscalização, tais como o DNPM e o Ibama d. A devida responsabilização das empresas pelas violações de direitos humanos que causam a comunidades e populações atingidas, principalmente, no que tange ao desastre da Samarco, o cancelamento do acordo celebrado entre o Estado brasileiro e as empresas para remediar os danos do desastre socioambiental; e. A inclusão da comunidade de Água Quente e outras que se encontram à jusante da barragem de rejeitos do Projeto Minas Rio no Plano de Negociação Fundiária da empresa Anglo American, para o imediato reassentamento das comunidades. f. A participação efetiva dos atingidos no processo de implantação de um empreendimento, bem como na solução das violações de direitos humanos dele decorrentes”. Para acesso ao inteiro teor do documento: <https://www.conectas.org/arquivos/editor/files/informe_audie%CC%82ncia-minerac%CC%A7a%CC%83o%20revisado.pdf>. Acesso em: jul. 2019. p. 43 e 44.

[530] RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 218.

> tutela efetiva dos direitos materiais violados, restringindo a participação apenas na medida necessária para tanto. Cabe ao representante promover momentos de participação no decorrer da atividade representativa, nos quais os representados são chamados a avaliar prospectiva e retrospectivamente as ações do representante em relação ao processo, bem como debater entre si e com ele os resultados e objetivos desejáveis. Nesses momentos, o representante deve buscar apreender os interesses e opiniões dos representados, confrontando-os com suas próprias ações e formulando justificativas, para si e para o público, relativamente às situações em que sua conduta diverge das expectativas de seus constituintes.[531]

Além de não contar com a participação dos grupos titulares dos direitos violados, era ao menos de estranhar-se, quando do controle, que os municípios mais atingidos pela onda de rejeitos de mineração, a saber, Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado não participaram da formatação do TTAC, os quais, aliás, também são legitimados à tutela coletiva, nos termos dos artigos 5.º, inciso III, da Lei da Ação Civil Pública e 82, inciso II, do CDC.

Não obstante a legitimação coletiva ativa por substituição processual seja disjuntiva, isto é, cada legitimado extraordinário possa exercer de maneira independente a tutela coletiva, por também ser concorrente, ante a autorização plúrima do ordenamento jurídico brasileiro[532], nos termos do parágrafo 2.º, do artigo 5.º, da Lei da Ação Civil Pública, era perfeitamente possível a participação dos demais colegitimados apontados nos incisos dos artigos 5.º, da Lei n.º 7.347/1985, e 82, do CDC. Nesse caso, poderiam postular a homologação integral ou parcial do ajuste, a sua não homologação, bem como a adequação de cláusulas, tudo em vista da melhor tutela dos direitos envolvidos[533].

Interessante, por exemplo, permitir a participação da Defensoria Pública, especialmente, pois muitas pessoas de baixa renda foram atingidas pelo Desastre do Rio Doce, tais como ribeirinhos, pescadores e grupos indígenas.

Nos embargos de declaração interpostos pelo MPF, resta clara a tentativa de participação da Defensoria Pública, enquanto colegitimada:

> Com efeito, a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo peticionou requerendo seu ingresso no polo ativo da lide e a não homologação do acordo celebrado entre as partes, entre outros fatores, pela ausência de participação popular na sua formulação e pela falta de legitimidade dos entes federativos para dispor a respeito dos direitos das vítimas. [...]. A

---

[531] VITORELLI, Edilson. **O devido processo legal coletivo**: dos direitos aos litígios coletivos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 255.
[532] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 216 e 217.
[533] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 378.

> Defensoria Pública da União peticionou nos autos da ACP, informando que alguns tópicos do acordo precisam ser melhor elaborados para que não comprometam a defesa dos direitos e interesses das populações impactadas pelo desastre. Requereu sua admissão como litisconsorte ativa, recebendo o processo previamente à homologação do acordo e com abertura de vista para tomar conhecimento e se manifestar sobre seus termos.[534]

Para o *Parquet*, foi reservada uma situação especial. Trata-se da intervenção obrigatória do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica nas causas em que, embora não seja parte, versem sobre direitos coletivos *lato sensu* (artigos 5.º, parágrafo 1.º, da Lei n.º 7.347/1985; 127, *caput*, da CRFB/1988; 92, do CDC; e, 176, *caput*, do CPC/2015).

É o caso do TTAC. Além de ser obrigatória, a intervenção do Ministério Público na homologação judicial do ajuste era necessária, até mesmo para a coordenação geral do SistCon/TRF-1 situar-se a respeito de todas as problemáticas que comprometiam os processos de elaboração e celebração do ajustamento.

Oras! Intimação via e-mail com a não reprodução da oitiva do Ministério Público na ata da audiência de homologação, o qual se manifestou contrariamente ao acordo e, ainda, sem a devida carga dos autos, não se coaduna com o ordenamento jurídico vigente, mormente no que concerne aos artigos 178, inciso I, 179, incisos I e II e, 180, *caput*, do CPC/2015, bem como não assegura o que é mais primordial, ou seja, o tratamento adequado dos direitos violados pelo rompimento da barragem Fundão.

Geisa de Assis Rodrigues colaciona julgado que expressamente pontua que o não consentimento do Ministério Público constitui óbice à homologação do acordo. Veja:

> **Ação civil pública. Danos ao meio ambiente. Transação. Admissibilidade desde que presentes os seus requisitos de validade. Art. 5.º, § 6.º, da Lei n.º 7.347/1985**. Constitui óbice para homologação da transação, quando o acordo: 1) não prevê o integral cumprimento das obrigações legais, cuja inobservância motivou o ajuizamento da ação coletiva; 2) não contém cabal esclarecimento dos fatos, a possibilitar a identificação de tais obrigações; 3) não é consentido pelo Ministério Público o qual, ao contrário, dele discorda, fundado em razões de ordem pública (Apelações cíveis n.ºs 69.068 e 63.376. Relator: Des. Ulysses Lopes. DJ, 10.06.1996 e 18.03.1996).[535]

---

[534] **Embargos de declaração proposto pelo MPF em razão da homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento Conduta**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/docs/embargos_declaracao_-no-2-2016-mariana-samarco.pdf>. Acesso em: jun. 2016. p. 7.

[535] RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 214.

Na situação em tela, o TTAC foi homologado sem oportunizar a intervenção do Ministério Público na forma prevista na legislação. Além do mais, pela simples análise da ata, percebe-se que o MPMG, frisa-se, *Parquet* do local dos fatos, sequer participou da audiência realizada no âmbito do SistCon/TRF-1.

A intervenção do *Parquet* nos processos que envolvam interesses público ou social também tem por escopo robustecer o controle realizado pelo órgão jurisdicional. A doutrina sabiamente admite a intervenção do Ministério Público quando da homologação do compromisso de ajustamento de conduta.

> Não sendo o Ministério Público o autor do compromisso de ajustamento de conduta, a homologação em juízo dependerá obrigatoriamente da sua oitiva como fiscal da ordem jurídica, decorrência lógica do microssistema do processo coletivo. Se o Ministério Público interfere em todas as ações coletivas, também na homologação judicial de acordo extrajudicial no qual se transacionem direitos coletivos *lato sensu* sua oitiva é obrigatória.[536]

> *Atuando o Ministério Público como fiscal da lei, o que ocorre sempre que não for o autor da ação (art. 5.º, § 1.º, da LACP e art. 92, do CDC), cumpre-lhe apontar tais invalidades em uma composição feita entre o legitimado coletivo autor da ação e o réu, assim como qualquer outra violação à lei que identificar*, bem como instar as partes, fundamentadamente, a pactuarem outra solução destinada a corrigi-la, podendo, inclusive, envolver-se na respectiva negociação.[537]

Na verdade, todo o teor desse julgado adequa-se perfeitamente aos diferentes problemas apresentados pelo Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta. Isso acontece porque o ajuste não previu o integral cumprimento das obrigações pelas empresas responsáveis pelo rompimento da barragem Fundão, o que de certo modo motivou o ajuizamento de ação civil pública pelo Ministério Público Federal. Além do mais, no momento da sua celebração, não era possível o cabal esclarecimento dos fatos para posterior determinação das medidas necessárias à reparação total dos danos causados, já que o desastre encontrava-se em curso.

Esse se configura o mais importante fator a ser controlado pelo órgão judicial quando da homologação de um compromisso de ajustamento de conduta: o conteúdo do acordo, no que concerne à tutela integral dos direitos coletivos *lato sensu* violados.

---

[536] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 380.

[537] GAVRONSKI, Alexandre Amaral. Autocomposição no novo CPC e nas ações coletivas. *In*: DIDIER JR., Fredie (Coord. geral); ZANETI JR., Hermes (Coord.). **Coleção repercussões do novo CPC**: processo coletivo. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 8. p. 357.
Na página 347, o autor também diz que o compromisso de ajustamento de conduta ainda se sujeita "à fiscalização do Ministério Público se não for o autor (art. 5.º, § 1.º, LACP)".

Acerca dessa proteção integral, Geisa de Assis Rodrigues adverte: “quando se tratar [...] de ajuste cujas obrigações versam sobre reparação, a mesma tem que ser a mais integral possível, tendo como limite o que seria obtido através da tutela judicial”.[538]

O Desastre do Rio Doce, enquanto litígio de difusão irradiada[539], “tal qual uma pedra no lago, espalha ondas de afetados, grupos e indivíduos”[540], abarcando situações de alta conflituosidade interna e complexidade. Conflituosidade interna, pois “a sociedade titular dos direitos em questão, que é a sociedade impactada pela lesão, tem interesses marcadamente variados e, eventualmente, antagônicos quanto a seu resultado”; complexidade, porquanto “há múltiplos resultados possíveis para o litígio”[541].

No item 2.2.2 deste trabalho, listaram-se as mais variadas lesões causadas pelo Desastre do Rio Doce. Dentre elas, danos humanos, sociais, ambientais, econômicos, materiais, à saúde, psicológicos e espirituais.

Com a liberação da onda de rejeitos de mineração, essas lesões foram sentidas com mais intensidade por aqueles que se encontravam mais próximos da barragem Fundão. Logicamente, mais danos foram provocados, em virtude do avanço da pluma de sedimentos, porém, é de se convir, em menor intensidade. Assim sendo, em razão dessa multidimensionalidade de danos, os conflitos surgidos podem exigir tratamento diverso.

---

[538] RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 188.

[539] Edilson Vitorelli propôs uma nova tipologia dos litígios coletivos, fixando, para tanto, três categorias de litígios transindividuais, quais sejam: (1) litígios transindividuais de difusão global; (2) litígios transindividuais de difusão local; e, (3) litígios transindividuais de difusão irradiada, aos quais “correspondem distintas atribuições de titularidades, de acordo com a natureza da lesão”. Para acesso ao inteiro conteúdo das três categorias: VITORELLI, Edilson. **O devido processo legal coletivo**: dos direitos aos litígios coletivos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 76-94.

[540] “É importante perceber que este tipo de litígio é um litígio de difusão irradiada (VITORELLI, Edilson. *O Devido Processo Legal Coletivo. Dos Direitos aos Litígios Coletivos.* São Paulo: RT, 2016), que, tal qual uma pedra no lago, espalha ondas de afetados, grupos e indivíduos, configurando-se em um litígio de alta conflituosidade interna e complexo em relação ao objeto”: ZANETI JR., Hermes (Relator). **Relatório painel III**: água e mineração: segurança de barragens e contaminação. O caso “Mariana” (Desastre do Rio Doce). Brasília, 2017. p. 2 (nota do relator n.º 1).

[541] VITORELLI, Edilson. **O devido processo legal coletivo**: dos direitos aos litígios coletivos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 88.

De acordo com o autor, os litígios transindividuais de difusão irradiada consistem naquelas: “[...] situações em que o litígio decorrente da lesão afeta diretamente os interesses de diversas pessoas ou segmentos sociais, mas essas pessoas não compõem uma comunidade, não têm a mesma perspectiva social e não serão atingidas, da mesma forma e com a mesma intensidade, pelo resultado do litígio. Isso faz com que suas visões acerca da solução desejável sejam divergentes e, não raramente, antagônicas. Esses eventos dão ensejo a litígios mutáveis e multipolares, opondo o grupo titular do direito não apenas ao réu, mas a si próprio”: *Ibidem*, p. 85.

Diante desse cenário de lesões variadas, dificilmente as partes compromitentes e as empresas compromissárias conseguiriam, por via única, tutelar integralmente os direitos coletivos *lato sensu* violados. Especialmente, em se tratando de um desastre em curso e à vista da prematuridade das perícias. Aqui, é preciso relembrar que os danos causados ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, na Bahia, somente foram constatados no ano de 2019.

A esse respeito, avaliam Didier Jr. e Zaneti Jr.:

> A própria autocomposição em processos coletivos deve ser a mais bem informada possível (art. 166, princípio da decisão informada). Acordos muito precoces, sem as informações necessárias sobre os impactos, a extensão e as consequências do ilícito ou do dano e sem condições de afirmar quais as medidas necessárias ou mais adequadas para sua mitigação e reparação, tendem a ser prejudiciais à tutela dos direitos e devem ser controlados pelo juiz no momento da homologação.[542]

Nessa esteira, inevitável o surgimento de problemas. O coordenador da Força Tarefa Rio Doce, do MPF, José Adércio Leite Sampaio, relatou o grande atraso na reparação ambiental e na assistência aos atingidos[543], de forma que, dentre os 42 programas, apenas o que trata do resgate de animais encontrava-se com execução regular.[544]

Interessante pontuar que, em resposta à entrevista concedida pelo referido coordenador, a própria Fundação Renova afirmou que “o cronograma inicial definido pelo [...] (TTAC) ***não considerou a complexidade e a extensão do território***

---

[542] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 386.

[543] No que importa à assistência aos atingidos, oportuno registrar que, por meio da Recomendação Conjunta n.º 10, de 26 de março de 2018, o MPF, o MPMG, o MPES, o MPT, a Defensoria Pública da União (DPU), a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES) expediram diversas recomendações às empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., diretamente ou por interposta pessoa (Fundação Renova), no intuito de “minorar as dificuldades que acometem os atingidos” pelo Desastre do Rio Doce. As propostas dos órgãos públicos signatários foram feitas conforme 5 eixos, a saber: Eixo 1 (Do direito de acesso à informação); Eixo 2 (Dos levantamentos e cadastramentos de atingidos); Eixo 3 (Do auxílio financeiro emergencial); Eixo 4 (Do programa de indenização mediada e demais políticas indenizatórias); e, Eixo 5 (Da assistência jurídica gratuita). O inteiro teor da Recomendação pode ser encontrado em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-conjunta-mpf-fundacao-renova>. Acesso em: jul. 2019.

[544] FAUSTINO, Rafael. **De Mariana a Brumadinho, nada foi feito para evitar desastres, diz procurador**: coordenador da força-tarefa do MPF que apura o rompimento da barragem do Fundão em Mariana, em 2015. José Adércio Leite Sampaio critica falta de ações do governo e das empresas envolvidas desde então. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/01/de-mariana-brumadinho-nada-foi-feito-para-evitar-desastres-diz-procurador.html>. Acesso em: jul. 2019. Para melhor conhecer os integrantes da Força Tarefa Rio Doce, do MPF, conferir: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/equipe-responsavel>. Acesso em: jul. 2019.

atingido, já que não havia um conhecimento preciso da dimensão da tragédia".[545]

Por outro lado, não se está afirmando que a melhor conduta a ser tomada pelos legitimados consistiria em aguardar a apuração infindável das lesões. Longe disso. O que se pretende dizer é que, justamente, por essas razões, a pretensão do TTAC de ser exaustivo não era razoável. Preferível, então, chamar-se Termo de Ajustamento de Conduta Preliminar e, após, proceder com a realização de aditivos. A seguir, trecho do ajuste que comprova a afirmação acima.

> **CONSIDERANDO** que as partes, por meio de transação que será exaustiva em relação ao EVENTO e seus efeitos, pretendem colocar fim a esta ACP e a outras ações, com objeto contido ou conexo a esta ACP, em curso, ou que venham a ser propostas por quaisquer agentes legitimados.[546]

A maior incoerência do TTAC consiste na sua aparente "transação que será exaustiva em relação ao EVENTO e seus efeitos" *versus* um modelo reparatório de danos que não oferece uma tutela adequada e integral.

As partes acordantes, quando da homologação do ajuste, estabeleceram como primeira premissa principal: "a integral reparação do meio ambiente e das condições socioeconômicas impactadas pelo desastre são absolutamente inegociáveis e não possuem qualquer limite ou teto"[547]. Dessa premissa "a" deseja-se fazer duas observações, imprescindíveis na então análise jurisdicional.

Como constatado pelo MPF, a União, os Estados mineiro e capixaba e seus órgãos reconheceram, no bojo da ação civil pública ajuizada, o direito da coletividade à indenização por dano extrapatrimonial coletivo.

> Além dos já mencionados danos patrimoniais decorrentes da lesão ao direito transindividual fundamental a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, ***também não há dúvidas com relação à caracterização de danos extrapatrimoniais***. Diante da premente necessidade de tutela dos direitos transindividuais que por sinal já era efetivada com o manejo da ação popular e da ação civil pública (onde o artigo 1.º, da Lei Federal n.º 7.347/85, com as alterações promovidas pela Lei Federal n.º 8.884/94, passou a prever expressamente a viabilidade desta ação para a responsabilização por danos tanto materiais ***quanto morais, causados***, nos termos do inciso I, ***ao meio ambiente***), ***a própria responsabilidade civil evoluiu neste campo do direito para consagrar situações nas quais direitos ligados ao ser humano e a sua personalidade também poderiam atingir uma conotação transindividual***. No presente caso,

---

[545] *Idem*. Destaque nosso.

[546] **Termo de transação e de ajustamento de conduta**. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: jul. 2019. p. 6.

[547] **Ata da audiência de conciliação e homologação do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/ata-audiencia-homologacao-acordo.pdf>. Acesso em: jul. 2019. p. 3.

> percebe-se que o desastre provocado pela Ré atingiu a coletividade que está sofrendo diretamente os efeitos do dano, sejam eles ambientais ou em suas atividades econômicas. Toda a coletividade da região e demais localidades afetadas pela bacia hidrográfica atingida pela lama foram sobremaneira afetadas, no que tange à sua sadia qualidade de vida, face ao receio de contaminação da água para consumo humano. Como se vê, ***constata-se a grave ofensa imaterial à população, que se viu tolhida e ameaçada em diversos valores fundamentais, como a saúde alimentar e a população local que sofreu com mortes e perdas de bens móveis e imóveis***. Em acréscimo, ressalte-se que ***a restauração do meio ambiente ao status quo ante, se em boa parte dos casos se mostra absolutamente inviável*** (ensejando, portanto, a realização de medidas compensatórias e a condenação de caráter indenizatório pelos prejuízos patrimoniais), ***em outros pode levar vários anos, o que também acarreta a necessidade de reparação pelos danos ambientais extrapatrimoniais configurados***.[548]

Ocorre que o TTAC não fez qualquer menção a respeito desse impacto na esfera moral coletiva, ao mesmo tempo em que afirma ter realizado transação exaustiva no que se refere aos efeitos do "evento".

Posto isso, ao informar à coordenação geral do SistCon/TRF-1 que a reparação dos danos era absolutamente inegociável, a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e demais órgãos acabaram por dispor implicitamente direito de outrem, qual seja, o direito difuso à indenização por dano extrapatrimonial coletivo. Feita a primeira e preocupante observação.

Geisa de Assis Rodrigues, a esse respeito, diz:

> É inválido, também, o ajuste de conduta cujo objeto represente uma transação do direito transindividual, através de algum tipo de concessão em relação ao mesmo, seja explícita (v.g., reparar apenas parte da área afetada pelo dano ambiental), ou implícita (v.g., através da ausência de fixação de prazo para a realização da conduta, ou do estabelecimento de prazo tão amplo que impossibilite a recuperação ou a prevenção do dano).
> [...].
> A tutela extrajudicial, assim, não pode culminar em uma redução da garantia em relação ao fundo do direito, o que a torna ineficaz para os demais colegitimados.[549]

Além disso, a premissa "a" diz expressamente que os danos socioeconômicos e socioambientais provocados pelo Desastre do Rio Doce seriam integralmente reparados sem "qualquer limite ou teto". Todavia, no bojo do TTAC,

---

[548] **Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela proposta em 30 de novembro de 2015 pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e demais órgãos governamentais em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/12/confira-documentos-sobre-o-desastre-do-Rio-doce/acao_inicial_agu_es_mg_samarco.pdf>. Acesso em: jul. 2019. p. 59 e 60. Destaque nosso.

[549] RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 183 e 188.

impôs limitação aos aportes financeiros, além de permitir a amortização dos valores para recuperação dos danos em longos prazos. Realizada a segunda observação.

Também merece análise o artigo 2.º da Lei n.º 12.334/2010 que, em seu inciso IV, define empreendedor como o "agente privado ou governamental com direito real sobre as terras onde se localizam a barragem e o reservatório ou *que explore a barragem para benefício próprio* ou da coletividade".

Como apurado pelo DNMP, a empresa Vale S/A igualmente se utilizava da barragem Fundão para depósito dos rejeitos provenientes da Mina de Alegria.

Assim sendo, as partes acordantes não poderiam ter conferido tratamento diferenciado à referida empresa, caracterizando-a como mera acionista da mineradora Samarco S/A, já que, nos termos da Política Nacional de Segurança de Barragens, é considerada empreendedora, sendo "responsável legal pela segurança da barragem", conforme determina o artigo 4.º, inciso III, da mesma Lei.

Imperioso mencionar os acertados ensinamentos de Geisa de Assis Rodrigues: "[...] as irregularidades que porventura assolem o conteúdo do ajuste têm maior gravidade, porque podem comprometer os verdadeiros fins do ajustamento de conduta, não protegendo efetivamente o direito transindividual". Continua a referida autora:

> Só haverá eficácia de ajustamento de conduta quando o mesmo atenda plenamente ao direito transindividual; fora desse caso não há uma verdadeira adequação às exigências da lei, e ajustamento de conduta não há, independentemente do rótulo que se atribua a esse ato.[550]

Nesses moldes, após realizar um profundo e responsável exame do conteúdo do TTAC, a coordenação geral do SistCon/TRF-1, fundamentadamente, tomaria a decisão mais adequada para a efetiva tutela dos direitos coletivos *lato sensu* violados, seja ela a homologação integral ou parcial do ajuste, a sua não homologação ou a recomendação de pontuais alterações no bojo do acordo.

De todo modo, a coordenação geral do SistCon/TRF-1 decidiu-se pela "homologação integral" do TTAC, ocasião em que determinou a suspensão da ação civil pública proposta pela União e pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e seus órgãos até o cumprimento das obrigações acordadas[551]. O TTAC,

---

[550] RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 183 e 188.

[551] Interessante, aqui, pontuar que, quando da homologação judicial do TTAC, as partes acordaram pela alteração da cláusula 253 e seu parágrafo único, nos termos abaixo:
"f) Alterar a cláusula 253 e seu parágrafo único, para que conste o seguinte texto: **CLÁUSULA 253**: Homologado o acordo, o Processo n.º 69758 61.2015.4.01.3400, em trâmite na 12.ª Vara da Seção

então, passou a ter eficácia de título executivo judicial, na forma do artigo 515, inciso II, do CPC/2015.

A decisão judicial que homologa o acordo "é uma decisão de mérito, e portanto poderá ser acobertada pela intangibilidade panprocessual da coisa julgada material".[552] Inclusive, segundo os artigos 724 e 725, inciso VIII, do CPC/2015, da *sentença* que homologa autocomposição extrajudicial caberá apelação.[553]

Judiciária de Minas Gerais, ***será suspenso até a conclusão das obrigações acordadas***. **PARÁGRAFO ÚNICO**: ***A homologação do presente Acordo e o consequente cumprimento das obrigações nele estabelecidas resolverão e porão fim às disputas*** presentes ou futuras, entre as partes, atinentes ao objeto do processo n.º 69758- 61.2015.4.01.3400, em trâmite na 12.ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais": **Ata da audiência de conciliação e homologação do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/ata-audiencia-homologacao-acordo.pdf>. Acesso em: jul. 2019. p. 20. Destaque nosso.

Contudo, na versão do TTAC disponibilizada na página eletrônica da própria Fundação Renova, a cláusula 253 e seu parágrafo único apresentam redação diversa, senão veja:

"**CLÁUSULA 253**: O presente Acordo será submetido à homologação judicial, ***implicando a extinção com resolução de mérito*** da fase de conhecimento do processo n.º 69758-61.2015.4.01.3400, em trâmite na 12.ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, restando o juízo competente para a fase de execução do acordo. **PARÁGRAFO ÚNICO**: ***A homologação do presente Acordo resolverá e porá fim às disputas***, presentes ou futuras, entre as partes, atinentes ao objeto do processo n.º 69758-61.2015.4.01.3400, em trâmite na 12.ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais": **Termo de transação e de ajustamento de conduta**. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: jul. 2019. p. 115 e 116. Destaque nosso.

Demonstrada a contrariedade, no TTAC, a extinção da ação civil pública ajuizada pela União e pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e demais órgãos deveria estar vinculada ao cumprimento definitivo das obrigações assumidas, por duas situações: uma, porque consiste no que fora acordado quando da homologação do ajuste; duas, as partes acordantes agem com mais prudência, já que as obrigações constantes no negócio jurídico ainda dependeriam da realização de perícias (evento futuro).

A esse respeito, Geisa de Assis Rodrigues diferenciou ambas as situações: "Em alguns casos, a celebração de ajuste apenas suspende o processo judicial, até o atendimento pleno das obrigações do compromisso; em outros enseja, desde já, a sua homologação e a extinção, com julgamento do mérito. Nesta última hipótese, o cumprimento do ajuste ocorre fora das vias judiciais e, no seu eventual descumprimento, se impõe a propositura da ação de execução. Ora, segundo nosso entendimento, as duas possibilidades são admissíveis e a realidade de cada situação é que determinará qual a solução mais adequada. Entendemos, entretanto, que a extinção do feito judicial só deva ocorrer quando as cláusulas do ajuste sejam líquidas e certas, porque a execução não será problemática. Todavia, quando o cumprimento do acordo dependa de um evento futuro, como, por exemplo, o resultado de um estudo técnico específico, consideramos mais prudente que o processo seja suspenso até a definição precisa das obrigações do réu". Conforme: RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 216.

[552] RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 216.

[553] Dizem os artigos 724 e 725, inciso VIII, do CPC/2015:

"Art. 724. Da sentença caberá apelação".

"Art. 725. Processar-se-á na forma estabelecida nesta Seção o pedido de: [...]. VIII - homologação de autocomposição extrajudicial, de qualquer natureza ou valor".

Conforme: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: jul. 2019.

Daí que decorre a inquietude com a homologação judicial do TTAC, tendo em vista a produção de coisa julgada material dotada de eficácia *erga omnes*[554].

Com efeito, os demais colegitimados estariam impedidos de repropor a ação civil pública, já que o negócio jurídico celebrado "não produz efeitos apenas em relação aos acordantes, pois o seu objeto é tutelar o direito coletivo, transindividual, de *todo o grupo*".[555]

Por essa razão, para assegurar a prestação de uma tutela integral, adequada e efetiva, é de suma importância que o colegitimado, tendo por fundamento o parágrafo 2.º do artigo 5.º da Lei da Ação Civil Pública, requeira, ao Juízo responsável pela homologação do ajustamento, a sua admissão como assistente litisconsorcial, oportunidade em que poderá pugnar pela homologação integral ou parcial do acordo, pela sua não homologação ou, se for o caso, pela adequação de cláusulas.

Oportuno destacar que a homologação judicial do TTAC não impediria o ajuizamento de ação individual, visto que, no processo coletivo brasileiro, a coisa julgada coletiva apenas repercute no plano do indivíduo para beneficiar o *membro* do grupo (artigo 103, parágrafos 1.º e 2.º, do CDC).[556]

Desse modo, corrobora Geisa de Assis Rodrigues:

> Para os titulares de direitos individuais conexos ao direito difuso ou coletivo, ou integrantes da massa dos direitos individuais homogêneos, só se aplicam os efeitos do ajuste que lhes sejam benéficos. Assim, o indivíduo

---

[554] Como afirmam: DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 363 (nota de rodapé n.º 25): "Questão preocupante nos acordos em causas coletivas diz respeito à eficácia *erga omnes* da coisa julgada surgida com a homologação judicial do acordo". Na página 387, os referidos autores retomam o assunto. E, RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 219: "Sendo homologado o ajuste faz coisa julgada material *erga omnes* [...]".
A coisa julgada material decorrente da sentença homologatória do TTAC ocorrerá nos termos do artigo 103, do CDC.

[555] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 363 (nota de rodapé n.º 25) e 387. Destaque nosso.

[556] "Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: I - erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81; II - ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81; III - erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81. § 1.º. Os efeitos da coisa julgada previstos nos incisos I e II não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe; § 2.º. Na hipótese prevista no inciso III, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078compilado.htm>. Acesso em: jul. 2019.

> pode aderir plenamente ao ajuste, renunciando a qualquer outro tipo de iniciativa judicial ou extrajudicial, e receber as vantagens do termo, posto que este é, como afirmado, uma garantia mínima, ou, ainda, propor a ação judicial cabível para fazer valer outros direitos que repute cabíveis.[557]

Diante desse cenário, ao colegitimado será possível, via recurso de terceiro interessado (artigo 996, parágrafo único, do CPC/2015) ou ações autônomas, impugnar a homologação judicial do ajuste, conforme Didier Jr. e Zaneti Jr.:

> Nesse caso, não demanda o terceiro ação nova; exerce, pelo recurso, a ação cuja legitimidade também é sua e já fora exercida por outro colegitimado. Assume o processo no estado em que se encontra, sem alterá-lo objetivamente. Não há, com isso, supressão de instância. Aliás, o parágrafo único do art. 996 do CPC expressamente diz que cabe ***recurso de terceiro*** que se afirme substituto processual para a discussão da situação jurídica litigiosa – *refinamento promovido pelo CPC de 2015 que foi pouco notado pela doutrina, mas que, para o processo coletivo, é fundamental*. Caso não se permita essa impugnação recursal do terceiro, estará sendo vedado o acesso do colegitimado ao Judiciário, pois, com a coisa julgada, nenhum juízo poderá reapreciar a causa – esse ponto também é fundamental, pois, nos litígios individuais, a coisa julgada surgida da homologação da autocomposição não afeta o terceiro. Só lhe restará a ***ação rescisória***.[558]

Conforme Geisa de Assis Rodrigues, a depender do caso concreto, os outros colegitimados poderão utilizar-se dos "mecanismos de revisão da decisão judicial", seja por meio da interposição dos *recursos cabíveis* ou do ajuizamento de ações autônomas de impugnação. A autora ainda pontua que o ajuste judicial "só poderá ser desconstituído se presentes os pressupostos da propositura da ação rescisória".[559]

Com o trânsito em julgado da sentença homologatória do ajuste, Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr. ainda ressaltam que o acordo também poderá ser impugnado por meio de ação autônoma, diante do surgimento de provas novas, tendo em vista o regime jurídico da coisa julgada coletiva *secundum eventum probationis*. Nesse caso, o autor deverá demonstrar:

> [...] que as provas novas são suficientes para gerar outro resultado e que o acordo firmado foi realizado sem conteúdo probatório suficiente para a

---

[557] RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 188.

[558] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 363 (nota de rodapé n.º 25), 387 e 388. Destaque nosso. Artigo 996, do CPC/2015: "Art. 996. O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica. Parágrafo único. Cumpre ao terceiro demonstrar a possibilidade de a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se afirme titular ou que possa discutir em juízo como substituto processual": <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: jul. 2019.

[559] RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 216.

> definição dos direitos e obrigações. Não poderia ser diferente, uma vez que o título judicial decorrente do processo de conhecimento não pode ser mais fraco que o título judicial decorrente da homologação de autocomposição em juízo.[560]

De qualquer maneira, a publicidade do ajuste judicial é de fundamental importância para que os demais colegitimados possam adotar as diversas medidas jurídicas cabíveis.[561]

Como visto, ante a homologação do TTAC, o MPF, enquanto fiscal da ordem jurídica, optou por interpor recurso de Embargos de Declaração (artigo 1.022, incisos I e II, do CPC/2015) e propor Reclamação (artigo 988, inciso II, do CPC/2015).[562]

Dessarte, o STJ suspendeu a sentença homologatória do TTAC. Ato contínuo, ao julgar o recurso de agravo de instrumento n.º 0002627-50.2016.4.01.0000, interposto pela empresa Vale S/A, em face do então deferimento de liminares pelo Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, a 5.ª Turma do TRF-1, igualmente, declarou a nulidade da homologação judicial do ajuste.[563]

Cabe ressaltar que, para suspensão da eficácia da homologação do TTAC, a ministra relatora, Diva Malerbi, além de basear-se no desrespeito à competência do Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, também fundamentou o seu entendimento na ausência de participação dos grupos e dos munícipios atingidos pelo rompimento da barragem Fundão, bem como do MPMG e outros colegitimados no processo de negociação do TTAC, no qual era "rigorosamente recomendável o mais amplo debate para a solução negociada da controvérsia":

> Deveras, mesmo que não haja dúvidas a respeito da impossibilidade de o referido acordo limitar o acesso à Justiça dos indivíduos que se sentirem prejudicados com o rompimento da barragem do Fundão, o fato é que ***ainda devem ser respaldadas outras demandas de natureza igualmente coletivas, as quais repercutem sobre a esfera de direitos de entes federativos e entidades civis que sequer tiveram a oportunidade de participar das tratativas para a autocomposição do litígio, a exemplo dos Municípios atingidos e associações representantes dos interesses envolvidos na causa***. [...]. Enfatize-se, por seu turno, que há cominações no sentido de que o Estado de Minas Gerais e o do Espírito Santo indicarão representantes dos municípios para integrar o citado comitê interfederativo. No entanto, repita-se, ***não há indicativo de que qualquer município***

[560] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. p. 388.
[561] RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 216.
[562] Remete-se o leitor aos itens 3.3.1 e 3.4.1.
[563] Vide itens 3.4.1 e 3.4.2.

> ***atingido tenha participado das negociações em comento, não obstante as obrigações que foram atribuídas a esses entes da federação no âmbito da referida avença***. Nesse mesmo passo, também ***não está demonstrada a inclusão de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na formatação do ajuste em comento***, o que indica a ***ausência de adequado debate para o desenlace convencionado do litígio, justamente entre aqueles atores locais mais próximos e, portanto, mais sensíveis aos efeitos da referida tragédia***. Ademais, ***diante da extensão dos danos decorrentes do desastre ocorrido em Mariana/MG, seria rigorosamente recomendável o mais amplo debate para a solução negociada da controvérsia, por meio da realização de audiências públicas, com a participação dos cidadãos, da sociedade civil organizada, da comunidade científica e dos representantes dos interesses locais envolvidos, a exemplo das autoridades municipais***. ***O perigo na demora***, por seu turno, consiste na ***extinção dos provimentos liminares já deferidos pelo juízo indicado como competente por esta Corte Superior***, além das tutelas de urgência igualmente prolatadas no âmbito dos referidos Agravos de Instrumento, ***trazendo prejuízos à população que anseia pelo pronto abastecimento regular de água potável, bem como pela solução de diversas contingências de natureza inadiável***. Ademais, também não se deve olvidar ***os riscos de lesão aos interesses dos entes federativos e demais representantes dos direitos difusos e coletivos afligidos pelo malsinado "EVENTO", que ficaram à margem de todo esse processo de negociação, a despeito de estarem diretamente sujeitos às cominações traçadas no aludido acordo***.[564]

Ademais, apesar da declaração de nulidade da sua homologação, o TTAC continuou a ser título executivo extrajudicial, nos termos do parágrafo 6.º, do artigo 5.º, da Lei n.º 7.347/1985.

No que tange a esse ponto, assim consta na exposição de Edmundo Antônio Dias Netto Júnior, Procurador da República, no Painel III, Água e Mineração: Segurança de Barragens e Contaminação – O Caso Mariana (Desastre do Rio Doce), do IV Seminário Internacional Água, Vida e Direitos Humanos à luz dos

---

[564] **Decisão de suspensão da homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta pelo Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=62655501&num_registro=201601677297&data=20160701&tipo=0&formato=PDF>. Acesso em: jul. 2019. p. 4-6. Destaque nosso.

Na decisão, a ministra relatora ainda baseou o seu entendimento nas considerações do desembargador Afrânio Vilela, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG): "Nesse particular, trago as seguintes considerações do em. Desembargador Afrânio Vilela, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos autos do Agravo de Instrumento n.º 1.0000.16.031023-1/001: "Até porque, basta verificar que ***os municípios*** descritos no item V, ***não representados no ACORDO***, são: ***Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Sem-Peixe, Rio Casca, São Pedro dos Ferros, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, Raul Soares, Dionísio, Córrego Novo, Pingo D'água, Marliéria, Bom Jesus do Galho, Timóteo, Caratinga, Ipatinga, Santana do Paraíso, Ipaba, Belo Oriente, Bugre, Iapu, Naque, Periquito, Sobrália, Fernandes Tourinho, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta, Aimorés, Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares***. [...]. Ora, ***os mais atingidos, e que não estão no ACORDO (municípios e população), estão tendo seus direitos decididos por Terceiros, ao que parece, desautorizados para tanto***. [...]. Ora, ***o Ministério Público de Minas Gerais não foi ouvido***, as partes não foram ouvidas. ***Ferido***, portanto, ***o devido processo legal***": *Ibidem*, p. 5 e 6. Destaque nosso.

Riscos Socioambientais, realizado pelo CNMP em parceria com o MPF e a ESMP, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2017, em Brasília:

> Aponta ainda as medidas atuais que estão sendo tomadas para aferir o andamento do cumprimento do TTAC pelas empresas, uma vez que a não homologação judicial não invalida o TTAC, *mas apenas retira sua estabilidade e eficácia em relação aos entes sociais e ao Ministério Público que não participaram da celebração do acordo*.[565]

Pontua-se que o compromisso de ajustamento de conduta extrajudicial não faz coisa julgada material, sendo possível impugná-lo via ação coletiva ordinária.[566]

[565] ZANETI JR., Hermes (Relator). **Relatório painel III**: água e mineração: segurança de barragens e contaminação. O caso “Mariana” (Desastre do Rio Doce). Brasília, 2017. p. 7.
[566] ZANETI JR., Hermes; GARCIA, Leonardo. **Direitos difusos e coletivos**. 9. ed. Salvador: JusPodivm, 2018. v. 28. p. 243.

5 CONCLUSÃO

Em sede de conclusão, preferiu-se o método de apontamentos conclusivos, tendo em vista que o primeiro capítulo ocupou-se da introdução; o segundo trouxe uma abordagem fática do Desastre do Rio Doce, além de seus principais acontecimentos jurídicos; o terceiro, por sua vez, explicou o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta; a sua homologação judicial; os problemas verificados nos processos de negociação/celebração e homologação do Termo; e, por fim, a nulidade da sentença homologatória do ajuste. Ou seja, os três primeiros capítulos cuidaram de situar o leitor no que consistiu o Desastre do Rio Doce e, isso, no que tange aos planos fático e jurídico, este último, frisa-se, no que importava para o presente trabalho.

Assim sendo, a partir dos estudos feitos para a construção do capítulo quarto, doravante, por tópicos, apresentamos nossas considerações finais.

a) O Desastre do Rio Doce é litígio de difusão irradiada, abarcando situações de alta conflituosidade interna e complexidade.
    i. Uma vez que o processo de verificação dos danos está em andamento, o Desastre do Rio Doce ainda se encontra em curso.
b) A fase de homologação do TTAC no âmbito do Sistema de Conciliação do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região era o momento adequado para o devido controle *ope judicis*.
    i. Com o declínio da competência para processamento e julgamento da ação civil pública proposta pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais, a qual outrora tramitava perante a 3.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, ao Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais também era permitido o pronto controle jurisdicional da adequação da legitimação coletiva *ope legis* da União, dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e demais órgãos, inclusive, de todo o conteúdo da autocomposição coletiva em andamento.
    ii. Impende registrar que o controle judicial *in concreto* deve ser exercido de maneira responsável e fundamentadamente, atentando-se a todas as particularidades da situação que lhe é apresentada, até mesmo de modo a não macular a imparcialidade do magistrado.

iii. Ao órgão judicial é possibilitado tomar a decisão mais adequada para a integral e efetiva tutela dos direitos coletivos *lato sensu* violados, seja ela a homologação integral ou parcial do ajuste, a sua não homologação ou a recomendação de alterações no bojo do acordo.

c) Era de fundamental importância que a coordenação geral do SistCon/TRF-1 houvesse formulado pedido de cooperação jurisdicional, na forma de prestação de informações (artigo 69, inciso III, do CPC/2015), ao Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais para que, a partir dos esclarecimentos obtidos, exercesse o controle da autocomposição oriunda do TTAC.

No que toca à competência do Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais e à incompetência do Sistema de Conciliação do TRF-1 para conciliação e homologação judicial do TTAC, é preciso realizar pontuais observações.

i. Na pendência de julgamento do mérito do Conflito de Competência n.º 144.922/MG, a ministra Laurita Vaz, vice-presidente do STJ, no exercício da presidência, em 11 de janeiro de 2016, determinou a competência provisória do Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, ocasião em que autorizou tão somente a implementação daquelas medidas dotadas de urgência.

ii. Ocorre que, ao permitir a concessão de provimentos de urgência, o processo, por lógico, seguiria o fluxo ordinário do sistema recursal cível brasileiro e, nisso, inclui-se a possibilidade de interposição de recurso de agravo de instrumento perante o TRF-1, até porque, como preconiza o artigo 5.º, inciso LV, da CRFB/1988, “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

iii. Por outro lado, conquanto no Juízo de piso houvesse tratativas em andamento, conforme reiteradamente corroborado pelo MPF e pelo desembargador Néviton Guedes (vide item 3.4.2, desta dissertação), faz-se imperioso lembrar que a autocomposição das partes, igualmente, pode ser realizada no âmbito do tribunal, consoante autoriza o CPC/2015, em seu artigo 932, inciso I. No mais, segundo o

artigo 515, parágrafo 2.º, do mesmo Código, a autocomposição judicial pode versar “sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo”.

iii.1) Dessarte, tendo por escopo o tratamento adequado do conflito, a autocomposição pode ocorrer em qualquer instância e não se limita ao objeto do processo.

iv. Todavia, cogente reconhecer que as partes acordantes já haviam iniciado processo de negociação no Juízo federal de primeiro grau.

v. Ainda que em razão do fundamento de supressão de instância não fosse possível ao Sistema de Conciliação do TRF-1 homologar o TTAC e, assim, exercer o controle *ope judicis* sobre a autocomposição firmada, a análise *in concreto* dos aspectos infra-arrolados poderia ser feita por qualquer outro Juízo ou núcleo de conciliação, o que, de toda forma, não retira a importância da abordagem realizada por este trabalho.

d) Para homologação, o TTAC deveria ser analisado sob diversos aspectos, com o fito de garantir a proteção integral dos bens jurídicos e dos diferentes grupos atingidos pelo Desastre do Rio Doce, a saber:

i. Intervenção obrigatória do *Ministério Público*, como fiscal da ordem jurídica, visto não ser o tomador do TTAC (artigos 5.º, parágrafo 1.º, da Lei n.º 7.347/1985; 127, *caput*, da CRFB/1988; 92, do CDC; e, 176, *caput*, do CPC/2015), com a devida carga dos autos (artigos 178, inciso I, 179, incisos I e II e, 180, *caput*, do CPC/2015). Ao *Parquet* seria permitido pugnar pela homologação integral ou parcial do TTAC, pela sua não homologação, bem como pela adequação de cláusulas, tudo em vista da melhor tutela dos direitos envolvidos.

i.1) Aqui se entende do Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos de ambos os Estados atingidos (MPMG e MPES) e, inclusive, do Ministério Público do Trabalho, já que o Desastre do Rio Doce ocasionou a morte de 13 funcionários da Samarco Mineração S/A e de empresas por ela contratadas.

ii. Legitimação adequada da União, dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e de seus órgãos:

ii.1) Em virtude de potencial conflito de interesses, a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e seus órgãos (responsáveis pela concessão de todas as licenças necessárias, bem como pela efetiva fiscalização da atividade econômica desenvolvida pela empresa Samarco Mineração S/A) não poderiam ser considerados legitimados adequados para tutelar os direitos coletivos *lato sensu* violados.

iii. Participação informada, adequada e efetiva dos grupos titulares dos direitos coletivos *lato sensu* violados e dos municípios atingidos nos processos de elaboração e celebração do TTAC, visando à construção democrática das soluções.

iv. Possibilidade de participação dos demais colegitimados, na condição de assistente litisconsorcial (parágrafo 2.º, do artigo 5.º, da Lei da Ação Civil Pública), podendo postular a homologação integral ou parcial do TTAC, a sua não homologação, bem como a adequação de cláusulas.

v. Tutela integral dos direitos coletivos *lato sensu* violados.

v.1) Necessidade de tratamento diverso para tutela integral, adequada e efetiva dos diferentes grupos e das variadas formas de afetação dos danos.

e) Acertadas as posturas do STJ e da 5.ª Turma do TRF-1 ao declararem a nulidade da sentença homologatória do TTAC.

i. Conquanto a legitimação no Direito Processual Coletivo brasileiro decorra da lei, estando o legitimado ativo autorizado a conduzir autonomamente a tutela coletiva, os Tribunais já começam a dar ares de certa rigorosidade quanto à participação do grupo titular do direito coletivo *lato sensu*, tudo à vista de um adequado debate e via de consequência da construção democrática das soluções.

ii. Ambas as decisões demonstram o que a doutrina enuncia há tempos, isto é, a participação adequada como critério de validade *in concreto* para tutela dos direitos de grupo.

ii.1) O TTAC é dotado de invalidade substancial em razão da não participação *in concreto* dos grupos titulares dos direitos coletivos *lato sensu* violados e dos Municípios atingidos pelo Desastre do Rio Doce.

f) Apesar da declaração de nulidade da sua homologação, o TTAC continuou a ter eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do parágrafo 6.º do artigo 5.º da Lei n.º 7.347/1985.

i. À vista disso, no decorrer da elaboração desta dissertação, atentamo-nos para os ajustamentos extrajudiciais que não são levados à homologação judicial pelas partes (órgãos públicos legitimados e compromissários). Via de consequência, nesses casos, o acordo não passaria pelo filtro da análise jurisdicional *in concreto* no que concerne aos aspectos suprarreferidos.

ii. Embora o ajuste extrajudicial não faça coisa julgada material, podendo, inclusive, ser impugnado por meio de ação coletiva ordinária, uma preocupação particular se constitui, quando não for dada a devida publicidade à celebração do compromisso, obstando a adoção das medidas jurídicas cabíveis pelos demais colegitimados.

iii. No que tange ao Ministério Público, o negócio extrajudicial, ao menos, é submetido ao crivo interno do Conselho Superior do Ministério Público, o que não ocorre quanto aos outros órgãos públicos legitimados.

iv. Dessa maneira, preferível, então, que os órgãos públicos legitimados celebrem o ajustamento extrajudicial tão somente para a reparação de direitos individuais homogêneos, já que, nessas situações, lidamos com uma coletividade determinada, isto é, que pode ser mais facilmente identificada, permitindo a sua informada, adequada e efetiva participação na fase de negociação das tratativas. Outrossim, chega-se a essa conclusão em razão da possibilidade de os titulares dos direitos individuais homogêneos buscarem individualmente a via judicial para tutela do direito violado.

v. Diferentemente, aos direitos difusos e coletivos *stricto sensu* pertencentes, respectivamente, a uma coletividade indeterminada ou determinável, seria imprescindível que o ajuste extrajudicial fosse encaminhado à homologação judicial para, assim, submeter-se ao integral controle *ope judicis*. Até porque, nesses casos, torna-se mais difícil, senão inviável, a participação dos titulares dos direitos. Por conseguinte, o legitimado coletivo *ope legis* poderia acabar não dispensando uma representação adequada dos substituídos.

vi. Por fim, enfatizamos que nossa preocupação é com aquele “mau acordo”, como pontuou o Movimento de Atingidos por Barragens.

REFERÊNCIAS

Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela proposta em 30 de novembro de 2015 pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e demais órgãos governamentais em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG. 92 p. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/12/confira-documentos-sobre-o-desastre-do-Rio-doce/acao_inicial_agu_es_mg_samarco.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

Ação civil pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 28 de abril de 2016 pelo Ministério Público Federal em razão dos múltiplos danos provocados pelo rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG. 359 p. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: set. 2018.

ALMEIDA, Gregório Assagra de. **Direito processual coletivo brasileiro**: um novo ramo do direito processual. São Paulo: Saraiva, 2003. 665 p.

ALMEIDA, Gregório Assagra de; MELLO NETO, Luiz Philippe Vieira de. Fundamentação constitucional do direito material coletivo e do direito processual coletivo: reflexões a partir da nova *summa divisio* adotada na CF/88 (Título II, Capítulo I). **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, n. 3, Brasília, v. 77, p. 77-97, jul./set. 2011. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/26900/004_almeida_mello_neto1.pdf?sequence=6&isAllowed=y>. Acesso em: jun. 2019.

ANDRIOLI, Joceli Jaison José (Coord. Nacional do Movimento de Atingidos por Barragens). **Considerações do MAB sobre acordo realizado entre governo federal e estaduais do Espírito Santo e Minas Gerais com Samarco Mineração S.A, Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda**. Belo Horizonte: Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, 2016. 4 p. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/noticias/documentos_-_mab_sobre_acordo_mariana_divulgacao.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

Anuário mineral estadual Minas Gerais: anos base 2015 e 2016. Brasília: Agência Nacional de Mineração, 2019. 48 p. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-estadual/minas-gerais/anuario-mineral-estadual-minas-gerais-anos-base-2015-2016>. Acesso em: jul. 2019.

Após lama, hotéis do ES registram cancelamento de reservas: queda nas reservas para o fim do ano foi de 20%, segundo ABIH. Situação é mais evidente em

Colatina e Linhares. G1 ES, com informações de A Gazeta, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/11/apos-lama-hoteis-do-es-registram-cancelamento-de-reservas.html>. Acesso em: nov. 2018.

Ata da audiência de conciliação e homologação do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta. 24 p. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/ata-audiencia-homologacao-acordo.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

Atrações turísticas: aldeias indígenas de Aracruz. Disponível em: <http://www.aracruz.es.gov.br/turismo/atracoes-turisticas/19/>. Acesso em: nov. 2018.

Atualização Samarco: abril 2017. 36 p. Disponível em: <http://www.vale.com/samarco/PT/Documents/comunicados/Update_Samarco.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

A usina: histórico. Disponível em: <http://www.candonga.com.br/a-usina/historico/>. Acesso em: fev. 2018.

AZEVEDO, Úrsula Ruchkys de *et al*. **Geoparque Quadrilátero Ferrífero (MG)**: proposta. 38 p. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/17149/quadrilatero.pdf?sequence=1>. Acesso em: jul. 2019.

Biblioteca: catálogo. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=439008&view=detalhes>. Acesso em: fev. 2018.

BONELLA, Mário. **Dois anos após tragédia no Rio Doce, vila de Regência ainda sofre com os impactos**: no dia 5 de novembro de 2015, uma barragem da Samarco se rompeu e uma enxurrada de rejeitos de mineração desceu pelo Rio Doce. Vitória: TV Gazeta, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/espirito-santo/norte-noroeste-es/noticia/dois-anos-apos-tragedia-no-Rio-doce-vila-de-regencia-ainda-sofre-com-os-impactos.ghtml>. Acesso em: nov. 2018.

BRANCO, Marina; PONSO, Fabio. **Maior desastre ambiental do Brasil, tragédia de Mariana deixou 19 mortos**: em 2015, barragem da mineradora Samarco se rompe e afeta 39 cidades, de Minas ao Espírito Santo. Com mar de lama, Rio Doce pode levar décadas para se recuperar. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/maior-desastre-ambiental-do-brasil-tragedia-de-mariana-deixou-19-mortos-20208009>. Acesso em: 7 fev. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: abr. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004**: promulga a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 9.830, de 10 de junho de 2019**: regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9830.htm>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942**: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943**: aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973**: institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869impressao.htm>. Acesso em: jul. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973**: dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976**: dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: abr. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981**: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm>. Acesso em: abr. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985**: disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7347Compilada.htm>. Acesso em: fev. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990**: dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078compilado.htm>. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992**: dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos, nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm>. Acesso em: abr. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999**: regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**: regulamenta o art. 225, § 1.º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal; institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002**: institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: mai. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 12.334, de 20 de setembro de 2010**: estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4.º da Lei n.º 9.984, de 17 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12334.htm>. Acesso em: jul. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 12.529, de 30 de novembro de 2011**: estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o

Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei n.º 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei n.º 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/l12529.htm>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015**: Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: abr. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 13.655, de 25 de abril de 2018**: inclui, no Decreto-Lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13655.htm#art1>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público**: regulamenta os artigos 6.º, inciso VII, e 7.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/1993, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil. 7 p. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Normas/Resolucoes/Resoluao_23_alterada_143.1.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Resolução n.º 118, de 1 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional do Ministério Público**: dispõe sobre a Politica Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público e dá outras providências. 8 p. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Normas/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%BA_118_autocomposi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Resolução n.º 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça**: dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. 17 p. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_125_29112010_11032016162839.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Resolução n.º 179, de 26 de Julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público**: regulamenta o parágrafo 6.º, do artigo 5.º, da Lei n.º 7.347/1985, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta. 6 p. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-179.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Súmula 37, do Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/sumula-organizada,stj-sumula-37,2268.html>. Acesso em: mai. 2019.

BRASIL. **II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Outros/IIpacto.htm>. Acesso em: jun. 2019.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988. 168 p. Disponível em: <http://irib.org.br/app/webroot/publicacoes/diversos003/pdf.PDF>. Acesso em: jun. 2019.

CAPPELLETTI, Mauro. Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à justiça. Trad. José Carlos Barbosa Moreira. **Revista de processo**, n. 74, p. 82-97, abr./jun. 1974. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3079670/mod_resource/content/1/2.1.%20Cappelletti%2C%20Os%20metodos%20alternativos.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

Caso Mariana: apresentação. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/apresentacao>. Acesso em: 7 fev. 2018.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de (Coord.). **Glossário de defesa civil**: estudos de riscos e medicina de desastres. 2. ed. Brasília: Imprensa Nacional, 1998. 173 p. Disponível em: <http://www.defesacivil.mg.gov.br/images/documentos/Defesa%20Civil/manuais/GLOSSARIO-DicionaRio-Defesa-Civil.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

COSER, Lígia Mara; PASSOS, Lieze Alves; BONACH, Kelly. **Nota Técnica n.º 02/2016 Conjunta – APA Costa das Algas / RVS de Santa Cruz**: relato das informações apresentadas pelos pesquisadores da Ufes e FURG quanto à contaminação de organismos marinhos na costa capixaba e suas implicações na proibição de pesca de camarão e demais recursos pesqueiros no interior da APA Costa das Algas e do RVS de Santa Cruz/ES. Vitória: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2016. 29 p. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Rio_Doce/dcom_nota_tecnica_02_2016_conjunta_apa_costadasalgas_rvs_desantacruz.pdf>. Acesso em: mar. 2019.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. O tema das ações coletivas num acórdão que enaltece o TJ-SP. **Revista Consultor Jurídico**, jul. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-02/paradoxo-corte-tema-acoes-coletivas-num-acordao-enaltece-tj-sp>. Acesso em: jul. 2019.

Cuidados para os afetados pelo rompimento da barragem em Mariana (MG). Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/svs/20576-populacao-afetada-pelo-rompimento-de-barragem-em-mariana-mg-deve-ter-cuidados-com-a-saude>. Acesso em: dez. 2018.

Decisão de declínio da competência proferida pela Justiça Federal do Distrito Federal para julgamento da ação civil pública proposta pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos governamentais. 11 p. Disponível em: <file:///C:/Users/Rafaella/Downloads/24e088edb118cc9e39ff634ae001d876.pdf>. Acesso em: fev. 2018.

Decisão de suspensão da homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta pelo Superior Tribunal de Justiça. 7 p. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=62655501&num_registro=201601677297&data=20160701&tipo=0&formato=PDF>. Acesso em: jul. 2019.

Decisão liminar da Justiça Federal de Linhares/ES que proibiu a pesca de qualquer natureza entre a região de Barra do Riacho, em Aracruz/ES, até Degredo/Ipiranguinha, em Linhares/ES. 21 p. Disponível em: <http://www2.jfes.jus.br/jfes/portal/consulta/mostraarquivo.asp?MsgID=02E6AF0FAB9B409DBBDD91F2AB9B9AD1&timeIni=45858&P1=16873993&P2=72&P3=&NPI=1001&NPT=1001&TI=1&NV=172211&MAR=S>. Acesso em: mai. 2019.

Decisão liminar do Superior Tribunal de Justiça que designou provisoriamente o Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais para decidir acerca de medidas urgentes. 8 p. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=56626762&num_registro=201503278588&data=20160201&tipo=0&formato=PDF>. Acesso em: fev. 2018.

Decisão liminar proferida pelo Juízo da 12.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais: a determinação de medidas para contenção e reparação dos danos sociais, ambientais e econômicos. 19 p. Disponível em: <file:///C:/Users/Rafaella/Downloads/aedbd168839d82f9f4b771f8c1455a0b.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

Declaração de nulidade da homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta pela 5.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. 44 p. Disponível em: <file:///C:/Users/Rafaella/Downloads/TRF_1_Anulacao_Homologacao_00026275020164010000_2%20(2).pdf>. Acesso em: jul. 2019.

Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 4 p. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_Rio_Meio_Ambiente_Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

Decreto n.º 9.670, de 20 de março de 2019: decreta estado de calamidade financeira no âmbito do Município de Mariana e dá outras providências. 7 p. Disponível em: <http://www.mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/diario_oficial_pmm/o_monumento_n_959_26-03-2019.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

Defesa do SUS pauta debates na 1.ª CNVS: momento histórico que tem como objetivo apontar diretrizes para a elaboração de políticas nacionais de vigilância em saúde. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/svs/42662-defesa-do-sus-pauta-debates-na-1-cnvs>. Acesso em: dez. 2018.

Definição de Avifauna. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/avifauna/>. Acesso em: mai. 2019.

Definição de Herpetofauna. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/herpetofauna/>. Acesso em: mai. 2019.

Definição de Ictiofauna. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/ictiofauna/>. Acesso em: mai. 2019.

Definição de Mastofauna. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/mastofauna/>. Acesso em: mai. 2019.

Dengue em Barra Longa (MG) aumentou em 3.000% após desastre: o Cidades e Soluções, da Globo *News*, mostra relatório do Ministério da Saúde e um estudo inédito do Instituto Saúde e Sustentabilidade. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2017/04/dengue-em-barra-longa-mg-aumentou-em-3000-apos-desastre.html>. Acesso em: 8 fev. 2018.

Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal. 273 p. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>. Acesso em: 25 out. 2018.

Dezenove áreas no Estado entraram na lista dos atingidos pela Samarco: localidades foram incluídas ontem e estão em quatro municípios do Estado. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/03/19-areas-

no-estado-entraram-na-lista-dos-atingidos-pela-samarco-1014040153.html>. Acesso em: fev. 2018.

DIAS, Thaís Henriques. Análise da pré-execução do programa de indenização mediada e a tutela adequada dos direitos coletivos *lato sensu*. **Anais do II Congresso de Processo Civil Internacional**, Vitória, p. 556-570, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/processocivilinternacional/article/view/19865/13284>. Acesso em: jul. 2019.

DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4. 624 p.

Embargos de declaração proposto pelo MPF em razão da homologação judicial do Termo de Transação e de Ajustamento Conduta. 49 p. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/docs/embargos_declaracao_-no-2-2016-mariana-samarco.pdf>. Acesso em: jun. 2016.

Encarte especial sobre a bacia do Rio Doce: rompimento da barragem em Mariana/MG. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas: Brasília, 2016. 50 p. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/RioDoce/EncarteRioDoce_22_03_2016v2.pdf>. Acesso em: fev. 2018.

Estatuto da Fundação Renova. 21 p. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/estatuto-registrado.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

Estudo encontra metais pesados em girinos do Rio Doce: os pesquisadores alertam que a tendência é essa contaminação alcançar outros animais na cadeia alimentar. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/07/2017/estudo-encontra-metais-pesados-em-girinos-do-rio-doce>. Acesso em: 15 mar. 2019.

FAUSTINO, Rafael. **De Mariana a Brumadinho, nada foi feito para evitar desastres, diz procurador**: coordenador da força-tarefa do MPF que apura o rompimento da barragem do Fundão em Mariana, em 2015, José Adércio Leite Sampaio critica falta de ações do governo e das empresas envolvidas desde então. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/01/de-mariana-brumadinho-nada-foi-feito-para-evitar-desastres-diz-procurador.html>. Acesso em: jul. 2019.

Federal Rules of Civil Procedure. Disponível em: <https://www.law.cornell.edu/rules/frcp>. Acesso em: jun. 2019.

GAVRONSKI, Alexandre Amaral. Autocomposição no novo CPC e nas ações coletivas. *In*: DIDIER JR., Fredie (Coord. geral); ZANETI JR., Hermes (Coord.). **Coleção repercussões do novo CPC**: processo coletivo. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 8. p. 333-361.

GIDI, Antonio. A representação adequada nas ações coletivas brasileiras: uma proposta. **Revista de Processo**, n. 108, São Paulo, p. 61-70, out./dez. 2002.

GIDI, Antonio. **Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo**: a codificação das ações coletivas no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2008. 486 p.

GLOBAL, Justiça. **Vale de lama**: relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão. 44 p. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Vale-de-Lama-Justi--a-Global.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

GONÇALVES, Tiago Figueiredo; ASSIS, Gabriel Zoboli de; BEZERRA, Vladimir Cunha. Democracia e processo: o princípio do contraditório previsto no Código de Processo Civil de 2015 como direito de participação – análise da tramitação da ADPF 323. **Anais do II Congresso de Processo Civil Internacional**, Vitória, p. 475-483, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/processocivilinternacional/article/view/19858/13277>. Acesso em: jul. 2019.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Ações coletivas ibero-americanas: novas questões sobre a legitimação e a coisa julgada. **Revista Forense**, n. 361, v. 98, p. 3-12, mai./jun. 2002.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; NERY JUNIOR, Nelson. **Código brasileiro de defesa do consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto. Processo coletivo: arts. 81 a 104 e 109 a 119. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 2. 426 p.

GUERRA, Márcia Vitor de Magalhães e. Ação coletiva passiva: uma análise quanto à formação do grupo demandado. *In*: DIDIER JR., Fredie (Coord. geral); ZANETI JR., Hermes (Coord.). **Coleção repercussões do novo CPC**: processo coletivo. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 8. p. 305-318.

GUIMARÃES, Luciana Nogueira de Almeida *et al*. Dois anos pós-desastre da barragem do Fundão: perfil epidemiológico população de Barra Longa, MG, 2018. *In*: SAÚDE, Ministério da. **10.º encontro científico do programa de treinamento em epidemiologia aplicada aos serviços do Sistema Único de Saúde (EpiSUS)**: caderno de resumos. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 132 p. Disponível em: <https://www.tephinet.org/sites/tephinet/files/content/attachment/2018-11-20/caderno_resumos_episus_20nov18_web.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

ICMBio conclui análise sobre contaminação no rio Doce: três espécies de peixes e duas de camarão apresentaram níveis de metais acima do estabelecido pela legislação. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2016/05/icmbio-conclui-analise-sobre-contaminacao-no-rio-doce>. Acesso em: mar. 2019.

Índia Vanuíre: os Krenak. Disponível em: <https://www.museuindiavanuire.org.br/india-vanuire/os-krenak>. Acesso em: nov. 2018.

Julgamento do Conflito de Competência n.º 144.922/MG pela 1.ª Seção do Superior Tribunal de Justiça. 67 p. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/documentos/competencia-da-12-vara-federal>. Acesso em: mai. 2019.

JUNCÁ, Flora Acuña; PAVAN, Dante; JESUS, Taíse Bomfim de; ETEROVICK, Paula. **Girinos como bioindicadores da qualidade da água do Rio Doce**. Bahia: Universidade Estadual de Feira de Santana, junho de 2017. 33 p. Disponível em: <http://www.greenpeace.org.br/hubfs/Campanhas/Agua_Para_Quem/documentos/GP_girinosbioindicadoresRioDoce.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

Krenak. Disponível em: <https://brasil.antropos.org.uk/ethnic-profiles/profiles-k/89-168-krenak.html>. Acesso em: nov. 2018.

LIMA, Déborah. **Prefeito de Mariana declara calamidade financeira e culpa a Vale**: de acordo com Duarte Junior (PPS), arrecadação do município foi prejudicada por causa da interrupção das atividades da mineradora. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/03/25/interna_gerais,1040890/prefeito-de-mariana-declara-calamidade-financeira-e-culpa-a-vale.shtml>. Acesso em: abr. 2019.

LIMA, Laísa Barroso. O princípio da tutela adequada do Direito e o desastre da Samarco: o Programa de Indenização Mediada. **Anais do II Congresso de Processo Civil Internacional**, Vitória, p. 514-529, 2017. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufes.br/processocivilinternacional/article/view/19862/13281>. Acesso em: jul. 2019.

MACHADO, Maria Márcia Magela. **Construindo a imagem geológica do Quadrilátero Ferrífero**: conceitos e representações. 2009. 238 p. Tese (Doutorado em Geologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-7TRFZC>. Acesso em: jul. 2019.

MACHADO, Viviane. **Samarco tem que remunerar 10 mil trabalhadores do ES e de MG**: eles são trabalhadores que dependiam do Rio Doce para trabalhar. Dinheiro deve começar a ser entregue até esta sexta-feira (11). Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2015/12/samarco-tem-que-remunerar-10-mil-trabalhadores-do-es-e-de-mg.html>. Acesso em: mai. 2019.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação civil pública**: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores. Lei n.º 7.347/1985 e legislação complementar. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. 605 p.

MARQUES, José. **Após lama da Samarco, litoral do ES não recupera turistas para réveillon**. Belo Horizonte: Folha de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/12/1845822-apos-lama-da-samarco-litoral-do-es-nao-recupera-turistas-para-reveillon.shtml>. Acesso em: nov. 2018.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em Juízo**: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 695 p.

MAZZILLI, Hugo Nigro. Compromisso de ajustamento de conduta: evolução e fragilidades e atuação do Ministério Público. **Revista de Direito Ambiental**, v. 41, p. 93-111, jan. 2006.

MINAS GERAIS. **Lei n.º 23.291, de 25 de fevereiro de 2019**: institui a Política Estadual de Segurança de Barragens. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9830.htm>. Acesso em: jun. 2019.

Monitoramento especial da bacia do Rio Doce: Relatório 01: acompanhamento da onda de cheia - primeira campanha de campo. Belo Horizonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, dezembro de 2015. 31 p. Disponível em:

<http://www.cprm.gov.br/publique/media/hidrologia/eventos_criticos/riodoce_relatorio1.pdf>. Acesso em: mar. 2019.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. **Povo Krenak**: arquivo nacional disponibiliza para consulta documentação sobre povo indígena Krenak. Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/component/tags/tag/povo-krenak.html>. Acesso em: nov. 2018.

MPF denuncia 26 por tragédia em Mariana (MG): alguns números do desastre. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-denuncia-26-por-tragedia-em-mariana-mg>. Acesso em: 9 fev. 2018.

MPMG e MPF assinam termo de compromisso preliminar com a Samarco, garantindo montante mínimo de R$ 1 bilhão para tutela ambiental emergencial. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-e-mpf-assinam-termo-de-compromisso-preliminar-com-a-samarco-garantindo-montante-minimo-de-r-1-bilhao-para-tutela-ambiental-emergencial.htm#.V8mHyTWcekg>. Acesso em: mai. 2019.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Novo Código de Processo Civil comentado**: artigo por artigo. Salvador: JusPodivm, 2016. 1.904 p.

Nota Técnica n.º 02001.000088/2016-51 da Coordenação Geral de Autorização de Uso da Flora e Floresta do IBAMA: análise do plano apresentado pela empresa Samarco em atendimento à notificação 8261/E. 7 p. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/notastecnicas/2016-01-nota_tecnica_plano_recuperacao.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

O desastre: o dia da tragédia. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/o-desastre>. Acesso em: fev. 2018.

OLIVEIRA, Cristiane de; CREPALDI, Daniel Vieira; PINTO SOBRINHO, Fábio Araújo; INOJOSA, Fernanda Cunha Pirillo; PAIVA, Flávia Alves de Lima; MASCARENHAS, Gutemberg Machado; JUCÁ, Henrique César Lemos; MORAIS, José Carlos Mendes de; MACHADO, Michel Lopes; KOSOSKI, Rafaela Mariana; CALIXTO, Robson José. **Laudo técnico preliminar**: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, 2015. 74 p. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_Ibama.pdf>. Acesso em: fev. 2018.

Organon: núcleo de estudo, pesquisa e extensão em mobilizações sociais. Observatório: conflitos sociais e sistema de justiça. Lista de processos. Disponível em: <http://organon.ufes.br/acoes-judiciais/>. Acesso em: jan. 2019.

Organon: núcleo de estudo, pesquisa e extensão em mobilizações sociais. O núcleo: conheça mais sobre o Organon. Sobre: apresentação. Disponível em: <http://organon.ufes.br/nucleo/>. Acesso em: jan. 2019.

Pesquisa realizada na Uerj comprova que resíduos da Samarco afetaram Abrolhos. Disponível em: <http://www.uerj.br/noticia/pesquisa-da-uerj-comprova-contaminacao-de-abrolhos-por-residuos-da-samarco/>. Acesso em: 11 mar. 2019.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. Compromisso de ajustamento de conduta: atualidades e perspectivas de acordo com o projeto do novo CPC. **Revista Eletrônica de Direito Processual**, v. VII, p. 73-114, 2011.

Prefeituras de 39 cidades atingidas pela lama se reúnem em Mariana. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/prefeituras-de-39-cidades-atingidas-pela-lama-se-re%C3%BAnem-em-mariana-1.345231>. Acesso em: fev. 2018.

Primeiro aditivo ao termo de compromisso socioambiental preliminar. 17 p. Disponível em: <http://201.62.46.31/site/WebPage/pdf/Proj_Rio_Doce/002.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

Publicações do Instituto Saúde e Sustentabilidade. Disponíveis em: <https://www.saudeesustentabilidade.org.br/instituto-publicacoes/>. Acesso em: dez. 2018.

Quem somos. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/content/quem-somos>. Acesso em: jun. 2019.

Recomendação CNZU n.º 08, de 12 de janeiro de 2017: dispõe sobre os impactos ambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão (Mariana/MG), ocorrido no dia 05 de novembro de 2015. 5 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80049/Biodiversidade%20Aquatica/CNZU/Recomendacao%20CNZU%20n%208%20impactos%20ambientais%20da%20barragem%20de%20Fundao%20-%20Mariana-MG.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Recomendação Conjunta n.º 10, de 26 de março de 2018. 27 p. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-conjunta-mpf-fundacao-renova>. Acesso em: jul. 2019.

REZENDE, Vanessa Leite. A mineração em Minas Gerais: uma análise de sua expansão e os impactos ambientais e sociais causados por décadas de exploração. **Revista Sociedade & Natureza**, n. 28, Uberlândia, p. 375-384, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v28n3/1982-4513-sn-28-03-0375.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

ROCHA, Cláudio Jannotti da. **A tutela jurisdicional metaindividual trabalhista contra a dispensa coletiva no Brasil**. São Paulo: LTr, 2017. 192 p.

RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. 340 p.

Rompimento da barragem de Fundão: documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/informes/rompimento-da-barragem-de-fundao>. Acesso em: 5 fev. 2018.

Rompimento de barragens - Mariana/MG: importante saber - cuidados com a saúde. 5 p. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/novembro/09/Cuidados-com-a-sa--de---Rompimento-de-Barragem-Versao-Final--2-.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

Rompimento de Fundão: entenda o rompimento. Disponível em: <https://www.samarco.com/rompimento-de-fundao/>. Acesso em: fev. 2018.

RUI, Ariele. **Lama de rejeitos faz Regência, no ES, enfrentar 2.º verão sem turistas**: donos de pousadas, bares e casas de shows ameaçam fechar as portas. Prefeitura disse que não há proibição para banho de mar na localidade. Linhares: TV Gazeta, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/desastre-ambiental-no-Rio-doce/noticia/2017/01/lama-de-rejeitos-faz-regencia-no-es-enfrentar-2-verao-sem-turistas.html>. Acesso em: nov. 2018.

***Rule 23**: class actions*. Disponível em: <https://www.law.cornell.edu/rules/frcp/rule_23>. Acesso em: jun. 2019.

Samarco terá de garantir renda mínima a pescadores e trabalhadores afetados pela lama no Rio Doce. Disponível em:

<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Modelos/Paginas/NoticiaComFoto.aspx?pagina=1142>. Acesso em: mai. 2019.

SCHIMIDT, Rafaella Boone. Os efeitos da coisa julgada no processo coletivo quando o grupo for ausente. **Anais do II Congresso de Processo Civil Internacional**, Vitória, p. 571-578, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/processocivilinternacional/article/view/24403/16660>. Acesso em: jul. 2019.

SENHORINI, José Augusto; CECCARELLI, Paulo Sergio; PERES, Wellington Adriano Moreira. **Nota Técnica n.º 24/2015/CEPTA/DIBIO/ICMBIO**: consequências parciais na biodiversidade aquática da bacia do Rio Doce, provocadas pelo rompimento das barragens de rejeitos de mineração da Samarco Mineradora S.A, no município de Mariana, MG. Pirassununga: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2015. 10 p. Disponível em:<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/Documentos/nota_tecnica__24_2015_CEPTA_ICMBio.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

SFORZA, Roberto; CHAGAS, Leandro Pereira; THOMÉ, João Carlos Alciati; PASSOS, Lieze Alves; COSER, Lígia Mara. **Nota técnica n.º 006/2016 Conjunta – Centro Tamar/APA Costa das Algas/Rebio de Comboios/RVS de Santa Cruz**: relato das informações apresentadas pelos pesquisadores da Ufes e FURG quanto à contaminação de organismos marinhos na costa capixaba e suas implicações na proibição de pesca de camarão e demais recursos pesqueiros na região marinha próxima à foz do rio Doce (Aracruz e Linhares/ES). Vitória: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2016. 8 p. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/notastecnicas/2016-03-nota_tecnica_006_2016_conjunta_contaminacao_metais_e_area_proibicao_da_pesca.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

Síntese dos resultados entregues à população. Disponível em: <https://www.saudeesustentabilidade.org.br/publicacao/pesquisa-avaliacao-dos-riscos-em-saude-da-populacao-de-barra-longamg-afetada-pelo-desastre/>. Acesso em: dez. 2018.

Termo aditivo ao termo de ajustamento preliminar (TAP) firmado entre o Ministério Público Federal, a Samarco Mineração S/A, a Vale S/A e a BHP Billiton Brasil Ltda. 24 p. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/aditivoTAP.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

Termo de acordo para disponibilização de assessoria técnica independente no Município de Barra Longa. 12 p. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acordo-barra-longa-1>. Acesso em: jun. 2019.

Termo de ajustamento preliminar entre Ministério Público Federal, Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. 15 p. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/acordo-samarco-mpf.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

Termo de compromisso socioambiental preliminar. 23 p. Disponível em: <http://www.pres.mpf.mp.br/anexosNoticia/ID-002834__TERMO%20SAMARCO.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

Termo de transação e de ajustamento de conduta. 119 p. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

TRAJANO, Humberto. **MP firma acordo com Samarco para pagamento de R$ 1 bilhão**: dinheiro é para começar a reparar dano causado por barragens de Mariana. Primeira parcela, de R$ 500 milhões, vai ser paga em 10 dias. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/mp-e-mpf-firma-acordo-com-samarco-para-pagamento-de-r-1-bilhao.html>. Acesso em: mai. 2019.

Usina de Aimorés. Disponível em: <http://aliancaenergia.com.br/br/nossas-usinas/usina-de-aimores/>. Acesso em: fev. 2018.

VIGLIAR, José Marcelo Menezes. **Tutela jurisdicional coletiva**. São Paulo: Atlas, 1998. 195 p.

VITORELLI, Edilson. **O devido processo legal coletivo**: dos direitos aos litígios coletivos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. 637 p.

VORMITTAG, Evangelina da Motta Pacheco Alves de Araujo. **Município de Barra Longa-MG**: resultados de exames toxicológicos 2018. 13 p. Disponível em: <https://www.saudeesustentabilidade.org.br/wp-content/uploads/2018/04/relatoRio_exames_toxicol%C3%B3gicos_1304_2.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

VORMITTAG, Evangelina da Motta Pacheco Alves de Araujo; OLIVEIRA, Maria Aparecida de; GLERIANO, Josué Souza. Avaliação de saúde da população de Barra Longa afetada pelo desastre de Mariana, Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21, 8 nov. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2018000100405&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: dez. 2018.

VORMITTAG, Evangelina da Motta Pacheco Alves de Araujo; OLIVEIRA, Maria Aparecida de; GLERIANO, Josué Souza. Avaliação de saúde da população de Barra Longa afetada pelo desastre de Mariana, Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21, 2018. 22 p. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v21/pt_1809-4422-asoc-21-e01222.pdf>. Acesso: 20 mar. 2019.

VORMITTAG, Evangelina da Motta Pacheco Alves de Araujo; OLIVEIRA, Maria Aparecida de; RODRIGUES, Cristina Guimarães; GLERIANO, Josué Souza. **Avaliação dos riscos em saúde da população de Barra Longa/MG afetada pelo desastre**. Março de 2017. 217 p. Disponível em: <https://www.saudeesustentabilidade.org.br/wp-content/uploads/2017/04/RELAT%C3%93RIO_GREENPEACE_18.04.17_FINAL.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

WERNECK, Gustavo. **Mariana decreta calamidade financeira e suspende serviços da saúde**: fechamento da Mina de Alegria, anunciado pela Vale diante de problemas estruturais, é golpe de misericórdia na economia de Mariana, diz prefeito, que decide suspender serviços, entre eles cirurgia e exames em um hospital. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/03/26/interna_gerais,1041049/mariana-decreta-calamidade-financeira-e-suspende-servicos-da-saude.shtml>. Acesso em: abr. 2019.

ZANETI JR., Hermes. A legitimação conglobante nas ações coletivas: a substituição processual decorrente do ordenamento jurídico. Homenagem ao Prof. Dr. José Manuel de Arruda Alvim. **Revista Videre**, Dourados, MS, ano 2, n. 3, p. 101-116, jan./jun. 2010.

ZANETI JR., Hermes; GARCIA, Leonardo. **Direitos difusos e coletivos**. 9. ed. Salvador: JusPodivm, 2018. v. 28. 544 p.

ZANETI JR., Hermes (Relator). **Relatório painel III**: água e mineração: segurança de barragens e contaminação. O caso “Mariana” (Desastre do Rio Doce). Brasília, 2017. 21 p.